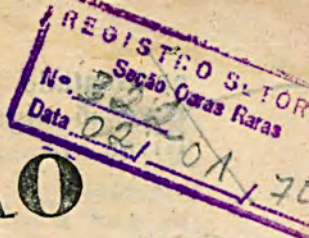


100 20 0 20

EM
ADDICÇÃO



Noticias extrahidas dos Diarios de Pernambuco.

Leem-se na Gazeta do Brasil, os artigos seguintes.

EM quanto á nossa guerra com Buenos-Ayres temos agora esperanças mui fundadas de a ver terminar em breve com um tratado de paz reciprocamente vantajozo.

Os doudos de Buenos-Ayres, liberalões por excellencia, os gandes guerreiros de palavra já não são mais escutados; a gente sensata se atreve em fim a abrir a boca, e não precisa de grande eloquencia para mostrar que a continuacão de uma luta tão desigual só póde acabar com a ruina total daquelle paiz.

—Por cartas fidedignas ultimamente recebidas de Monte-Video com data de 2 do corrente mez tivemos as seguintes noticias.

” Nova revolução em Buenos-Ayres. O Governador e Alvear foraõ prezos, e mandados para a Provincia de Mendonça, e tudo grita pela paz. Creio que o segredo da duraçã da guerra foi descoberto, e que o povo não quer soffrer mais por politicas alheias. Muitas cartas afiançaõ isto.

RIO DE JANEIRO.

Cartas vindas ultimamente desta Cõrte de pessoas fidedignas asseveraõ haver chegado ali hum Agente da Republica de Buenos-Ayres com poderes de tratar da paz entre aquelle Estado e o do Brasil, e que esse Agente havia sido já

§

apresentado e recebido por S. M. o Imperador: avanço algumas pessoas ser o bem conhecida Rixadavia.

LEGISLAÇÃO.

Illm.º Exm.º Sr.

Sua Magestade o Imperador querendo fazer manter em toda a sua plenitude, a Independencia do Poder Judicial marcada na Constituição, e prevenir ao mesmo tempo que os Magistrados por abuso da authoridade que lhes he confiada vexem os Povos, e deixem de lhes fazer prompta justiça; e Persuadido que para se conseguirem estes dous fins muito convirá não só que o artigo 34 da Carta de Ley de 20 de outubro de 1823, seja fiel e restrictamente observado pelos Presidentes e Conselhos das Provincias para não acontecer pela falta de verdadeira intelligencia delle, ou talvez por effeitos de intrigas e partidos, serem os Juizes suspensos do exercicio de suas funções sem se verificarem as circumstancias mencionadas no sobredito artigo, como tem já succedido em algumas Provincias, mas tambem que o Governo tenha hum perfeito e particular conhecimento da conducta dos mesmos Magistrados, para os fazer processar e punir legalmente logo que elles por malversações, ou quaesquer outros actos se constituão dignos disso: Manda recomendar a V. Ex., debaixo da sua maior responsabilidade, assim a litteral observancia do citado artigo 34 que tem marcado os unicos casos em que, ouvido o Conselho, poderá V. Ex. suspender os Magistrados do exercicio dos seus Lugares, dando parte immediatamente por esta Secretaria de Estado, e remettendo os autos comprobatorios da urgencia e neccidade da suspensão ao Tribunal compe-

tente, como a maior vigilancia na conducta de cada hum dos mesmos Magistrados, para dar conta immediatamente dos abusos, ou quaesquer outros procedimentos delles contrarios á boa administração da Justiça, afim, de se darem com promptidão as ordens, que forem convenientes para serem legalmente suspensos e punidos com o maior rigor das Leys, Esperando o Mesmo Augusto Senhor do zelo de V. Ex. a bem do serviço público, a mais prompta e fiel execução destas suas Imperiaes Determinações.

Deos Guarde a V. Ex. Palacio do Ryo de Janeiro em 17 de Setembro de 1827.—Conde de Valença—Sr. Joze Carlos Mairink da Silva Ferrão.

N. B. Nesta mesma conformidade se expedirão Avisos a todos os Presidentes das Provincias do Imperio.

CARTAS DE LEY.

D. PEDRO I. por Graça de DEOS, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte:

Art. 1.º Em todas as Cidades, Villas, ou lugares mais populosos haverão as Escolas de Primeiras Letras, que forem necessarias.

Art. 2.º Os Presidentes das Provincias, em Conselho, e com audiencia das respectivas Camaras, em quanto não tiverem exercicio os Conselhos Geraes, marcarão o numero, e localidade das Escolas, podendo extinguir as que existem em lugares pouco populosos, e remover os Professores dellas para as que se crearem, onde mais aproveitem, dando conta á Assembléa Geral para final resolução.

Art. 3.º Os Presidentes, em Conselho, taxa-

rão interinamente os ordenados dos Professores, regulando-os de duzentos mil réis a quinhentos mil réis annuaes; com attenção ás circumstancias da população, e carestia dos lugares, e o farão presente á Assembléa Geral para a approvação.

Art. 4.º As Escolas serão de ensino mutuo, nas Capitaes das Provincias; e o serão tambem nas Cidades, Villas, e Lugares populosos dellas, em que for possivel estabelecerem-se.

Art. 5.º Para as Escolas do ensino mutuo se applicarão os edificios, que houverem com sufficiencia nos lugares dellas, arranjando-se com os utensilios necessarios á custa da Fazenda Publica; e os Professores, que não tiverem a necessaria instrucção deste ensino, irão instruir-se em curto prazo, e á custa dos seus ordenados, nas Escolas das Capitaes.

Art. 6.º Os Professores ensinarão a ler, escrever, as quatro operações d'Arithmetica, practica de quebrados, decimaes, e proporções, as noções mais geraes de Geometria practica, a Grammatica da Lingoa Nacional, e os principios da Moral Christã, e da Doutrina da Religião Catholica e Apostolica Romana, proporcionados á comprehensão dos meninos; preferindo para as Leituras a Constituição do Imperio, e a Historia do Brasil.

Art. 7.º Os que pertenderem ser providos nas Cadeiras serão examinados publicamente perante os Presidentes, em Conselho; e estes proverão o que fôr julgado mais digno, e darão parte ao Governo para sua legal nomeação.

Art. 8.º Só serão admittidos á opposição, e examinados os Cidadãos Brasileiros, que estiverem no gozo de seus Direitos Civis, e Politicos, sem nota na regularidade de sua conducta.

Art. 9.º Os Professores actuaes não serão providos nas Cadeiras, que novamente se crearem, sem exame, e approvação, na fórma do Art. 7.º

Art. 10.º Os Presidentes, em Conselho, ficam authorisados a conceder huma gratificação annual, que não exceda á terça parte do ordenado, aquelles Professores, que por mais de doze annos de exercicio não interrompido se tiverem distinguido por sua prudencia, desvelos, grande numero, e aproveitamento de discipulos.

Art. 11.º Haverão Escolas de meninas nas Cidades, e Villas mais populosas, em que os Presidentes, em Conselho, julgarem necessario este estabelecimento.

Art. 12.º As Mestras, além do declarado no Art. 6.º, com exclusão das noções de Geometria, e limitando a instrucção da Arithmetica só ás suas quatro operações, ensinarão tambem as prendas, que servem á economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes, em Conselho, aquellas mulheres, que sendo Brasileiras, e de conhecida honestidade, se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na fórma do Art. 7.º

Art. 13.º As Mestras vencerão os mesmos ordenados, e gratificações concedidas aos Mestres.

Art. 14.º Os Provimentos dos Mestres, e Mestras serão vitalicios; mas os Presidentes, em Conselho, a quem pertence a fiscalisação das Escolas, os poderão suspender, e só por Sentença serão dimittidos, provendo interinamente quem substitua.

Art. 15.º Estas Escolas serão regidas pelos estatutos actuaes no que se não oppozerem á presente Lei; os castigos serão os praticados pelo methodo de Lencastre.

Art. 16.º Na Provincia, onde existir a Corte, pertence ao Ministro do Imperio, o que nas outras se incumbe aos Presidentes.

Art. 17.º Ficão revogadas todas as Leis, Alvarás, Regimentos, Decretos, e mais Resoluções em contrario.

Mandamos por tanto a todas as Authorida-

des, a quem o conhecimento, e execução da referida Ley pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios do Imperio a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Ryo de Janeiro aos quinze dias do mez de Outubro de mil oitocentos e vinte sete, sexto da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda

L. S. Visconde de S. Leopoldo.

D. PEDRO por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Ley seguinte:

Art. 1.º Fica abolido o Officio de Corretor da Fazenda Pública.

Art. 2.º Ao Corretor actual fica conservado o ordenado, de que tem assentamento, não tendo, ou em quanto não tiver, outro emprego de igual ou maior ordenado.

Art. 3.º As relações, ou editaes para arrematação das Rendas Públicas, que o Corregedor da Fazenda até agora fazia imprimir, e remetter á Junta do Commercio, na conformidade da Ley de vinte dois de Dezembro de mil setecentos e sessenta e hum, serão d'ora em diante impressos á custa da Fazenda Pública, e remettidos de Officio áquella Junta pela Secretaria do Tribunal, onde se fizer a arrematação das mesmas rendas.

Art. 4.º Ficão revogadas todas as Leys, Alvarás, Decretos, e mais Ordens em contrario.

Mandamos por tanto a todas as Authoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Ley pertencer, que a cumprão, e fação cumprir e guardar tão inteiramente como nella

229
se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte e dous de Outubro de mil oitocentos e vinte sete, sexto da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR.=Com Rubrica e Guarda.

L. S.

Marquez de Queluz.

ssa

D. PEDRO por Graça de DEOS, o Unanime Acclamação dos Póvos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Ley seguinte.

Art. 1.^o Arrematar-se-ha por huma vez sómente em contracto triennal, em cada huma das Provincias do Imperio, ametade dos direitos actuaes de entrada, baldeação, e exportação, e dos denominados Consulado de sahida, das respectivas Alfandegas, pelo maior lance que os licitantes offerecerem, e a metade produzida em anno proximo antecedente, contado de 1.^o de Dezembro, e augmentando de dez por cento mais.

Art. 2.^o Exceptuão-se direitos de importação impostos sobre os escravos; seja qual fôr a sua denominação.

Art. 3.^o Poderá o Governo expecular, e contractar com os respectivos Rendeiros as condições convenientes ao manejo dos seus Contractos, segundo as Leys existentes, com salva das seguintes bases.

1.^a Que a arrecadação dos ditos direitos continuará a ser feita á boca dos cofres das Alfandegas pelos respectivos Thesoureiros em toda a sua importancia como tem sido até agora.

2.^a Que os Contractadores receberão á boca dos mesmos cofres no fim de cada mez a metade do rendimento dos mencionados direitos; descontando-se logo a quota parte do pagamento do

preço do Contracto pertencente á Fazenda publica nesse mesmo mez; e repondo os sobreditos Contractadores o que faltar para satisfazer essa parte do preço, ou em dinheiro de contado, ou em letras pagaveis no fim do mez subsequente, as quaes letras terão a natureza de Bilhetes d'Alfandega.

3.^a Que serão obrigados os Contractadores a pagar alguma além do preço principal do Contracto, nem mesmo a da Obra Pia.

4.^a Que pertencerá aos Contractadores em commum com os Officiaes d'Alfandega o direito de comprarem a dinheiro de contado as mercadorias estrangeiras, que, em rasão de se não comprehendem nas Pautas das mesmas Alfandegas são despachadas pelas facturas na fórma dos Tratados com as respectivas Nações; quando as mesmas forem reputadas fraudulentas: sendo porém vendidas as ditas mercadorias em leilão á porta d'Alfandega, e pagos os direitos sobre o preço da venda.

Art. 4.^o Ficão derogadas, para este effeito sómente, a Ley de vinte dois de Dezembro de mil setecentos e sessenta e hum, Alvará de vinte oito de Junho de mil oitocentos e oito, Alvará do primeiro de Agosto de mil setecentos e setenta e cinco, e todas as outras Leys, Regimentos, e Ordens em contrario.

Mandamos por tanto a todas as Authoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Ley pertencer, que a cumprão, e façam cumprir, e guardar tão inteiramente, como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Fazenda a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos vinte cinco de Outubro de mil oitocentos e vinte sete, sexto da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR Com Rubrica e Guarda.

L. S. Visconde de S. Leopoldo.

FORMATURA DO BATALHÃO.

DEPOIS de formadas as Companhias, segundo os principios estabelecidos nas instrucções de Infantaria, o Ajudante tendo feito reunir ao primeiro toque todos os Officiaes Inferiores para lhe passar revista, receberá dos primeiros Sargentos o numero de baionetas, que tem as suas Companhias, e feito o calculo das que pertencem a cada pelotão, indicará as Companhias que devem ser accrescentadas, ou diminuidas de algumas fillas, para que os pelotões fiquem todos iguaes, ou proxivamente iguaes; sendo nesse cazo os dos flancos para o centro os que devem ter mais fillas.

Concluida esta divizaõ, nomeará os serrafiles, e mais Officiaes Inferiores para cada pelotão, e para a Bandeira, e participará ao mesmo tempo por escrito aos primeiros Sargentos a repartição que o Major tiver feito dos Officiaes a fim de lhes communicarem; depois do que os mandará ás suas Companhias, fãz ^{do} ^{12to} romper o segundo toque para a revista de Esquadras: Concluida esta, dar-se-ha o terceiro toque, ao qual as Esquadras se reunirão a fim de formarem a Companhia a dois de fundo pelos principios estabelecidos; e o Commandante lhes passará revista; tendo-se esta acabado, se a Companhia não houver de dar nem receber fillas de outra, proceder-se-ha á sua divisaõ.

DETERMINAÇÃO DO ALINHAMENTO.

Logo que se rompa o terceiro toque os Serrafiles, que ao primeiro toque foram nomeados pelo Aju-

dante, correm ao lugar da parada do Batalhão eahi se formão em linha voltados para a parte da frente da Columna, occupando a sua posição o Serrafilla da Companhia, ou pelotão testa, e seguindo os outros para o lado do flanco reverso.

O Ajudante que deve presenciar esta formatura, mandar-lhe-ha fazer meia volta á direita. ficando firme o Serrafilla do flanco de alinhamento; postando-se o Sargento Ajudante 4 passos para a sua frente, e teudo-lhes indicado os pontos de direcção, bem como as distancias que devem tomar, os fará marchar em passo ordinario, ou dobrado conforme as circumstancias, recommendando-lhes que toquem para o lado do alinhamento: Aquelle que tiver concluido a sua distancia, dará, e executará a voz—alto frente—levando ao mesmo tempo a arma a frente: á mesma voz o immediato principiará a contar a sua, devendo ser inteiras estas distancias sempre que o terreno o permitir, aliás marcar-se-ha metade, ou hum quarto, segundo as ordens que o Ajudante para isso tiver recebido. Devendo o Sargento da quarta contar com trez fillas pertencentes á Bandeira.

Quando o segundo Serrafilla fizer acto, o Ajudante o corrigirá a ver se elle está na direcção dos pontos do alinhamento (que deverá ter marcado) a fim de que, cobrindo-se os outros de costado com o primeiro, todos fiquem alinhados. Feito isto, o Ajudante lhe dará as voses—Hombro Armas—descansar armas—descançar—o que elles executarão conforme está determinado.

MARCHA DOS PELOTÕES PARA O ALINHAMENTO.

Depois de se ter dado o intervalo de tempo sufficiente para se dividirem as Companhias ou pelo-

tões, mandar-se-ha dar o toque de avançar, para elles se dirigirem immediatamente á parada do Batalhaõ, sendo conduzidos de costado, e com as armas perfiladas, se for curta a distancia, aliás marcharaõ em Columna de Secções com as armas inclinadas, ou por filas dobradas, com as armas na mão direita.

Quando qualquer Companhia, ou pelotaõ chegar a doze ou quinze passos do alinhamento geral, o Commandante lhe fara' perfilar as Armas, a cuja primeira voz de execução o correspondente Serrafilla, que se acha no dito alinhamento, taõbem leva a arma ao hombro.

O Commandante conduz o seo pelotaõ, ou Companhia, dirigindo-se ao competente Serrafilla, por cuja linha dos hombros o perfilla; depois lhe manda descansar as armas, e descansar, substituindo o Serrafilla, do flanco de alinhamento, que passa a sua retaguarda, perfillando-se pela segunda fileira.

O Major observa, se os pelotões, ou Companhias marchaõ com a devida regularidade, e se os Officiaes se achaõ nos lugares que elle havia determinado; tendo-se elles dirigido para os respectivos pelotões pouco antes do ultimo toque, a fim de restar tempo de verificar as divizões aquelles que houverem de commandar pelotões.

NOMEAÇÃO E VERIFICAÇÃO DO BATALHAÕ.

Vozes

Do Major.

B.^{am} Sentido,—
hombro armas,
—Pelotaõ (ou
Companhia)
em linha es-
querda rodar-
dobrado mar-
cha.

Para verificar as distancias que tomaraõ os Serrafillas (sendo inteiras) o Major mandara' meter em linha; executando cada pelotaõ o que está explicado nas instrucções de Infantaria; e dirigindo-se o Estado maior e menor, Muzicos, e Cornetas, para os seus lugares em linha.

Pelotões ou
Companhias—
Em Columna
para a retaguarda — Es-
querda rodar-
Dobrado mar-
cha.

Tornará, depois de verificadas as distancias, a meter em Columna, cumprindo cada pelotaõ o que está prescrito a tal respeito á voz — Marcha — e a Bandeira rodando para a retaguarda, tomã depois o seu lugar em Columna, assim como todas as mais praças.

Nomear Pelotões, —

Voz do Com-
mandante do
1.^o Pelotaõ.

He mais conveniente que a nomeação dos Pelotões se faça estando o Batalhaõ em Columna, por que assim naõ se confundem as vozes, porem se as circunstancias o exigirem, ella se executará mesmo em linha.

— 1.^o Pelotaõ
— P. direito; di-
reita da pri-
meira grande

A' voz de advertencia, os Com-
mandantes dos pelotões daõ hum
passo em frente, e volvem para o
flanco reverso naquelle cazo, e nes-

pois conseguido isto, estabelecia-se deste modo hum direito irrefragavel de *imitação*, seguindo-se d'aqui huma liberdade illimitada, athe de consciencia, contra estes principios de 'Direito Natural—*Dá a cada hum o que he seu; Não faças aos outros, o que não queres para ti.*—Estes principios já cheiraõ a ranço; e aquelles em que se funda a *nossa* nova ordem de cousas são mais risonhos, e *mais* conformes ás *nossas* luzes do seculo.

E que lhe parece a V. m. do diabo da Bandurra, que nos arrombou os ouvidos com o Commerciante Meirelles sempre em *unisono*, e depois com a *agoa morna* do Redactor da Minerva, a quem faz huma cantilena em E-la-mi, menor, hoje E si-mi, segundo as luzes do seculo?

A estes divergentes, e fastidiosos perguntadores respondiaõ regularmente os pios ouvintes com hum eclipse de suas pessoas; mas sempre houve algum que lhe respondesse.

—O Sr. está fazendo á Bandurra huma critica muito desarrasoadá, e injusta. A consequencia he sustentar o Farol no apôio, que pertende dar aos aranzeis do Sr. Odorico; veja o Sr. que nisto vai do credito e honra da Nação, como já se disse, e provou, e he escusado repisar; quanto ao *Unisono* do Cidadão Meirelles, lembro que foi elle o Protagonista da scena representada na Assembléa pelo Sr. Odorico; e o Redactor da Bandurra não podia dirigir-se a este, sem fallar n'aquelle; e ultimamente quem poderá duvidar, sem trahir os mais honrados sentimentos, que o Redactor da Minerva desempenha em seu escripto, e sustenta a dignidade da Deosa, debaixo de cujos auspicios escreve? Só o Caturra e Companhia.

Estas reflexões não agradavaõ, e eraõ hum

K

mandado de despejo para os divergentes investigadores, que, fazendo-se invisíveis, hiaõ provavelmente dar conta da sua infeliz commissaõ.

F A R O L.

N.º 3. 7.1.28

1-26-12-27
2 2-1-28
Se os numeros antecedentes (do Farol) tinhaõ revoltado contra este escripto aquelles mesinos, que pareciaõ apenas vegetal, e que mostravaõ a tudo a mais fria indifferença; este numero 3.º veio excitar a surpresa do que jámais se pôde esperar, ou talvez nem pensar.

O Farol Maranhense he o escripto de hum homem allugado expressamente para servir paixões infames; para ser o sordido vehiculo da destemperada, e envenenada bilis de seus allugadores. Se o Redactor do Farol tivesse recebido offensas das pessoas, a quem dirige improperios, e encaminha suas arrieiradas, teria desculpa no excesso de suas expressões, e estas seriaõ attribuidas a desaffogo de hum alma opprimida; mas o Redactor do Farol, que jámais foi scandalizado por alguma das pessoas, que insulta ou por si, ou pelas correspondencias inseridas, mostra a indole mais depravada, a alma mais abjecta, quando assim prostitue sua penna ao desgraçado interesse, que lhe fazem os perseguidores injustos da virtude, e da probidade. He pois o Redactor do Farol hum maldizente assalariado, e porisso credor da execração publica.

Que surpresa, dizemos, foi a nossa, que impressão dolorosa fez no público sensato vêr este

escripto levado a ser o orgão do Governo Civil da Provincia, apparecendo com a decoraçãõ de Artigos Officiaes daquelle Governo?

Nós sabemos a rectidão de intenções de quem R. A. governa a Provincia, ellas nos são amplamente conhecidas; mas entretanto não lhe he dado o dom da infallibilidade, e na qualidade de homem, (pois as altas dignidades, e sublimes empregos não destroem a essencia) he susceptivel de engano, e mesmo de êrro.

Ou por este motivo, ou por hum principio de igualdade, como judiciosamente já se notou na Minerva, fizeraõ o frontespicio de hum escripto incendiario as disposições do Governo, e isto ao primeiro intuito parece accordo, ou hum meio de formar connivencia com hum maldizente allugado. NINE 11-27 5. David Pinta

Vendo pois a sensibilidade do publico bem intencionado por aquella circumstancia, lembraremos com respeito; (pois que o respeito ás Authoridades faz parte essencial da ordem publica,) que supponmos hum rasgo de bondade aquella remessa. 108 11-27

Não póde esquecer ao actual Governo que o Excellentissimo Senador Barros lhe deixou pacifica a Séde da Presidencia; e apesar disso vê hoje insultado pelo mariolla dos desafforos (mariolla he todo aquelle homem, que se alluga para carregar, ou conduzir alguma cousa; modo de vida actual do Redactor do Farol) o varão illustre que o precedeo.

Que deve pois esperar aquelle que governa hoje, quando fôr substituido, pois as cousas do mundo não são eternas? Deve esperar que o mariolla do Farol, ou outro, que não tenha arranjo de vida, se allugue para assoalhar alguns defeitos de administração, se os houver; que enve-

nene cousas em sua origem, innocentes, ou quando muito indifferentes, para affectar motivos de mal-dizer.

He verdade que as Authoridades tem legislação que deve regular sua administração; leis que nem devem ser ultrapassadas, nem haver deficit na execução; cumprida a lei tudo está feito: mas ha com tudo casos occurrentes, que fazem vacillar a Authoridade na sua classificação, para applicar-lhe a lei, que nelles tem acção, e sujeitar-lhos; o resultado he falbar ás vezes a recta administração, e distribuição da justiça; e os malevolos, que, ou não conhecem, ou fingem não conhecer estas difficuldades, caracterisam as consequencias por actos de vontade, e fazem ás Authoridades cargo de hum procedimento que só nasce da impossibilidade de serem comprehendidos na legislação todos os casos: esta impossibilidade he firmada pela legislação actual, como se vê nos Alvarás do 1.º de Dezembro de 1767, 14 de Dezembro de 1775, e no §. 5.º da Carta de Lei de 3 de Novembro de 1768, a que se póde tambem applicar o Alvará de 12 de Maio de 1769. Supponha-se por hum pouco que he possivel a absoluta comprehensão de todos os casos debaixo da acção da lei, assim como a sua pontual execução: assim mesmo he essencial que nesta execução appareça sempre huma certa firmeza de character, huma certa dóse de austeridade, que não dificulte o accesso, mas que sustente o respeito: em fim a Authoridade constituida deve ter a humanidade no coração, a firmeza no semblante, a justiça nas acções, e nunca evaporar-se em excessos de bondade; as consequencias são familiarisar-se a ponto que desaparece o respeito, e esta especie de receio que

he só capaz de conter certas índoles, ficando como o cavaco, que Jupiter lançou no charco para governar as raças.

Que tristes effeitos nos offerecem os rasgos de nimia bondade, e a falta de firmeza nas Authoridades! He de nossos dias á desolante catastrophe de Luiz 16; ella não teve outra origem mais que bondade excessiva, vacillação de character, e contradicção nas acções; mas tudo derivado de hum coração excessivamente bom. Hum Sabio o demonstrou, sem deixar nada a dezejar, nos dois seguintes versos.

*Son cœur ne sut qu'aimer, pardonner et mourir;
Il aurait su régner, s'il avait su punir.*

Servatis servandis, he o que acontece a todas as Authoridades que tem hum coração nimia-mente aberto a tudo, e a todos; por certos actos que julgão de bondade, e de equidade, animão, sem querer, a falta de respeito, e subordinação; pois aquelles que são mal intencionados, abusão daquillo mesmo, que devião apreciar, e agradecer. He o que fez o ~~Excellentissimo~~ Governo actual quando mandou inserir em hum periodico, que tomou por empreza insultar a todos, com as pequenas excepções lá dos seus, os escriptos do Governo.

Não podemos deixar de notar, o que faz certamente muita honra á administração do ~~Excel-~~lentissimo Senador ~~Barros~~, que, em quanto elle governou, ninguem se atreveo á pertença de perverter, e depravar com tal descaramento os sentimentos e boas intenções do Público com taes escriptos, aguardando a corja a sua retirada para se desencadear de huma tal maneira. A lei

deve punir o Redactor daquelle escripto, que por si, ou por seus correspondentes, tem dado sobejos motivos para isso. As Authoridades, não o devem animar, fazendo delle seu órgão, quando só o desprezo deve ser sua partilha; isto he mesmo de muita utilidade a esse vil, e abjecto allugado para ser o vehiculo de maldizentes e dos improperios, insultos, e satiras injuriosas, que escreve contra pessoas, que aliás merecem os elogios dos bem intencionados, e amantes da justiça; e isto mesmo fará talvez, *quod absit*, que venha a ter lugar o que diz Boileau Satira 9=

*La Satire, dit-on, est un metier funeste,
Qui plait à quelques gens, et choque tout le reste;
La suite en est à craindre.....*

Temos fallado do frontespicio do *Farol* n.º 3.º Segue pois o seu Redactor inserindo extractos da sua querida *Astréa*, já se sabe, no seu estilo ordinario de ataque, e porisso adquirio prosélitos de tanta affeição, v. g., o Sr. Redactor do *Farol e Companhia*: por tanto limitar-nos-hemos a fallar das correspondencias directas ao Sr. do *Farol*.

Sem nos embarçarmos, por ora, com a primeira, em que hum denominado=*Idólatra da Lei*=disputa o tratamento que se dá aos Srs. Deputados, Senadores, Commandantes Militares &c. &c., e muito principalmente porque ella he hum extracto do tal Periodico—*Astréa*—, que, como já dissemos, não faz directamente objecto de nossa analyse, passaremos a dizer alguma cousa sobre a correspondencia assignada por=*O Inimigo das Trevas*.

Queixa-se aquelle homem da roça da falta

de candieiros em certas ruas, e travessas desta Cidade, em que (diz elle) mais se precisa delles, e que sómente a Rua-grande, Rua do Sol, Praya-grande &c. &c. e as portas de certos senhores he que gosão deste beneficio; e que assim não se executa a lei, que he igual para todos, quer premeie, quer castigue.

O Inimigo das Trevas, como he roceiro, talvez nunca ouvisse o antigo rifão—Roma não se fez n'hum dia.—Concordamos em genero, numero, e caso que todas as ruas do Maranhão, grandes, pequenas, travessas, e bécos devão ser illuminadas, para mais facil, e mais seguro transito; porém perguntaremos ao Sr. Correspondente—Inimigo das Trevas se, antes de haver nesta Cidade candieiro algum, nunca quebrou o seu nariz pela total escuridão de todas as ruas? Talvez nos diga que n'esse tempo não passeava pelo escuro, ou que andava com mais cautela: pois faça o mesmo agora todas as vezes que transitar por essas ruas, que não tem candieiros, mas que sem duvida os hão-de ter logo que outras despesas públicas de muito maior urgencia derem lugar a que se conclua a illuminação da Cidade.

O homem lá da roçu, talvez não tenha idéa do estado de finanças do Thesouro publico da Provincia, (e talvez, talvez, oxalá que nos enganemos, seja elle hum de seus dévedores) e por isso grita contra a escuridade de alguns bécos, travessas &c. por falta de candieiros: nós lhe aconselhariamos que, a bem de seu nariz e de suas canelas, se livrasse d'esses bécos, aonde com a muita frequencia se esmurra o nariz e se alejão as canelas, e aonde, talvez, lhe faça mais conta o escuro do que os candieiros, apesar da sua queixa contra a falta d'elles.

Em quanto ás torcidas, com que conclue a sua correspondencia, aconselhando-nos que applicemos algumas aos candieiros, ou ao Arrematante, nós asseveramos ao *homem da roça inimigo das trevas* que por bem da humanidade as iremos applicando aos mais necessitados.

He neste N.º 3 do Farol Maranhense que vem desmentido de hum modo authentico o Cidadão *amante do bem publico*, Cidadão *planista* com o que he dos outros, e que dezeja *para bem geral* que se restabeleça a *estiva*, (no que concordamos) apontando para isto meios imaginarios, e sempre de maneira que prejudique o caracter de homens probos, imputando-lhe a retenção de sommas legadas para differentes fins, quando a applicação já estava feita.

Assim aquelle Cidadão *do bem publico* pelo avêssô affirmou em o n.º 1.º do Farol que, tendo sido legadas avultadas quantias á Caza da Santa Misericordia desta Cidade, bem como a de Rs. 20:000\$000 pelo falecido Alcaide-mór o Sr. Joze Gonçalves da Silva, de que he testamenteiro o Sr. Manoel Lopes da Costa; a quantia de Rs. 12:000\$000 pelo falecido Sr. Manoel Joze Monteiro; outra igual pelo falecido Sr. Antonio Joze Gomes Cascaes, e outra de Rs. 8:000\$000, pelo Cazal do falecido Sr. Commendador Caetano Joze Teixeira, dormião estas sommas em poder dos testamenteiros, e se estavam em giro, devia entender-se, ou presumir-se que era em beneficio dos testamenteiros. O Sr. Manoel Lopes da Costa desmascarou aquelle impostor, pelo documento transcripto a p. g. 15 do mesmo Farol.

Quanto ás sommas, que o Cidadão *amante* diz foraõ legadas á mesma Santa Caza, temos averiguado que D. Maria da Silva, viuva de Ma-

lavento que poder alcançar, d'onde correrá toda a costa alhe entrar neste porto, afim de ver se encontra o Corsario que se acha na costa, ou se obtem noticia d'elle; e quando tenha desconfiança que o referido Corsario se acha mais abarlavento do ponto da costa que alcançar na sua volta, empregará todos os meios que julgar mais convenientes para o descobrir, conservando-se sempre a barlavento deste porto por ser o lugar fixo onde todas as embarcações que demandão esta barra vão tomar, e só hirá a sotavento, se tiver toda a certeza que alli se acha o sobredito Corsario, não deyendo passar nunca para sotavento da Ilha de S. João. Logo que o dito Commandante encontre o Corsario de que se trata engajará combate se as suas circumstancias permitirem, devendo recolher-se a este no porto, no prazo de quinze dias, que excederá unicamente no caso de grande urgencia, attentas as circumstancias em que fica esta Provincia por falta de embarcações de guerra. Este Governo confiado nos conhecimentos, inteireza, e probidade do Commandante do dito Brigue-Escuna Leopoldina, espera que elle cumprirá esta importante commissão, com aquelle zelo, e actividade, que tem sempre manifestado pelo bem publico, pelo serviço de S. M. o Imperador, e Nação.

Maranhão, Palacio do Governo em 25 de Mayo de 1827. 25.5

Outro sim certifico que o mesmo Supplicante demorou-se no sobredito cruzeiro 52 dias.

Maranhão Secretaria do Governo em 18 de Janeiro de 1828. 18.1

Joaquim Ferreira França.

Sr. Redactor da Bandurra.

Hum Compadre meo, estabelecido no Certão, e que veio vender suas boiadas, acha-se fazendo suas cobranças no baixo Itapucurú, e lhe chegarão diferentes periodicos desta Cidade, e da sua leitura resultou a carta inclusa que lhe remetto por me parecer interessante; V. m. fará della o uso que lhe parecer.

Seu Leitor.

O Compadre de Certanejo.

CARTA DO CERTANEJO.

Meo Compadre, e Sr. de muito minha estimação: muito heide estimar que a presente ache a V. m. com saude perfeita na companhia de minha Comadre pois a minha he boa para fazer o que V. m. me mandar.

Aqui chegarão ao dono da caza, onde estou arranchado, as gazetas dessa Cidade, e algumas de novo feitio; eu as tenho lido todas,

porque dão-me tempo para tudo os meus devedores. Nellas vejo que os ~~periodiquinistas~~ estão zangados. A primeira que me cahio no laço foi huina, que tem nome de *Minerva* e o seu *Relator* me parece hum bem creado moço, mas muito acanhado nas fallas; agora o outro que se chama....que se chama....ó meu Compadre....não me lembro....tenho o nome debaixo....mas elle he assim como cousa de *Faraó* pouco mais, pouco menos, o diabo do *Cirurgião* levou as gazetas....mas eu direi. O tal *Faraó* diz cousas *muito boas*, e que muito me agradão; e li com muita satisfação aquelles pedaços que elle tirou da *Astréa da Corte* que fôrão ditos, e palavriados na assembléa por...por...tambem o tenho debaixo....ah! sim já me lembro por o Sr. *Odo-*
rico Mendes, que he deputado. O' Compadre, o homem da assembléa he extravagante, e *tribulento*, mas falla muito em como he melhor ser livres, e não escravos, e isto he bom, e se vaiasim a liberdade de falar, e de escrever, temos tambem logo a liberdade de fazer o que nos vier ao juizo. O' Compadre, se assim vai a liberdade ainda espero ir a essa Cidade e jogar os coices no largo de Palacio, e athe dar alguns em alguém e isto não vai contra a liberdade do *Faraó*, e lá do outro homem *tribulento*. Huma cousa falou elle, que não póde haver melhor, e he aquella da Lei que elle requereo para a Nação não pagar o que deve a certos homens, que fôrão Constitucionaes de Portugal, e que fôrão teimosos por aquella Constituição, mas que, depois que abusarão della, são bons Constitucionaes de cá; elle quer que a estes homens não se pague o que se lhes deve. O' Compadre se sahe a Lei da Nação não pagar áquelles, eu espicho

a Lei, e muitos a hão-de espichar, e digo não se deve pagar a ninguém. Aqui entre nós, meo Compadre, se se sonhar por lá que vem a Lei, avise-me logo onde quer que eu estiver, com segredo, porque entonce eu vou violento cobrar todas as minhas dividas com toda a *liberdade do Paraó*, e seja como fôr, e depois dêço ahi, tomo muita fazenda fiada, vou para o Certão; sahe a Lei, e como a temos espichada para chegar tambem para nós, não pago, em conformidade da lei. Tambem veio com as outras huma gazeta de novo feitio chamada Bandurra; o seu Escripturario me pareceo homem capaz; só não posso ir com elle a respeito da liberdade, elle quer que seja mais pequena, e que o Cidadão só possa fazer o que lei manda, ou o que a lei não prohibe; eu, estou inclinado antes á outra liberdade dos *couces e de não pagar*.

Meo Compadre, tive Carta da familia, e huma noticia muito mâ. Tambem me escreveo o Vigario, e me diz sua Comadre e o Reverendo, que estão outra vez acêzas as Ordenanças; que lá por aquelles centros he huma péste, que estava ha annos adormecida, mas agora appareceo com força, e vai fazendo nos moços huma grande estripação para a praça.

Oh meo compadre, V. m. não sabe o prejuizo, que fazem as Ordenanças por lá; matta hum homem de tempos em tempos a sua rêz; o homem tem filhos não quer que os peguem para a praça, e lá vai sempre o trazeiro para o Sr. Capitão-mór, o lombo para o Sr. Sargento-mór, outro para o Sr. Alferes; muitas vezes he preciso alguma attestação do Parocho, para acudir aos moços, e lá vai o Rabo para o Vigario, que he bocado muito de seo gosto, e mais al-

guma couza, a Lingoa para o Sargento para não fazer *tucaia* aos moços, e calar a boca, e muitas vezes o que vem a ficar na familia são os Chifres: mata-se o Capádo, e lá vai outra vez lombo a hum, lombo a outro, figado, e coração ao Cirurgiaõ, orelhas e serrabulho ao Sargento, e aos cabos. Ora bem vê, meo Compadre, que assim por mais rezes, e mais capados que se matem sempre a caza está faminta, e isto já estava antigamente como por costume, e agora como esta tiopa reviveo, certamente vem a ser o mesmo. Se V. m., como está ahi na Cidade, podesse alcançar que fosse abaixo esse costume dos trazeiros, e dos lombos, que he o mais pezado, ainda que gastasse o valor de duas rezes, ou hum capado com quem fizesse o requerimento, tudo ficava bem, porque entãõ eu, em me recolhendo a caza, me arranjaría para tirar o rabo ao Vigario, os figados ao Cirurgiaõ, a Lingoa ao Sargento, e as orelhas aos Cabos, com o exemplo de não haverem já trazeiros para os Capitaens-móres, e lombos para os Sargentos-móres, e Alferes.

Se V. m. não poder conseguir que isto vá abaixo, entãõ faça força para eu ser Capitão-mór, ou Sargento-mór e se isto tambem não poder conseguir, quero ser Alferes, pois dizem por lá, e tambem por aqui tenho ouvido, que Alferes se fazem sem numero, ou contagem certa.

Saberá V. m. que o meo filho Hermenegildo da Esperança de Jesus Sózinho já tem ordens *sacro-santas*, e não póde ir acima pela auzencia do Bispo; como V. m. daqui a pouco vai para o Rio de Janeiro, recomendo-lhe muito que veja se lhe alcança por lá huma renuncia de Vigario, de Conego, ou mesmo de Bispo,

ainda que custe a renuncia athe ao rendimento do primeiro anno; pois elle está resolutto athe a ser Bispo só por fazer este serviço á Patria; o menino merece tudo; ainda na vespera, que botei a boiada elle falou hum latim tão grego como qualquer Doutor, que parecia humma esquipada; nem o Vigario, que só fazia abrir huns olhos muito grandes para elle, o entendeu; tenho ouvido dizer que nestas renunciass ha humma couza a que chamão *sinfonia* que he peccado; não faça cazo disso que he bagatella.

Fala se muito de continuar a Guerra do Sul; meo Compadre, eu assento, que a tal guerra não vale nada, mas vai gente para lá; ora o seu affilhado, o Policarpo, e o Anacleto, estão já moços guerreiros, e como se accenderão as Ordenanças tenho medo que alistrem algum, porisso lhe peço muito que, em chegando á Corte veja se me alcança lá assim como couza de privilegio da Bulla, ou outra couza, que livre os mininos da praça, ainda que custe algumas patacas, de sorte que elles não vão lá, o mais paciencia; basta que peguem vadios, e tribulentos; mas o peor he quedizem por aqui que o Governo das Armas do Maranhão só quer moços bons, bem criados, e de bons costumes, e que tem rejeitado vadios, que se lhe tem mandado; elle, aqui para nós meo Compadre, tem razão, e fáz o que deve, porque em vadios não ha fiança, mas isso vai fazer nos moços bem criados, e que tem de seo alguma couza, humma estripação de mil diabos; quando nós aqui somos muito uteis á Nação, e dezejamos muito servir a Patria, porque somos muito patriotas, e estamos promptos a comprar bois para a Nação, dando-nos o dinheiro adiantado, porque pôde sahir a

Lei que requereo aquelle homem tribulento, e não se pagarem os bois.

Por huma das Gazetas do Escriptuario ~~Fa-~~
raó (tomára saber já o nome direito) eu vi que
está perto a funcção dos Deleitores; ó Compadre,
na passada eu estive na ponta do beijo, vai não
vai para ser Deleitor, e eu tinha arranjado os
pãozinhos; mas os *escrudinhadores* receberão cer-
tas listras, e deraõ lhe volta, de sorte que eu
fiquei a olhar, o que foi huma injustiça que me
fizeraõ, pois se eu fosse, as couzas haviãõ ser
direitas; e eu tinha emprestado os bancos para
a deleição; porém cá me fica, e agora vou para
cima dispôr o laço, e se eu vir que não péga
para ser deleitor não empresto os bancos, e não
me importo que fação a deleição de cócras por
falta de assento.

Meo Compadre, o portador está de viagem,
não posso ser mais extenso; tenha muito a seo
cuidado as minhas recomendaçoens, as que saõ
para essa Cidade, e as outras para a Corte, e
agora lhe offereço o meo affecto, e tambem lhe
offereço o de sua Comadre do qual póde dispôr
como seu; e mande-me a benção para o seu affi-
lhado, e todos pedimos a Deos que o guarde
como lhe dezeja.

Este seo Compadre muito venerador.

Matta da Onça 27 de
Janeiro de 1828.

Manoel do Nascimento de Jezus Sózinho.

BANDURRA AFFINADA.

SEGUNDA PARTE.

*Legum denique ideo servi sumus, ut
liberi esse possimus:*

Cicero. pro Cluentio

POLITICA.

PRINCIPIOS GERAES DE DIREITO PUBLICO CONSTITUCIONAL
continuado de fl. 58.

PROBLEMA.

*Se ha necessidade, ou não, de huma Constituição
Politica.*

Temos dito que para huma Nação ser bem governada he necessario que ella tenha huma Constituição politica, pela qual se reserve certos direitos, como, por exemplo, o de concorrer para a formação das leis por meio de seus Representantes, e que os Poderes Politicos estejam divididos, e distribuidos do modo que tambem já dissemos.

Não o acreditaõ assim alguns Publicistas, aliás muito bons philosophos. O que importa a hum povo, dizem elles, he ter boas leis, e que estas sejam bem executadas; em quanto assim succeder, lhes he muito indifferente ter, ou não ter concorrido para a formação d'ellas, e que o Poder Executivo esteja reunido ao Legislativo, ou separado d'elle. Hum povo, que não tiver huma Constituição Política, poderá ser hum pouco menos livre, do que hum Povo constituído, segundo o sentido, em que se tomar a palavra *Liberdade*: porém que importa isto, (dizem estes Publicistas)? A liberdade não he o fim, ou objecto da Associação Política, mas sim a felicidade; e hum povo menos livre pôde ser mais feliz do que outro mais livre.

Assim discorrem; mas tudo isto he mais especioso, do que sólido. Sabe-se que hum povo pôde ser feliz governado por hum *déspota* virtuoso, que respeite os direitos dos homens; elle fará boas leis, as observará, e as fará observar pontualmente; mas suas virtudes serão a unica garantia, que a sociedade tenha da sua felicidade; e estas virtudes não se herdão como os sceptros. A Persia só contou hum *Abas* o Grande; e quem poderá affiançar aos Turcos que todos os seus Sultões serão taes como Selim 2.º?

A Constituição Política de huma Nação não só declara os direitos dos Cidadãos, mas lhe assegura o exercicio delles: o Cidadão não he livre, por exemplo, porque a Constituição lhe chama livre; o Cidadão já era livre antes que a Constituição lhe chamasse livre, pois esta não faz mais que reconhecer esta liberdade do Cidadão, e prestar-lhe os meios proprios de garantir-lhe o seu exercicio: esta liberdade consiste no poder

que tem o Cidadão de fazer tudo o que a lei não prohibe, ou deixar de fazer aquillo que ella não manda.

Na verdade, o que mais importa a hum povo he ter boas leis, e que estas leis sejam bem executadas; mas para isto he necessario, que as faça aquelle, que conhece melhor o que necessita, este he o povo, que assim o faz pelos seus representantes, e para que estas leis se observem á risca, ou religiosamente he essencial que o Poder Executivo esteja separado do Poder Legislativo, e do Poder Judicial.

Huma Constituição politica he hum meio de ter boas leis secundarias, pois lhe fornece as bases de serem bem executadas, porque liga a deveres restrictos os executores das mesmas leis; e de assegurar os direitos do homem; direitos que serão sempre precários, em quanto dependerem das qualidades pessoases de hum, ou de muitos homens, a quem se commetta o Governo, e não unicamente de huma lei fundamental.

A liberdade he verdadeiramente hum meio de conseguir a felicidade, unico ou principal fim das associações politicas; he porém hum meio tão necessario, que se confunde com o seu fim; e já houve hum sabio publicista, que estabeleceo que a liberdade e a felicidade são huma, e a mesma cousa.

He certo que a liberdade não póde conservar-se sem fazer sacrificio de parte della mesma: d'aqui se segue, que a melhor Constituição politica he aquella, que faz que a porção sacrificada seja a menor possivel: a Constituição escravisava em parte o homem; porém não de outro homem, e só sim da lei, que priva igualmente a todos os Cidadãos de huma pequena porção de

sua liberdade, para fazer que elles gozem tranquillamente do resto.

Voltaire, Montesquieu, e outros sabios pretendem que não ha governo algum sobre a terra que seja verdadeiramente despótico; pois que o mesmo Imperio Turco tem sua Constituição no Alcorão, da qual nem sempre se apartão os Despotas. Se pois, (perguntão os partidarios do despotismo, inimigos das idéas liberaes,) os mesmos governos despoticos tem sua Constituição, em que consiste este furor dos povos de agora pelas constituições politicas? A resposta he bem facil; os povos de agora querem boas Constituições; he o que dezejam, he o que necessitam aquelles que ainda a não tem; huma Constituição que os não submetta ao homem, que os sujeite á lei, huma Constituição em fim, que os faça felices.

Os povos tem visto por experiencia, que todas as antigas Constituições fundadas em huma obediencia passiva, os tem feito desgraçados, e porisso querem outras, que se fundem na razão e na justiça, e elles querem muito bem.

A primeira necessidade dos povos he a paz, sem a qual nem pôde prosperar a industria, nem propagarem-se as luzes, nem dedicarem-se os homens a trabalhos de que o resultado seja a felicidade commum, objecto e meio das associações civis; e quem he que não vê que quando a páz não está apoiada sobre leis estaveis, sobre huma Constituição politica sempre será pouco segura? Quando hum homem pôde fazer a guerra pelos interesses de sua familia, de sua pessoa, ou da sua vaidade, que segurança, que garantia pôde haver de que o não fará, e que antes queira a páz? A necessidade da páz prova pois tambem a necessidade de huma **CONSTITUIÇÃO POLITICA**, que he o que se queria demonstrar.

(o)s(o)s(o)s(o)s(o)s(o)

P R O B L E M A.

Dada esta Constituição, que direitos deve garantir ao Cidadão; 1.º Direito—Igualdade.

A resolução no N.º seguinte.

A V I S O.

Vamos fazer imprimir em hum folheto separado, e talvez se possaõ publicar já com o numero que se segue, as instrucçoens de 26 de Março de 1824 para as Eleiçoens de Senadores, e Deputados, a que se deve proceder logo que baixe o Decreto para a respectiva convocação; para todos ficarem ao alcance do que devem fazer logo desde as primeiras votações. 26-3.

Este folheto será gratuito para os Sr. Assignantes da BANDURRA e se lhes darão tantos quantos forem os exemplares da sua assignatura.

Para os Srs., que não forem assignantes, e os quizerem comprar, se venderão pelo preço, que sahirem, cobrindo tão-sómente a despeza do papel, e impressão. Graças á Providencia, e á nossa honrada industria, não escrevemos para

que o ganho nos sacie a fome, nem nos assalariámos para ser vehiculo da maledicencia alheia; nem fazemos pezo á Nação recebendo della ordenados, ou salarios: resolvemo-nos a esta não pequena taréfa para obstar de algum modo á desenfreáda licença, e não bem entendida liberdade, de alguns escriptores, e porisso somos francos em nossos escriptos.

Distribuidas as Instrucçoens para as Eleiçoens, fallaremos destas; não designaremos em nossas reflexoens ~~qual~~ ~~alguma~~ pessoa nem directa, nem indirectamente para, que não se nos impute suborno; mas recomendaremos, e pediremos a todos que escolhão primeiro homens de probidade, depois homens de luzes, e bons conhecimentos, e que prefiraõ a tudo a reuniaõ destas duas qualidades.

A BANDURRA.

N.º 3

MARÇO 6 DE 1828.

PRIMEIRA PARTE. 144 = 15

Continuação do *Andantino* pelo tom de F...F..
de pag. 113.

EM ESPECIES DISSONANTES.

DEIXAMOS o Almocreve das pêtas, Farol, porém de pêtas perigozas, de pêtas subversivas, insultantes, dezaforadas, em hum vasto campo que se lhe offerceco para mostrar seo patriotismo fazendo panegirico do *Unico* Maranhense, que desde que ha Assembléas Nacionaes tem sido o *Unico...! Unico...!*

Por esta expozição do Farol he evidente que o seo patriotismo he *indirecto*; isto he, o do Farol tem Patriotismo, não por querer bem á sua Patria *directamente*, nem por amor á Independencia della, nem ao Imperador; tem o do Farol patriotismo porque se lhe offerce para o mostrar hum vasto campo, e vem a ser, fazer

A 2

panegiricos ao *Unico* desde que ha Assembléas Nacionaes, o Sr. Odorico; he pois o patriotismo do Farol, huma carambóla por tabella.

Americanos do Norte, dissolvei vosso Congresso, porque não tendes lá hum *Unico*, que sustente vossa liberdade, e independencia nacional; Camaras dos ~~Pares~~, e dos Communs da Inglaterra, clausurái-vos por huma vez, e envergonhai-vos de não ter lá hum *Unico*: os vossos Pitts, Fox, e quantos heróes da liberdade vos tem hourado, não valem huma pitada de tabaco em comparação do *Unico* do Sr. Farol. Vós, que viveis entre as montanhas da Suissa cobertas de gêlo, e que respiraes só liberdade, chorai sobre vossa sorte, pois que não possuís o *Unico*, que desde que ha Assembléas Nacionaes, he o *Unico*, cuja intrepidez o faz expor francamente suas liberaes e patrioticas opinioens! Brasileiros de todo o Imperio que tendes sido nomeados para Representantes da Nação, e que tendes feito soar no augusto recinto as vozes, com que exprimis vossos sentimentos, a favor da mesma Nação, correi-vos todos de vergonha; pois desde que ha Assembléas Nacionaes o Sr. Odorico he o *Unico* intrepido, que tem apparecido; sim, envergonhai-vos, vós sois huns fraqueiroens á vista d'elle.

Agora faz o do Farol em tom ascetico hum convite aos ~~inimigos do Sr. Odorico~~, e lhes diz=
~~Inimigos do Sr. Odorico~~, metei a mão nas vossas consciencias, esquecei por hum pouco esse antigo rancôr, que lhe tendes, porém que he mal-fundado, e véde se nelle não descobríis o exemplo da honra, do desinteresse, e do patriotismo! Quasi, quasi que o Sr. do Farol accrescenta=nomeai o infalivelmente para ~~Deputado~~=E então isto não he hum descarado suborno?

Protesta o do Farol que jámais teve intenção de particularisa. alguem; quando a sua tarefa não tem sido outra não meter á cara o Sr. Odorico para Deputado. Redactor do Farol he hum tólo, pois se queria promover a recondução do Sr. Odorico, que tal. lhe não encomendasse hum tal sermão, fosse mais discreto, mais moderado, não quizesse levar as cousas de assalto; pois assim manifestou as intenções, declarou o soborno, contra o qual se póde, athe, protestar no acto das eleições. Deveria dispôr as figuras como, parece, se arranjou nas eleições passadas, por exemplo: o Sr. Lobo, hoje Deputado por esta Provincia, vendo-se substituido na presidencia da mesma para que fôra nomeado interinamente, não por Carta Imperial, mas pela graça de Lord Cochrane, tinha de deixar esta Provincia, e assim era melhor sahir della Deputado, do que cousa nenhuma; que fizerão pois para isto os seus amigos? Principiarão a fallar de eleições com os mesmos que sabião erão inimigos do Sr. Lobo, persuadindo-lhes que era bom—vermo-nos livres daquelle diabo=(dizião elles,) e que o meio bem proprio era votar n'elle para Deputado; e com estes astutos manejos, suggeridos por elle ou por seos amigos, pois não sabemos se elle entrou n'isso, foi eleito Deputado o Sr. Lobo. Porque, Sr. do Faról, não uzou V. m. dos mesmos, ou semelhantes manejos a respeito do Sr. Odorico? Mas não; V. m. espevitou as luzes do seo Faról, e fez d'elle hum Santo Passo, e do Sr. Odorico hum Ecce Homo; eis aqui o homem, que deve ser Deputado, o Sr. Odorico e ninguem mais, porque elle he o unico intrepido desde que ha Assembléas Nacionaes.

Passa o do Faról a mostrar seo receio de.

que o Redactor Bandurra tenha pertenções de ser Deputado, *quod sit*; para isto, depois de dizer que elle (o Sr. Farol) não compõem parte alguma de *Boala*, (falla verdade, elle compõem a cabeça toda, e não parte) entra a descompor o Redactor da Bandurra, chamando-lhe feio debaixo do nome de Ouranguthango: ajuda agora sabemos que para ser Deputado he preciso ter *bons queixos*; e dando-lhe ainda com o Sr. Odorico, exclama—o que será d'esta *Provincia*, se não estiver na *Assembléa* o Sr. Odorico, (eis a continuação do suborno) e lhe for substituir o Ouranguthango? O que será de seus interesses? Vamos a isto devagarinho. Nem o Sr. Odorico, nem o Redactor da Bandurra devem ser Deputados. O Sr. Odorico não o deve ser, porque não está na conformidade da Ley; esta manda que os que forem eleitos Deputados tenham de renda liquida 400\$000 rs. ou em bens, ou por commercio, emprêgo, ou por industria: he o que não tem o Sr. Odorico, pois da terça da herança do Capitão-mor Francisco Raymundo da Cunha, que lhe foi deixada como beneficio feito a hum menino (o Sr. Odorico) que fôra creado em sua casa, nada lhe resulta porque o débito passivo daquelle casal excede as forças d'elle; não consta tenha commercio, nem outros alguns meios de subsistencia: por este principio a Ley o repellia da Deputação; mas veio em seu soccorro a protecção do seu amigo Lobo, e lhe foi dada a cadeira de Rethorica d'esta Cidade, como emplasto confortivo em finanças para se considerar no cazo da Ley e poder ser eleito. Assim mesmo não está, como se pertende no caso da Ley, pois os réditos d'aquella industria cessarão logo que foi a Deputado, e

tanto assim, que outro está percebendo o interesse daquella Cadeira.

O Redactor da Bandurra tem, pelo nobre officio que exercita, muito além d'aquelle rendimento liquido, além ainda de alguma pequena propriedade; mas assim mesmo o Redactor da Bandurra não se considera em circumstancias de merecer aquella honra. 1.º, porque sua falta de luzes, e conhecimentos proprios o exclue, e o Redactor da Bandurra não tem o atrevimento da ignorancia. 2.º, porque o seu estado actual de saude não lhe permite emprehender aquella vigem, nem se considera com forças fisicas sufficientes para aquella ardua tarefa, e o Redactor da Bandurra sempre dezejou e tem procurado ser exato nos deveres a que se entrega; e em 3.º luga finalmente porque, havendo em Maranhão hum Unico, que só deve ser Deputado, ficando todo o resto, e jámais pôde ter lugar a eleição do Redactor da Bandurra. Por estes motivos convém em que não deve ser Deputado; porém não plos motivos a que passa o descarado Redactor do Farol.

Liz elle:—o Redactor da Bandurra foi homem de todos os partidos:—MENTE; e os factos são tão recentes, que he preciso ter todo o descaramento do Redactor do Farol para publicar cousas contra aquillo, que ha dois dias se virão entre nós: appellamos pois para o testemunho público a este respeito. Diz mais:—que no nosso paiz natal entregamos huma Praça ao inimigo:— MENTE o do Farol; jámais naquelle paiz estivemos em Praça alguma. Continúa, dizendo—que para nos subtrahirmos, fazendo-nos desconhecido, ás penas de hum tal crime, deixamos arrancar ou tirar voluntariamente hum olho—:

B 2

apesar de protestarmos perguntar por isto no Ju-
ry ao Sr. Redactor do Farol, pois que são im-
putações atrozmente injuriosas, e de summa fal-
sidade, por agora exclamaremos tão-sómente.

*O' vós omnes, qui transitis per viam, attendite,
et videte quanta lumina sunt in carótula redac-
toris Bandurra!*

Sim, attendei, e vêde bem quantos olhos ten-
na cara aquelle Redactor! *Sunt duo, sunt duo*
in ore uno, dirão todos; são dois, são dois os
olhos que tem na cara o Redactor da Bandir-
ra. Mas se o Sr. do Farol ainda quer duviar,
chegue-se, chegue-se, desengane-se pela insec-
ção occular; chegue-se que uós lhe toleranos,
ainda que, para se desenganar, toque no ólho

Se pois a perda do olho he consequencia da
entrega da Praça, e se tal perda não existe pois
temos dois olhos na cara, segue-se a não existen-
cia daquella entrega. Esta historinha da entre-
ga da Praça tem sido desmentida, e se tem pro-
vado completamente o contrario diferentes vezes,
e he sómente este o ataque favorito, que nos
dirigem nossos inimigos.

Esta Praça de que se nos imputa a entrega,
he a Praça d'Almeida em Portugal, á qual nun-
ca fomos, e agora, agora mesmo que ns chega
á mão o Farol N.º 11, o seu Redactor, por ef-
feito de suas continuadas incoherencias, deo hum
testimunho authenticos desta verdade, e do seu
pessimo character. A pag. 59 diz elle.—que o
Redactor da Bandurra desertou em 11 de Junho
de 1808; formemos pois o argumento. A Praça
d'Almeida cahio em poder dos inimigos em fins

de Setembro de 1810; ora, se deixámos de servir em 11 de Junho de 1808, como poderíamos fazer a entrega da Praça d'Almeida em 1810!? Deixemos pois isto, já basta; a Ley nos desagrarará: vamos a cousas de interesse mais geral.

Eleitores futuros, diz o do Farol, *as ameaças e as promessas vos devem ser indifferentes*: nós também dizemos o mesmo; sim, *Eleitores futuros*, segui só a vossa consciencia, regeitai todos os que vos forem inculcados, e metidos á cara; já vos dissemos isto, e vo-lo tornamos a repetir: escolhei bem; pois que nisto vai a felicidade da vossa Patria.

A pag. 42 do mesmo N.º 7, diz o Redactor do Farol—*somos accusados de anarquistas, revolucionarios; com tudo os nossos escriptos nunca chegarão a avançar como fez o Sr. Bandurra, que a Carta do Maranhense Constitucional só tinha certa applicação que elle sabia!!* Isto, por outro portuguez, quer dizer pancada e mais pancada! Só a cabeça desarranjada do Redactor do Farol poderia tirar huma tal consequencia. A applicação, que se manda fazer á Carta do Constitucional Maranhense, he aquella mesma que costuma dar-se a todos os papeis inúteis; nem o que succedeo, e allí aponta o do Farol, pôde ser consequencia daquella applicação da Carta.

Ainda nos inclinamos a suppor que aquelle Redactor entrou bem em nosso sentido; mas em fim são cousas do Redactor do Farol, ou daquelles, de quem elle he *la Marionnette*.

FAROL

N.º 8.

A pag. 46 fez o Redactor suas reflexões sobre os boatos, que corrêraõ de fechar-se a Typographia para obstar á licença de alguns escriptos actualmente publicados: sempre nos pareceo que o Governo o não faria, pois que a Imprensa tem huma Ley para cohibir os seus abusos, e só poderia ter lugar huma tal resolução quando, por effeito de taes escriptos, fosse imminente e infallivel o perigo da segurança pública, (o que na verdade não suppomos) pois então vogaria a primeira e a suprema de todas as Leys; *salus populi suprema lex est.*

Em quanto o Redactor do Farol não sahio de principios geraes, foi bem; mas depois extravagou, na fórma de seu costume. Elle nos diz a pag. 47 do mesmo N.º—

Cuidão que, se hum Presidente, hum Governador das Armas, hum Desembargador, ou outro qualquer Empregado errar ou cometer crimes, não devem ser censurados só pelo facto de serem Presidentes, Governadores d'Armas, ou Desembargadores!! Aqui, aqui o Sr. Redactor do Farol il a resté court. Não he para publicar os defeitos e erros d'Empregados públicos, nem os vícios dos Cidadãos que se estabeleceo a Imprensa; e isto he tanto verdade, que a Ley, que regula a Imprensa, fulmina penas e castiga aquelles, que as-

sim escrevem; logo como póde ser livre ao do Farol, ou qualquer escriptor o censurar os defeitos d'Empregados públicos, e de outro Cidadão, quando a Ley o prohibe e não quer, pois se o quizesse, não importaria taes penas? Se hum Escriptor tem a licença de censurar pela Imprensa os defeitos das Authoridades, esta licença he extensiva sem duvida a todo e qualquer Cidadão, logo que saiba escrever, ou que tenha huma lingua depravada; então menoscabando-se as Authoridades, perde-se-lhes totalmente o respeito: quando a conservação do respeito ás Authoridades Constituidas he a base da boa ordem, esta cabe quando aquelle falta, e então os individuos, que fazem o todo da sociedade, dirigindo-se a seu arbitrio e a sabor de seus caprichos, presentão a imagem da anarquia graduada pela maior ou menor massa do Povo, que desconhece, ou despreza aquellas Authoridades, que lhe fôrão dadas para moderadoras de suas acções, para mostrar-lhe a conveniencia que ellas devem ter com a Ley, e applicar-lhe sua sancção quando della discrepão.

Desenganemono-s que, detrahidas as Authoridades, se não respeitão; não respeitadas, não se lhes obedece, e não se lhes obedecendo..... tirai vós, meus Leitores, as consequencias.

Desenganemo-nos que, patentes os vicios dos Cidadãos se tornão despreziveis estes; tornados despreziveis, não se amão; não se amando, não se unem para o bem, e não se unindo..... tirai, Leitores, as consequencias.

Deixemos pois este *babaréo* do Redactor do Farol, que he hum verdadeiro *galimatias*, e confirmemos a opposição, que fazemos ao que elle diz, com a maior e mais respeitavel das Autho-

ridades: são expressões de S. M. o Imperador, expressões, que deverião ser exaradas com letras de ouro, para sobresahirem na pagina brilhante da Historia Brasileira. Na Falla que S. M. o Imperador pronunciou na Camara dos Senadores no dia 6 de Maio de 1826, na Abertura da Assembléa Nacional, Disse assim—

” A mór parte dos Senadores e Deputados, que compõe esta Assembléa, bem lembrados devem estar dos males, que algumas Nações tem soffrido, provenientes da falta de respeito devido ás Authoridades Constituidas, quando estas são ATTACADAS e MENOS-CABADAS, em vez de serem accusadas, e processadas, conforme he de Ley, e de justiça universal.

Assim Fallou o CHEFE do Imperio, e esta falla tem sem duvida assento na Ley, que regula a Imprensa, como nos parece temos demonstrado.

——*—*—*—*—*

A BANDURRA

*Continúa em tom menor, piano e com surdina
ao Redactor do Farol.*

Para chegarmos ao ponto de destruir o artigo inserido em o N.º 10 do Farol a pag. 53, e que diz ser—*Correspondencia ao Redactor do Farol sobre o 1.º N.º da Bandurra*, e mostrarmos que no Brasil não ha despotismo, como alí se per-

tende, transcreveremos algumas reflexões collidas de differentes partes para depois fazermos d'ellas a devida applicação, e estabelecermos a verdade, que annunciamos. Principiaremos pois demonstrando a=

Origem e necessidade do Governo Civil.

Se os homens fossem todos perfeitamente bons, e convenientemente sabios; se podessem discernir os meios de tendencia directa ou indirecta ao bem geral da sua especie, se os empregassem bem e fizessem a justa e devida applicação, nada faltaria á sua perfeita, e completa felicidade; mas a experiencia diaria nos mostra que isto não he assim: de que se segue a necessidade da autoridade civil. He pois claro que esta authoridade civil não tem por base senão a imperfeição ou a depravação dos homens, ou huma e outra couza ao mesmo tempo.

Quando muitos Authores antigos definem o homem hum animal creado para a sociedade civil, ou naturalmente proprio para ella, não querem por isto dizer-nos que o homem dezeje naturalmente estar submettido a leis. Ninguém dezeja sujeitar suas acções á direcção alheia, e ainda menos fazer a outrem senhor de sua propriedade, e de sua vida: para que isto assim succeda he indispensavel que os homens tenham reconhecido que os males, e os perigos inherentes á anarchia excedem muito áquelles, a que se expõem submetendo suas pessoas e seus haveres á direcção de outras, que vigiem sobre a segurança commum. Elles tem preferido viver debaixo das leis do governo civil, tanto por cauza das vantagens, que nelle já encontram,

c

como por aquellas, que o mesmo governo procura á humanidade.

Se se estuda e medita sobre a corrupção dos homens, conhece-se a necessidade do governo civil. A maior parte dos homens tendem á prepotencia, gostão de opprimir quando pôdem fazer-o impunemente, e quando são mais tocados pelas vantagens presentes, que pelos males remotos, que pôdem sobrevir-lhe como effeitos de suas injustiças; avareza e ambição, estas duas paixões, são os moveis primeiros de todos estes males. Foi preciso pois achar hum remedio a elles, e obstar a estas perigosas disposições, mas hum remedio, de que o effeito fosse prompto e sensivel; e o mais efficaç que se encontrou, foi o estabelecimento de huma authoridade civil revestida de huma força sufficiente para manter a justiça, e punir aquelles, que prejudicão seus semelhantes. Ainda que o commum dos homens, ou mesmo cada individuo seja máo e injusto, será com tudo raro que estando unidos fação leis iniquas: todos tem hum sentimento do justo e do injusto. O homem pôde, por seu bel-prazer, por seu interesse, ou por satisfazer qualquer paixão, obrar contra o intimo sentimento, que tem da justiça; mas os outros homens, que não tem interesse algum no que faz aquelle, olharão para elle com horror, e se excitará nelles a mais exaltada indignação. Como todos os outros tem os mesmos sentimentos, não concordarão jámais, ou quasi nunca a fazer leys injustas, ainda que algum não seja assaz firme em os principios da equidade, para fazer o que ella lhe dicta, quando acha contradicção a seus interesses ou a suas paixões. Além de que, cada hum em particular receia se lhe fação injustiças, e porisso tambem

elle receia fazel-as aos outros para não attrahir seu ressentimento. He difficil pois que muitas pessoas, ligadas por interesses reciprocos, aproveem a injustiça de hum de seus membros.

A formação das sociedades civis he feita muitas vezes por hum acaso; mas seja como for, ella commumente comprehende actos expressos, ou implicitos; 1.º, cada hum se empenha com todos os outros a reunir-se em hum só corpo, e a regular por hum consentimento commum o que diz respeito á sua conservação, e segurança reciproca: 2.º, regular por huma Constituição a forma do governo.

Nem todas as sociedades tem principiado por estes actos authenticos, mas he evidente que todas ellas são fundadas sobre convenções. Parece pois demonstrada a origem e a necessidade de hum governo civil; e as differentes accepções, em que se toma esta palavra—governo=será materia tratada em alguns dos numeros que seguem, para concluirmos como indicamos, isto he, que no Imperio do Brasil não ha despotismo,

Continuar-se ha.

Escreva disto, ou cousa que se pareça com isto, Sr. Redactor do Farol, e deixe-se de menos-cabar as Authoridades e os Empregados Públicos, patenteando vicios dos Cidadãos para os fazer odiosos a seus Concidadãos, provocando assim a mais pacata moderação, levando-os deste modo a tocarem, por huma especie de represalia, em cousas e pessoas, que jámais serão objecto de seus escriptos, se não fossem os seus insultos, e sua desmedida provocação. Sr. Redactor do Fa-

c 2

rol, não seja tão indiscreto, escreva doutrinas uteis; deixe-se de mexer em tanta cousa, pois o seu N.º 11 nos mostra que V. m. he hum escriptor tão inclinado a meter o nariz em tudo, que até lhe não escapou a cluaca do Hospital.

JACULATORIA AOS SN.^{RS} BRASILEIROS.

*Acompanhada pela Bandurra em tom de g,
sol, re, ut. (olim), e hoje—g, re, sol,
segundo certa ordem de couzas, e se-
gundo certas luzes do seculo.*

BRASILEIROS A'LERTA.

Quando Tacito fallava dos que se inculcavão Coriféos da Liberdade em Roma, este escriptor filosofo dizia, no Livro 16 dos seus *Annaes*—
.....*ut imperium evertant, libertatem praeferrunt;
si everserint, libertatem aggredientur*—. Tacito era hum vidente politico de huma penetração a mais transcendente; sim, Brasileiros, todo o excesso he vicioso, e he condicção das cousas humanas a declinação logo que toção certo ponto. Todo o excedente da liberdade legal he licença, e o resultado da licença he aquillo, que nós já vimos nesta Cidade, e nesta Provincia, e que se pertende desfigurar, dizendo-se em huma das correspondencias do Farol que por alguma gente baixa beber alguns copos de cachaça nas Quitandas e não pagar, se disse logo que se tinham varrido Lojas inteiras de fazendas—: sim, Brasileiros, vós o sabeis, pois o observastes; Lojas de fazendas, e de muito valor ficarão var-

ridas; jámais fallariamos nisto, (pois se deve erguer huma barreira impenetravel entre o passado, e o presente) se o Farol nos não provocasse: he preciso desmentil-o, e para o desmentir he preciso dizer a verdade, ainda que seja amarga. E tambem não fallariamos, se certo Sr. Deputado na Assembléa Legislativa, fallando-se das desgraças d'esta Cidade e Provincia, não dissesse (apezar de Padre) huma heresia; e vem a ser—que as desgraças d'esta Provincia ” eraõ oscillaçoens politicas, necessarias para ” firmar a Independencia.....! Santo Deos! Que heresia!.....O assassinato e o roubo amalgamado com o sangue d'innocentes victimas, para servir de cimento á resolução mais nobre, ao esforço mais heroico dos hourados, e benemeritos Brasileiros! Qual será o plano desta gente, que assim vos empurra Liberdade, ó Brasileiros? Não he difficil de penetrar. Aquelles que assim vos pregarem Liberdade, sejão quem forem, fóra daquella que a Constituição outorga, e que basta para fazer a felicidade do Cidadão, são inimigos do Imperio, e assim vos fallão para que vós tambem o sejaes; e desgostando-vos do systema actual com o engôdo d'esssa Liberdade imaginaria, e engrossando o seo partido, conseguirem (se tanto podessem) transtornar o Imperio, preferindo a tudo a Liberdade illimitada. Mas esta mesma Liberdade, se tal succedesse, seria logo ella e vós victimas do mais cruel despotismo. Se taes homens houvesse, depois de obterem seos fins, mudarião de linguagem para vós, e vos dirião—sois completamente livres, a nós o deveis: pede pois o reconhecimento do bem que vos fizemos, vossos votos para sermos os maioraes da Sociedade—; e constituidos assim á vossa frente, o que

serieis vós? Victimas de seo orgulho, preza de sua ambição e a vareza desmedida, em fim escravos daquelles mesmos, que vos pregarão a Liberdade.

Maranhenses, áleria; os excessos da Liberdade em hum dos Póvos mais illuminados, e que mais avulta na galleria das Nações do Mundo, produzirão monstros, sim produzirão Robespieres, Marats, Santerres, e Dantons. Maranhenses! Chapas fóra; e quanto á liberdade, aquella que a Ley outorga.



A

BANDURRA AFFINADA.

SEGUNDA PARTE. 154 = 9

*Legum denique ideo servi sumus, ut
liberi esse possimus:*

Cicero pro Cluentio

NO dia 25 do proximo passado mez de Fe- 25-2
vereiro apportou nas aguas desta Cidade a Fra-
gata Thetis, transportando a seo bordo o Illm.^o T^{to}
e Exm.^o Sr. Manoel da Costa Pinto, Fidalgo da ~~Manuel~~
Casa de S. M. o Imperador, Commendador da ~~Costa~~
Ordem Militar de S. Bento d'Aviz, Marechal
de Campo dos Exercitos Imperiaes, Lente jubi-
lado da Academia Militar, e Deputado da Direc-
ção da mesma Academia, nomeado por S. M. I.
para Presidente desta Provincia. Tiverão lugar
as respectivas salvas, e o seo desembarque foi
respeitosamente presencado pelas Tropas de 1.^a
e 2.^a Linha da Guarnição desta Cidade, e pela
maioria dos seos Cidadãos.

No dia 28 do predicto mez tomou o mes- 28-2
mo Exm.^o Sr. posse da Presidencia da Provincia;
este acto foi celebrado com a maior solemnidade
e brilho; os Corpos Militares já referidos, pos-
tados no Largo do Palacio debaixo da sua cos-
tumada ordem, aceio, e subordinação, tiverão

naquelle solemne acto a parte que lhes he devida. Conferida a posse nos Paços do Concelho, e rendidas depois as devidas graças ao Altissimo na Igreja Cathedral, retirou-se S. Ex.^a ao Palacio do Governo, salvááo novamente as Fortalezas e as Tropas, entoando-se na frente das mesmas e por ellas correspondidos trez Vivas a S. M. o Imperador; seguio-se finalmente o Cortejo no mesmo Palacio: assim terminou pelas 2 horas da tarde a solemne cerimonia da posse do Presidente desta feliz Provincia o Illm.^o e Exm.^o Sr. Manoel da Costa Pinto.

O Illustrissimo Sr. Vice-Presidente Romualdo Antonio Franco de Sá, reconhecendo cabalmente as virtudes e as sublimes qualidades, que a todos os respeitoz (adornão a pessoa do Excellentissimo Sr. Presidente, não pôde subtrahir-se a manifestal-as na sua Proclamação de 27 daquelle mez; pela qual disse hum saudoso Adeos ao Povo Maranhense: ella he do theor que segue—

PROCLAMAÇÃO.

~~ROMUALDO ANTONIO FRANCO DE SA~~ Tenente Coronel de Cavallaria Milicianna da Villa de Alcantara, e Vice-Presidente da Provincia do Maranhão &c.

MARANHENCES.

SUA Magestade o Imperador, Solicito no bem-estar de Seus fiéis Subditos, não poupa cuidados para os felicitar, e suas vistas Paternaes estão fixas sempre sobre o Seu mais charo objecto, o Povo Brasileiro.

Huma prova convincente desta verdade, e mesmo de predilecção para esta Provincia he a nomeação do Illustrissimo e Excellentissimo Sr. Manoel da Costa Pinto, Marechal de Campo do Exercito do Imperio, para Presidente della. Maranhenses, eu vos dou os mais sinceros parabens.

Prudencia, imparcialidade, luzes, conhecimentos, todos os fructos da grande Mestra do Mundo, a experiencia, lhe fazem cortejo; e são a sua propriedade aquellas virtudes civicas, que devem ornar o Cidadão e o Governante.

Maranhenses, Adeos; eu volto ao soccego dos campos, d'onde me subtrahio a Ley para presidir-vos; levo commigo a doce consolação de vos entregar em paz a mãos habeis, e robustas, em fim dignas de sustentar vossos direitos, de conter no fiel a balança da justiça, de a distribuir com igualdade a todos, promover, e firmar a vossa felicidade. Acompanha-me tambem ao meu retiro a saudade de vossas virtudes, que deixo de presenciar, mas que saberei contemplar e apreciar.

Maranhenses, Viva a Religião Catholica Romana, Viva o nosso Adorado Imperador e a sua Imperial Dynastia, Viva a nossa Constituição, Viva o nosso Excellentissimo Presidente, e Vivão os honrados Maranhenses.

Maranhão, Palacio do Governo em 27 de Fevereiro de 1828.

E eu Joaquim Ferreira França, Secretario do Governo que a fiz escrever, e subscrevi.

Romualdo Antonio Franco de Sá.

PRINCÍPIOS DE DIREITO PÚBLICO CONSTITUCIONAL.
continuado de pag. 126.

PROBLEMA.

Garantido pela Constituição este direito do Cidadão—a Igualdade—qual he o segundo direito a garantir? A Liberdade.

QUE he a liberdade? He esta huma pergunta summamente simples, á qual se poderia dar huma resposta, que o fôsse igualmente, se não se quizesse subtilizar, e sophisticar; porém á força de discorrer, e de falar a respeito de liberdade, á força de escrever sobre ella livros, e mais livros conseguiu-se fazer tão problematico o sentido desta expressão, que apenas se pôde saber que idéa ella exprime verdadeiramente. Pertendeo se-lhe dar huma significação misterioza, entre tanto que a tem muito clara, e Montesquieu mesmo que consagrou tres capitulos inteiros do seu espirito das leis, para tractar da liberdade, della tão sómente nos dá huma idéa vaga. Cada hum, diz este grande homem, tem chamado livre o governo mais conforme ás suas inclinações. D'aqui poderia inferir se, que a idéa de liberdade he huma idéa puramente relativa, e com effeito na mesma situação, em que hum homem se reputaria mui livre, outro se julgaria muito escravo, e ambos terião rasão. Se a hum homem inclinado a passear, se lhe impede fazel-

lo, cessa certamente de ser livre, assim como a outro que deseja ficar em casa, e se obriga a sahir, se priva da liberdade: nenhum delles he feliz.

A liberdade se divide em tantos ramos, quantos são os actos humanos; e cada individuo se reputa livre, quando goza daquella porção, ou daquelle ramo de liberdade, que prefere aos outros. He porisso que se diz liberdade de Culto, liberdade d'Imprensa, liberdade Individual, liberdade Civil, liberdade de sahir de hum paiz, &c. &c.: entre tantas liberdades cada homem prefere huma, ou algumas dellas, e se goza a que he objecto de sua preferencia, se considera muito livre, ainda que seja privado das outras, as quaes olha com muita indifferença. Hum Escriptor preferirá a todas as liberdades a da Imprensa; hum devoto de qualquer Seita, preferirá a de exercer os actos della: hum Russo do tempo de Pedro Grande preferiria a todas as liberdades a de trazer a sua barba comprida.

De todos estes ramos concretos, e particulares deve fórmar-se huma idéa abstracta, e geral, que os abraça, e a diffinição desta idéa abstracta, e universal he a que deve buscar-se antes d'examinar as idéas particulares, e concretas, que não são se não partes, ou ramificações daquella.

A liberdade, tem dito alguns, he a faculdade de fazer o que se quizer, com tanto que se não prejudique o proximo. Esta diffinição dá huma idéa falsa da liberdade; porque o que faz o que quer, ainda que nisso prejudique a outrem, he sem dúvida mais livre do que aquelle que quizer fazer huma conza, e que se lhe não permita fazella, por ser contra os interesses de outrem.

Pela mesma rasão não he boa a diffinição, que dão aquelles que pertendem que a liberda-

de consiste na faculdade de fazer tudo quanto as leys não prohibem. Não será por ventura mais plena, e completa a liberdade, quando se pôde fazer tambem o que as leys prohibem? Tudo isto são modificações, que limitão, e diminuem a liberdade; e o que a minóra não pôde ser da sua essencia.

Falemos como o pòvo, e entender-nos-he-mos perfeitamente. Para o pòvo hum homem livre he o que pode fazer o que quer, sem que ninguem lho estorve; e o pòvo tem razão, e define bem e intelligivelmente a liberdade. Esta não he pois outra cousa se não a faculdade de fazer o que queremos, ou o que a nossa vontade dezeja. Consequentemente o homem, que pôde satisfazer vinte dezejos he duplicadamente mais feliz, do que aquelle que não pôde satisfazer se não dez; porém nenhum he completamente livre, porque nenhum pôde satisfazer todos os seus dezejos; de maneira que a liberdade completa não he hum Ente real existente fóra do entendimento, e se formamos huma idéa abstracta, e geral da liberdade, he pelas liberdades particulares, ou pelas porções de liberdade de que gosão separadamente muitos individuos. Alguns homens, aliás sabios, porém de huma imaginação sombria, e desregrada, ou exasperados pelas injustiças, e violencias que tem visto e experimentado na sociedade, tem feito huma idéa tão lisongeira do estado selvagem, que chegarão a deffender, que sómente naquelle estado, que chamão da natureza, e que verdadeiramente he contrario á natureza, pôde gozar o homem de huma liberdade perfeita sem governo, sem leys, sem magistrados, que lha coarctem. Enganão-se certamente. O homem selvagem não sómente he menos livre, de que o Cidadão

de hum povo regido por humia Constituição, e por Leys liberaes, mas o Selvagem athe he menos livre do que o homem sujeito a hum governo absoluto. Verdade he que o Selvagem não sacrificou parte de sua liberdade ás Constituições sociaes, ás Leys, e aos Magistrados; porém o Selvagem he escravo das necessidades phisicas, de todos os phenomenos da natureza, da fome, das enfermidades, de que o homem em sociedade se preserva athe certo ponto, e esta escravidão he muito mais dura do que a da Ley, e he além disso escravo de qualquer homem, que he mais forte do que elle, quer seja individualmente, quer porque reune, e combina a sua força pessoal com a força de outros; não ha certamente homem menos livre, que o homem extra social; e he evidente que os homens longe de perderem alguma cousa de sua liberdade formando com outros humia associação politica para se auxiliarem mutuamente, ganharão muito nisso.

Ainda mesmo que o homem no estado selvagem não encontrasse estorvo algum á satisfação de seus desejos; ainda que elle podesse fazer o que quizesse, ainda que elle gozasse de humia liberdade perfeita, ainda assim mesmo seria muito ditoso em adquerir os bens que a sociedade lhe proporciona á custa do sacrificio de humia parte desta liberdade. Na Sociedade mesmo não se póde gozar com segurança da propriedade sem sacrificar humia porção della para o pagamento das contribuições necessarias.

O Governo que deixando ao homem toda a sua liberdade, e independencia natural o fizesse gozar das vantagens sociaes, teria chegado ao cumulo da perfeição; porém desgraçadamente tal cousa não he possivel, e sempre he indispensavel sacrificar algum bem secundario para go-

zar de outro maior; de maneira, que a vida social he huma cadeia de sacrificios; porém que são mui bem compensados em hum bom governo.

Reconhecido pois que não pôde haver governo algum tão perfeito, que conservando ao homem toda sua liberdade originaria, e sem exigir d'elle sacrificio algum, o faça gozar das vantagens da sociedade, e que debaixo deste ponto de vista todo, e qualquer governo he máo, será o melhor de todos ou o menos máo, aquelle que deixar ao homem huma maior dóse de liberdade, e que exigir d'elle menos sacrificios, para o fazer gozar dos beneficios sociaes. Huma organização social, que exige sacrificios gratuitos, inúteis, e dos quaes nenhum bem resulta para os que os fazem, he huma organização viciosa; hum governo, que não ordena senão hum sacrificio indispensavel, e do qual se segue para o que o faz, hum bem superior ao bem de que elle he privado, he hum governo perfeito quanto he possivel sêlo.

Em politica, assim como em medicina, a perfeição da sciencia consiste na justa indicação do mal. O Medico que ordena a hum enfermo hum remedio apropriado, porém desagradavel: o Cirurgião, que corta a hum ferido hum braço graugrenado, fazem hum mal; o legislador, que publica huma Ley, faz tambem hum mal; pois que impõe o sacrificio de huma porção da liberdade; porém se o Medico, o Cirurgião, o Legislador só tem feito o mal necessario, para produzir hum bem muito maior, devem ser considerados como huns entes bem-fazejos, e dignos do reconhecimento da humanidade.

O principio geral, unico, e exclusivo em legislação fundamental, como em legislação se-

cundaria, e mesmo em moral, he a utilidade geral, ou do maior numero dos membros da sociedade: em legislação tudo se reduz a sommar os bens, e os males, e a subtrahir huns dos outros. Se o bem que a Ley procura he maior do que ella produz, isto he, se o resto da subtracção he huma somma de bens, a Ley he boa; se pelo contrario he huma somma de males, a Ley he má.

Ninguem duvidará que se poderia dividir a liberdade em originaria ou natural, e em civil, ou social. A liberdade natural he a faculdade de fazer o que se quer, sem encontrar outros limites, senão a força ou a resistencia dos objectos externos; a liberdade civil he a mesma faculdade limitada ou moderada pelas Leys; de modo que a liberdade civil he a mesma liberdade natural, menos as porções, cujo sacrificio foi reconhecido necessario pela Ley para obter e segurar o fim, ou o objecto da associação, que he o *bem-estar* ou a felicidade commum.

Continuar-se ha.

obras do Chefe do Imperio, os esforços mais energicos para as sustentar são incontestavelmente os meios mais proprios e os unicos de agrada-Lo: são actos que partem do coração; e as *fitas* são decorações externas, muitas vezes denotantes da hipocrisia, e desmentidas pelos sentimentos d'alma. São, além disto, atacantes daquelle parte sensata da Sociedade, que, sendo alias capaz de dar a vida pelo Soberano, detesta com tudo essas bugiarias.

Parece pois assaz claro que não he ao Despotismo, nem á Constituição Portugueza, e menos a essa amarracão de fitas azues ao pescoço, que deve applicar-se o aviso do Caxorrinho do Reyno; pois que nelle se não pôdem colligir todas essas pessoas, muitas das quaes nunca virão o Reyno, e que atarão as fitas ao pescoço.

A maioria dos reflexionadores sobre este objecto he de opinião que aquelle aviso, debaixo das expressões — Caxorrinho do Reyno — allude AO.....; o respeito nos embarga enunciar nossas idéas sobre este objecto. Deixemos pois aos honrados Brasileiros a liberdade de amargar-se sobre a desgraçada invectiva d'aquelle ainda mais desgraçado aviso: a naturalidade, que nelle se dá ao Caxorrinho e a côr da coleira firmão a opinião apenas indicada.....; e pertende-se a sua entrega na loja do Fa-ol!.....

Brasileiros honrados, e dignos deste nome, não vos indigneis; lamentai sómente a desgraça d'essa fracção de huma das mais illustres e honradas Nações do Mundo, qual a vossa, que se decora com o nome de Brasileiros, bem como as gralhas da fabula, que se ornárão com as pennas do Pavão (as pennas hão-de cahir hum dia, e hão-de apparecer as gralhas), ou antes são os

sepulchra deabalta, de que fallão as Sagradas Páginas, que sendo *caçados* por fóia, encerrão a corrupção mais hedionda. Brasileiros, dai resguardo aos seus vapores, que são ainda mais perigosos do que a Coroa-grande.

Tambem se tem escripto em papeis públicos, e se tem notado certos homens, que apparecerão de *filas e cordões pretos* ao pescoço, sem andarem de lucto: remettemos isto á classe das já ditas *bugiarias*; e pelo que respeita á censura que tambem se faz a outros que trazem ao peito huma *cruz preta*, não admiramos que isto se note, pois sabemos ja do tempo de nossa *Avo-torta*, ou direita que=*o diabo aborrece a cruz*= Concluimos pois que o aviso do *Caxorrinho* he hum parto de huma *Caxorrada*



CHAPA

QUE certo *Sujeitinho* empurrou á corótula do feio, do *Ouranguthango*, e do *Ciclope* (secundum *Farolem*) redactor da *Bandurra*, com huma *lambedella*, afim de que fosse desde já dando geito á parte, dispondo as figuras, e affinando a *Bandurra* de sorte, que dançassem nas proximas *Eleicoens* os

CHAPADOS.

ERAÕ estes o Sr. Doutor Antonio Pedro da Costa Ferreira; o Sr. Doutor Joaõ Carlos da Costa Ferreira; o Sr. Coronel Joaquim Ferreira

França; e o Sr..... o Sr.... o Sr.....ah!..
o Redactor da Bandurra!

Quando se nos empurrou esta *chapada*, nos subio logo á mente a religiosa idéa dos quatro Novissimos do Homem, *Morte, Juizo, Inferno, e Paraíso*: deixamos a nossos Leitores a applicação dos trez; porém esperamos que nos não despojem do goso do quarto, isto he, o Paraíso, a que temos direito pelos harmoniosos sons de nossa Bandurra, e mesmo pela ordem nominal, pois fomos collocados *in calce*

Eis pois os quatro empurrados, que á força de impurrões (assim como quem tira a sardinha com a mão do gato) se pertende sejam Deputados para a Legislatura vindoura. Pela parte que nos toca, *fugite partes adversæ*: não temos essa vaidade; temos só e apenas a de nos conhecermos, e, como já dissemos em outro N.º, não temos o atrevimento da ignorancia.

Porém se *sic fata volent*, que energicas e interessantes discussões, que indicações, que moções, que argumentos de *pedra e cal* para as sustentar se não veriaão naquelle augusto recinto! Pois se são certas estas pertenções, e se os Candidatos o esperaão, ¿ que tempo não tem para apromptarem munções de reserva para aturdir tudo no Sallão da Assembléa!! Parece-nos ouvir já de uma parte a apologia dos Militares da Ordem Terceira, sem ser a do Serafico Padre S. Francisco (fallamos das Ordenanças): Estes Corpos, se dirá talvez, são os mais crédores da mais comprida attenção, da mais extensa veneração, pela heteroigeneidade de suas partes componentes. Naquelles Corpos entra toda a classe de cidadãos; e certamente os mais conspicuos, egregios, e benemeritos; porque excluida a 1.ª e 2.ª Linha,

B 2

tudo o mais he *Ordem Terceira*: Sendo pois estes Corpos, como se disse, organizados de todas as classes, e comprehensivos das mais distinctas, devem tambem distinguir-se por privilegios; e como qualquer privilegio ou graça deve constar por hum titulo,

INDICAÇÃO.

” Proponho que nos Corpos das Ordenanças se criem ~~Cadetes~~, e que este, quer sejam *bem* quer *mal-criados* sejam distinctos dos Cadetes dos outros Corpos; para o que, e para estabelecer esta distincção terãõ os ~~Cadetes~~ d’Ordenanças, além das estrêlias nos honbros, huma estrêlla na testa: destes *estrelados* devem nas Ordenanças sahir os Officiaes. E quanto ao titulo, pelo qual devem constar estas distincções.

INDICAÇÃO.

” Proponho que, visto que athe aqui não constão estas distincções de Diploma algum, e porque não se devem multiplicar as entidades sem necessidade, se faça huma caçada geral de todas as Patentes passadas, visto que já não *proleficão*, e se passem outras, onde, depois das palavras—*izempções e franquezas*, se escreva em grossos caracteres—que aquelle Alferes, Tenente, ou Capitão mereceo e subio áquelle Posto por ser dos *Estrellados* na testa; e que além disso gozarãõ do privilegio de morrerem com a boca aberta e de não fallarem depois de mortos; e estas Patentes terãõ a denominação de—*Compostas*—, e passarãõ por todas as Estações por onde passavão as simples, deixando em cada huma o duplo das taxas, e

" emolumentos das simples, em rasão de sua
 " composição, isto he, da inserção do privilegio.

A discussão de tão interessantes indicações seria, sem duvida, pedida com urgencia.

Se *sic fata volent*, ouviriamos talvez na Salla da Assembléa sahindo das municações de reserva huma longa representação sobre os meios de extinguir esses inimigos das plantações da Provincia, a *Lagarta*, e o *Pulgão*: os mais proprios, sem duvida seria huma *excommunhão*, não d'estas *excommunhões* antigas, que tem ranço, mas sim huma *excommunhão* moderna segundo a *nova ordem de cousas*, e segundo as *luzes do Seculo*. Para isto parece-nos ouvir de algum dos Candidatos a seguinte

INDICAÇÃO.

" Sendo estes *vermes verminozos*, em que a-
 " bundão certos terrenos da Provincia do Mara-
 " nhão, principalmente no Districto da Villa de
 " Alcantara, os flagellos das plantas, sugando-lhe
 " a sustancia, quaes outras sanguexugas, athe que
 " em fim as fazem desfallecer, cahir, e morrer;
 " e tendo athe agora sido baldadas todas as di-
 " ligencias dos Lavradores, será do maior inte-
 " resse a invenção de meios proprios e efficazes
 " para a sua extirpação. Todos os meios, que
 " se tem procurado de *telhas-abaixo* para a con-
 " seguir, tem sido infructiferos: he pois indis-
 " pensavel procura-los de *telhas-acima*. Propo-
 " nho pois que se requiera a quem competir huma
 " Excommunhão *ipso facto, fulminante, e de membro*
 " *pôdre* contra todas as *Lagartas*, *Pulgões*, e to-
 " das as mais *classes*, *generos*, *especies*, e quali-
 " dades de *Bichas*, seja qual fór a denominação

" porque se conheção, afim de que despejem
 " para os donos das plantações prejudicadas fi-
 " carem accommodados com esta praga.

" Para isto será preciso que a nova *Ex-*
 " *communhaõ* seja enfiada de repetidos=*vade*
 " *retro*=, e de todas aquellas expressões capazes
 " de obrigar as Bichas a fazerem o mesmo que
 " fez a Saúba em outro tempo no cerco da Re-
 " ligioza Comunidade de Santo Antonio da Ci-
 " dade do Maranhão, e consta das Chronicas da
 " Provedoria da Conceição. " Como porém para
 conseguir esta ventura será preciso fazer o Ceo
 propicio,

INDICAÇÃO.

" Proponho que se faça hum *Voto*, não a
 " S. Thiago, que he hum pedaço d'hum Gallego,
 " nem a Santo Antonio de Lisboa, que he hum
 " pedaço d'hum Puça; mas sim a algum Santo
 " nato que possa haver para o futuro, pois de
 " presente *caret*.

Consta-nos) não sabemos se he verdade ou
 mentira) que lá por essa terra onde as bichas
 fazem o tal estrago, houverão já projectos que
 se parecem com estes.

E que indicaria o *Deputadão* Redactor da
 Bandurra=? Indicaria acaso se dessem premios
 a cidadãos inventores, que fizerão possiveis cou-
 sas de sua natureza impossiveis? Por exemplo:
 nesta Cidade, ha hum Cidadão muito amante do
 bem público, que fez a descoberta de huma fon-

te pública, fechada á chave para ser a agua sómente para os seus amigos, deixando para esse tão seu amado *Público*, a quem foi tirada a franqueza de toda aquella agoa para se conceder ao *Cidadão amante*, huma pequena porção, que o mesmo *Cidadão amante* não quer, ou lhe não lhe não he precisa; e consta-nos que na carencia de agua de beber, que pela secca se experimentou nesta Cidade, elle a mandava vender, o que não sabemos se he verdade. Ora eis-aqui huma invenção rara, e athe difficil de conceber, isto he, huma *fonte pública* clausurada á chave por hum particular, invenção a que justamente cabe hum grande premio. Esta invenção he de muita transcendencia; porque della athe resulta a saúde pública, pois restringindo a bebida aquatica, evita certamente hum grande numero de hydropisias; nisto mostra o *Cidadão amante* o affecto ardente, que consagra a seus queridos Concidadãos. Como pois he hum oxioma que *non potest idem simul esse, et non esse*, de que se segue que não pôde huma fonte ser do Público, e de hum particular ao mesmo tempo, he claro que a invenção do *Cidadão amante* he extraordinaria, e porisso proporia o Redactor da Bandurra—para aquelle inventor hum premio extraordinario na seguinte

INDICAÇÃO.

Tendo hum *Cidadão Maranhense amante do bem público* achado o meio de fazer hum todo de que as partes componentes jogaõ os coices humas com as outras, o que se verifica na *fonte pública e particular* que fez a beneficio do Público, tirando-lhe as aguas, que eraõ d'elle, proponho que em premio seja livre da vergonha de

hum furto effectivo, dando outra vez ao Público as aguas que lhe tirou; franqueando-lh'as totalmente, não tendo n'ellas mais parte alguma, do que a que tem qualquer cidadão que manda encher o seo pote ou barril; e como o estado em que pôz aquellas aguas, exigio despezas, devem ser condemnados nellas aquelles, que lhe concederaõ as aguas sem serem suas. D'este modo não só o *Cidadão amante* ganha livrar-se do labéo de disfructar o alheio, mas dá huma prova convincente de seo amôr a seos concidadãos. Todo aquelle que he amante dezeja para os objectos amados o mesmo que quer para si; ora dando o *Cidadão amante* aos seos *amados concidadãos* a agoa que só quer para si, dá nisto huma prova de amor que aos mesmos tem, de que deve seguir-se-lhe muita gloria, e fica nisto assaz premiado pela invenção de huma couza pública e particular ao mesmo tempo,

Não se limitaria sem duvida a isto o *Deputado* Redactor da Bandurra: a civilisação seria tambem o objecto por elle apreciado, e não deixaria, para promover o seu progresso, de propor estabelecimentos uteis, que o podessem facilitar. Não lhe escaparia sem duvida propor para esta Provincia o estabelecimento de huma Academia Violico-Guitarrico-Girandolico-Marimbatico-Bandurrica.

A utilidade de huma tal Academia para augmento da civilisação he de primeiro intuito, e servindo de entretenimento a muitos ociosos, lhe obstará a muitos desvarios prejudiciaes á Sociedade. Por exemplo; ; não he me-

he oppressão, pouco haveria a temer dos governantes na administração dos negocios públicos; porque não podendo aquelles occupar-se, senão do cumprimento com seus deveres, e suas obrigações, se empregariam necessariamente na prosperidade do corpo social; porém a difficuldade está, em que a Authoridade em certos casos necessita para proteger a Liberdade Individual, faltar ao respeito, que lhe he devido; pois ella não pôde reprimir os attentados sem privar da sua liberdade aquelles, que commettem esses attentados: privar a Authoridade desta faculdade, seria condenala á impossibilidade de obrar, e tirar-lhe todos os meios de proteger a liberdade.

O que importa pois, he estorvar, que esta Authoridade seja oppressiva em vez de ser tutelar; porém isso nem sempre he facil; porque ás vezes a differença entre os actos de oppressão e de protecção, he tão pequena, e delicada, que a Authoridade mesma ha de equivocar-se, e confundilos.—

Para que semelhantes equivocacões não sejam mui frequentes, o meio mais efficaz he fixar as fórmulas invariaveis, que deve seguir a Authoridade para proteger as pessoas dos Cidadãos dos attentados, que possam ser commettidos contra elles, e traçar bem claramente a linha, da qual o Poder se não poderia desviar, sem deixar de ser protector e começar a ser agressor.

O primeiro beneficio, que devemos á Sociedade he a segurança pessoal, da qual não podemos gozar, se não submetemos nossas pessoas á acção da Authoridade no momento, em que attentamos á segurança de outrem. Ninguem pois tem de que se queixar, se immediatamente que he prezo, o appresentaõ perante

E

seus Juizes competentes, a fim de que elles o julguem, ou sentenciem, se se verificou com exacta, e perfeita imparcialidade o facto de que se acha accusado; e se huma Ley anterior a este facto o caracteriza de delicto, e determina a pena com que deve ser castigado. Claro he, que estas medidas, longe de offender, ou de serem contrarias á segurança individual, são indispensaveis para a protegerem.

Porém se a Authoridade pública, sem proceder segundo as fórmãs judiciais, sem hum juizo legal, prende quem lhe parece, prolonga a seu arbitrio as detenções, desterra, proscreeve, e em huma palavra, dispõe segundo a sua vontade, ou seu interesse, das pessoas dos Cidadãos não existe na Sociedade Liberdade Individual.

Regra geral: Hum acto contra huma pessoa qualquer he arbitrario, e hum attentado contra a Liberdade Individual, todas as vezes que esse acto não he em execuçaõ de huma Ley anterior ao mesmo acto, e aos factos, e circumstancias, que a elle se referem; todas as vezes que elle não he em consequencia de huma Sentença, ou hum preliminar indispensavel para que ella possa ser proferida.

Todos os argumentos, que fazem os amigos da arbitrariedade para defenderem actos semelhantes, são miseraveis sofismas, fundados em que o melhor meio para reprimir os delictos he prevenilos; maxima que entendida, e observada com toda a extensão, que se lhe quer dar, poria todos os Cidadãos á disposiçaõ do Poder, com o protexto (de que tanto se tem abusado) da segurança pública, ou de prevenir delictos, que se poderia dizer, não serem senão os que se temem da parte das pessoas, que desagradariaõ á

Authoridade. Nunca as Leys preventivas são disculpaveis, quando seu effeito he causarem maior mal, do que se seguiria dos actos que ellas tra-
taõ de prevenir: e este he o caso, em que se a-
chaõ muitas Leys, e Regulamentos de Policia.

Póde-se, sem dúbida, privar da sua liberdade certas pessoas, afim de prevenir males, ou delictos; porém isso somente quando a mesma Ley designa essas pessoas; como os loucos, por exemplo; e esta mesma excepção prova que em todos os outros casos deixa a Ley a cada individuo o cuidado de prevenir elle mesmo esses estravios, reservando-se ella somente os meios de mera repressão.

A segurança pessoal he o de que mais necessita hum Povo civilisado, e o primeiro alimento da sua felicidade. A Sociedade pois está rigorosamente obrigada a garantir esta segurança a todos os seus Membros; e a Liberdade Individual deve ser sagrada e inviolavel.

A primeira garantia desta inviolabilidade deve ser a abolição de toda, e qualquer Ley de proscricção, se ella existe. Deixar subsistir huma injustiça, que se pode fazer cessar, he, por assim dizer, commettela de novo tantas vezes, quantos são os momentos, que se passam, sem que ella cesse. Não basta, que seja em virtude de huma Ley, que o Cidadão perca a sua liberdade: he preciso tambem, que essa Ley seja applicada segundo as fórmãs da Justiça: a Ley não julga; ella determina como se deve julgar; alias, se ella fosse o Juiz, seriam superfluos todos os Tribunaes.

A segunda garantia da Liberdade Individual he, que o Poder Supremo não sómente renuncie a toda a especie de medida arbitraria, (como qualquer

prizaõ, que não fôr hum preliminar, ou a execu-
 ção de hum Juizo) mas que castigue sem remis-
 são qualquer dos seus Ministros ou Agentes, que
 commetta hum acto semelhante. Ninguém deve
 ser prezo, senão em virtude de ter sido julgado,
 ou afim de o ser; porém ainda assim não esta-
 ria bem garantida a Liberdade Individual, se as
 detenções fossem indefinidas, e se a pessoa inte-
 ressada podesse prolongar á sua vontade a dura-
 ção de hum Processo. O remedio para evitar
 semelhantes abusos he fixar hum termo, ou o es-
 paço de tempo, que deve haver entre a prizaõ
 do accusado, e sua primeira comparencia públi-
 ca perante os seus Juizes; e depois o tempo, que
 deve mediar entre a comparencia, e a Sentença
 definitiva.

Tão pouco estará segura a Liberdade Indi-
 vidual, se os mesmos Juizes que julgão do fa-
 cto, lhe applicão a Ley; particularmente se es-
 tes Juizes são amoviveis, e dependentes da von-
 tade do Governo. Disto se segue que a Cons-
 tituição dos Juizes de Facto he huma das me-
 lhores garantias da Liberdade Individual, com
 tanto que elles não sejam nomeados pelo Gover-
 no como em França; mas sim eleitos, como nos
 Estados Unidos da America. No primeiro caso
 o chamado *Jury* não he senão huma simples Com-
 missão; no segundo he hum Tribunal composto
 de doze homens de bem, independentes, e desin-
 teressados que se reúnem para julgar hum Cida-
 dão, do qual se póde dizer, que he elle mesmo
 quem escolhe os seus Juizes; visto o grande nu-
 mero de casos, nos quaes a Ley lhe permite
 recusalos. Eu não posso demorar-me em tratar
 com especialidade desta instituição liberal; quem
 quizer instruir-se a fundo neste interessante pon-

to de Direito Público Constitucional, poderá ler o precioso *Tratado da Justiça Criminal em França*, escripto por Mr. Berenger.

Estou tão persuadido, de que a Liberdade Individual não pôde existir, se os Juizes não são absolutamente independentes do Governo, que eu quizera pôlos em huma situação tal, que elles não tivessem nem que temer, nem que esperar do Governo. Para que a primeira parte se verifique basta que sejam inamovíveis; e para que a segunda se possa realisar, quizera eu, que elles não podessem obter, nem acceitar pensões, decorações, ou mercê alguma do Governo.

Em quanto aos accessos na sua carreira, a qual não poderião deixar, a Ley deveria determinalos segundo a antiguidade dos Juizes, ou segundo outras circumstancias, que fossem inteiramente independentes da vontade dos que governão. A segurança he huma cousa tão preciosa, e ao mesmo tempo tão delicada, que nenhuma precaução, para garantila, he demasiada. Porém a melhor, e a maior garantia da Liberdade Individual, he a Liberdade da Imprensa. Quando a oppressão, quando os actos arbitrarios pôdem ser publicados, e expostos á censura, e á indignação dos Cidadãos, a Sociedade inteira he garante da Liberdade de cada individuo: e os attentados contra ella não são muito para temer. Quasi me atrevo a dizer, que esta garantia por si só vale mais, do que todas as outras; e as pôde supprir; e que sem ella todas as outras devem inspirar pouca confiança; porém não tratemos nesta lição, do que deve ser o objecto das seguintes.

A Liberdade da Industria faz parte da Liberdade Individual; porque se eu sou senhor da

minha pessoa, ou do meu individuo, tambem o sou do meu trabalho; e não se me póde com justiça impedir, que disponha d'elle como me parecer. Isto se applica a toda a especie de Industria. Como todo, e qualquer capital he o resultado de hum trabalho actual, ou continuado, sem exceptuar a mesma terra, cada hum deve ser tão livre de dispôr dos seus capitaes como de sua pessoa, e de seu trabalho; e a Ley, que prescreve hum modo de os empregar, ou impéde, que se tirem d'elles todos os beneficios, e vantagens possiveis, he hum attentado contra a Liberdade Individual.

As Commissões, ou Tribunaes extraordinarios, a alteraçã em certos casos nas formas judiciarias, são outros tantos attentados contra a Segurança, ou Liberdade Pessoal; porém onde se vêem mais frequentemente estes attentados, he nas providencias, ou medidas da policia, a qual em hum governo liberal não deve ser se não hum systema de precauções contra os delictos, e as calamidades; e ainda lemitada desta maneira, deve ser organisada de tal sorte, que não cause com as suas precauções ainda mais mal do que intenta prevenir com ellas; como succede, e faz frequentemente; porém vejo, que me esqueço de que nestas lições não devo tratar senão de estabelecer principios, deixando aos meus leitores o cuidado de tirar consequencias.

O direito de resistencia aos attentados contra a pessoa, de qualquer parte que elles venhão, he outra garantia da Liberdade Individual; e para que esta garantia não seja illusoria, não se deve prohibir, que os Cidadãos tenhaõ armas para defender suas pessoas, e suas propriedades contra qualquer agressor; chama-se-lhe como se

quizer. Hum Cidadão Inglez, que he conduzido a huma prizaõ sem se observarem para com elle as fórmas legaes, reclama a protecção do Povo; e muitos Cidadãos respondem á sua voz apresentando-se para examinar o facto; e se se convencem que he hum acto de oppressão, o poêm immediatamente em liberdade.

Hum Cidadão não deve ser prezo senão em huma casa destinada para a prizão pública: esta he outra garantia da Liberdade Individual, e contra as detenções arbitrarías; garantia, que não será mui efficaz, senão houverem alguns Magistrados populares, encarregados pela Ley de evitar frequentemente as prizaõs, e authorisados a pôr em liberdade aquelles, que acharem detidos nelas arbitrariamente.

ERRATA.

Na pag. 195 na lin.—29 em lugar da palavra—Periodictos—lêa-se—Periodicos.

Em o N.º antecedente na pag. 164 na lin. 11 em lugar de—Provedoria— lêa-se Provincia.—

10 de 6-28

A

BANDURRA AFFINADA.

SEGUNDA PARTE.

*Legum denique ideo servi sumus, ut
liberi esse possimus:*

Cicero pro Cluentio.

MARANHÃO.

AOS HONRADOS MARANHENSES.

TENDO a distincta honra de ser encarregado da Administração d'esta excellente Provincia, na qualidade de Presidente do Governo, entre as idéas que afluirão ao meu espirito, solicito para formar systema, como era natural ao meu ardente desejo, desde logo todo dado ao desvelado cuidado de poder ser util a seus respectivos habitantes, hum dos conceitos, em que assentei firmemente, foi o de naõ azedar males passados, já sem remedio, e ser igualmente proporcional para todos em relação a suas acções futuras: he huma incoherencia suppor o homem geralmente incorrigivel; o suppol-o assim, he pol-o em desesperação, he perdel-o de todo na sociedade, e

D

até mesmo, quando o homem preverso felizmente se converte na realidade, he mais seguro, porque he mais experiente, e menos fragil ás illusões, apezar do que, se se obstina na vereda de suas malignas idéas, então só o rigor, e o rigor efficaz, he que o póde estorvar na marcha de seus crimes.

Seguindo similhante conceito exauri até ao ultimo ponto o extremoso soffrimento: mais hum passo, até eu mesmo ficaria criminoso. Tive disfarces com o partido inquieto, obzeguei-o, mesmo quanto podia caber n'hum character tão serio como o meu, fazendo-lhe ao mesmo tempo as mais salutíferas reflexões; mas nada aproveitava, nem podia aproveitar em desencontro de seus negros desejos.

Freneticos por esses desgraçados tempos de confusão, em que prepotentemente se commettêraõ os mais execrandos crimes contra a Ordem Social, e contra a segurança, e propriedade do Cidadão, como todos os habitantes d'esta Provincia fatalmente presenciáraõ; tendo parte de similhante partido sentido perder o vil fructo de seus attentados, iaõ sempre entretendo os seus horrosos desejos, procurando todos os modos, e meios, de inspirarem receios aos Cidadãos pacíficos, e que, pelos seus justos trabalhos, tem que perder, e que dar, para, por este methodo, os terem sempre em temor, e escravizados n'hum certa dependencia de que se ufanaõ, e tiraõ partido; tem, para mais se consolidarem, procurado, por outro lado, auxilliar os criminosos com o disfarçe de suas acções, e o obstaculo que devem encontrar na punição de seus crimes: hum ápice que as Authoridades apurem na administração da justiça he logo motivo dos maiores

insultos, e descomposturas; porém as maiores relaxações, e iniquidades a favor do partido anarchico, ficam no maior disfarce de modo que intentaõ levar o resto da humanidade á mais dura escravidão, sem recurso. ; Quantas vezes o lamentavel proprietario, o lavrador, e o criador, tem sido victimas?

Tem excitado sagazmente a sizania, em despeito ás Imperiaes Determinações, que paternalmente a prohibem; tem vaticinado pela imprensa operações hostis quasi com o inimigo á vista; tem manifestado ainda, sem fundamento, tudo quanto possa dar ao povo huma idéa favoravel das circumstancias do inimigo, e contra a nossa situação, fazendo mesmo até correr noticias de forças, que me obrigarão a suspender a sahida das embarcações, que talvez tivessem alias evitado a perda do bergantim Alliança.

A indecencia de seus escriptos, (nesta parte infelizmente quasi geral em todos os jornaes desta Cidade) cheios de expressões que a educação obriga a calar, tem chegado a ponto que não só offende a delicadeza do sexo honesto, mas que até he capaz de despertar vexame á mais infame relé; esse maldito abuso que tem feito da liberdade da imprensa, diametralmente opposto ao necessario principio, que tanto mais liberdade, quanto mais virtude se precisa para não correr á total perdição, fazendo por todos os modos horrorosa essa santa, quando justa, liberdade do prélo, e odioso, e profanado aquelle dado que a Nação em boa fé tanto desejava para sua utilidade, tem ainda feito mais.... Tem levado a insolente libertinagem de seus impressos, muitas vezes mascarados com o caviloso methodo de

assignaturas symbolicas, (rigorosamente fallando, contra a determinação da Ley) ao ponto de ferirem, por meio de allegorias, Objectos Sagrados, e firmados com o Juramento Brasileiro, dando a entender a Sua perdição! E para complemento do crime, sendo aclaradas pela mesma imprensa semelhantes idéas, as tem deixado correr sem aquella efficacia de satisfação, a que só malevolos da primeira ordem podem fallar.

Para em tudo atacarem a ordem social, tiveram a audacia de pôr em coacção os Jurados (contra os Sagrados Direitos da Nação) pondo com letra diversa, e apontando com duas mãos, o nome d'aquelle que não votou como querião, para, por este modo, darem a entender a espera em que deve ficar qualquer que não seguir o seu faccioso partido, e poderem continuar impunemente na denegrida vereda de sua vontade de que querem que tudo seja escravo. Finalmente tentão induzir os povos á destruição do Systema Nacional jurado, com a mais aberta offensa da Ley que exige o seu castigo! ; Haverá peito Brasileiro, animado de honra, que não trema de rancor e de paixão? E que não reconheça a vil traição, e a necessidade do castigo?

Caracterisemo nos de huma vez, honrados Maranhenses, (quem se une ao vicio não o aborrece), juntemos a honra com a honra, que essa meia duzia de malvados já está por todos conhecida, façamos de huma vez o socego das familias, a segurança do lavrador, e a estabilidade do commercio. Se a evidencia do delicto for illudida, se a negra traição for protegida, eu farei o que vos devo, e o grito da nossa consciencia, e da justa necessidade irá retumbar nos ou-

vidos do nosso Amado Imperador, e dentro desses Salões da Augusta Representação Nacional, para que nos soccorrão promptamente com terminantes Leys, que não possam ser illudidas por meia duzia de malvados, por causa dos quaes seria até injusto o menor soffrimento.

Maranhenses, honrados Maranhenses, e vós, ó distincta Classe das Armas, (tambem offendida) que tendes por vosso o valor, e a fidelidade, já era tempo de mostrarmos todos ao mundo inteiro a nossa indignação contra similhante mancha, tão desdouradura, que entre nós existia. Quem não estivesse ao alcance da nossa honra, da nossa fidelidade, e da nossa virtude, estaria talvez pensando que tudo era o mesmo, e que esta excellente Provincia, pela maior parte composta, na verdade, de gente docil, affavel, briosa, fiel, e verdadeiramente honrada (que mesmo em tão pouco tempo me tornárão tão obrigado por suas qualidades) era, pelo contrario, tal qual a fazia parecer hum pequeno numero de desesperados despidos de tudo o que constitue o homem verdadeiramente digno. Desenganem-se; havemos de fazer conhecer ao Mundo inteiro que não forão os Maranhenses, mas essa meia dusia de desesperados, que fazião a sua deshonor.

O' Maranhenses, taes quaes realmente somos, e como devemos ser, pensar-se-hia acaso hum momento, que o Maranhão faria mancha ao Brasil, ou que seriamos capazes de saltar hum ápice ao nosso Adorado Imperador? A'quelle que depois de ficar entre nós, porque nós L'h O pedimos; depois de Ter Annuido aos nossos desejos em tudo e por tudo; depois de Ter Abdicado para sempre, e por amor de nós, a hum

Reino que O chamava do coração, e que para Lhe fazer huma vida apprazivel era mais que de sobejo, a não Ter no apuro de Sua Subida Mente, e Digno Coração, a Agigantada Empreza de Estabelecer a gloria e a fortuna Brasileira de que He Fundador, e de que até os mesmos ingratos se tem utilizado? *Fragil condicção dos homens que nunca apprecião o bem em quanto o gozão!* Mas quem de tanto se esquece, ainda que o Imperador Deixasse de ser homem, e Divindade se Tornasse, O não deixaria de offender, e se constituiria o mais nefando horror da ingratidão, sem exemplo na historia dos crimes! Para nós porém, para o nosso zelo, o nosso reconhecimento, a nossa gratidão, a nossa honra, a honra Brasileira, será eternamente O NOSSO ADORADO IMPERADOR CONSTITUCIONAL, O NOSSO PERPETUO DEFENSOR.

Descansai, Maranhenses, que a virtude tambem se une; da minha parte eu vos affianço os meus protestos; hum só passo que queirão seguir, vos farei o que devo; e o grito da razão, e da necessidade voará á Augusta Representação Nacional; heide-Lhe mostrar o como o vicio se tem tornado insolente, a virtude perseguida, os Juizes ameaçados, e a Sagrada segurança do Cidadão honrado em perigo, por causa de meia dúzia de individuos que, identificados com todos os vicios, pertendem ter o resto da humanidade na mais dura escravidão.

Queridos Maranhenses, sou huma coisa que se não acredita com facilidade; *tenho por minha primeira empreza não o agradar, mas sim o merecer agradar;* nem temo perder a opinião ainda na adversidade, e relances da calumnia, e sou

firme. Pelo Nosso IMPERADOR tenho feito sempre o que devo; pela NAÇÃO outro tanto, e pela Provincia do Maranhão, se necessario for, perderei a vida; se necessario for, farei mais, perderei a vida, e a opinião que gozava; e, se necessario for, farei ainda mais, perderei a opinião, e ficarei vivendo sem ella: sou filho da sã rasão, e morrerei contente de mim mesmo. Já me tendes em parte observado assaz, e fallo como quem sou: Os Maranhenses me contornão, o Brasil nos contempla, e a posteridade ajusará.

O Presidente da Provincia do Maranhão,
12-6-28 Manoel da Costa Pinto.

PROCLAMAÇÃO.

12-6-28

MILITARES DA 1.^a E 2.^a LINHA MARANHENSES.

As primeiras palavras, que vos dirigî, quando tomei posse do Governo das Armas, forão recomendar-vos a subordinação, como base fundamental da Disciplina Militar, contando encontrar em vossos peitos as virtudes, que caracterisã os verdadeiros bravos. Não me enganei. O vosso brioso character tem justificado o bom conceito, que de vós eu, tinha feito. A' vossa actividade, e ao vosso zêlo he devido o socego, e a paz, de que tem gozado esta bella Provincia. Porém hum partido inquieto, e anarquico, redobrando ha tempos seos esforços, tem procurado, por diversos meios, perturbar aquella tão benefica paz.

Vossa fidelidade, bravos Militares, tem sido

a barreira mais poderosa, que encontráráo em seos insanos projectos: por isso, vendo que era mais facil injuriar-vos, que seduzir-vos por capciosos argumentos, e douctrinas subversivas, não cessão de vos insultar nos seos infames escriptos. Ousão dizer (para vos fazer desprezar e aborrecer) que, para a felicidade do Brasil, deve-se desterrar o espirito Militar; o espirito Militar, que entre todas as Nações antigas, e modernas, foi sempre considerado como o Palladio da gloria, e segurança dos povos; sendo reconhecido por axioma politico que, para manter a paz, he preciso adestrar-se para a guerra! Digão os honrados Maranhenses: Quando dormem socogados no sagrado das suas cazas, e regaço das suas familias, quem vigia em torno das suas habitações, para que ninguem perturbe aquelle socêgo? Esses mesmos Soldados, essa mesma Policia e seo honrado Chefe, que hum punhado de malvados não cessão de representar como os agentes do despotismo, e obstaculos da liberdade. Porém, bravos Militares, essas mesmas injurias de hum partido faccioso são os titulos mais irrefragaveis, e lisonjeiros da vossa fidelidade. Se vos podessem seduzir, não vos havião de insultar. E vós, entes preversos, que pertendeis perturbar a paz dos vossos Concidadãos, calai-vos envergonhados. A audacia das vossas expressões desmente a existencia daquelle despotismo, tantas vezes accusado por vossos declamadores. Se existisse no Maranhão hum déspota, já terieis pago mui caro as insolentes injurias, que por vezes dirigisteis aos benemeritos Militares, que tanto se tem esmerado na sustentação da tranquillidade pública, respeito ás leys, e o-

bediencia ao Soberano. Esse briosos Militares, penetrados de seos sagrados deveres, limitaõ-se a vigiarvos, a desprezar o veneno de vossas doutrinas; estorvarão os vossos malvados intentos, deixando às leys o cuidado de punir vossos crimes, e á verdadeira e sã opinião pública de derramar sobre vós o desprezo, que merece a vossa perversidade. Serão baldados vossos esforços; temos jurado fidelidade, e obediencia ao nosso Amado IMPERADOR, e ao Systema Constitucional, que felizmente nos rege. Os Soldados Brasileiros não são perjuros. Em torno das legitimas Authoridades, que sustentaremos athe a ultima gôta de sangue, o nosso grito será sempre—VIVA O NOSSO IMPERADOR—VIVA A INTEGRIDADE DO IMPERIO—VIVA A NAÇÃO BRASILEIRA.=

Quartel General do Maranhão em 12 de Junho de 1828.

Conde d'Escragnoille, Governador das Armas.

BATALHÃO N.º 23 DE CAÇADORES.

Quartel do Campo d'Ourique do Maranhão 10 de Junho de 1828.

ORDEM DO DIA.

O Coronel Commandante do Batalhão manda que seja publicado com esta Ordem o Manifesto feito por S. Ex.^a o Sr. Presidente desta Provincia, aos honrados Maranhenses.

O Coronel não pôde deixar de patentear a sua satisfação pela justa confiança que merece

E

a S. Ex.^a o Sr. Presidente a Classe Militar da Província, cujo valor, e fidelidade reconhece naquele Manifesto. O Batalhão 23 de Caçadores que tenho a honra de commandar, he sem dúvida credor d'aquelles honrosos titulos, com hum singular direito adquirido pela sua exacta disciplina, pelos cordiaes sentimentos de reconhecida fidelidade ao Nosso AUGUSTO IMPERADOR, e por huma exemplar conducta louvada e attestada por todos os pacificos habitantes da Província: Sim Camaradas: he justissima a confiança, que S. Ex. o Sr. Presidente tem no nosso valor, e fidelidade. A Província do Maranhão ha-de premanecer tranquilla á sombra das nossas Armas; as Authoridades serão sustentadas com o respeito que lhes he devido para desempenharem sem coacção as attribuições dos seus empregos. A Ley huma vez publicada, ha-de ter o seu pleno vigor. As vossas Armas nunca serão empunhadas senão á voz dos legitimos Superiores; huma cega obediencia ao vosso Chefe fará sempre respeitadas as vossas fileiras; a astuciosa sedução, a deshonra, o crime nunca poderá invadil-as. Seremos obstinados inimigos dos inimigos da Nação, seremos o sustentaculo do Systema que felizmente nos rege, e que juramos; os mais firmes defensores do Nosso IMMORTAL IMPERADOR, e eternamente dignos do distincto Nome de Soldados Brasileiros.

Manoel de Souza Pinto Magalhães, Coronel Commandante.

Lida depois de lido o Manifesto de S. Ex.^a o Sr. Presidente na frente do Batalhão

SOLDADOS! Vós acabades d'ouvir a lingoagem

387/390. 39/39
Jozé Demétrio de Abreu, Tenente Coronel
Commandante do Corpo da Policia.

== ————— ==
Falla do Tenente Coronel Commandante 1.º Re-
gimento de 2.ª Linha da Cidade de S.º Luiz do
Maranhão aos seus Camaradas.

Neste momento ouvistes ler o Manifesto do
Illm.º e Exm.º Sr. Marechal de Campo Manoel
da Costa Pinto, Presidente desta Provincia, e a
Proclamação do Illm.º e Exm.º Sr. Conde d'Es-
craguolle Governador das Armas da mesma Pro-
vincia: Eu seria hum temerario se ousasse ad-
dir mais alguma expressão; mas como vosso Chefe
sou obrigado a recomendar vos a vigilancia
contra os perturbadores da boa ordem, evitar
azedar os desvairados com ditos indiscretos, a fiel
execução e observancia das Leys, e ordens dos
nossos Superiores.

Nós temos Chefes sabios, experimentados, e
mui adherentes ao NOSSO AMADO SOBERANO, fiéis
executores das suas Leys, e conservadores da
boa ordem, e harmonia social, e por isso nada
temos a temer: cumpre-nos porém sermos so-
bordinados; o Soldado obediente he o sustenta-
culo da sua Patria, e o que o não he, torna-se
o verdugo de seus Concidadãos (vós o experimen-
tastes na infeliz época da passada anarchia) he
do nosso mais Sagrado dever contribuirmos,
quanto estiver ao nosso alcance, ainda com sa-
crificios pessoases para a sustentação dos innaufe-
riveis direitos do Nosso AUGUSTO IMPERADOR,
obediencia ás Leys, e ás Authoridades Consti-
tuídas, para fruirmos a doce paz, que nos he tão

chava, a boa ordem dos nossos interesses respectivos, embora appareção os planos da detestavel desordem, o nosso. Governo sabio, yigilante, e providente os evitará como ha pouco vistes. Sob-parada do Largo de Palacio do Maranhão 15 de Junho de 1828.

~~Joaquim Raymundo Marques~~, Tenente Coronel e Commandante.

n.



*Manifesto de Joaquim José de Sequeira, Autor do
Projecto de Agricultura, Commercio,
e Industria.*

Maranhenses. Sou chegado a esta Provincia, de viajar em Portugal, França, e Inglaterra, esperançado não só de achar Accionistas para a nossa Sociedade tão interessante ao Imperio como a todos os Cidadãos, que desejão a prosperidade deste rico e vasto Continente; mas instrucções proprias, e adequadas ao melhoramento da nossa agricultura, e commercio, que o apego a velhas, e mal pensadas rotinas tem infelizmente prejudicado esta Provincia. Não fôrão debalde os meus passos; porém as informações desagradaveis sobre a conducta de alguns Accionistas desta, não afraçou o meu espirito muito firme em os verdadeiros interesses desta parte do Mundo, para deixar-se possuir da reflexão daquelles, que o tempo desenganará. Novas instrucções, novos conhecimentos uteis, e necessarios ao Commercio, e Agricultura, e Industria, que alcancei nestes lugares que viajei, dêrão-me os conhecimentos necessarios para vos persuadir da rasão illustrada, que a fortuna desta Provincia, só depende de

hum pouco mais de patriotismo, e de menos preocupações.

Vós sabeis, que em o anno de 1808 fui o primeiro que naveguei á Grã-Bretanha em o meu Navio Pernambucana, hindo ao porto de Liverpool, para ensaiar a estrada do Commercio do Maranhão, grandes sommas em numerario por troca de Algodão e Arroz, que lá vendi, o levei do baixo preço de 1600 rs. a arroba a 4000 rs. de Algodão nesta Cidade, que beneficio fiz a esta Provincia! Vós o sentistes Maranhenses. Nós hoje não precisamos de capitaes estrangeiros. A liberalidade bem entendida do Lavrador, do Negociante, e dos mais Concidadãos, que seriamente olharem á grandeza do Paiz aonde habitão, bastará para o manejo da Sociedade; estes fundos produzirão premios, que não são de esperar de alguma outra especulação, visto o estado a que se tem reduzido esta amena parte da terra, e ha-de cada vez mais deteriorar-se se vós me não ajudaes.

Eu vos offereço hum novo Projecto pouco differente do primeiro, ficando a colonisação á approvaçãõ da Assembléa Geral da mesma Sociedade, depois de sahir a Lei, ^{2a} que se deve esperar da Assembléa Legislativa, e approvada por S. M. I. Lêde, e examinai com attençaõ todos os Artigos deste Projecto, e concluireis, que são outras tantas fontes, donde necessariamente ha-de correr a vossa fortuna, e grandeza da Provincia. Eu vos predigo huma Sociedade florecente, que attrahirá o resto do Brasil, a Europa amiga, e talvez outras partes do Mundo, tendo á frente o nosso Augusto Imperador que mais de hum vez não Tem hesitado Honrar semelhantes Sociedades interessantes á grandeza, lustre, e gloria

dos Benemeritos da Patria, e do Imperio.

O Papel em que se achão assignadas já duzentas e duas Accções, está na botica de Manoel Duarte Godinho, no Largo do Carmo, para novas assignaturas, igualmente se franqueia aos que já tem assignado para riscar o seu nome, ou augmentarem o numero de suas Accções, sendo a propria pessoa, e na falta appresentando Procuração; os exemplares se darão aos Accionistas que tem assignado, e os que novamente assignarem. Maranhão 14 de Junho de 1828.

Joaquim Joze de Sequeira.

A VISO.

Para justificação do bom character e probidade do Sr. Antonio Joze Gomes, negociante nesta Cidade, injustamente insultado pelo Padre Tezinho no papel, que contra mim dirigio em resposta a outro, que plenamente me defende das suas publicas arguições, faço saber ao respeitavel público, que a carta de correspondencia que o dito Tezinho pensa ter-me sido entregue pelo seu Procurador o dito Sr. Gomes, foi obtida do correio aberta, quando o Lord, aqui se achava: pois he notorio que as cartas alli se abriaõ todas; e como esta me dizia respeito, a guardei para meu governo. Maranhão, 15 de Junho de 1828.

Daniel Joaquim Ribeiro.

tor, para que dançasse nas futuras Eleições o Snr... o Snr... o Snr... Redactor da Bandurra? Queria acaso que ao som da sua Bandurra cantasse os seus louvores, e desse gabos a si proprio? Para fazer-se semelhante petitorio seria necessario, sobre ter cabeça de avelã ter a tabolêta bem estanhada, ou julgar á pessoa a quem se faz, despida até dos vislumbres de honra. Lembre-se Snr. Redactor que Zenon é bem acolhido nos nossos dias; o Phirronismo tem ultrapassado as métras; o Publico pede razões ao mais veridico e abalisado Escriptor, e já não repete com os dicipulos de Pythagoras=Assim disse o Mestre=, 3.º (á vista do qual os outros são non-nada) o Bem Publico; agrilhoar a vontade do Povo na Quadra em que elle exerce a mais elleuada das suas Attribuições, é sem duvida um dos maiores attentados na ordem social; a consequencia será sahirem eleitos individuos, que hiraõ de encontro á Felicidade dos Povos, e apparecerem más Leys; Leys más, segundo Edemundo Burke, são a peor sorte de tyrannia. E merece o bom Povo Brasileiro, que acaba de quebrar o jugo Lusitano, sair hontem de um laço para cair hoje em outro? Deverá ser enganado sem cessar? E os nomes dos sujos Brontes, que batem ou empurraõ Chapas ficarão occultos? O Snr. Redactor fria Mumia? E calcados aos pés os artigos 12.º e 13.º da Ley da Liberdade de Imprensa? Tal não espero do seu patriotismo, e imparcialidade: então sinceramente gritarêmos, *Brasileiros, álerta, Chapas fóra!*

Para bater com as portas no rosto á ociosidade, e livrar-me do ensônso enfadamento do retiro, onde me veio á mão a sua *Bandurra*, seja-me licito dar uma vista de olhos ás indica-

E

coens, que na opinião do Sr. Redactor serão as favoritas dos *empurrados Candidatos*. Agradeço a boa conta em que me tem; porém não aceito a clientella das suas bellissimas indicações, vasadas com argumentos de *pedra e cal*, e com um montão de chistes, e pilhérias, que na minha bocca tornar-se-hião sédiças, e maravalhas, já porque nunca anhelei brilhar com luz alheia, já porque não conto, nem desejo hir ao recinthe da *Representação Nacional*, onde só devem entrar homens escoimados, e arreiados de virtudes, e bem saber, que possam assimilhar a Camara dos Deputados a um Congresso de Deoses, qual a *Cyneas* pareceo o *Senado Romano*. He verdade que eu preso a *Lavoura*, e quando della fallo sempre com *Cicero* repito=*Omnium rerum, ex quibus aliquid acquiritur, nihil est Agricultura melius, nihil dulcius, nihil uberius, nihil homine, nihil libero dignius*=*Cicer. Offic. lib. 1.º*=De todas as aquisições do Genero Humano, nenhuma he melhor, nem tão doce, rica, e conforme á dignidade e liberdade do Homem, como a *Agricultura*=E não é menos certo que eu e os *Agricolas Alcantarenses* não zangamos o Ceo, exigindo milagres dos *Celicolas*, *Pedaços de Gallegos e Puças* (consinta-me usar dos seus termos, que sempre quadrão mal com as cousas sanctas) nós os veneramos com o devido acatamento, e se, nós, em *Procissão* não fazemos *Romaria* aos Santos Martyres de Marrocos, (*piezoza usança Portugueza!*) não sei decidir se este engelhamento de devoção nasce da decencia dos nossos costumes, ou da carencia de Santos no Novo Mundo; para o futuro apello, e em quanto a bem feitoza Mão de algum Successor de *Alexandre 6.º* não solta o Problêma, engrossando

o Martyrologio com os nomes das Victimas (jazem no pó, talvez alguma mereça Altares) sacrificadas á ambição e cruesa de muitos inhumanos Subditos dos dous Monarchas, com quem aquelle Papa dividio o Novo Mundo por uma linha imaginaria: eu posso assegurar ao Sr. Redactor que temos dous Santos, de quem somos devotos, e com quem nos agarramos para a melhoria dos nossos trabalhos campésinos, e reparo dos estragos dos insectos, que roem nossas plantas.—Santos, Trabalho, e Economia.—Esta Santa será sempre a nossa Protectora, pois a ella devem os Paizes Constitucionaes a bôa sombra da Arvore da Liberdade, e aquelle será o nosso Orago, elle tem obrigado a nossa Terra a dar fructos com tanta profusaõ, que a par d'ella a da Promissaõ parece val de seixos, sem pão, sequiosa de agoas (venero e sigo a sagrada pagina: as terras tambem envelhecem, a protentosa Terra da Promissaõ, segundo as noticias dos Viandantes de hoje, já não é o que era; está mesquinha, e já não offerece aos seos habitantes as delicias do tempo de Moyses). Insensivelmente já me hia deslizando da estrada que encetei, e para que se não tirem cerebrinas illações do que tenho dito, tornarei a enfiar a materia das acusações, pois quanto em mim cabe, desejo limar rivalidades e estreitar os laços de amizade, que unem os Brasileiros Natos e os Oriundos de Portugal. Oxalá estallasse em todos os Angulos da Providencia o Echo

Tros, Tiriisque mihi nullo descrimine agetur.

He tempo e mais que tempo, Sr. Redactor, de procurar-mos a paz para nossos Compatriotas, não a Paz dos Tumulos, que tornaria os Estados em cova de Poliphêmo, perfeito modêlo do

Governo Despotico; mas aquella paz que firma a Gloria do Nosso PERPETUO DEFENSOR, Que os puros votos e amor geral dos Briosos Brasileiros collocaraõ no Throno Constitucional da America Austral, respeito as Authoridades, a tranquillidade pública, e segurança individual; e para isso na minha humilde opiniaõ he indispensavel, Sr. Redactor, aldrabar as portas da Intriga, escancaradas por falsas e vagas accusações. Que colhe o Sr. Redactor em dizer para Alcantara (dizem, não sei se he verdade) já se remetéo isto ou aquillo?—Com disem, e não sei se he verdade póde-se difamar o Mundo inteiro. O que colhe em dizer uma columna da Igreja veio á minha casa, e me disse—*Mé-amiguinho Mé-amiguinho*, eu quero ser Deputado &c. &c.? Saberaõ os Eleitores quem é *Mé-amiguinho*? Não: mas os Brasileiros Natos sabem que por escarneio *se lhes applica o Me*, e os que desejaõ aticar a rivalidade pódem lançar lenha na fogueira. A sua tençaõ seria limpa; porém quem escreve para o Publico, deve tomar o pulso ás circumstancias para não errar os azos ás cousas. Eu lhe rogo que se esforce e cresça o seo zelo em atalayar subornos, e que nomeie por seos nomes proprios os que para isso concorrem, respondendo com Boileau aos que se queixarem do seo franco procedimento—*J'appelle un chat un chat, e Rolet un fripon*—obrar de outra maneira é abrir a bocêta de Pandóra. Como vem a pello, cifrarei em duas palavras o que sobre este objecto sinto.—Lá na remota éra, Sr. Redactor, quando Roma, Capital do Universo, alimentava os seos filhos com o nutritivo pomo da Liberdade, Heroes do seo seio sahiraõ, que tanto nas bellicas refregas, como nos Liceos, pleitearão

primores. Os Asseclas de Marte virão os despojos do Universo sotopostos aos seus Arcos Triumphaes, os Alumnos de Minerva fizeram Leys tão sabias, que com o tempo apostão duração. As que regulavaõ a marcha das accusações tem servido de Fanal á feliz Inglaterra, e outras Nações cultas dos nossos dias: os accusadores eraõ animados, e se pactuavaõ com os culpados erão punidos, continuando um Magistrado com accusação; mas ai daquelles que não provarão as suas asserções! A Ley Rhemmia mandava que se lhes imprimissem com o ferro em braza o K grego nas fronte: esta pena espancava os vis delatores do seio do Estado; sem dar azo a pulular o crime: com o volver das éras, surgiu do orco o despotismo, e o seo bafo, mais pestilente que as exalações da arvore de Jara, matou as garantias sociaes: sóbe Nero ao Throno; este Monstro indo no incalço de outros Monstros, que saborearaõ os fructos da tyrannia, semeados por Sylla, cassa as Leys que punião os falsos accusadores. A certeza da impunidade os aventa, e as delações se multiplicão; bastava ser accusado, para ser culpado. Roma, Templo da Liberdade torna-se em carnificina dos seus filhos, que só respirarão nos felizes Reinados dos Titos, dos Antoninos, &c. Tanto he certo que falsas e vagas accusações só servem de dismantelar a social harmonia, quebrando os laços que ligão os Cidadãos, e delindo a mutua confiança, baze dos Imperios, que deve reinar entre o Chefe, e os Subditos; oxalá, Sr. Redactor, que a triste experiencia não assellasse esta verdade. Já que as luzes do nosso Seculo não consentem que o ferro em braza afeie com o K grego o rosto dos falsos accusadores; cobertos fiquem de baldões,

horror, perenne execração seja a partilha dos modernos Melitos e Annitos, que sem valiosos dados procurão polluir a fama de seos Compatriotas.

Se bem me lembra já li queixas do Snr. Redactor contra os seos detractores, e o *Non ignara mali...* de Dido me affiança que serão inseridas no seo Periodico estas quejandas rabis-cas de um lavrador, que tendo os dedos calosos de instrumentos agricomicos, não escreveo para levar a fogaça aos Sabios Redactores, que man-eiaão bem aparadas pennas; mas só para mos-trar aos seos Patricios (prouvera aos Ceos que a minha voz fôra trovaão) que não pede a pes-soa alguma votos.

Antonio Pedro da Costa Ferreira.

== -- ==

Appreciamos muito a Correspondencia, que deixamos inserida. Hum homem de bem, que se considera offendido, não póde certamente mostrar seo ressentimento de hum modo mais comedido, e mais civil, do que o fez o Sr. Doutor Antonio Pedro da Costa Ferreira na mencionada Correspondencia.

Ella he motivada pelo que dissemos em o nosso N.º 5 deste Periodico; pensamos que sa-tisfaremos em poucas linhas ao nosso honrado Correspondente.

Hum dia, de que agora nos não podemos lembrar, veio á nossa habitação o Snr. Coronel Joaquim Ferreira França, que ha mais de dez ou doze annos nos trata com amizade e fran-queza.

Veio a conversação a recahir sobre elleiçoës,

e depois de algum espaço nos disse o mesmo Snr. Coronel. Meo amigo he precizo não perder de vista estes arranjos (ou cousa que com isto se parece) pois he caso decidido, que os Deputados haõ-de ser o *Doutor Antonio Pedro*; o *Doutor Joaõ Carlos*, *Eu*, e *Vossa Senhoria*.

Confessamos com muita ingenuidade, que esta proposição nos desorientou, e porisso appareceo o que dissemos em nosso N.º 5, querendo desviar qualquer apparencia de suborno lançando huma especie de ridiculo sobre a pertençaõ, com abstracção das pessoas; ridiculo que fizemos recahir sobre nós mesmos.

Em nossos escriptos temos constantemente mostrado que as votaçõs devem ser livres, e puro effeito da convicção dos Votantes; e que he só em quanto votaõ que tem plena liberdade, a qual plenitude cessa, apenas finda a votaçaõ, pois então passa aos votados parte dessa liberdade. Deixe-se pois gozar ao Cidadão Brasileiro de huma inteira, e plena liberdade ao menos por momentos, e não se pertenda escravizar-lhe o voto por persuasões, por *inculcas*, metendo-lhe á cara pessoas, que pôdem muito merecer talvez a elleiçaõ, mas que a não devem obter por este modo.

Toca o Snr. *Doutor Antonio Pedro da Costa Ferreira* na sua erudita, e bem escripta Correspondencia em o facto do—Mé amiguinho—que tomou em sentido opposto ao nosso, e que salvamos em huma nota.

Confessamos com a mesma ingenuidade, que escrevemos aquellas palavras muito maliciosamente, mas só com o fim de indiciar o Candidato, que uzando com frequencia das palavras,—meo amiguinho,—as pronuncia com tanta velocidade, que só deixa entender. o que escrevemos.

Continuando com a mesma sinceridade dizemos que nenhuma indisposição pessoal temos com o Snr. Doutor Antonio Pedro da Costa Ferreira; que ainda tendo-a, nada o affectaria, pois não estamos em circumstancias de o prejudicar; que temos recebido attenções, e obsequios de muitos de seos parentes, e que não duvidamos afirmar os receberíamos d'elle mesmo, se se proporcionassem occasiões; que nada temos a dizer sobre a conhecida distincção de sua familia, e daquelles a que pertence por parentesco; e quanto á suas luzes temos mais huma prova na erudita, e polida correspondencia, que nos dirige, em relação a seo ressentimento. Protestamos com tudo estar em pé, logo que persintamos qualquer apparencia de suborno directo, ou indirecto para as futuras elleições.

145- Temos pois expôsto o motivo do que escrevemos em o nosso N.º 5; elle não foi outro que a proposição do Snr. Ceronel Joaquim Ferreira França, que podia tambem ter só por base bons desejos, sem intervenção alguma das pessoas, que inculcou; pois que tambem nos introduzio sem disposição alguma preliminar.

Nunca nos subtrahiremos a dar ás pessoas que se julgarem offendidas de nossos escriptos, aquellas satisfações que forem justas; e accrescentamos que está a damos com prazer.

O Redactor.

A V I S O.

Os Numeros seguintes d'este Periodico serão distribuidos aos Snrs. assignantes, e mesmo vendidos avulso, em casa do Redactor, no Largo de João do Valle, em todos os dias athe ás 5 horas. datarde.

O N.º 13 sahirá á luz no dia 27 do corrente mez.

A BANDURRA.

N.º 13.

JULHO 27 DE 1828.



INDICE

Pag.

Reflexões sobre o Imperio do Brasil,..... 433



MARANHAÕ,

TYPOGRAPHIA NACIONAL.
1828.

*Legum denique ideo servi sumus, ut
liberi esse possimus:*

Cicero pro Cluentio.

A V I S O S.

Sobre os successos da Denuncia dada contra a Bandurra N.º 10 pelo Snr. Joze Candido de Moraes e Silva, e a nova Denuncia que deo contra a Bandurra N.º 1, o Snr. Deputado Manoel Odorico Mendes, fallaremos em o N.º immediato e mostraremos que as palavras sobre que imbirou o Snr. Deputado não lhe fazem injuria.

A BANDURRA N.º 14 sahirá em 15 de Agosto seguinte.

A BANDURRA.

N.º 13.

JULHO 27 DE 1828.

REFLEXÕES.

SOBRE O IMPERIO DO BRASIL.

Extrahidas de Folhas Extrangeiras.

O IMPERADOR fechou a Assembléa Legislativa da maneira costumada, dando por concluída a Sessão de 1827, que S. M. tinha prorogado por alguns mezes.

Sentimos não poder dar neste N.º a fallá do Throno, e hum resumo dos trabalhos concluidos nesta Sessão, por nos faltarem documentos donde extrahi-los; o que faremos em nosso N.º proximo se os podermos obter.

Os Jornaes inglezes, copiando as gazetas do Ryo, annuncião huma completa mudança de Ministros, a saber: dos Negocios da Fazenda, Miguel Calmon.

Negocios do Imperio... Pedro d'Araujo Lima.

Negocios Estrangeiros.. O Marquez de Aracati

Negocios da Guerra.... Barrozo

Negocios da Justiça.... Goveia

Negocios da Marinha... Brito

A 2

Parece que S. Magestade o Imperador se vio na precisão de effectuar esta mudança em rasão dos violentos ataques, dirigidos por alguns Deputados contra o ultimo Ministerio, attribuindo-lhe muitas faltas, que elle não commetteo, e outras que não era possivel evitar. Nós já em nossos Numeros antecedentes previmos os resultados de declamações vagas contra o Governo, e o quanto póde ser perigozo (e he sempre indiscreto) lança-las *á tort et á travers* da Tribuna nacional. Se a Ley não põe limites á liberdade dos discursos, e á inviolabilidade das opiniões dos Deputados, taes limites deve cada hum impo-los a si mesmo, pela prudencia e discrição, que devem ser inseparaveis dos legisladores, e pelo espirito d'ordem, harmonia, e interesse público tambem inseparaveis dos bons Brasileiros, e sobre tudo d'aquelles, que tem merecido a confiança de seus Concidadãos, não menos para punirem pelos direitos e liberdade Nacionaes, do que para consolida-los, mantendo a pública tranquillidade, e fazendo respeitar o Throno Imperial, que he o centro dos Poderes públicos, e por consequinte o Paladium de todas as garantias. E como poderá haver tranquillidade no Imperio, e estabilidade nas instituições, se pelo orgão dos seus representantes os Pôvos forem incitados a desconfiar do Governo?

Já o dissemos, e tornamos a repetir: Nada he tão propicio á conservação das instituições e ao bem-estar dos povos, como o signalar-se da tribuna publica os abusos do poder Ministerial; e nada he tão digno de grande applauso, nem mais proprio para estabelecer a honroza reputação de qualquer Deputado, e grangear-lhe estima pública, como a nobre resolução de

de Coimbra para esta Capital, a fim de beijarem a Mão ao Serenissimo Senhor Infante Regente, pela Sua feliz chegada a estes Reinos, os Deputados nomeados por parte da Universidade o Doutor Matheus de Sousa Coutinho, Lente de Faculdade de Canones, trazendo em sua companhia seu sobrinho Joze Candido de Sá Pereira e Castro; o Doutor Jeronymo Joaquim de Figueiredo, Lente da Faculdade de Medicina, e o Doutor Antonio Joze das Neves e Mello, Lente da Faculdade de Filosofia, trazendo em sua companhia seu filho Antonio Augusto das Neves e Mello, e juntamente com elles a Deputação por parte da Cathedral da dita Cidade, composta do Deão Antonio de Brito, e do Conego Pedro Falcão Cotta e Menezes, que trazia em sua companhia seus sobrinhos Estevão Falcão Cotta e Menezes, e Manoel Falcão Cotta e Menezes, pernhoitarão todos em Condeixa, donde sahirão pelas cinco horas da manhã seguinte, dezoito do dito mez, e chegando ao sitio do Cartaxinho, huma legoa distante de Condeixa, pelas sete para as oito horas da manhã alli foram attaccados por huns poucos de homens mascarados com lenços, e armados de armas de fogo, que encararão nelles, os quaes mandando parar as Calleças, fizeram com ameaças pôr todos a pé, e os obrigaraõ a hir para hum lugar mais remoto á esquerda da Estrada Real, vindo para Lisboa, aonde deixaraõ ficar os Calleceiros, Arrieiros, e Criados, e conduziraõ os sobreditos Deputados, e seus parentes para outro lugar mais escuro, ordenando-lhes, que se deitassem por terra, depois do que constrangeraõ os referidos Calleceiros, Arrieiros, e Criados a que fossem buscar os bahús, e cargas á Estrada para aquelle mesmo lugar, aonde foraõ aber-

D

tos, hums com as chaves, que deraõ seus donos, e outros arrombados, e todos roubados do dinheiro e trastes de valor, que continhão; ao que se seguio manietarem aquelles conductores, que ficaraõ por esse modo seguros e prezos, e conduzirão os ditos Deputados, e seus parentes para outro sitio mais desviado, aonde foraõ pessoalmente roubados do mais precioso, que levavaõ, e obrigados a deitarem-se por terra, então se ouviu perguntar hum dos salteadores se deviaõ ser prezos com cordas, ao que lhe respondeo outro, que fossem seguros com punhal e tiro, ao que acudiraõ os Deputados pedindo muito a conservação das suas vidas, mas immediatamente dispararaõ tiros sobre elles, e apunhalarão alguns cruelmente. Resultou deste atrocissimo, e execrando facto ficar logo morto o dito Doutor Matheus de Sousa Coutinho, e o Doutor Jeronymo Joaquim de Figueiredo, com tiros de ballas, as quaes lhes trespassarão as cabeças, e gravissimamente feridos o Deão Antonio de Brito, e o Conego Pedro Falcão Cotta e Menezes, o primeiro dos quaes recebeu vinte e duas feridas na nádega esquerda, feitas com arma de fogo carregada com quartos, e alguns grãos de chumbo, e outras cinco no peito e pulso do mesmo lado, que mostravaõ ter sido feitas com arma pontaguda triangular, e o segundo teve duas feridas penetrantes em ambos os peitos, feitas com balla, e mais dezasete boracos na cabeça e orelha do lado esquerdo, que denotavaõ ser feitas, com arma de fogo carregada com quartos, além de outras feridas na espada e hombro esquerdo, que indicavão ser feitas com instrumento triangular. Foraõ menos graves os ferimentos que soffreo Jozé Candido de Sá Pereira, que consis-

tiraõ em dois feitos na cabeça, com o mesmo instrumento triangular, e o de Estevão Falção Cotta e Menezes, em huma ferida combusta procedida de tiro disparado com polvora sêca. Seria certa a continuação deste horroroso maleficio nos passageiros que ficáraõ illezos, se acaso os Póvos circumvisinhos avisados por huma mulher da Venda Nova, não acudissem promptamente ao lugar do delicto, e perseguissem e prendessem quasi em fragante os nove malfeitos, que se tinhaõ posto em fuga.

Mostra-se quanto ao Réo Bento Adjuto Soares Conceiro, que elle fôra o que principalmente figurára nesta Scena de horror, dirigindo a perpetração do delicto por ordens indicadas por N.ºs 1, 2, 3, &c., e tendo-se para isso montado no cavallo que trazia o mencionado Deão, e o que dissera respondendo á pergunta que lhe fizera outro Réo, que os assaltados assegurassem com tiros, e punhaes, assim o provão plenamente as Testemunhas 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª; 8.ª, 13.ª, 16.ª, 17.ª, 18.ª, 19.ª, 20.ª, e 22.ª da Devassa tirada pelo Conservador da Universidade de Coimbra, depondo as testemunhas 7.ª, e 26.ª, da confissão extrajudicial deste Réo no acto da sua prisão de que fôra hum dos aggressores, o que igualmente confirma o co-Réo Domingos Joaquim dos Reis nos seus interrogatorios appensos.—E posto que o Réo nas perguntas que se lhe fizerão negue em geral a perpetração do delicto, com tudo deduz-se huma sufficiente confissão da declaração de que assistira ao primeiro ataque das Callejas; pois que não he crível, que dispondo-se para o delicto deixasse de concorrer para que se ultimasse.

Mostra-se quanto ao Réo Delfino Antonio de Miranda e Mattos, que igualmente concor-

rera para este atroz delicto, por quanto as testemunhas 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a, 13.^a, 15.^a, 16.^a, 17.^a, 18.^a, 19.^a, e 20.^a, jurão tello visto atacar com arma de fogo as Calleças e Passageiros, particularizando a 16.^a que vira o Réo atirar tiros sobre elles, e a 13.^a que fôra a que matara, e aos mais Calleceiros. — A testemunha 6.^a, 7.^a, e 12.^a, depoem da confissão que fizera do delicto, quando o prenderão, e da achada em poder d'elle de hum punhal, e Relógio que depois se verificou ser do dito Deão, o que tudo concorre para constituir huma prova perfeita do delicto; a qual he corroborada pela confissão que resulta dos Interrogatorios do appenso N.º 4, que declara ter sido convidado, e assistido a parte da perpetração do delicto, não se podendo suppôr, que não coöperasse tambem para que se consumasse.

Mostra-se quanto ao Réo Domingos Joaquim dos Reis ser hum dos que se associará para a commissão do Delicto de que se trata, pois que se prova pelas testemunhas 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a, 8.^a, 13.^a, 15.^a, 16.^a, 18.^a, 19.^a, 20.^a, e 22.^a, ter sido hum dos que atacára com arma de fogo os sobreditos Passageiros no sitio declarado, depondo cumpridamente sobre este facto. — Nos Interrogatorios feitos pelo Corregedor da Comarca de Coimbra ao co-Réo Delfino Antonio de Miranda, declara este, que ouvira exclamar o Réo na Cadêa de Condeixa, dizendo este malvado homem que nos metteo nisto, referindo-se, a Antonio Maria das Neves Carneiro, de que se deduz huma confissão extrajudicial do Crime, a qual repete nas perguntas judiciaes appensas aonde confessa que estivera no lugar do delicto em consequencia do convite, que lhe fizera o

dito Antonio Maria das Neves Carneiro, para certo despique, e que presenciara atacarem-se as Calleças, por sete indivíduos que estavam com as máscaras que lhes cobrião as caras, não sendo para suppor que ignorasse o fim para que fôra convidado pelo menos devia saber, quem tomar qualquer despique particular era sempre um crime.—Sem que possa minorar a imputação, o que diz a testemunha Manoel Rodrigues Diogo afirmando, que ao principio do assalto viram passar o Réo para o lado esquerdo da estrada, porque esta circumstancia, mais o crimina, visto que foi alli onde se commettêrão os assassinios, e roubos.

Mostra-se quanto ao Réo Urbano de Figueiredo, que intreviera, igualmente para este escandaloso delicto; porque provão as testemunhas 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª, 8.ª, 13.ª, 15.ª, 16.ª, 18.ª, 19.ª, 20.ª, e 22.ª, que o Réo armado de arma de fogo, fôra hum dos que assaltára os referidos Passageiros, declarando a 30.ª positivamente que tinha sido este Réo quem o mandara deitar no chão, quando chegára as Calleças, o que estava de guarda armado com Espingarda, ameaçando-o de morte, se assim não fizesse.—A testemunha 7.ª de põe, que ouvira confessar o Réo no acto da prisão haver perpetrado o delicto, cuja confissão extrajudicial tambem se deduz da declaração, que fez nos seus interrogatorios o co-Réo Delfino Antonio, afirmando que ouvira o Réo queixar-se na Cadêa de Condeixa de Antonio Maria das Neves Carneiro, dizendo—malvado homem, que nos mettêo nisto=Posto que nas perguntas judiciaes negue o delicto, com tudo pelo modo da negativa não destróe a prova, que resulta das sobreditas testemunhas, que jurão cumpridamente do facto.

Mostra-se quanto ao Réo Francisco do Amor Ferreira Rocha, ser hum dos que concorrera para se commetter este horrivel delicto, pelo que jurão as testemunhas 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a, 8.^a, 13.^a, 15.^a, 16.^a, 18.^a, 20.^a, e 22.^a, depondo de ter visto o mesmo Réo entre os Salteadores armado de espingarda, quando atacarão as Calleças, e da mesma sorte o declara o co-Réo Delfino Antonio nos interrogatorios appensos, depondo as testemunhas 6.^a, e 7.^a, da confissão extrajudicial, que ouvirão fazer ao Réo, e a 26.^a da achada de hum punhal, e hum maço de cartuxos embalados, que lhe fôrão tirados, que de tudo resulta huma prova perfeita do delicto, que convence a negativa do Réo revestida de circumstancias, que a fazem contradictoria.

Mostra-se quanto ao Réo Antonio Corrêa Megre, ter concorrido para se perpetrar este delicto, por quanto depõe as testemunhas 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a, 8.^a, 15.^a, 18.^a, 19.^a, 20.^a, e 22.^a, que o virão armado com espingarda acommetter as Calleças, e passageiros no dia mencionado, e concordando com ella a 13.^a, accrescenta que fôra o Réo o que atirára mais tiros aos passageiros sobreditos, assim como declararão as testemunhas 16.^a, e 17.^a, ser o mesmo Réo que ficára de guarda aos Calleceiros no principio do ataque, e esta mesma affirmativa faz o co-Réo Domingos Joaquim dos Reis nos interrogatorios appensos, em que declara ter visto o Réo no lugar do delicto com a cara coberta. A prova que resulta destes depoimentos contesta perfeitamente a negativa absoluta do Réo, o qual com tudo não deixa de confessar que sahira armado de espingarda quando partira de Coimbra, vindo-se a verificar no acto de lhe ser aprehendida, ser de Rei, e por tanto

impropria para a caça, para que disse se destinava.

Mostra-se quanto ao Réo Domingos Barata Delgado ser dos que armados com armas de fogo assaltarão os passageiros, de que se trata atacando as Calleças, em que eram conduzidos, matando huns, ferindo outros, e roubando a todos, de cujo facto jurão as testemunhas 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a, 8.^a, 13.^a, 15.^a, 16.^a, 17.^a, 18.^a, 19.^a, 20.^a, e 22.^a, depondo a 23.^a, 24.^a, e 25.^a, a resistencia que lhe fizera o Réo apontando para ellas huma espingarda para evitar a prizão, que sempre se effectuou, da qual arma confessa nos interrogatorios appenso, que vinha munido desde que sahira de Coimbra dirigindo-se para aquellos sitios, de que se deduz huma prova de delicto, que convence a negativa do Réo nas perguntas, que lhe forão feitas.

Mostra-se quanto ao Réo Carlos Lidoro de Souza Pinto Bandeira, que associado com outros Réos, commettêrão este inaudito delicto, tendo sido visto no mesmo acto em que se perpetró pelas testemunhas 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a, 8.^a, 13.^a, 15.^a, 16.^a, 18.^a, 19.^a, e 20.^a, declarando esta testemunha, que muito particularmente conhecêra o Réo, quando o vira na Cadêa de Coimbra.

As testemunhas 23.^a, 24.^a, e 25.^a, depõe da resistencia que lhe fizera com huma espingarda quando o quizerão prender, o que praticarão, dando com este facto huma prova de que os remorsos do crime o obrigavão a evitar a prizão. Com esta mesma arma confessa nos interrogatorios appensos, que sahira de Coimbra no dia do delicto, no que confirma os juramentos das sobreditas testemunhas, que fazem plena prova do delicto apezar da negativa do Réo, con-

vencida perfeitamente pelos mesmos juramentos.

Mostra-se que o Réo Manoel Innocencio do Araujo Mansilha, fôra tambem hum dos que ajudou a perpetrar este horroroso delicto, porque assim o jurão as testemunhas 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a, 5.^a, 8.^a, 13.^a, 15.^a, 16.^a, 18.^a, 19.^a, e 20.^a, que tirou o Conservador da Universidade de Coimbra, tendo reconhecido o mesmo Réo na Cadêa da dita Cidade, ser o proprio pelos vestidos que tinha, que vira atacar com arma de fogo as Calleças, e passageiros no lugar do delicto, os quaes vestidos confessa o Réo nos interrogatorios do appenso numero quatro, serem os mesmos com que estava vestido ao tempo da prizão; como tambem ser sua a espingarda que lhe foi achada no acto da prizão; o que tudo produz huma prova juridica do delicto, que destróe, e convence a negativa do Réo nas respostas aos interrogatorios appensos.

Mostra-se quanto ao Réo Miguel Pereira, não lhe resultar culpa das Devassas appensas, q^{ua} o possam obrigar a soffrer qualquer pena:—O que tudo visto, sendo o roubo e morte feita em estrada com espingarda, delictos de sua natureza mui graves, são no presente caso muito mais aggravantes pelas circumstancias, que concorrem da barbaridade e crueldade, com que estes delictos forão comettidos pelos Réos, da permedição, e concerto anticipado verificado pela preparação das armas, de que alguns delles se munirão, cortando-as, fazendo-as mais curtas, e appropriando-as assim melhor aos seus fins, como consta dos Autos de achada appensos; da falta de contemplação, e respeito para com os Lentes da Universidade, a cuja Corporação pertencião; e sobre tudo pela importantissima conside-

Falla 547/554 5-55- N.14-15

A BANDURRA.

N.º 16.

Agosto
SETEMBRO 14 DE 1828.



INDICE DAS MATERIAS.

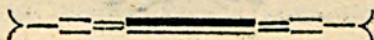
	pag.		pag.
Imperio do Brasil..	557	no Ryo de Janeiro.	577
Ryo de Janeiro		Soneto allusivo ao	
Decreto para as Elei-		DIA 7 de Setembro,	
ções dos Deputados.	576	em que S. M. I. deo	
Artigos não Officiaes.		o primeiro Viva á	
Revolta das Tropas		Independencia.....	589
Irlandezs e Allemães		Avisos.....	590

MARANHAÕ,

TYPOGRAPHIA NACIONAL.
1828.

*Legum denique ideo servi sumus, ut
liberi esse possimus:*

Cicero pro Cluentio.



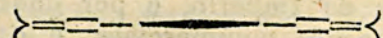
A V I S O.

A BANDURRA N.º 17 ha-de sahir á luz
no dia 28 do corrente Setembro.

A BANDURRA.

N.º 16.

AGOSTO 28 DE 1828.



IMPERIO DO BRASIL.

Extracto da Sovella Politica e Litteraria,

Naõ podemos discorrer sobre o estado actual do Imperio do Brasil, se naõ pelas noticias que circulaõ nos papeis da Europa; e por conseguinte pouco diremos neste N.º, reservando para o seguinte hum artigo mais amplo e detalhado; porque temos tomado todas as medidas para obtermos as gazetas do Rio, e as informações necessarias.

Entretanto, a julgar pelo que durante estes dois mezes se tem publicado, temos a satisfação d'annunciar, que se observa em todo o Imperio do Brasil hum progressivo melhoramento, tanto no que diz respeito á sua administração interna, como ás suas relações exteriores; e que o novo Ministerio não só he infatigavel em cuidar dos meios de promover a prosperidade do Imperio, mas tambem prudente, e acertado na escolha das medidas, que tem tomado para conseguir este grande objecto.

O Ministro das Finanças não só tem justifi-

A 2

cado o conceito, que delle fazia a Nação ^{antes} nesta
 d'entrar no Ministerio, mas até, no pouco tempo
 que o tem exercido, tem dado provas bastantes
 para mostrar que he capaz de fazer mais do que
 era permittido esperar das criticas e apuradas
 circumstancias, em que se achava a fazenda pu-
 blica, quando elle tomou a seu cargo a mui
 difficil tarefa de administra-la. O cancro aberto
 pela falsificação do cobre na Cidade da Bahia, e
 que ameaçava com seu infecto contagio, todas
 as Provincias do Imperio, e por consequente to-
 das as transacções commerciaes, e o sistema de
 finanças todo inteiro, já se vai cicatrizando, e o
 corpo politico vai cobrando mais vigor, agilida-
 de, e consideração. A fazenda publica he a vida,
 a conservação, e a independencia dos Estados; e
 a boa administração e arrecadação da mesma fa-
 zenda he a acção que vivifica todas as ramifica-
 ções do Corpo politico. O thesouro publico he
 aos Estados o que he a cada particular, ou a
 cada familia, a sua bolça ou o seu cofre; e co-
 mo o dinheiro he o representativo de tudo quan-
 to se ha mister, segue-se necessariamente que
 quem mais dinheiro possue, mais comodidades
 disfructa, mais consideração goza, e mais inde-
 pendencia consegue. Mas, por huma prova con-
 traria, assim como se tem visto muitos indivi-
 duos que possuindo immensos bens, e pingues
 rendimentos, não só deixão de melhorar a sua
 fazenda, e augmentar os seus rendimentos, mas
 até lhes falta o necessario para suprirem as suas
 necessidades, ficando por falta de ordem e de
 methodo, sem credito, sem consideração, e sem
 conforto; assim hum Estado, por muitos recursos
 que tenha, por muitos rendimentos que possua,

Na madrugada do dia seguinte os Irlandezes, que formavão a maior parte do Batalhaõ N.º 3, e na maioria desarmados, se renderão ás tropas, que cercavão o Quartel. Immediatamente teve lugar seu embarque; o espectaculo que offereciaõ estes desgraçados, utilizados, levando a pòz de si mulheres, e crianças de tenra idade, moveo a piedade, e compaixão geral por todas as ruas porque desfilarão entre duas allas de Soldados de Cavallaria: os Alemães, que ficarão em pequeno numero do mesmo Batalhaõ N.º 3, tiverão outro destino, em attenção, que muitos delles tinhaõ sido massacrados pelos Irlandezes no interior do Quartel.

Em quanto durou o ataque do dia 11 no Campo de Santa Anna outros dois pontos se tornaraõ tambem o theatro da guerra: o Batalhaõ de Caçadores que tinha chegado de Pernambuco, e estava aliojado na fortaleza da praya vermelha começava a revoltar-se tendo assassinado o Major Benedicto; os Irlandezes, que se achavão naquella mesma fortaleza em numero de mais de 1500, davaõ indicios de quererem unir-se áquelles Allemães; mandou-se força armada contra elles; e como ainda estão em frente da fortaleza, rezervamos a narração dos successos que naquella ponto tiverão lugar, para o numero seguinte.

Executarão-se com a maior promptidão na tarde do dia 11 as medidas tomadas pelo Governo contra os tres pontos occupados pelos revoltosos; mas o numero das tropas nacionaes parecia muito pequeno á vista do grande numero dos sediciosos; resolveo-se pois dar hum golpe rapido, e decisivo, sem esperar hum successo completo da colera do povo, e para isso S. M.

E 2

I. convidou de concerto com os Ministros de França, e de Inglaterra os Snrs. Almirantes da Estação Franceza, e Ingleza no Brasil para porrem forças á sua disposição.

O Convite foi feito ás nove horas da noite pelo Marquez de Cantagalo ao contra Almirante *Lemarrant* abordo da Fragata *Vigilante*, e foi seguido da immediata partida de 500 marinheiros francezes commandados pelo Capitão de Fragata *Rabaudy* da Corveta *Libio*. Esta força ficou á livre disposição de S. M. I. Tres Companhias chegarão pela meia noite ao Palacio de S. Christovão, a quarta occupou as alturas de S. Bento, e a quinta rendeo no Arsenal os artilheiros da Marinha Imperial, hum corpo de 200 Soldados Inglezes ás ordens do Commandante da *Thetis* desembarcou no Arsenal na madrugada do dia 12 e marchou ao Palacio de S. Christovão para defender, se tanto fosse necessario, a Pessoa de S. M. I., e no mesmo dia 12 tres lanchas canhoneiras fundearão em frente da praya visinha ao quartel do Batalhão N.º 2.

A's tres horas da tarde voltando S. M. I. do Arsenal, e do Botafogo deo ordem de bloquear por terra o segundo Batalhão dos Allemães acantonados em S. Christovão. O Brigadeiro Joaquim de Lima Ajudante de Campo de S. M. I. foi encarregado do Commando das Tropas. A guarda do Palacio de S. Christovão foi confiada ao Corpo Inglez reunido á guarda montante dos Allemães, que não tiverão parte na sedição; as cinco companhias Francezas, a divizão dos Artilheiros a cavallo, composta de 4 peças, e a Cavallaria de Minas occuparão as posições, occuparão os pontos mariados pelo Brigadeiro Lima.

O Estado maior deste General, composto de muitos Officiaes Brasileiros, e de 4 Engenheiros foi distribuido de sorte que se communicasse rapidamente a ordem de ataque. Seraõ certamente diminutos todos os louvores que se tributarem á actividade dos Officiaes dos diversos Corpos reunidos, e á capacidade do General que dispõz habilmente suas forças sobre hum local circumscripto. Antes de romper as hostilidades enviou-se hum parlamentar aos Allemães revoltados; respondêraõ que dezejavão conhecer as intenções de S. M. I. a seu respeito, e que se lhe concedesse algum tempo antes de submeterem-se. Concedeo-se-lhes espaço, e logo que espirou, o General mandou segunda vez hum Official parlamentar com ordem de intimar-lhes pousessem immediatamente as armas em terra, alias se daria o signal de ataque em poucos minutos.

Os Soldados do Batalhão N.º 2 entraraõ no Quartel tomaraõ suas armas, e bagagens: dez minutos depois o Batalhão N.º 2, desfilou em linha de batalha em frente do Quartel, commandado por 4 Officiaes, e presentou as armas ás tropas do Bloqueio: o Batalhaõ inteiro tres vezes repetio o grito—*Viva o Imperador*—acompanhado de—*honras*—, e depois de huma manobra bem executada os Soldados desfilaraõ por companhias a 100 passos de distancia humas das outras, e depozeraõ as armas a 50 passos de distancia da linha do Bloqueio, defronte do Quartel General, e logo depois os reconduziraõ ao Quartel; a caixa, e os effeitos do Batalhaõ foraõ levados ao Castello de S. Christovão, e as armas depozitadas no Quartel da Artilharia montada.

Na manhã do dia 13 S. M. I. á frente da

Sua Guarda de Honra, e hum numerozissimo Estado maior cumprimentou o General Lima pelo exito feliz de seo bloqueio, e fez elogios em termos lisongeiros, e gratos ao Commandante *Rabaudy* por seo zello, e boas disposições dos Marinheiros Francezes. S. M. I. acompanhou com todo o seu Cortejo ao Arsenal as Tropas Francezas, e Inglezas, para assistir a seu embarque. Sua Magestade despedindo-se dos Chefes, testemunhou lhe de novo toda a sua gratidão pela parte activa que tomaraõ para o restabelecimento da ordem, e da tranquillidade na Capital do Imperio.

Taes saõ os principaes detalhes, que nos tem chegado, e que nos esforçamos de reproduzir com fidelidade; se no meio da confusão, em que nos lançou a multidão de relações truncadas, ou contradictorias, temos deixado escapar da nossa penna alguns factos inexactos, ou ommitido alguma circumstancia interessante, rogamos a nossos leitores no-la queiraõ indicar: nosso dever he contar os factos historicos sem os desnaturalizar pela lingoagem apaixonada do espirito de partido e sem os acompanhar de interpretações, ás quaes cada hum segundo seu interesse, ou os perjuizos de sua nação, dá cores mais ou menos verdadeiras, ou falsas.

Não he ainda conhecida a decisão do Governo a respeito dos Allemães, e dos Irlandezes; o maior numero delles está abordo dos Navios *Presiganga*, *Principe Real*, e outros. Diz-se que os Irlandezes não serão mandados como Colonos para as Provincias do Súl, e que os Allemães serão reorganizados e enviados para o Exercito na Provincia do Ryo grande. Outras pessoas asse-

gurão, que o Ministro de S. M. B. tem pedido que se enviem os Irlandezes para o Cabo da Boa esperança, á custa de seo Governo; he, porém positivo, que os Irlandezes serão despedidos do Imperio.

= > ————— < =
M A R A N H A Õ.

DOMINGO 7 DE SETEMBRO DE 1828.

ANNIVERSARIO DO

*Primeiro Viva á Independencia do Brasil, alçado
sôbre a Piranga, pelo nosso Augusto Impe-
rador, e Defensor Perpetuo, o Senhor
D. PEDRO I.*

S O N E T O.

La n'um dia em qu' o Sol, mais luminoso,
As janellas abria do Oriente,
O Pai dos Deuses, Jupiter potente,
Dos Ceos á terra baixa pressuroso:

Do Prata ao Amasonas caudaloso
Encontra c'um Gigante descontente,
Pesando sôbre o colo a grave frente,
Curvada ao jugo d'um grilhaõ penoso:

Quem és? Lhe brada o Nume, internecido,
Sou o Brasil, lhe diz, qu' outr'ora infante,
Fui com duras cadêas opprimido;

Mal qu' o Nume o Brasil ouve prestante,
As cadêas quebrando infurecido,
Sôbre as outras Nações o fez possante.

~~Por David da Fonseca Pinto.~~

*Re-imprime-se este Soneto pela sua allusão
ao DIA de hoje.*

A V I S O S.

Joaquim Ramos Villar, faz saber a todos os Srs. que tiverem contas a ajustar com a casa de seu fallecido Irmão, Manoel Silvestre Ramos, que elle se acha authorisado para fazer esta liquidação, na qualidade de seu primeiro Testamenteiro, pagando, e ajustando todas as contas: e tambem faz certo que elle está prompto a pagar todos os Valles de dinheiro de cobre, que giraõ nesta Praça, com a firma do mesmo seu fallecido Irmão. Maranhão 30 de Agosto d'1828.

Joaquim Ramos Villar.

No dia 23 de Julho de 1828 desapareceo da obra de Joze Alves da Silva hum Official de Carapina de nome Joze, de idade 20 a 25 annos, Nação Bujagó, retinto, não muito gordo, estatura regular, bastante desembaraçado, pertencente a Joze Fernandes de Oliveira; quem delle souber ou fizer entrega, se lhe dará huma boa gratificação.

Antonio Francisco do Valle Porto estabelecido no Canto-Grande com huma Quitanda, pertende passar a mesma; toda a pessoa que a quizar tomar por traspasse dirija-se á dita, para com elle tratar.

Na rua do Hospital velho N.º 4, ha para vender hum par de dragonas para Tenente Coronel de Milicias com banda, e fiador, tudo novo, e gosto moderno.

No Armazem de Manoel Antonio dos Santos & C.ª por debaixo das casas de José dos Reis e Britto no Trapixe se acha á venda a retalho vinho pelo comodo preço de Rs. 280 o frasco.

Maranhão 10 de Setembro de 1828.

Quem tiver para vender huma Escrava que saiba cozinhar, lavar, e engomar, póde dirigir-se a João Jeronimo Esteves Norte, que se acha encarregado da compra della.

591
A BANDURRA.

N.º 17. 626

SETEMBRO 28 DE 1828.



INDICE DAS MATERIAS.

PORTUGAL.

pag.

pag.

Discurso de proposi-
ção recitado nas Cor-
tes de Portugal cele-
bradas em 23 de Ju-
nho de 1828..... 593
Resposta ao mesmo
Discurso..... 597
Sabonete aos Jesui-
tas e Jezuiticos.... 613
Potesto dos Plenipo-

tenciarios de S. M. o
Imperador do Brasil,
na qualidade de Rey
de Portugal, intima-
do á Nação Portu-
gueza..... 622
Circular dos mesmos
dirigida ás respecti-
vas Legações na Eu-
ropa..... 624
Avisos..... 625

MARANHAÕ,

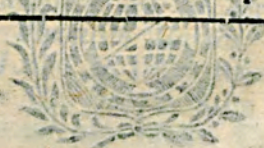
TYPOGRAPHIA NACIONAL.
1828.

A BANDURRA.

1828

*Legum denique ideo servi sumus, ut
liberi esse possimus;*

Cicero pro Cluentio.



AVISO.

A Bandurra N.º 18 ha-de sahir á luz no dia
15 do proximo futuro Outubro.

MARANHÃO,

Typographia Nacional

1828.

A BANDURRA.

N.º 17.

SETEMBRO 28 DE 1828.

PORTUGAL.

LISBOA 23 DE JUNHO.

Discurso de Proposição recitado nas Cortes celebradas em 23 de Junho de 1828, na Cidade de Lisboa, pelo Excellentissimo e Reverendissimo Bispo de Vizeu D. Francisco Allexandre Lobo.

Huma voz unanime soou em todo o Reyno. Reconhecendo os males da Patria, desejando anxiosamente o remedio, todos os Portuguezes (e bem posso dizer todos) tem encaminhado ao Augusto Principe, que nos Rege, os mais ardentes votos e os mais sinceros, de que Sua Alteza se apres-se a subir ao Throno dos Seus Maiores, e a pôr deste modo, hum termo á fluctuação e incerteza do Governo Supremo, que entre todos os inconvenientes politicos, se deve reputar como o mais importante. A Nobreza, o Clero, os Tribunaes, as Camaras, os Cidadãos tem sido conformes: só com a differença, que em alguns o patriotismo, menos soffrido ou mais resolutivo, procedêo logo

A 2

ao Acto de Acclamação, que outros sómente representavão como indispensavel, e sollicitavão como ordenada pelas Leys e estilos antigos, e requerida pela necessidade urgentissima do Estado. Perfeitamente de accordo no desejo, no conceito, e nos seus fundamentos, sómente na maior ou menor determinação tiverão alguma discrepância.

Não podia o Grande Principe desattender a voz e representações de Corpos e de Cidadãos, que propunhão as utilidades, e mesmo a neccesidade da patria, e que allegavão com os seus usos e com as suas Leys. A nenhum *Portuguez* sôa mais suavemente o nome da Patria, do que ao Nosso Principe; nenhum tem mais no Coração a sua ventura e a sua gloria. Apaixonadamente deseja o adiantamento e a segurança dos Seus verdadeiros e nobres interesses; venera os seus discretos usos e estilos, respeita a Sobedofia das Suas Leys. Também não podia ser, nem he insensível ao grito de lealdade, e de amor á Sua Pessoa, que desde o momento da sua vinda, se levantou de todos os lados em *Portugal*. Mal pôde hum Animo Nobre resistir á força suave, que lhe fazem os Povos, com as demonstrações de Amor, que não tem, nem pôde ter outro principio mais que o affecto da Patria, e a esperança de se remediarem os seus infortunios: nem acha pequena difficuldade, em se negar então ás suas instancias, se porventura assim o requerer a mesma utilidade commum, que se propõe o seu zelo.

Mas porque antepõe a todas as considerações a justiça, e porque respeita profundamente as Leys; das Leys quer tudo, e recusa, sem hesitação, tudo, o que lhe não for attribuido pelas Leys. O Reino tem as suas Leys de Successão a Co.

A *Europa* tem os olhos fixos sobre *Portugal*, e não pôde deixar de applaudir a sabia e magnanima resolução que V. A. R. tomou de firmar o Sceptro *Portuguez* sobre as ruínas da Revolução. Daqui depende a segurança de todas as Monarquias.

Quando V. A. R. desembainhou pela primeira vez a espada a favor desta Causa, o Duque de *Angoulême* trabalhava em *Hespanha* no mesmo sentido, á frente dos Exercitos *Francezes*, e com o apoio da grande Liga *Européa*. Como poderião pois os Soberanos Alliados desapprovar hoje o que então approváraõ e protegêraõ? Taõ depressa se teriaõ esquecido do grande serviço, que V. A. R. fez á Causa dos Reis e dos Povos, serviço que elles tanto reconhecêraõ, admirando o valor e resolução heroica de V. A. R. em annos tão juvenis? Como poderião pôr-se agora em contradicção com as maximas que com tanta solemnidade adoptáraõ, fundando hum novo equilibrio politico em *Vienna*, e estabelecendo em *Troppau*, em *Laybach*, e em *Verona*, como regulador da sua Politica, o principio da Legitimidade, que tanto tem proclamado em seus Manifestos, e nas Notas diplomaticas de seus Ministros?

A rebelião tambem proclama a legitimidade, para com este nome pretextar seu crime; mas he huma falsa legitimidade, só fundada em sofismas, e que os mesmos rebeldes nem acreditaõ, nem desejaõ. E poderá algueim conceber, que a *Politica Européa* esteja mais bem disposta para ouvir os sofismas de hums poucos de facciosos, do que as razões solidas da Nação unida ao seu Principe? Se a *Europa* não tivesse conhecimento do nosso Direito Publico e das nossas Leis fundamentais, por não ter ouvido senão aquelles que

C

tinhaõ interesse em lhas occultar, agora será mais bem informada por documentos taõ authenticos como os que vão offerecer-lhe os Tres-Estados do Reino, representando em Cortes a Nação inteira. Por elles formará a *Europa* o seu juizo imparcial sobre a nossa questão, que os emissarios da Facção tanto tem desfigurado nos paizes estrangeiros com calumnias e sarcasmos publicados nos escriptos dos seus collaboradores, e principalmente nos papeis radicaes da *Grã-Bretanha*.

Naõ he propria do presente discurso a discussão plena dos Direitos de *V. A. R.* á Coroa de *Portugal*; mas eu vou estabelecer alguns principios para abrir o caminho ás deliberações do Congresso, antes que se separem os seus diferentes Braços.

Os illustres fundadores desta Monarquia estabelecêraõ em *Lamego*, como fundamento da Ordem da Successão do Reino, que a Coroa nunca passasse a pessoa estrangeira—*quia nunquam volumus nostrum Regnum ire for de Portugalensibus, qui nos sua fortitudine Reges fecerunt sine adjutorio alieno, per suam fortitudinem et cum sanguine suo.*

Os illustres Restauradores de 1640, para corroborarem ainda mais esta Lei fundamental, propozeraõ outra nas Cortes de 1641, para que naõ só a Coroa nunca passasse a Principe estrangeiro, *nem filhos seus*, ainda que fossem os Parentes mais chegados do ultimo Rei; mas que aquelle que houvesse de succeder no Reino, além de ser nascido, fosse tambem *creado nelle*, palavras do Cap. do Estado da Nobreza, *para conhecer seus vassallos, e os amar como taes*, e tivesse obrigação de residir dentro delle; e accrescentáraõ, que acontecendo succeder o Rei em algum outro

Reino, ou Senhorio maior, fosse obrigado a residir sempre no de *Portugal*; e tendo dois ou mais filhos varões, o maior succedesse no estranho, e o segundo no de *Portugal*.

Toda esta Doutrina foi approvada pelo Senhor Rey D. *João IV*, nas suas respostas aos respectivos Capitulos dos Tres Estados, e collectivamente ractificada na sua Carta Patente de 12 de Setembro de 1642; e por consequencia tambem constitue huma Ley fundamental do Estado, que o Proprio Rey não póde alterar sem o concurso da Nação.

Que dirião pois os fundadores e os restauradores desta Monarchia, se fossem presentes, vendo a injustiça com que se tem querido tirar a Corôa a V. A. R. para se entregar com tão manifesto prejuizo e repugnancia da Nação, a hum Principe, não só estrangeiro, porém residente, e estabelecido com hum Imperio além do Atlantico?

O direito á Coroa não se devolveo para o legitimo Successor senão no momento fatal em que expirou o Senhor D. *João VI*, porque esta he a regra em todas as successões. E a este momento não estava já reconhecida bem ou mal a Independencia do *Brasil*, e o Senhor D. *Pedro* investido no Imperio por sua livre escolha e vontade?

Aquella providente cláusula de que se uscu nas Cortes de *Lamego*, *nunquam volumus nostrum Regnum ire for de Portugalsibus*, entendida no sentido natural, e não segundo os ápices de Direito, de que certamente não cogitarão os fundadores da Monarchia, que não erão letrados, exprime beni a sua intenção. Quizerão, que nunca tivessesmos Rey, que não fosse do Reino, e

não estivesse entre nós, e que a Coroa jámais sahisse de *Portugal*; eis aqui bem claramente excluido o Senhor D. *Pedro*, e nelle toda a sua descendencia, e a Coroa devolvida ao *immediato*; que he V. A. R. Porém, ainda entendida a mesma clausula no rigor juridico, o seu effeito he senpre o mesmo.

A qualidade de nacional, ou estrangeiro, segundo o Direito Publico Universal, o o Particular do nosso Reyno, deriva-se mais do estabelecimento do que do nascimento, á maneira do que se acha determinado a respeito dos Direitos de visinhança pela Ordenação, liv. 11, tit. 56. = Todo aquelle que se estabelece em paiz estrangeiro, e nelle acceita empregos públicos (quanto mais hum Imperio!) fica sendo estrangeiro ao paiz em que nasceo. Neste caso se acha o Senhor D. *Pedro*, que não podia ser Imperador do *Brasil* sem ser *Brasileiro*, nem ser *Brasileiro* e ao mesmo tempo *Portnguez*, residente, e estabelecido no *Brasil*, e ao mesto tempo em *Portugal*, pois são qualidaæes repugnantes.

Logo o Senhor D. *Pedro* nunca chegou a ter direito á Coroa de *Portugal*, e naõ o tendo, não o podia transmittir á sua Augusta Filha, a Senhora Dona *Maria da Gloria*, nem por cessão, nem por direito hereditario Não por cessão, porque ninguem pôde ceder a outrem huma propriedade que não he sua, e muito menos hum Reyno, que não he propriedade allodial, de que se possa dispor livremente contra a ordem regular da successão. Não por Direito Heriditario, porque além de que as Cortes de 1641 excluíram da successão da Coroa não só a qualquer Principe estrangeiro, mas conjunctamente os filhos d'elle, interrompida ao Pai a linha, interrompida fica para toda a sua descendencia.

Sómente a logica revolucionaria poderia achar na sua fallaz verbosidade argumentos, que oppôr á simplicidade deste raciocinio; mas não he de seus paralogismos, que dependem os Direitos de V. A. R., e os destinos da Heroica Nação Portugueza, que depois de constituida em Monarchia, jámais recebeo Leys de paiz algum estrangeiro senão compellida por força maior no tempo dos Filippes; e resilio no primeiro momento em que pôde quebrar seus ferros.

Se se levantassem de seus túmulos aquelles Varões assignalados, que á custa do seu sangue tanto engrandecerão esta Monarchia, conquistando Reynos, e colonisando regiões immensas, que dôr, que indignação seria a sua vendo entre os seus descendentes alguns desses Portuguezes degenerados, que tem a baixesa e servillismo de querer sujeitar a Metropole, esta Rainha dos mares, a receber as Leys de huma das suas Colonias. A huma Colonia, que se rebellou, que lhe fez a guerra, que lhe tem apresado seus navios, usurpado as suas propriedades, e tratado os Portuguezes com tanta ignominia, como trataria os seus escravos! Oh tempos! Oh costumes!

Porém outros são seus fins. Elles não querem Rey, nem natural, nem estrangeiro; não querem leys, nem da Metropole, nem da Colonia. O que elles querem he hum Rey nominal, que esteja a duas mil leguas de distancia, que não tenha forças para obstar ás suas maquinações, e de que se possam descartar em hum momento. O que querem primeiro que tudo, he desviar do Throno a V. A. R., porque conhecem os sentimentos, e as virtudes, de que Se adorna, e já provárão o valor do seu braço; pois esta facção he a mesma, e até surgio dos mesmos subterraneos, que a de 1820.

Eis-aqui a razão porque elles tanto se tem esforçado para evitar a reunião dos Tres Estados, prevendo que lhes havia de ser fatal. Proclamadores sempiternos dos direitos do Povo, e da Representação nacional, logo que o povo manifesta os seus desejos por acclamações espontaneas, tratão de o suffocar, e sujeitar a seus caprichos. Logo que se cogita de reunir a legitima Representação nacional, segundo as leys e usos da Monarchia, não ha meio que não empreguem para obstar a esta reunião, como fizeram em 1820. Invocão hoje a Carta como naquelle tempo invocarão as Cortes, e affetarão chorar a perda de nossas antigas instituições, porque lhes serviria de degráo para proclamarem ámanhã a Repblica como então proclamárão a Soberania do Povo,

Veja porém o Mundo como a Nação *Portuguesa* já os conhece e abomina. He hum facção puramente militar, o que muito aggrava o seu crime, e como os Chefes são militares, arrastou ás suas bandeiras hum parte do Exército ou seduzida, ou obrigada pela força; mas nem hum só povoação entrou no seu partido, senão aquellas, que tem occupado militarmente.

De todas as partes se ouve hum clamor geral contra os rebeldes, formão-se Batalhões de Voluntarios, pedem-se armas, e os povos se levantão em massa, e fazem huma montaria geral não só contra os rebeldes armados, mas contra todos aquelles, que suspeitão de adherentes aos principios da Seita. Desgraçados se não achassem amparo em V. A. R. e nas Authoridades a quem V. A. R. tem encarregado de manter a tranquillidade publica!

Segui-Me, proclamou V. A. R. ao Exército,

determinando collocar-Se á sua frente; *Segui-Me, e nunca trilhareis outra estrada, que não seja a da honra.* Estas palavras de cuja sinceridade V. A. tem dado decididas e antecipadas provas, são bem semelhantes ás daquelle grande Rey de França, *Henrique IV*, que teve de conquistar com mão armada o Sceptro, que lhe pertencia pela Ley Salica, quando disse aos seus soldados na batalha de Ivry—*Se perderdes as vossas bandeiras, reuni-vos ao meu penacho branco; sempre o achareis no caminho da honra e da gloria!*

Quando no calor do combate vio, que os seus se encarniçavão sobre os vencidos, elle lhes bradou—*Salvai os Francezes!* Dada a occasião estou certo de que V. A. R. bradaria tambem—*Salvai os Portuguezes!* porque a Humanidade, que depois da Justiça he a primeira das virtudes, que deve ter hum Principe, falla sempre ao coração de V. A. R. Mas tanto não ha de ser necessario porque adiante do Exercito marcha o Nome de V. A. R., e este Nome Augusto tem imprimido tanto enthusiasmo nos povos, tal amor nos soldados, e tão grande terror nos impios, que eu me animo a predizer a V. A. R. que ha-de ganhar o triumpho sem ser necessario combater.

Henrique IV, dedicando todos os seus cuidados a reparar a França, disse á Assembléa dos Notaveis congregada em Rouen:—*Já pelo favor do Ceo, e pelos conselhos dos meus fieis servidores, e pela espada da minha valorosa Nobreza, eu tirei este Estado da Escravidão e da ruína. Quero restituir-lhe a sua força, e o seu esplendor: participai desta segunda gloria, assim como tivestes parte na primeira.*

Outro tranto poderia V. A. R. dizer mui

breve aos Tres Estados do Reino, porque a primeira gloria está ganhada, resta agora ganhar a segunda que he a mais difficil.

Dissolvidos os vinculos sociaes que união o Soberano ao Estado, e as differentes partes do Estado entre si, dissipadas as nossas riquezas, e com ellas a nossa consideração e força, obstruidos, ou extinctos, os canaes por onde ellas nos vinhão; despedaçada em fim a Monarchia, e o espirito revolucionario contrariando todos os projectos de util melhoramento, que fadigas, que trabalhos não são necessarios para curar chagas tão profundas? *Multum maris æquor est arandum.*

Reunir e tranquillizar a Nação firmando o Throno sobre bases tão solidas, que o tempo as respeite, que as facções as não abalem, he o primeiro passo que se deve dar para não edificarmos sobre a areia. A deliberação dos Tres Estados falicitará a V. A. R. este primeiro passo para progredir sem obstaculos na immensa carreira em que vai entrar.

No mesmo estado de desgraça achou Henrique IV a França, e em poucos annos elle a fez hum dos Reínos mais florentes da Europa. Porém não continuarei o parallelo entre V. A. R. e hum Rey estrangeiro, havendo tão grandes modellos dignos de se imitarem entre os Monarcas Portuguezes.

Quando o Senhor D. João I subio ao Throno, tambem o Reino estava assolado pelos partidos, e pela guerra civil e estrangeira; hum Exercito inimigo occupava ainda a melhor parte das Provincias, e a Coroa de Portugal não possuio hum palmo de terra além do mar. Póde dizer-se, que aquelle Monarca não tinha outros recursos senão os do seu genio, e da fidelidade

daquella parte dos *Portuguezes*, que o não tinham abandonado. Mas elle soube pôr em tal ordem os negocios do Estado, e tirar taes recursos das ruínas de *Portugal*, que com elles conseguiu organizar aquelle Exercito e aquella poderosa armada com que foi humilhar na *Africa* o orgulho Mahometano, e tomar *Ceuta*, abrindo a porta á série immensa de conquistas, que os seus successores continuárão, e de que veio a formar-se aquelle magestoso Imperio que se prolongava desde o Cabo da *Roca* por huma parte até á *China*, até as Ilhas de *Maluco*, e pela outra até os remotos sertões da *America* alem do rio das *Amazonas*, além do *Uruguay*. Uruguay

Na mesma idade juvenil de V. A. R. que Deos prospere por longos annos, começou o Senhor D. João I. a sua gloriosa carreira; oh que dignos exemplares tem V. A. R. nelle e na sua ditosa Prole, para illustrar Seu Nome, e engrandecer a Nação!

V. A. R. não he menos amado do seu povo, que O ha-de auxiliar com todas as suas forças, e ainda vejo ao redor do Throno os descendentes daquelles antigos Varões, que domárão a *Africa*, e avassallárão o Oriente. O sangue que lhes corre pelas veias, os estimulará a que no serviço de V. A. R. e da Patria, procurem imitar o nobre exemplo dos seus illustres Progenitores.

Nenhuma Nação da *Europa*, excepto a *Grã-Bretanha*, possui tantos dominios ultramarinos como ainda restão á Coroa de *Portugal*, na *Asia*, e na *Africa*, e nas Ilhas do *Atalantico*. Se pois o estado actual do mundo civilisado nos não permite a esperança de voltarmos áquelles gloriosos tempos em que as nossas armas levavão o

D

terror, mais longe do que o levárão as falanges da *Macedonia*, as Legiões *Romanas*, e os Allan-
ges dos *Arabes*; aquelles tempos ditosos em que
as nossas frotas conduzião a *Portugal* o ouro dos
Reys tributarios, e as riquezas da *Asia*, da *A-*
frica, e da *America*, podemos ainda formar dos
despojos daquelle Imperio hum Reino florescen-
te, que hombreio com as Nações mais opulentas.

Ainda que as virtudes guerreiras são as que
mais illustraõ qualquer Nação, não se segue que
sejaõ as que a fazem mais feliz. Debaixo dos
auspicios de *Minerva*, e no exercicio tranquillo
das artes pacificas, gauha-se huma gloria mais
solida do que aquella que se adquire nos cam-
pos de *Belona*, á custa do sangue humano. E
que outro admiravel modello se offerece a V. A.
R. no brilhante Reinado do Senhor Rey D. Jo-
sé para alcançar esta verdadeira gloria?

Das cinzas de huma Cidade arruinada le-
vanta-se esta soberba Capital; tira-se do nada
hum Exercito, huma Marinha respeitavel, e hum
Commercio florescente. Estabelecem-se numero-
sas fabricas em hum paiz onde a industria tinha
acabado, e as Artes brilhantes por toda a par-
te. Enriquece-se o Thesouro Público; de hum
povo pobre forma-se huma Nação opulenta; e o
Throno, que as vicissitudes do tempo tinhaõ e-
clipsado, apparece de repente com o seu antigo
esplendor, a occupar o lugar que lhe pertence
entre os Thronos da *Europa*. V. A. R. lhe da-
rá ainda hum novo lustre, proseguindo na car-
reira que tem começado.

Firme-Se V. A. R. nesse Throno Excelso, e
faça feliz a Nação que O adora! *Generose Prin-*
ceps, sic itur ad astra.

Damos a nossos leitores o Discurso do Exm.^o Bispo de Vizeu e a resposta que se põem na boca dos três Estados do Reino.

A pergunta, isto he o Discurso do Bispo, e a resposta vão de accordo com as disposições da Junta Apostolico-Jesuitica, que só tem por objecto estabelecer o Absolutismo, pertendendo excluir a legitimidade do Senhor D. Pedro 4.^o como Rei de Portugal, e Algarves, do Bem Amado dos dois Hemisferios, que depois de levar o Brasil á cathegoria de Imperio, Nação livre, e Independente, alinhando-a na Galeria das maiores Nações do Mundo, quebrou os ferros aos povos do Paiz em que nasceo, dando-lhes a Carta Patente de sua liberdade, e depois para dar aos Brasileiros o mais authentico testemunho da affeição e adherencia aos interesses delles, Consultou o Seu Generoso Coração, e Abdicou a Corôa Hereditaria, para Mostrar-Se aos Brasileiros inteiramente desligado do Seo paiz natal, e Ligado só a Elles.

He a este Munificente e Generoso Monarcha que a corja Jesuitica tem negado a legitimidade áquelle Reino, hoje certamente em alto ponto desditoso.

Nós analizaremos aquella pergunta, e resposta Jesuitica já transcripta, em o numero seguinte, destruindo os dois fundamentos da mesma pergunta e resposta; isto he—Cortes de Lamego— e Rei Estrangeiro, e entretanto offerecemos a nossos leitores este

SABONETE PARA OS JESUITAS, E JESUITICOS.

Como os Jesuitas querem resuscitar, bom he

resuscitar, ou antes despertar a lembrança de alguns factos constantes, que provão a depravação pratica dos Jesuitas, e seus horrendos crimes.

Seja o 1.º o seguinte—Em 1581, e nos seguintes annos, Henrique Sammier, Jesuita, ideou, e lançou os primeiros fundamentos da Liga. Ainda não havia vinte annos, que os Jesuitas tinhaõ sido recebidos em França debaixo de condições na Assembléa de Poissi, tida a 15 de Dezembro de 1561, e cuja deliberação foi approvada na Corte.

II.º Claudio Matheus, Provincial dos Jesuitas de Pariz, era commumente intitulado o Correo da Liga.

III.º Odon Pigenat, Jesuita, succedeo a Matheus tanto no Provincialado, como na intriga. Foi o Presidente do Conselho dos deseseis, e o mais furiozo de todos os Ligantes.

IV.º Em 1581 Edimundo Campiaõ, Skervin, Briant, todos tres Jesuitas, foraõ enforcados em Londres pela conspiração contra a Rainha Izabel.

V.º Em 1584 Benedicto Palmio, Jesuita de Veneza, os Jesuitas de Leaõ, Hannibal Coldreto Jesuita de Pariz, e authores do assassinato projectado contra a Rainha Izabel de Inglaterra por Guilherme Parri, foraõ os que animarão este assassino a semelhante crime, administrando-lhe primeiro huma Communhão sacrilega.

VI.º Em 1584 N. Jesuita. No mesmo dia em que Guilherme Parri foi executado em Londres, foi morto o Principe de Orange em Delft na Hollanda=por Balthazar Gerardo; o qual confessou que havia sido exhortado a commetter este assassinio, e o do Duque de Alençon

por hum Jesuita, que lhe tinha dito que quando elle não podesse evitar a morte, morreria muito feliz; porque havia de ser transportado pelos Anjos ao Ceo, e collocado a par da Santissima Virgem, e de J. C.

VII.º Em 1592 Holte, e Creswel, Jesuitas—Holte envia para assassinar a Rainha Izabel Patricio Cullen, a quem absolve, e ministra a Comunhão; e Creswel compoem o Libello, que foi espalhado por Collen sob o titulo de *Philopater*.

VIII.º Em 1593 Ambrosio Varada Reitor, e outros Jesuitas de Pariz.—Pedro Barriere consultando o Jesuita Varada sobre o intento que tinha de matar Henrique IV.º, este lhe disse, que a resolução por elle tomada *era santissima!!* "Que era necessario ter boa coragem, ser cons-tante, confessar-se, e fazer as suas Pasquas." O que elle assim mesmo fez. Fallou tambem com outro Jesuita, Pregador de Pariz, o qual muitas vezes prégava mal do Rey; e este lhe achou o Conselho por muito santo, e muito meritorio.

IX.º Em 1594 Holte, Parsons, e outros Jesuitas, authores da conspiração de Williams, e York animarão estes dois desgraçados por huma Communhão Sacrilega a assassinar a Rainha Izabel.

X.º Em 1594 João Guignard, João Gueret, Alexandre Hai, Jesuitas, conspirarão contra a vida de Henrique VI.º O primeiro foi enforcado com o Manuscripto feito da sua propria mão, no qual se lia (fallando daquelle grande Rey então reinante)—Se o naõ podem depôr sem fazer a guerra, guerrêe-se: se não pode fazer-se aguer-ra, matem-no.

O segundo havendo sido Regente de Filosofia de João Chatel, assassino de Henrique IV., foi desterrado. attendida a confissão do assassino, que fôra (dizia) pela Filosofia, que elle aprendêra a maxima do assassinato dos Reys.

O terceiro tambem foi desterrado pelo discurso sedicioso contra o Rey. E hum Descendente de Henrique IV.º he quem hoje está acolhendo, amimando, e nutrindo em França os discipulos daquelles Jesuitas, que tem os mesmos principios, que professão as mesmas, maximas, que se propoem aos mesmos horrendos, e criminozos fins, que os extinctos Jesuitas sempre tiveram em vista!!! 'E huma Nação taõ illuminada como a França consenti-lo-ha?

XI.º Em 1597 Ricardo Walpold, Jesuita, deputa Duarte Squire para envenenar a Rainha Izabel, e o Conde d'Essex; remette-lhe hum veneno subtil pare esse effeito, e deita-lhe a sua benção.

XII.º Em 1598 N. Provincial, e outros Jesuitas de Douai, autores do attentado de Pedro Panne contra a vida de Mauricio de Nassau Principe de Orange. Tudo se empregou da parte destes Jesuitas para se effectuar o assassinio: dinheiro, exhortações, administração Sacrilega, e promessas de que Deos obraria hum milagre em seu favor para o preservar do perigo.

XIII.º Em 1606 Henrique Garnet, N. Oldecorne, N. Gerardo, dito Braelh, Oswal, Tesmond, dito Greenwel, todos Jesuitas, forão complices da horriavel Conspiração, que ao mais tardar, dahi a dois dias devia sepultar o Rey com todo o Parlamento de Inglaterra sob as ruinas do Palacio de Westminster, em cujas cavas estavam já postos trinta barriz de polvora. Gar-

net e Oldecorne forão prēzos, e executados depois de terem Confessado—Gerardo, dito Bralh, foi o que ministrou a *Communhão aos Conjurados e lhes recebeu o juramento.*

XIV.º Em 1610 N. Alagon, Jesuita, author do horrivel attentado de Ravallac, a quem quiz associar o Capitão Lagarde, que elle tambem movera para assassinar Henrique IV.º, prometendo-lhe em recompensa cincoenta mil escudos, e a Grandeza de Hespanha.

XV.º He constante que o exacravel paricidio perpetrado em França em 1757 foi obra dos Jesuitas. Estes monstros fascinao, sempre que poderao, espiritos extravagantes, ou melancolicos, e os conduziao, e obrigavao a emprender monstruosos assassinatos, ou horrorosos empeconhamentos, sob qualquer falsa idēa de bem-aventurança, que aquelles Apostolos da mentira promettiao (como os de hoje promettem) a gentes fanaticas e miseraveis, que pela ambição alhea expõem seus corpos a hum milhão de tormentos, e as suas almas a todos os diabos.

XVI.º Mr. de Rastignac condemna por hum Mandado a Herezia do Jesuita Pithon: pouco tempo depois este respeitavel Prelado morre envenenado.

Mr. de Verthamon procede a outra semelhante ordenança: e ouve-se a este respeito dizer a outro Jesuita= "O Senhor Bispo devēra lembrar-se do género de morte com que acabou Rastignac; nós o perseguiremos até aos infernos." Repetidas cartas avizão ao Bispo de que elle morrerá queimado em seu leito; e com effeito elle he incendiado, e apenas se salva. Depois disso o veneno lhe corta os dias ao mesmo ponto que elle despedia

do seu Seminario os *Jesuitas*.

XVII.º Os *Jesuitas* á força de cabalas, e de intrigas crêrão que o Parlamento estava anniquillado: mas decidio-se no Conselho que elle fosse novamente convocado. Apesar de todos os esforços, que os *Jesuitas* fizeram, reconheceo-se que a Bulla não póde ter o character de Regra da fé; e neste momento he que mão parricida assassina o seu Rey; crime horrendo, e só util ás entrigas e vistas dos *Jesuitas*.

O Scelerado que o comette foi por muito tempo, e por varias vezes domestico dos *Jesuitas*: estes sempre o protegerão. Na bôca deste monstro atroz, e nos escritos dos *Jesuitas* he que hum tão horrivel attentado se transforma em huma obra meritoria: he por zêlo da Religião que elle assassinou o seu Rey, e sua consciencia está segura nesta parte.

Assim fallavão os assassinos da Rainha Iza-bel, os de Henrique IV, os do Principe d'Orange, e de Mauricio de Nassau, e os culpados da conspiração das polvoras. Todos confessavão os mesmos motivos de seu crime, e de sua segurança, e citavaõ nomeadamente os *Jesuitas*, que lh'os havião inspirado. O ultimo scelerado não os nomea; mas os mesmos *Jesuitas* parecem declarar-se; porque, no mesmo instante elles fazem tornar a apparecer huma nova edição da Moral Regicida de Busembaõ. Em vão fulminão contra ella os Parlametos: Zacarias, *Jesuita*, revendica esta execravel moral contra os Parlametos, e em nome de toda a sociedade exclama—*Eu pois posso matar meu Pai, o meu Abbade, o meu Rey*—Logo immediatamente o Cardial Archinto morre de veneno; elle acabava de expedir o Breve da Reforma dos *Jesuitas* em Portugal. O Cardial Atalaia, que em

execução deste Breve interdictou os Jesuitas, morre peremptoriamente—*Pouco depois El Rey de Portugal, que havia impetrado o Breve, e prosseguiu na execução d'elle, he assassinado.*

XVIII.º Em 1758 Gabriel Malagrida, João de Mattos, e João Alexandre, Jesuitas, forão os authores do exacravel assassinio d'El-Rey de Portugal. Não foi por acaso, que Ricii, Geral dos Jesuitas, annunciava por antecipação ao Papa, que a execução do Breve da reforma excitaria em Portugal as maiores perturbaçoës; e que os Jesuitas de Portugal escrevião no mez de Agosto estar-se acabando a vida do Rey—que elle não deitaria fora o mez de Setembro; e que elles o tinhaõ ouvido a alguns servos de Deos, aos quaes o Ceo por meio de revelaçõs havia manifestado este successo.

A temeroza conspiração, que rebentou em a noite de 3 de Setembro, tramava-se nas Casas dos Jesuitas de Santo Antão, e de S. Roque em Lisboa. Gabriel Malagrida, vindo d'Italia para representar de Profeta, era o pretendido Servo de Deos. Ao mesmo tempo, que os seus exercicios, ou retiros espirituaes lhe adquirião aos olhos do povo credulo hum exterior de Santidade, elle se servia disso para aggregar os Grandes do Reino, e concertar piedosamente com elles hum detestavel attentado. O conhecimento, que elle tinha de hum crime projectado com elle mesmo, e do tempo prefixo para a sua execução, he a isto que os seus Cónfrades chamavão revelação do Ceo!! Dois Jesuitas, pouco antes, Confessores da Corte de Portugal, despedidos, e descontentes, e-rão os assistentes do Hypocrita Malagrida, e os complices da maldade. As provas mais authenticas, e taes como a Sentença do Conselho de

E

Portugal de 12 de Janeiro de 1759: a Carta, e Manifesto d'El Rey de Portugal, espalhados por toda a Europa por meio de Seus Ministros, e de ordem do Rey, portão por fé, *que são os Religiosos da Companhia de Jesus, cujo Governo corrompido se fez não sómente complice, mas também chefe principal deste crime enorme, que elles concertarão com os reos complices, que procurarão a segurança, e impunição aos Sacrilegos executores do infernal parricidio: e que estes monstros execráveis, commentendo hum tal parricidio, nem ainda seriaõ réos de peccado venial!!!*

Entretanto, que toda a Europa instruida destes factos olha para os *Jesuitas* convencidos delles; os *Jesuitas* tirão a mascara, e nada rebatem de sua abominavel, e atraçoada moral. Ao mesmo tempo em Orleães n'hum sermão, e nas conversações ousão fazer deste attentado a causa mesma da Religião.

Em Nantes o *Jesuita* Dessus Lepont reproduz o Busembão, que hum anno antes tinha sido desaprovado no Parlamento de Remes, e justifica o que Zacharias tinha dito em nome da Sociedade; e diz que aquella desaprovação fora *hum acto de prudencia em contemplação dos que tem o dominio da força.*

Por outra parte em Ruão o *Jesuita* Mama-chi dicta a seus discipulos—"Que muitas veses
 " os crimes afortunados fazem os heroes: que hum
 " crime feliz deixa de ser crime: que a França
 " daria o nome de Alexandre áquelle, a quem ella
 " trataria de bribante, se a fortuna o favore-
 " cesse; que a fortuna he quem faz os culpados,
 " e os absolve: que a mesma fortuna, a seu gra-
 " do, accorda, ou nega a recompensa ao crime,
 " segundo ella he ou propicia, ou adversa! Que

" moral! Que Religião! Finalmente, ao mesmo
 " tempo que estes factos se instruião, e se jul-
 " gavam em Nantes, ou Ruão contra estes dois
 " Jesuitas, outro em Amiens dicta a seus rebel-
 " lados discipulos os seguintes abominaveis ter-
 " mos—" A Patria he superior a todas as Leis: as
 " mais negras maldades em hum Cidadão con-
 " vertem se em virtudes. Degolar hum Pay he o
 " mais negro de todos os crimes: mas se o pe-
 " de o bem da Patria, he huma acção glorio-
 " sa; porque a Patria he mais estimavel que os
 " nossos Pais. "

Ajuntemos de mais a mais o que occorrêo
 de Avinhão de 5 de Abril de 1759, e o que as
 Cartas da Ilha de S. Domingos nos informão—
 Diz elle—Que entre os negros desta Ilha reina
 huma especie de fanatismo, do qual estão possui-
 dos para se desfazerem dos brancos por meio do
 veneno: que os terriveis castigos a que estão su-
 jeitos, o que fazem he aticar o fogo da sua
 conspiração: que os negros só aos Jesuitas, e aos
 seus perdoão; e os Jesuitas da sua parte prohibem,
 debaixo da pena de condemnação eterna, revelar
 os negros complices, e exhortaõ a soffrer antes to-
 da a sorte de tormentos, do que denuncia-los aos
 Jesuitas.

Hum Governador Portuguez do Paraguai,
 que para alli partio no anno de 1753, escrevia
 para a Corte o seguinte em hum dos seus officios.

" Eu por nenhuma fórma tenho forças para
 " reprimir estes Padres; (os Jesuitas) a sua as-
 " tucioza politica he superior a todos os meus
 " exforços, e ao poder das armas. Tal he o as-
 " cendente das maximas gravadas no coração dos
 " seus novos convertidos, que estes preferem a
 " morte a huma mudança de dominio. Sem pin-

"tarem claramente como tyrannos os Reis d'Hes-
 "panha e de Portugal, todavia, os Jesuitas, por
 "meio de mil sugestões, os tem persuadido de
 "que estes Monarchas são máos Soberanos; e
 "que a sua authoridade tende necessariamente a
 "faze-los escravos. Com similhantes prevenções
 "he impossivel submetter estes selvagens, sem
 "primeiro subjugar seus vencedores. Mas o pri-
 "meiro golpe deve dar-se na Europa. "

*Protesto feito e intimado á Briosa Nação Portu-
 gueza, pelos Plenipotenciarios de Sua Magestade
 o Imperador do Brasil, na qualidade de Rey de
 Portugal.*

Os abaixo—assignados, Enviados Extraordi-
 narios e Ministros Plenipotenciarios de Sua Ma-
 gestade O Imperador do Brasil junto de Suas
 Magestades, o Imperador d'Austria, e o Rey do
 Reino Unido da Gram-Bretanha e Irlanda, &c.
 &c. &c. Estando oficialmente informados de
 todos os attentados commettidos ultimamente em
 Portugal contra a Legitima Authoridade de El-
 Rei Dom Pedro IV.; e reconhecendo que todos
 os actos praticados naquelle Reino, é nomeada-
 mente a famosa e tumultuaria Representação, feita
 pelo Senado da Camara de Lisboa no dia 25
 de Abril, assim como o Decreto expedido nesse
 mesmo dia, e os de 13 de Março, e 3 de Maio
 (que a traição e a violencia forçarão o Serenissimo
 Senhor Infante Dom Miguel a firmar) são ou-
 tros tantos crimes perpetrados contra os Incon-
 testaveis Direitos de Sua Magestade Fidelissima,
 e de Sua mui Prezada Filha, a Rainha Dona

Maria da Gloria, que haõ sido reconhecidos com toda a solemnidade pelas Potencias da Europa em geral, e pela Nação Portuguesa em particular: faltariaõ ao seu dever, se tardassem mais tempo em applicar ás desastrósas circumstancias de Portugal as Instrucções preventivas de que O Imperador, seu Amo, Foi servido muni-los.

Chamados pois á desempenhar esta penosa, mas honorífica obrigação, os sobreditos Plenipotenciarios protestão da maneira a mais formal, e no Augusto Nome d'El-Rei Dom Pedro IV.

1. Contra toda e qualquer violação dos Inaufferiveis Direitos do Mesmo Senhor, e de Sua Augusta Filha, a Rainha Dona Maria da Gloria, á Corôa de Portugal.

2.º Contra a temeraria e violenta abolição das Instituições espontaneamente outorgadas por El-Rei, e legalmente juradas, e estabelecidas naquelle Reino.

3.º E finalmente, contra a convocação, Illegal e insidiôsa, dos antigos Tres Estados da Monarquia, que havião deixado de existir já pelo effeito de huma diuturnissima prescripção, já pelo facto das mencionadas Instituições.

Porem, como este Solemne Protesto não possa ser notificado ao Governo actual de Portugal, que, pelo motivo de ter manifestamente violado todas as condições, que lhe fôraõ impostas por El-Rei Dom Pedro IV, bem como por haver, pelo citado Decreto de 3 de Maio, posto em duvida os Imprescriptivéis Direitos do Mesmo Augusto Senhor, assumio desde logo o character de hum Governo *de facto*, e se acha privado de todas as relações politicas com os Dignissimos Ministros Estrangeiros, residentes em Lisboa: tomão os Plenipotenciarios abaixo assignados a re-

solução de dirigi-la, como o fazem, á Briosa Nação Portuguesa, na firme persuasão, de que não lh'a endereçarão em vão, e de que a sua hereditaria fidelidade não soffrerá jamais que hum facção perfida, e perjura quebrante o principio tutelar da Legitimidade, que he o mais firme esteio da tranquillidade da Europa, e que todos os Soberanos tem contrahido o generoso empenho de manterem inviolavel, para bem Seu, e dos Seus respectivos Subditos.

MARQUEZ DE RESENDE.

VISCONDE DE ITABAYANA.

Feito em Londres aos 24 de Maio, de 1828.

Circular dirigida pelos Ministros Plenipotenciarios de Sua Magestade o Imperador do Brasil, data-da de Londres 30 de Maio de 1828, ás respectivas Legações de S. M. I. e R. na Europa.

Visto, que, em consequencia das mudanças que ultimamente tem havido em Portugal, não podem verificar-se as permissas sobre que he fundado o Decreto de 3 de Março ultimo, relativo á Abdicação da coroa daquelle Reino, da parte de S. M. o Senhor D. Pedro IV; e visto que o referido Decreto não póde actualmente ter a sua regular, e legal execução, em Portugal, por falta da indispensavel formalidade da acceitação da referida abdicação, a qual, por causa da minoridade de S. M. devêria ser feita, no Augusto Nome da Rainha D. Maria da Gloria, pelas Cortes daquelle Reino, constituidas por El Rei D. Pedro IV; que são unicamente a Authoridade Competente para similhante acto: nos considera-

mos o effeito do sobredito Decreto suspendido, até ulterior Determinação de Sua Magestade Fidelissima.

Portanto, em consequencia daquelles imprevisos acontecimentos, e ponderosas considerações, tomamos a resolução de não communicar officialmente, como se nos tinha ordenado, o sobredito Decreto ás respectivas Cortes, perante as quaes nos achamos acreditados; e nos apressamos a informar a V. desta nossa determinação, afim de que seja observada por todas as Legações Imperiaes, a necessaria uniformidade, quanto á sobredita ordem, expedida em officio da Secretaria d'Estado dos Negocios Estrangeiros, e datada, no Rio de Janeiro em 4 de Março do presente anno.

(assignados)

MARQUZ DE REZENDE.

VISCONDE DE ITABAYANA.

A V I S O S.

Fernando Antonio Carneiro, avisa ao respeitavel Publico, que sua mulher D. Antonia Senhorinha Freire, depositada no Recolhimento de Annunciação e Remedios desta Cidade, lhe moveo Libello de divórcio; o qual se acha em gráu de prova, para ser julgado; sendo certo, que em quanto não ha Sentença, e depois não he o casal partilhado no fôro competente, he o annunciante Administrador de seu casal. Segue-se pois que a dita sua mulher, não pôde fazer contracto algum; e que he nullo, e insubsistente todo, e qualquer contracto que com ella se fizer sobre bens do mesmo casal; e porisso declara por este annuncio, que não paga quaesquer dividas contrahidas pela dita sua mulher, ou seja antes, ou depois deste aviso; e protesta desde já reinventicar Escravos vendidos, ou alforriados, ou as

alforrias sejam dadas por titulo gracioso, oneroso, ou remunerativo, ou outras quaesquer doações ou vendas por ella feitas; pois são nullas, visto que a Lei lhe não outorga poderes; mas antes lhe prohibe podelas fazer. O que avisa para nunca responder pelas transacções que a dita sua mulher fizer; pois as julga, em damunificação do casal; visto a dita Snr.^a ter recebido os alimentos necessarios, para sua subsistencia, e continuará a receber. Maranhão 5 de Setembro de 1828.

Fernando Antonio Carneiro.

Na noute de 21 do corrente roubáraõ do Quartel d'Artilharia, além de dinheiro, os trastes seguintes.

Hum relógio Inglez de sabonete de prata, com hum amassadura de hum lado, que mal se percebe, prezo a hum cordão de cabello, com passadores d'ouro emcobiado. Hum cordão fino e comprido d'ouro com hum coração pendente de pedra rôxa engastado no mesmo metal; Roga-se á pessoa a quem estes trastes forem offerecidos, ou tiver noticia d'elles, o participe ao Major Com-mandante do dito Corpo, de quem receberá, no caso de o exigir, o premio de seu trabalho.

Joaõ Joze de Almeida Junior, tem para vender dois Escravos officiaes de vellas para Em-barcações, hum mulato com principios de ourives, hum muleque de serviço de casa, e hum negra com hum cria; quem os quizer comprar dirija-se a sua casa defronte do largo de Joaõ do Valle para tratar do seu ajuste. Meranhão 24 de Setembro de 1828.

Antonia Francisca Saraiva, moradora defronte de Joaõ Rodrigues Prego, tem para vender humas casas na praya de Santo Antonio; e hum negra: quem quizer comprar, póde dirigir-se á dita annunciante.

627
A BANDURRA.

N.º 18. 662

OUTUBRO 17 DE 1828.



INDICE DAS MATERIAS.

	pag.		pag.
Proclamação de S. M. I. aos Portuguezes.....	629	te daquella Provincia sobre os factos da noite de 27 d'Agosto do corrente anno.	56
Reflexões sobre ella	633	Reflexões.....	658
CEARA'.			
Despedida do Sr. Com-mandante das Armas aos Cearenses.....	654	MARANHÃO.	
Proclamação do Excellentissimo Presiden-		Dia 12 de Outubro corrente.....	660
		Aviso	662

MARANHAÕ,

TYPOGRAPHIA NACIONAL.

1828.

282

*Legum denique ideo servi sumus, ut
liberi esse possimus:*

Cicero pro Cluentio.



A V I S O S.

Percisa-se de hum Feitor que não seja rapaz, e que saiba ler e escrever, e que entenda tambem de plantações; quem estiver nestas circumstancias dirija-se á Loja aonde se vende este Periodico, que ahi se lhe dirá o mais.

Antonio Joze Gomes morador na rua da Estrela tem para vender rapé princeza em £, e $\frac{1}{2}$ £ chegado ultimamente de Lisboa pelo Navio Inglez Eleanor.

Vicente Ferreira da Silva, fogueteiro, avisa ao público que continua a vender, por preço mais commodo do que aquelle que já á tempos annunciou no Periodico=Amigo do Homem=fogo tanto do ár como de armação.

A BANDURRA.

N.º 18.

OUTUBRO 17 DE 1828.

RIO DE JANEIRO.

PROCLAMAÇÃO

Pedro!

A' NAÇÃO PORTUGUEZA.

PORTUGUEZES!

NAõ he como Vosso Rei, que agora vos Fallo, pois Minha Abdicação está completa: sim como Pai da Vossa Legitima Rainha D. Maria Segunda, e como seu Tutor.

A coacção, em que está Meo Irmão o Infante D. Miguel, Regente desse Reino, he a todas as vistas clara, e manifesta: julgar o contrario seria offender sua honra, que Eu julgo illibada; consideral-o traidor aos protestos feitos a Mim, quando seo Rei, e reputal-o perjuro ao juramento, que taõ livre, e espontaneamente prestou em Vienna d'Austria, e ratificou em Lisboa, perante a Nação legalmente Representada conforme a Carta Constitucional, que por Mim vos Foi offerecida, e por Elle, e vós, acceita, e jurada livre, e solememente.

A 2

Huma facção desorganisadora, debaixo do pretexto de defender o *Throno* e o *Altar*, trabalha incessantemente no meio do desgraçado Portugal, a despeito de todas as considerações religiosas, civis, e politicas; disputa os indubitaveis, e imprescriptiveis Direitos, pelos quaes a Vossa Rainha legalmente Subio ao *Throno* de Seus Maiores, domina o Regente; governa o Reino; dissolve huma Camara de Deputados dignos, e distinctos pelos seus merecimentos; não convoca immediatamente outra, na fórma do Titulo 5 Capitulo 1. Artigo 74 § 4 da Carta Constitucional, com manifesta usurpação do Poder Legislativo; decreta huma Junta para fazer novas instruções para as eleições de Deputados, ás quaes chama legaes; estas não apparecem, e ao contrario derriba de hum só golpe a Carta Constitucional, convocando as Cortes Antigas, instituição ja abolida pelo juramento da mesma Carta; louva attentados praticados contra Cidadãos fiéis a seus juramentos: consente, e até authorisa, que o Corpo de Tropa, que devia velar sobre a segurança publica, cometta horrores na mesma Capital, a titulo de defeza do *Throno*, e do *Altar*. Até onde a desgraça he capaz de conduzir homens incautos, e fracos! Ainda aqui não para; louva Soldados Portuguezes, quando se insubordinaõ contra seus Chefes, contra Chefes fiéis a seus juramentos, tudo baseado sobre as duas âncoras principaes *Throno*, e *Altar*! Que *Throno* será capaz de consentir, que taes attentados se pratiquem? Que Religião mandará executar semelhantes procedimentos até contra a decencia, e decoro de familias honestas e distinctas? Ah! Portuguezes, a que ponto chegou a vossa desgraçada Patria dominada pelo Fanatis-

mo, Hipocrisia, e Despotismo! Se fosse possível Vossos Maiores levantarem-se das Sepulturas, elles tornariaõ repentinamente a cahir mortos, quando vissem o berço de suas victorias transformado em theatro de horrores.

Vós sois dignos de melhor sorte, na vossa mão está a vossa felicidade, ou a vossa total perdição. Segui os Meus Conselhos, Portuguezes, elles vos são dados por hum Coração filantropo, e verdadeiramente Constitucional.

He tempo de abrídes os olhos, e de vos unirdes todos para sustentar o juramento, que prestastes á Carta Constitucional, e aos Direitos da Vossa Rainha. Fazendo isto, vós não só salvareis a Patria, mas tambem a Meu Irmão, defendendo o verdadeiro Throno, e a verdadeira Religião Catholica Apostolica Romana, conforme o modo porque a jurastes sustentar. Não deis, Portuguezes, huma victoria aos inimigos dos Governos Monarchico-Constitucionaes, elles desejaõ ver perjuros collocados sobre os Thronos para reforçarem seus argumentos contra taes fórmas de Governo: longe de mim Reputar Meu Irmão perjuro, ou traidor, elle está sem daviada alguma coacto; e Eu como tal o Considero, e Considerarei, em quanto os Chefes do partido desorganizador não sahirem de Portugal. Sustentai, Portuguezes, a Carta Constitucional: ella jamais foi Estrangeira, foi-vos dada por hum Rei Legitimo: que males vos trouxe? A liberdade, de que só tinheis prometimento. Sim, Portuguezes, regai com vosso sangue a arvore da liberdade, e vereis como ella hade florescer entre vós fructiferando a despeito de todas as intrigas, e machinações. Não consentais que ella seja offendida com golpes de perfidia, e de traição á

B

Patria, que jaz opprimida debaixo do jugo do mais feroz Despotismo. Vós sois hum Povo livre, formais huma Nação independente, que esperais? Os Governos da Europa sustentão a legitimidade da Vossa Rainha, pelejai por Ella, e pela Carta Constitucional, não temais obstaculos, vede que a causa, que ides defender, he a da justiça, e que para sua defeza estais ligados a hum juramento. A' presença do vosso Regente não chega a verdade: fanaticos, hypocritas, homes desmoralisados e despotas lh'a offuscão; e o risco imminente, em que está sua vida, o faz submeter, a esta facção, que jamais igual tem apparecido entre o Povo Portuguez, que desde o principio da Monarchia foi sempre tão livre, quanto o comprovão as paginas da Historia. Segui o exemplo dos antigos Portuguezes, aproxima-vos do Regente, fallai-lhe mui clara, e respeitosa, como aquelles fallaraõ ao Senhor Rei D. Affonso IV., e dizei-lhe=“ Senhor, pelo caminho que Vossa Alteza se deixa guiar, inevitavelmente se precipita no maior de todos os abismos; governe-nos conforme a Carta Constitucional, que V. A, e nós juramos, e saiba que unicamente deste modo legitimo he que nós o queremos.”=Se assim o praticardes, vereis, que Elle, achando deste modo os Portuguezes dispostos a sustental-o como Regente Constitucional, se evadirá á tutela vergonhosa, que a domina, e que o quer levar ao precipicio, donde jamais poderá sahir com honra, e que vindo lançar se em vossos braços, afim de governar conforme a Lei fará a vossa felicidade. Soccorrei o, Portuguezes, aliás, Elle, e vós sereis victimas da anarquia; Minha Consciencia está livre de remorsos, Expuz-vos a verdade, se a quizer-

des seguir, sereis felizes; ao contrario vereis o collo do mais acrisolado despotismo levantar-se entre vós, para nunca mais poder ser esmagado. Rio de Janeiro 25 de Julho de 1828.

~~PEDRO IMPERADOR.~~

Está conforme. *Francisco Gomes da Silva.*

Esta Proclamação do Magnanimo, e por todos os titulos Generoso IMPERADOR DO BRASIL aos subditos, que foraõ seos no Reino de Portugal, e Algarves mostra aos Brasileiros a sinceridade de Sua Abdicação daquelles Reinos, sua herança, e lhes dá a certeza de que Elle será sempre O Primeiro dos Brasileiros no apêgo ao Paiz, que soube levar á Cathegoria de Imperio; do amor a hum Povo generoso, de que fez huma Grande Nação, desligando-o da antiga metropole, alinhando-o na Galeria das Nações de maior vulto, e representação; e aos Portuguezes a quem se dirige, não como seo Rei, pois quiz deixar de o ser, mas como hum Pai que não só quer animar, e consolar seos filhos, porém salvar os direitos de legitimidade na Augusta Pessoa de Sua Filha a Senhora D. Maria Segunda Rainha de Portugal, e Algarves.

S. M. I. naquella Proclamação representa Seo Irmão o Senhor Infante D. Miguel completamente succumbido, e victima da mais violenta coacção formada por esse monstro infame, e vil, o interesse de classe, a despeito desse amor, e fidelidade que se deve ao Soberano legitimo, á Patria e á Nação; monstro que tomando tres corpos, e tres faces, a Hypocrisia, o Fanatismo, e o Despotismo, já lisongeaõ, já fazem estreme-

cer, e atterraõ huma alma ... póde ser que aberta e facil ao bem, se o bem se lhe mostrara.

A hypocrisia, vicio do mais odioso character arrastando-se pelos degrãos do Throno, que não he de quem hoje nelle se assenta, e ataviadas de falsas virtudes, e de huma piedade que affecta, e que não tem, illude o incauto, e attrahindo sobre si attenções, e vantagens que só devem ser a partilha da realidade da virtude, e do merecimento, acha, revestida de taes apparencias, facilidades para insinuar se no animo do que intenta dominar, e ella em fim domina.... Perversos, que illudís hum Principe inexperto, vós tereis o fim dos hypocritas, e sabeis qual he? depois de obliquidades, e manejos vis, vergonhosos, e criminosos, acabareis sendo o objecto da execração geral e das maldições de hum Povo heroico, generoso, e nobre, que cubristes de lucto, e de lagrimas.

Hum falso culto de Religião, cheio de vaõs terrores, contrario a razão, e ás sans ideas que se devem ter do Ser Supremo, he a Superstiçaõ; a hypocrisia a entretém, hum falso zello ageneraliza; e o interesse aperpétua.

He pois no infeliz Portugal que os interesses da classe do Clero, e dos Nobres alimenta este monstro, que posto em acção faz o fanatismo, e este attacando de frente o Principe nomeado pela Authoridade Legitima O SENHOR D. PEDRO IV. o atterra, e lhe faz crer que tudo deve reccar contra sua authoridade e que divergindo das maximas, que se lhe propoem a seguir, faz vacilar sua segurança como Principe, e como homem.... Sim esta he ordinariamente a lingua-gem do interesse dessas classes descomedidas sempre na pertençaõ de riquezas, e predominio.

Atterrada assim a alma de hum Mancebo, a que seo Augusto nascimento chama na verdade para altos destinos, mas não para infringir solemnes juramentos, e usurpar Thronos alheios, fica aberta, e franca a receber, e pôr em pratica as maximas dos perversos, que incautamente adopta.

Eis surge a lisonja, e a mentira, e para desvanecer em parte os terrores incutidos, lhe dizem, e lhe mentem, que hum Povo inteiro o quer, e já o adora como Soberano legitimo; que não querem outra Carta, outra Ley, que não seja sua vontade soberana, pois conhece o Povo que a sua vontade será para elle a lei mais paternal, o jugo mais suave, e dôce; dizem-lhe, e mentem-lhe, que nelle está fazer a felicidade deste Povo annuindo a dezejões tão altamente pronunciados; (isto he pelos Padres, e os nobres, e não pelo Povo) Elle annue, e Portugal he desgraçado.

Assim se estabelece o Despotismo, e o incauto Principe assim obsidiado por taes monstros não he mais que o instrumento desgraçado do interesse dos que o cercaõ; elle não tem mais olhos, que os olhos dos perversos que abusaõ de sua fraqueza, não tem mais vontade, que a vontade delles.

Ouvi oh Portuguezes os Conselhos salutaes do Grande do Magnanimo Soberano, que vos dirige desta parte do Mundo que veio felicitar; e se as serpes que rodeião o Throno manchado pela usurpação, e o prejuizo não consentirem que a elle cheguem vossos gemidos, não deixarẽ sejam escutadas vossas supplicas, nem que sejam observadas vossas lagrimas, abri os fastos Portuguezes, vêde nelles os brilhantes successos do sempre memoravel dia 1.º de Dezembro de 1640, em que quarenta nobres, honrados, e fideis

Portuguezes arrancarão o Throno ao usurpador, e o deraõ a quem legitimamente pertencia. Portuguezes, vós ainda sois os descendentes dos Viriatos, dos Castros, dos Gamas, e Albuquerque... e que resursas não encontra sempre em si o homem honrado, e fiel a seos deveres, quando segue o rumo da razão, e da justiça!

Ministros de hum Deos de Paz, fazei a grande, alta, e sublime figura, que vos compete, deixai illusoens, abri os olhos aos desvairados, e mais que todos desvairado Principe, que vós perdeis; enternegão-vos as lagrimas de tantas familias em luto.... mas de quem solicitar ternura, e compaixão! de homens affectos a fazer derramar o sangue de seos Concidadãos em Nome sagrado do mesmo Deos, que ultrajão...!

Nós, apesar de tudo, vos falaremos naquella mesma lingoagem que vós muitas vezes torceis, e de que tanto abuzaes quando convém a vossos fins, e vos diremos, que quando o divino Mestre deixou o Mundo, que viera resgatar, para voltar a seo Pai, despedindo-se disse a seos Discipulos = *Pacem meam dó vobis; pacem meam relinquo vobis; et cum hoc dixisset ostendit eis manus, et pedes.* = Vós, ó Ecclesiasticos, fallamos com aquelles a quem assenta o barrete, que sois, e representaes esses Discipulos, dai o que se vos deo, dai a vossos Concidadãos, a paz que vosso, e nosso Mestre nos deixou, e que por vossa co-operaçã lhes tem sido arrancada; vós o podeis, sois possuidores de enorme poder da Cadeira, e das consciencias; dai-lhes a paz, e depois mostrai-lhe as mãos, e os pés, não rotos para os salvar, porem as mãos promptas a concorrer, e a sustentar a legitimidade do Throno, e os pés desembaraçados, e habeis a dar todos os passos

para conseguir tão útil fim. Mas que esperar quando hum membro do alto Clero faz a proposição para a usurpação do Throno Portuguez, como dissemos em nosso numero antecedente, e he objecto a que passamos neste. (a)

N. B. Quando tratamos de classes fazemos sempre muitas, e muito dignas excepções, nós os

(a) Sr. Redactor, parece que V. m. agonizando com as noticias de Portugal, perdeo a tramontana! Quando se dirige aos que V. m. chama Ministros de hum Deos de páz na sua mesma lingoagem, isto quer dizer na lingoagem sagrada; lembre se que isto só vale, quando lhe convém. Permitame Sr. Redactor que lhe conte hum anedocta, que anda em letra redonda.

Ha em França certos Oratorios de que tratão mulheres devotas, que se juntão para o Serviço de Deos, e que vestem hum habito de qualquer das Ordens religiosas a que são mais affectas, para o que obtem licença do Ordinario respectivo, que para as dirigir, lhes dá hum Religiozo da Ordem de que ellas se vestem.

Não sei em que Cidade havia hum destes Oratorios com cinco Devotas, e para a Direcção, e instrucção hum Religiozo da Ordem de S. Francisco.

Este Padre era hum obreiro infatigavel na cultura da Vinha do Senhor, e não poupando trabalhos, fez que proliferassem quasi simultaneamente as cinco devotas, pois o Padre não perdia de vista o=Multiplicamini=das Sagradas letras.

Como todo o excesso he vicioso e á força de fadigas podia succumbir o obreiro, qñe por excessivo causava escandalo, o Bispo Diocezano o mandou chamar, e o reprehendeo com asperesa, lan-

temos conhecido, e conhecemos em hum e outro hemisferio; que seria senão houvesse ainda muitos dignos ecclesiasticos, e muitos honrados nobres!

quando-lhe em rosto o escandalo, que causava com seo procedimento, servindo-se aquelle Prelado de textos sagrados que lhe occorrerão para dar força á reprimenda.

Ouvio com resignação, e humildade o Padre Director, quanto lhe quiz dizer o Reverendissimo Prelado, e quando este deixou de fallar, o Padre reprehendido disse ao Prelado=Como V. Ex.^a Reverendissima se servio da lingoagem sagrada para reprehender-me, permitame V. Ex.^a que eu me aproveite da lingoagem sagrada para desculparme. Diga Padre, diga; voltou o Prelado; então o Padre com os olhos no chão, e a mão direita estendida sobre o peito signaes caracteristicos da hypocrisia, disse=Domine quinque talenta tradidisti mihi; ecce ego lucratus sum alia quinque; quid enim erit mihi? Sr. vós me entregastes cinco talentos, e com elles eu ganhei outros cinco; qual será minha recompensa? O Reverendissimo Prelado conheceo a força do argumento, e tomou na mais alta consideração o quid enim erit mihi? qual será a minha recompensa? e para fazer effectiva a recompensa deu o Padre em Director a hum Casa em que havia muitos talentos a que o Padre podia dar direcção, e pôr em movimento, para obter direitos a novas recompensas.

Em casos identicos pôde muito bem aproveitar falar a alguns, (e não a todos; pois ha muitos benemeritos) na sua mesma lingoagem; mas nas presentes circumstancias de Portugal, para aquelles que dão impulsão ás desordens, falar-lhes as.

Reflexões

Hum Soberano legitimo restabelece o seu povo no exercicio de suas perdidas liberdades; e huma facção liberticida resiste a huma tão generosa outorga! O Soberano do alto do seu Throno diz— Eu quero que sejaes livres, e felizes: e aquella barbara facção responde—antes queremos ser escravos, e miseraveis!

Eis o notavel conflicto que hoje se observa em Portugal, entre a legitimidade, e a rebelião!

No Discurso de proposição, ou de provocação, que descrevemos em o n.º antecedente, recitado pelo Exm.º Bispo de Vizeu, temos huma amostra que nada he em favor da Sabedoria, das luzes, e da probidade de hum Prelado, que por sua profissão, e alta jerarchia, nenhuma outra coisa devia annunciar aos povos que a verdade, e nunca prostituir sua boca á linguagem da mentira, no que S. Ex.ª Rm.ª foi em alto gráu imminente. Mas as gentes tallares, como lhes he prohibido brandir a espada, manejão as pennas, e as linguas, e foi deste manejo que sahio aquelle Discurso; que quando foi recitado já tinha a resposta feita, talvez pelo mesmo excellentissimo. O Discurso he na verdade huma homilia theocratica de hum dos Santos Padres do absolutismo, e do privilegio.

Vamos pois ao Exm.ª que por aquelle discurso se constituiu o ~~Chefe da facção rebelde,~~ que compello o Senhor Infante D. Miguel a assentar-se em hum Throno, que não he delle, a

sim est scribere in ventu et aqua. Elles para entrarem na ordem, que perturbão, precisão de argumentos mais efficazes, mais sensíveis, e peizados. Não perca o seu tempo, Sr. Redactor. (Nota do Editor.)

empunhar hum Sceptro que lhe não pertence, e a dominar hum povo heroico que he esmagado em seu nome. Diz o Exm.^o Padre.

"Huma voz unanime soou em todo o Reino. Reconhecendo os males da Patria, desejando anxiosamente o remedio, todos os Portuguezes (e bem posso dizer todos) tem encaminhado ao Augusto Principe que nos Rege os mais ardentes votos, e os mais sinceros, de que S. A. se apresse a subir ao Throno de seus Maiores, e a pôr hum termo á fluctuação, e incerteza do Governo Supremo, que entre todos os inconvenientes politicos se deve reputar como o mais importante."

O Exm.^o Prelado que assim falla, não falla verdade. A voz que chamou ao Throno o Senhor Infante D. Miguel não he unanime, não he unisona, nem soou em todo o Reino, nem forão todos os Portuguezes que gritaraõ=aqui o Despotismo=quando deraõ Vivas ao Senhor Infante D. Miguel, como Rei absoluto.

Aprova da falsidade desta assersaõ do Exm.^o Prelado he da maior evidencia, e patente a Portugal, e ao Mundo inteiro.

Se a voz he unanime, para que se levantaraõ em Portugal dois partidos com as armas na mão? Se todos os Portuguezes querem para Rei absoluto o Senhor Infante, agora que prevalesceo o partido da Hypocrisia, do Fanatismo, e Despotismo, para que estaõ as prizoẽs atulhadas de homens de bem desgraçados, para que se nomeaõ alçadas, para que se levantãõ cadafalsos? Para que se derrama o luto sobre familias honradas, e da primeira representação? Para que os corifeos da fidelidade á Carta, e ao Rei legitimo se se arrojaõ desprevenidos sobre embarcações, e entregues á descripção das vagas do Oceano, vaõ

procurar asillo no Paiz classico da liberdade a soberba Albion, a Senhora dos mares?

Vamos avante humana cheramella

Sim vamos, e eis continua o Padre Reverendo.

A Nobreza, o Clero, os Tribunaes, as Camaras; athe aqui ainda o Padre disse alguma coisa; os Cidadãos tem sido conformes; he mentira do Padre; só com a differença, que em alguns o Patriotismo menos soffrido ou mais resolutivo, procede logo ao acto da Acclamação....

Consta na verdade que toda essa gente interessada no absolutismo, toda essa gente de—Privilegio—ou a sua maioria, da qual pela maior parte se compõem os Tribunaes de hum, e outro fôro, berrou das janellas desses mesmos Tribunaes, e deo Vivas ao Senhor Infante, Rei absoluto, os quaes eraõ repetidos pela canalha assalariada, disposta pelas praças, e ruas para os apoiados em tal guiza que o Senhor D. Miguel foi acclamado Rei, por aquelles que nisso levavam interesse, e por huma roda de capas rotas, a canalha, a escoria, as fezes de todas as classes de Cidadãos, instrumentos cegos, e brutos dos interessados, que para serem mais activos selhes prodigava agoardente, e nos Paços da Ajuda..... *oh antiqua, domus, quam dispari dominaris domino!....* e nos Paços d'Ajuda estabelecerão rações diarias á canalha effectiva, para de espaço a espaço gritar —Viva o Senhor Infante D. Miguel, Rey absoluto.—São factos constantes dos papeis públicos, não da servil Gazeta de Lisboa; porém de Jornaes abalisados, de Escriptores eximios, que escrevem onde se respeita a liberdade regulada pela Ley. Não são pois os Cidadãos que dezejem a paz, a ordem, e a liberdade que outorga a Carta dada pelo Senhor D. PEDRO IV, os que que-

rem vêr manchado o Throno dos inclitos João 1.º, e 2.º; MANOEL affurtonado, e de tantos Monarchas que encherão de sua fama o mundo, que se conhecia, e que fizerão conhecer, manchado sim pela intrusão, o sangue, e o perjurio; forão os interessados, e a canalha seduzida por elles, e porisso mente o Prelado, quando diz=*os Cidadaõs tem sido conformes*.

Quanto á differença que faz o Exm.º Prelado sobre o *soffrimento* ou o *insoffrimento* do patriotismo, he em demasia especiosa, e ainda muito mais mentiroza, sem outro objecto, que sentar o plano=*Que o Senhor Infante foi aclamado por voz unanime* " no que insiste athe ao fim do I.º §.

O §. 2.º desta obra estupenda he huma confissão indirecta da coacção em que os interessados no Despotismo, e na conservação dos privilegios collocáraõ o Senhor Infante D. Miguel, misturando talvez nas expressões lisongeiras, e seductoras, outras que fingiaõ escapar-lhes, e que faziaõ vacilar o Senhor Infante, mostrando lhe vacillante e mal-segura sua situação; como por exemplo=*Se V. A. não annue ao voto geral de hum povo, quem poderá responder pela vida preciosa de V. A.....Naõ ouve V. A. as acclamações de hum povo inteiro?* (he voz pública, e consta dos mesmos escriptos públicos, que os acclamadores eraõ campinos, vadios, e outros da mezina estófa, cheios de agoardente; que davão Vivas ao Absolutismo) e quem sabe....*ah! Senhor....! quem sabe...se este povo vendo frustrados seos desejos, baldados, seos votos cahirá em desesperação, e então...ah! Senhor Augusto, poupe-nos V. A. as tristes recordações, faça desaparecer os sustos, que nos atterrão, diga que sim*

ao povo, que o quer, e o adora....O incauto Principe disse, e precipitou-se em hum abismo, no qual he que sua vida corre grandes riscos; e não sendo Régente, e governando os Portuguezes, segundo a Carta, em que o Senhor D. PEDRO 4.^o firmou a liberdade do Povo Portuguez, e suas garantias. He o que se nos diz no principio do 2.^o §. daquelle discurso nas adoçadas expressões=
Naõ podia o grande Principe desattender a vóz, e representações de corpos, e de Cidadãos...=

Vamos avante humana Charamella.

Charamella he hum instrumento de assopro, e porisso o Excellentissimo he huma excellentissima charamella, pelos assopros que vai dando aos Tres Estados do Reino de Portugal, certos já do que devem responder. Mas, quem sabe se depois de regado o solo lusitano com o sangue de honrados Cidadãos, que odeão o despotismo, e reclamão a Carta Patente de sua liberdade que lhe outorgou seu legitimo Soberano; quem sabe se depois de empobrecidas e reduzidas á miseria familias abastadas, pelos barbaros. illegaes, e injustisimos sequestros, para, em caso de trans-torno, haver que levar, e mesmo para pagar a quem faz *Discursos de Proposição* seus *bons* serviços: Quem sabe se depois de dar ao Padre hypocrita, fanatico e servil, o predio que se ti-rou ao Sacerdote honrado, e amigo da bem entendida liberdade; quem sabe se depois de dar ao Fidalgo degenerado, esquecido do patriotismo, pelo qual seus maiores adquirirão a nobreza que lhe deixarão, a Commenda, de que se privou o fidalgo digno de o ser; vistas que se não perdem nas commoções politicas, e que muitas vezes são o movel principal dellas; quem sabe se depois de tudo isto, e muito mais os Vi-

vas assalariados de agora se voltarão finda a tragedia, em apupadas, e assobios? . . . El tiempo no lo dirá

Vamos á Excellentissima Charamella. Diz assim. *Mas porque antepõe (falla do Senhor Infante) á justiça: Se não he erro da Imprensa, que pôz assim, devendo pôr=injustiça,=então o Padre não falla verdade; e porque respeita profundamente as Leys; he mentira; as leys, athe as da humanidade estão profundamente esmagadas, e supplantadas: das Leys quer tudo; sim das que convém ao Clero, e Nobreza degenerada; e não das que pôdem, e devem fazer a felicidade geral, bem como a Constituição que deu o Senhor D. Pedro 4.º e recusa sem hesitação tudo o que lhe não fôr attribuido pelas Leys; O Senhor D. Miguel não tem pelas Leys outra alguma attribuição, que não seja a de Regente de Portugal; Subdito primeiro de Seu Augusto Irmão o Senhor D. Pedro, e agora de sua Sobrinha a Senhora D. Maria 2.ª, o que o Senhor Infante tanto reconheceo, que o jurou solemnemente, que protestou contra todos os que lhe attribuissem, athe as apparencias do que agora está fazendo, ou he compellido a fazer. O Reino continúa o Discurso, tem as suas Leys de successão á Coroa, assentadas desde a fundação; guardadas por elle religiosamente. . . . Se obrado destas Leys respeitaveis, ou o que he o mesmo, se o direito fundamental da Monarchia chama o nosso Principe á successão da Coroa, não pôde elle deixar de lisongear-se de Presidir por tão sagrado titulo a huma Nação generosa. Mas he com effeito chamado neste caso pelas Leys á successão da Coroa Portugueza? Esta he a questão relevantissima; Sim esta he a questão que o Exm.º Prelado propõem certo da resolução pelos tres*

Estados do Reyno de Portugal; e he o nó gordio de todo o eloquente palavriado de S. Ex.^a Reverendissima, e da resposta de encomenda. Se não somos Alexandre para cortar o nó, procuraremos de o desatar devagarinho. Vem a ser a questão que o Senhor D. PEDRO não podia dar a Portugal hum Pacto social,—que este Pacto offende as Leys fundamentaes das Côrtes de Lamego—offende as Leys feitas pelos tres Estados do Reino quando a Casa de Bragança subio ao Throno de Portugal;—o Senhor D. PEDRO, filho do defunto Monarcha o Senhor D. JOÃO 6.^o, não he nem pôde ser legitimo Rey de Portugal, porque he Imperador do Brasil.

São pois em summa os argumentos—Cortes de Lamego—e Rey Estrangeiro. Vamos pois ao fundo da idéa destas Cortes, e deste Reyno, com que fazem tanta bulha os detractores da Carta Constitucional Portugueza, inimigos jurados do Imperador do Brasil, e Rey de Portugal; O bem amado dos povos de hum, e outro hemisferio.

Supponha se pois que as Cortes de Lamego, do tempo de AFFONSO 1.^o são hum monumento genuino, e authenticico.

Nesta hypothese o Imperador do Brasil não he o Rey estrangeiro de que ellas fallão, e quando o fosse, bastava que o Povo Portuguez, e as Cortes nacionaes adoptassem como adoptarão, a Carta Constitucional do Senhor D. PEDRO IV, entre vivas do maior enthusiasmo, e do mais puro, e geral regosijo para se concluir, que coincidindo a outorga do Rey com acceitação dos Povos, não pode conciderar-se na materia nem sombra de illegitimidade.

Quanto ao 1.^o ponto dissemos, que só por supposição podia admitir-se a authoridade das

Cortes de Lamego, de que trata Fr. Antonio Brandão na Monarchia Lusitana Cap. 13, L.º 1.º; porque

O mesmo Brandão assevera, que elle nunca vira a Escriptura original destas Cortes, e que apenas o achára assim escripto em hum quaderno na Livraria do Convento de Alcobaça, no qual quaderno havia (diz elle) cousas dignas de repáro.

Tal he o sentimento do Escriptor que primeiro fallou nestas Cortes. Antes d'elle nenhum dos Chronistas antigos do Reinado do Senhor D. Afonso Henriques tinha fallado em semelhantes Cortes de Lamego.

Nas Cortes de Coimbra celebradas para se tratar da successão do Reino depois da morte do Rey D. Fernando, havia duas opiniões; huma a favor do Mestre d'Aviz, filho bastardo do Rey D. PEDRO 1.º, á frente da qual estava o Chanceler João das Regras; e outra a favor dos Filhos d'El-Rey D. PEDRO 1.º, e de D. Ignez de Castro, á frente da qual estava Martim Vasques da Cunha, homem de grande character, e de geral conceito naquelle tempo. Nenhum destes grandes Campeões se lembrou de argumentar com as Cortes de Lamego para excluir as pertenções de D. Beatriz, filha unica de El-Rey D. Fernando, casada com D. João 2.º de Castella, sendo tão natural o allegar a Ley destas Cortes, para concluir que D. Beatriz não podia succeder no Reino por haver casado com hum Principe Estrangeiro. Nunca foi este o argumento nem de João das Regras, nem de Martim Vasques. João das Regras sempre insistio principalmente na idéa de que Beatriz era *filha adulterina*; porque o Rey seo Pay a tivera da Rainha D. Leonor, sendo esta casada com João Lourenço da Cunha, co-

mo se pode vêr nas Chronicas do Rey D. João 1.º

O celebre Chronista das Cortes de Coimbra, e de todo o Reinado de El-Rey D. João 1.º, Fernão Lopes, escreve no tempo de D. Affonso 5.º; era Guarda-mór da Torre do Tombo, e com tudo não diz humá só palavra a respeito dessas inculcadas Leys de successão da Coroa de Portugal, pelas quaes o Senhor Infante D. MIGUEL só quer tudo, as Cortes de Lamego.

Os Escriptores de Direito Público Portuguezes, quando pertendem provar a authenticidade das Cortes de Lamego, com as quaes se pertende agora excluir o Senhor D. Pedro da Coroa de Portugal, ou recorrem á authoridade de Brandaõ, que duvida do facto; ou ao Cap. = *Grandi de supplenda negligentia Prælatorum in sexto*; = (b) quando neste Capitulo se não diz humá só

(b) Esta passagem precisa declaração. *Grandi, de supplenda negligentia Prælatorum in sexto*; isto he = *Do modo de supprir a grande negligencia dos Prelados no = Sexto =*

Podem talvez alguns de nossos leitores, que não se tiverem applicado ao Direito Canonico, pensar que aquelle *in Sexto = no Sexto =* he o Sexto Mandamento, ou preceito do Decalogo, e que os Prelados são negligentes a respeito do que se prohibe naquelle preceito.

Para credito daquelles que forem efficazes no 6.º Mandamento, diremos que aquelle *in Sexto =* em que os Prelados são negligentes he hum Livro, o que passamos a explicar.

O Papa Gregorio 9.º escreveu as Decretaes em cinco Livros, que dividio em varios titulos, o que tudo explicou em um só verso.

D

palavra de semelhantes Cortes; ou recorrem ao que asseverou Joze Barboza, Socio da Academia Real da Historia Portugueza na Sessão de 13 de Maio de 1721, o qual diz apenas, que na historia d'El-Rei D. Affonso Henriques—*havião dois pontos que tinhão dado materia a grandes disputas*,—dos quaes era o primeiro o juramento com que aquelle Principe confirmou a visão do Campo de Ourique; e o segundo *as Cortes de Lamego*; porém que elle mostraria em seu tempo como não era de consideração quanto em Castella se tinha escripto contra hum, e outro ponto.

He com tudo para sentir que razões tão vacilantes, ou para dizer melhor tão futeis, fizessem illusão ao preclaro, e sabio Jurisconsulto Portuguez Paschoal Joze de Mello, ao ponto de lançar mão dellas para provar a existencia das Cortes de Lamego, referindo-se primeiro que tudo a Brandaõ, de quem já fallamos, na Monarchia Lusitana, asseverando que elle achou estas

Index, Judicium, Clerus, Sponsalia, Crimen.

Donifacio 8.º *tambem publicou Decretaes, e por ser hum additamento aos cinco livros das Decretaes de Gregorio 9.º com a mesma distribuição de Livros, e Capítulos se conservou a ordem numeral, e he porisso que este Livro se chama o—Sexto—citando-se da mesma sorte que os outros cinco livros, só com a differença de accrescentar á citação a palavra—in Sexto—*

He pois neste Sexto, isto he—neste Livro—de Leys Canonicas que he preciso supprir a negligencia dos Prelados; isto he, de parte delles; e não no Sexto Mandamento, o que declaramos para se dar o seo a seo dono.

leis de Lamego, e as transcreveo *ex publicis, authenticisque instrumentis*; quando Brandaõ diz que as achára no já dito quaderno de Alcobaça; e na já citada Bulla de Innocencio 4.º que principia *Grandi et cet.* como já dissemos, e que se pôde vêr na Historia do Direito Civil Lusitano do mencionado Jurisconsulto Mello Freire na nota ao §. 40.

Supponha-se por hum pouco, que as Cortes de Lamego são genuinas, ou pelo menos que se devem ter como Leis do Reino de Portugal, por isso mesmo que por duas vezes foraõ não só reconhecidas, mas dispensadas pelos tres Estados do mesmo Reino juntos em Côrtes; huma para casar a Senhora D. Izabel, como Princeza herdeira do Senhor D. Pedro 2.º, com o Duque de Saboia, e outra para ser jurado Principe herdeiro da Coroa o Senhor D. João, que depois foi 5.º Rei deste nome. Supponha-se ainda que por esta razão não se deve pôr ainda em duvida a authenticidade destas Côrtes, segundo a opiniaõ de hum Portuguez de distincto engenho, o grande Alexandre de Gusmão. Que se segue dahi? Segue-se por ventura que o Imperador do Brasil, Filho primogenito do Rei defunto, he aquelle Monarcha estrangeiro de que fallaõ as Côrtes de Lamego? De sorte nenhuma se segue semelhante absurdo.

Dois inconvenientes se quizerão evitar com as Leis do Cap. 5.º, e 6.º das Côrtes de Lamego, onde se determina, que *succedendo no Reino fema, deve casar com hum Senhor Portuguez.* O primeiro foi para que hum Rei estrangeiro não viesse governar sobre Portuguezes; o 2.º foi para que hum Rei Estrangeiro casando com a herdeira do Throno Portuguez, não viesse a re-

unir as duas Coroas, confundindo o Imperio, e o nome Portuguez.

Mas nem hum, nem outro destes inconvenientes se verifica succedendo o Imperador do Brasil a seu Augusto Pai o Senhor D. João 6.º

Naõ se verifica o 1.º inconveniente porque o Imperador do Brasil he filho, neto, e descendente de Portuguezes; Primogenito, e Successor legitimo de seo Augusto Pai; e em fim herdeiro da Coroa de Affonso Henriques, de João 1.º e de João 4.º; e se as Côrtes de Lamego no citado Cap. 5.º, e 6.º, quizerão taõ sómente evitar que hum Principe estrangeiro, isto he, naõ natural do Reino de Portugal governasse sobre Portuguezes, por certo que ninguem poderá chamar estrangeiro áquelle que he natural do Reino, e nelle nascido, e creado, Filho, neto, e descendente de tantos Reis, que enchem as paginas da luza historia com façanhas tão gloriosas, e de que tanto se desvanece o Povo Portuguez. Por certo que não pôdem por este lado recear os Portuguezes; pois sendo governados pelo Imperador do Brasil, e Rei de Portugal, e hoje por Sua Augusta Filha a Senhora D. Maria segunda, em rasaõ da completa, e perfeita abdicação de seo Pai, são governados por Soberano Portuguez, e pelo Primeiro dos Portuguezes. Naõ pôde por tanto haver scrupulo a este respeito. A Lei daquella Nação naõ está offendida: huma Senhora Portugueza he sua Soberana.

Tambem não se verifica o segundo inconveniente; porque o Senhor D. Pedro Imperador do Brasil, que a Providencia trouxe a este hemisferio para nelle crear hum dos maiores Imperios do Mundo, renunciou á Coroa de Portugal em Sua Augusta Filha a Senhora D. Maria

2.^a como ja dissemos, para que jamais se verificasse o que as Côrtes de Lamego quizerão evitar, isto he para não se confundir a Monarchia, e nome Portuguez reunindo-se as duas Coroa do Brasil, e Portugal, podendo acontecer, sem a abdição, que viesse a ser Portugal governado por quem governasse o Brasil.

Esta renuncia, ou abdição trazendo por condição o casamento da Rainha de Portugal com seu Tio o Infante D. Miguel, he hum pacto de Familia, que houvêra de produzir desde logo bens incalculaveis, se homens intrigantes, e ambiciosos não suscitassem a guerra civil querendo cada hum delles o que melhor se antolhava aos seus proprios interesses, e projectos; doença, (diz Duarte Nunes de Leão, no Cap. 2.^o da chronica de D. Afonso 5.^o) costumada em todos os Reinos, mas muito mais na Nação Portugueza; intrigantes, e ambiciosos, que precipitarão o Senhor Infante D. Miguel em hum abismo de factos indecorosos, e a heroica Nação Portugueza em outro abismo de desgraças.

Continuemos ainda o raciocinio sobre a legitimidade do Sr. D. Pedro á successão da Coroa Portugueza, e hoje a Senhora D. Maria 2.^a, e da Carta Constitucional outorgada; elle prosegue deste modo.

Se he possivel conceber que o Imperador do Brasil seja o Rey estrangeiro de que fallão as Côrtes de Lamego, a acceitação que os Póvos fizerão da Carta Constitucional outorgada por aquelle Monarcha, tira toda a dúvida sobre a sua legitimidade. Do direito da successão do Senhor D. Pedro 4.^o ninguem póde duvidar, porque em fim he o Filho Legitimo, e Primogenito do Rey defunto. Em quanto a não ser in-

digena, está salva essa circumstancia com a abdição. Esta abdicação está sancionada pela espontanea, e geral acclamação dos Povos feita em meio do maior regozijo e do maior entusiasmo. As Côrtes apparecêrão, e reconhecerão: todas as Authoridades jurarão, e prometterão observar; o Povo applaudio de boa fé; que mais se póde pertender?

Sir James Mackintosh no seu excellente livro contra Burke nos diz—a *approvação dos Povos he quem legitima os governos*. Nos tempos ordinarios a sabedoria das Leys prescreve certas formas para se observarem na transmissão, ou successão do Poder Politico; porém as revoluções dos Estados são acontecimentos de tal magnitude, que não he possivel admittirem formalidades técnicas, e solemnes.

O Brasil tinha-se separado de Portugal por hum daquelles grandes movimentos, que se preparão no andar de muitos seculos; o successor da Coroa de Portugal achava-se então no Brasil áfrente daquelle grande movimento; era por tanto necessario optar.

Elle optou de facto, e querendo para si o Brasil de quem faz as delicias, como Tito em Roma, legou a sua Augusta Filha o Throno de seus Maiores em Portugal. Toda a sancção, que aqui se póde dezejar he a da voz do Povo. Seja qual fôr o modo porque este Povo se expresse, ou este modo seja regular, ou irregular; seja tacito, ou expresso, vale o mesmo. Não era pois de esperar, que o Povo Portuguez se reunisse para escolher Deputados, e que estes deliberassem sobre a successão; porem o que não fez, e que não houve antes, houve depois.

Os Estados do Reino juntos em Cortes; as

Authoridades Municipaes e todas as outras tanto Civis como Militares, e Ecclesiasticas apprová-rão a *Opção*, e ábdicação do Imperador do Brasil, bem como a Carta, que Elle outorgou. Que ha pois de illegitimo, e de irregular nesta famosa transacção?

Mas, as Côrtes de ~~Lamego~~, (concedendo-as genuinas) não têm mais authoridade, que as que se lhe seguirão. Por duas vezes fôrão revogados certos Capitulos dessas Côrtes por outras Cortes.

He muito positivo o assento que fizeram as Côrtes de ~~Lisboa~~ de 16 de Abril de 1698, que declara que sendo preciso revogar certo Capitulo das Côrtes de Lamego, ellas (as de Lisboa) o revogavão porque *=residia nellas o mesmo poder, que tinham os que fizeram as Leys fundamentaes das Cortes de Lamego=*, como se pôde vêr na collecção das Côrtes impressa pela Academia de Lisboa, e na Ley de 12 de Abril de 1698.

São pois legitimos, e legaes as que tiverão lugar na Corte de ~~Lisboa~~ nos dias 26, 27, 29 de Abril, e 2 de Mayo de 1826.

Quem são pois aquelles que obsidiarão o Senhor Infante D. ~~Miguel~~, que o abrigarão a ser pre-juro, e a fazer á face do Mundo civilizado huma figura, que lhe não convem, que querem derribada a Carta, e pregão o absolutismo? Elles são bem conhecidos, os que dezejam substituir ao Governo Representativo o Governo dos Secretarios de Estado.

São alguns ~~Nidalgos~~ descontentes, que não sendo susceptiveis de outros serviços á Patria, que os que se fazem em Palacio, lamentão que ás doações da Coroa senão possam ganhar com taes serviços. São alguns Ecclesiasticos Secula-

res, e Regulares, que temem reformas na repartição dos dizimos, que sendo destinados aos que servem o altar, observa-se que os que mais servem são os que menos comem. São alguns aventureiros Militares, ou paisanos, que imaginam estar chegada a época de huma grande colheita de póstos, empregos, e distincções, seguindo hum partido que esperavão fosse apoiado pela Hespanha, e outras Nações, no que se enganarão, e se conseguirão ter á sua frente o incauto Principe para fascinar o Povo, e fazerem estes malvados seus interesses perdendo-o; elle hade abrir os olhos, e conhecer hum dia os perversos que o aviltarão aos olhos de todas as Nações do Mundo.

Continuaremos em o N.º seguinte.



C E A R A'.

*Despedida do Sñr. Commandante das Armas da
Provincia do Ceará aos Cearenses.*

Dimittido, accusado de primórdial causa da mortandade dos Recurutas, e entregue por este motivo ao perigo do destino de huma Devassa, depois de ter soffrido o reiterado, e recente golpe da perda de huma Esposa estimavel; eis os tristes auspicios, em que me despeso dos Cearenses.

O grito da consciencia, só terrivel no seio dos impios, mas sagrado azilo do homem innocente, he o primeiro baluarte, que eu opponho a tanta adversidade. Com effeito não obstante a sensibilidade, que patenteou nossa Augusta Assembléa por motivo daquella mortandade, a mim

tão injustamente imputada, quando foi só filha da terrível peste das bexigas; embora contra mim se exaltassem na Corte alguns Periodicos, e guardassem silencio a tal respeito os Nobres Deputados da Provincia, que aliás não ignoravão nossas tristes circumstancias; não obstante (digo) todos estes symptomas de máo agoiro, eu nada de-vo recear.

Além da segurança, que me subministra a limpeza da minha consciencia, eu tenho em meu favor a rectidão dos Ministros, que ora rezidem na Provincia, o character sizudo dos Cearenses, que tantas provas de amor me tem dado, ainda mesmo nos momentos da minha maior dôr e mais que tudo a Grandeza do IMMORTAL PEDRO PRIMEIRO, que não deixará por muito tempo gemer nas garras da calumnia hum subdito fiel, que tão decididamente se tem sacrificado pela defeza da Nação, e do Throno Constitucional.

Escudado desta doce esperanza, eu parto saudozo de huma Provincia pacifica, meiga, e generosa, onde me compraz de ter habitado, quasi quatro annos: eu bem-direi sempre a constante e subordinada Tropa de 1.^a e 2.^a Linha, que tanto me gloriô de ter commandado, eu abraço de coração aos meos amigos, em cujo numero parece-me que estão todos os homens de bem da Provincia; e me despesso em fim saudozo de todos os Cearenses, de cujo character justo, e generoso eu confio a defeza de minha innocencia....A Deos
..... Ceará 16 de Agosto de 1828.

Conrado Jacob de Niemeyer.

*Proclamação do Exm.^o Sr. Presidente do Ceará
por occasião dos successos da noite de 27
de Agosto deste anno.*

Podendo succeder que os acontecimentos, que tiverão lugar n'esta Capital em a noite de 27 do corrente, e dia subsequente, sejaõ em qual-quer parte exaggerados, pareceu-me conveniente manifestal-os, para prevenir sustos, e desconfianças, que se possaõ por tal respeito produzir.

Tendo o Conselho Presidencial rezolvido, como lhe pareceu de Justiça, e conveniente, que o Coronel de Milicias Francisco Joaquim de Souza Campello tomasse o commando interino das Armas, para se fazer effectiva a decretada demissão, e retirada do Tenente Coronel Conrado Jacob de Niemeyer; e entrando para este fim aquelle Coronel n'esta Capital às quatro horas da tarde de 27 do corrente, pouco antes da retirada do ex-Commandante Niemeyer, aconteceu que às dez horas da noite do mesmo dia tocasse alarme a Tropa de 1.^a Linha da Guarnição, e se puzesse em Armas em seos Quarteis; fazendo reunir às mesmas horas a Camara em Sessão extraordinaria, e permanente; e chamando por huma Deputação para Commandante d'Armas logo acclamado o Tenente Coronel Commandante do Batalhão de Caçadores de 1.^a Linha N.^o 22 Marcos Antonio Bricio, que se achava na Villa de Aquiraz em distancia de 6 legoas, para onde dias antes se tinha retirado, afim de se desvanecer a suspeita, que de sua pessoal influencia se havia propagado sobre plano de ser preferido ao Coronel Campello. Entre varias acclamações da Tropa em seo primeiro enthusiasmo, e maior calor diz-se que algumas vozes se articularaõ

subversivas do respeito devido á Primeira Authoridade da Provincia: taes vozes porém nenhum apoio tiveram, e porisso sem effeito algum: ou talvez a confusão as não deixasse bem perceber.

O Governo cridou que a presença do ex-Commandante Niemeyer, que ainda se achava duas legoas distante da Capital, poderia socegar aquella mesma Tropa, que acabava de dissiplinar; dirigio-lhe hum Officio intimando-lhe da parte do IMPERADOR o seo comparecimento na Capital; porém elle se negou absolutamente a esta requisição...!!! E continuou o tumulto.

Ao mesmo tempo officiou tambem o Commandante interino das Armas ao Tenente Coronel Bricio para que viesse retomar o commando do seo Batalhão, e obstar ao progresso da insubordinação, em que se achava.

A's onze horas do dia 28 entrou na Capital o Tenente Coronel Bricio, e depois de render perante o Governo os seos cumprimentos de respeito, e subordinação, bem como protestos de seos esforços a bem da ordem, dirigio-se ao A-quartelamento Militar, onde foi recebido pela Tropa com vivas na qualidade de Commandante d'Armas já por ella acclamado.

Seguiu-se humma Representação da Tropa ao Governo, pedindo que fosse substituido o Coronel Campello pelo Tenente Coronel Bricio no commando das Armas.

Em taes circumstancias reunido o Conselho Presidencial, e conhecendo-se perfeitamente que o socego em tal occasião dependia daquella substituição, resolveo-se demittir o Coronel Campello (bem que este nada tivesse diminuido do conceito, e merecida confiança do Governo); e devolver-se o commando ao Tenente Coronel

Brício: o que com effeito teve lugar ás sete horas da noite do mesmo dia 28; ficando d'esde então restabelecido o socgo da Capital, que continúa como d'antes.

Resta declarar que, com quanto sejam para lastimar-se acontecimentos taes, huma cousa deve muito consolar os amigos da Ordem, e he: que em todo o tempo da mencionada perturbação nem hum só insulto soffeo a pessoa, e propriedade do Cidadão, e nada se observou, que tendesse a attacar o Systema Politico do Imperio, e menos a Sagrada PESSOA DE SUA MAJESTADE O IMPERADOR: o que muito abona a índole, e fidelidade dos Cearenses.

Ceará no Palacio do Governo 30 de Agosto de 1828.

Antonio de Sales Nunes Belford—Presidente.



REFLEXÕES.

A Officialidade dos Corpos de 1.^a Linha da Provincia do Ceará, e não os Corpos, acabão de dar a todo o Exercito Brasileiro o mais triste e escandaloso exemplo de insubordinação.

O Sr. Conrado Jacob de Niemeyer foi dimittido do Commando das Armas daquella Provincia pelos motivos expendidos em sua despedida, que deixamos transcripta, sendo, segundo nos informão, ordenado que o Commando passasse ao Official de maior patente. Passou pois o commando interino das Armas ao Coronel Campello de 2.^a Linha.

Não era isto que querião os Srs. Officiaes de 1.^a Linha, e esquecendo-se que lhes competia

o direito de petição, e nada mais. pozerão em coacção o Exm.^o Presidente em Conselho obrigando-o pela ameaçadora representação que lhe fizerão, a dimittir o Senhor Coronel Campello e a nomear o Senhor Tenente Coronel Commandante do Batalhão 22, 1.^a Linha Marcos Antonio Bricio.

O Sr. Tenente Coronel Bricio tinha-se retirado dias antes para Aquiraz, na distancia de 6 legoas, para desviar qualquer influencia, que sua presença podesse motivar. Não sei que nos parece esta retirada....

Para obterem a dimissão do Sr. Coronel Campello, e a nomeação do Sr. Tenente Coronel Bricio mandarão os Srs. Officiaes de 1.^a Linha tocar a rebate nos seus Corpos pelas dez horas da noite de 27 de Agosto, o que em razão da hora tornou este facto mais perigoso, e criminoso, e com as armas na mão fizeram suas representações, ou antes, intimações ao Governo, e fôrão differidos, e por isso chamado o Senhor Tenente Coronel Bricio, de Aquiraz, onde se achava, e se lhe conferio o commando das Armas.

O Exm.^o Presidente e Conselho se conduzirão com a mais exacta circumspecção em situação tão difficil; pois os Srs. Officiaes de 1.^a Linha na representação que lhe fizerão, dizião—*Accreditamos que medidas acertadas da parte do Governo fará cessar qualquer premeditação*—

Esta representação com diferentes protestos, he humã das peças, que se publicarão com a Ordem do Dia do Sr. Tenente Coronel Bricio que achamos conveniente deixar de transcrever com as peças que lhe são adjuntas, mas aquellas palavras dizem tudo.

Que fôrão só os Srs. Officiaes de 1.^a Linha, que lançarão tão amplas medidas para huma per-

turbação e desordem, que teria fataes consequências, senão fosse a prudencia do Governo Civil, senão póde duvidar, pois elles mesmos o dizem em huma das peças publicadas com a Ordem do Dia.

Estes acontecimentos dignos de lamentar-se motivarão a Proclamação do Exm.^o Sr. Antonio de Sales Nunes Belford, que deixamos publicada. He hum monumento da sua consumada prudencia, circumspecção, e luzes, que bem como sua firmeza de character, rectidão, e imparcialidade de ha muito nos são conhecidos.

O Sr. Tenente-Coronel Bricio esteve nesta Cidade muitos mezes destacado com o Batalhão 22 de seu commando. Elle foi amado, e estimado de todos por seu bom character, e exemplar conducta como militar, e como cidadão. Os mesmos elogios cação bem com a conducta de todos os Sñrs. Officiaes, e na verdade a todo o Corpo, que se comportou bem. Entretanto os factos de 27 de Agosto, considerados a todos os respeitos indicão huma especie de connivencia entre o Sr. Bricio, e os Sñrs. Officiaes para ter logar a sua nomeação para o Commando interino das Armas daquella Provincia.

M A R A N H A Õ.

DIA 12 DE OUTUBRO.

Domingo 12 da corrente Outubro foi o Aniversario Natalicio do SENHOR D. PEDRO I.^o Imperador, e Defensor Perpetuo deste vasto, e rico Imperio do Brasil.

O fiel, e honrado Povo Maranhense, constante sempre nos deveres de obediencia, e reconhecimento a seo legitimo Soberano manifestou neste Dia as mais expressivas demonstrações de seo jublio, effeito infalivel do amor, que consagra a S. M. o IMPERADOR.

Ao romper do dia as Fortalezas da Cidade e Barra, e Escaua de Guerra Leopoldina derão salvas Imperiaes, que forão repetidas á huma, e seis horas da tarde. *Leopoldina*

Formou-se a Brigada no largo do Palacio, e foi commandada pelo Illm.^o e Exm.^o Governador das Armas, Conde Escragnoille; a tropa estava no maior asseio. *Escragnoille*

Celebrou-se na Santa Igreja Cathedral hum solenne *Te-Deum*, a que assistio o Illm.^o e Exm.^o Presidente da Provincia Manoel da Costa Pinto; O Corpo Municipal; os illustres Magistrados da Relação desta Cidade; o Illm.^o e Reverendissimo Cabido; Comunidades Religiozas, Clero Secular, e outros muitos Cidadãos.

Acabada esta cerimonia Religioza, deu o Parque de Artilheria tres Salvas, no intervallo das quaes fez a Brigada fogo de alegria. Acabado o fogo passou o Exm.^o Presidente em frente da Brigada levantando Vivas repetidos a S. M. o IMPERADOR, unico, grande, sublime objecto da solemnidade do Dia, o que feito, houve no Palacio o brilhante Cortejo do costume.

Na noite deste fausto Dia illuminarão suas casas espontaneamente muitos Cidadãos, e no Theatro União se representou a peça—*Philippe Augusto*—, e foi precedida por hum Elogio Dramatico. No annuncio deste Elogio se occultou o nome do A., dizendo-se apenas que o Autor era pouco versado naquellas cousas, mas que se o *União*
Philippe Augusto
Elogio

Público não só o desculpasse, porem ainda em cima mostrasse satisfação, continuaria a fazer elogios....Consta-nos que o referido elogio tinha excellentes versos, apanhados de certa obra que fizera ao Sublime Objecto hum illustre Cidadão, que está ausente e que se estivera presente, podia dizer com Virgilio.

Hos ego versiculos feci, tullit alter honores.

Nós escrevemos isto por tradição.

Assim terminou a função deste Dia.

Na vespera deste faustissimo Dia teve lugar huma brilhante Companhia no Palacio do Governo. A reunião dos convidados pelo Exm.^o Sr. Presidente Manoel da Costa Pinto excedeo a trezentas pessoas, comprehendendo mais de sessenta Senhoras. Fôrão convidadas todas as classes distinctas da Cidade, a saber; Clero, Magistratura, Militares, Empregados públicos, e muitos Cidadãos das principaes familias.

Foi servido a toda a Companhia hum esplendido chá, e differentes refrescos, com profusão, aceio, e delicadeza. Os vivas a S. M. o Imperador forão repetidas vezes levantados com o maior enthusiasmo, e prazer, assim como á Independencia do Brasil, e ao Povo Brasileiro. Teve lugar hum vistoso baile, e harmoniosa orchestra. Foi huma noite de verdadeiro prazer em que os Maranhenses patentearão quanto apreciavão serem governados pelo Exm.^o Sr. Manoel da Costa Pinto.

A V I S O.

Henrique Shilston, morador na Rua do Egipto, casa n.^o 5 se propõem a ensinar a lingua Ingleza por modico preço, e ás horas que melhor convier a seus discipulos.

663
A BANDURRA.

N.º 19. 680

OUTUBRO 31 DE 1828.



INDICE DAS MATERIAS.

	pag.		pag.
Continuação da refutação ao Discurso de Proposição, principiada em o N.º 18	665	Edital a respeito da Decima.....	680
Ao Público.....	676	París. Extractos do Jornal do Commercio.....	681
		Avisos.....	682

MARANHAÕ,

TYPOGRAPHIA NACIONAL.
1828.

082

*Legum denique ideo servi sumus, ut
liberi esse possimus:*

Cicero pro Cluentio.



E R R A T A.

Na pag. 671 na linh. 30, em lugar da pa-
lavra—milagre—lêa-se—milagres.

A V I S O.

A Bandurra N.º 20 sahirá á luz no dia 15
de Novembro proximo.

A BANDURRA.

N.º 19.

OUTUBRO 31 DE 1828.



Continuado de pag. 654.

EM refutação ao *Discurso de proposição*, inserido em nosso N.º 17 recitado ante os Tres-Estados do Reino de Portugal, e Algarves pelo Exm.º, e Rem.º Bispo de Viseu levávamos dito quem erão aquelles que obsidiavão o Snr. Infante D. Miguel, e o seduzirão para usurpar o Throno que seo Augusto Irmão abdicou em a Senhora D. Maria Segunda; nesta sedução, de que se seguiu a coacção em que ficou o Senhor Infante D. Miguel, daremos sempre a primazia áquella porção de Ecclesiasticos que antolhão a usurpação do Throno e o Despotismo como a base solida de seos interesses.

Temos á vista huma peça que muito faz em prova desta assersão. He a felicitação do Cabido da Sé d'Elvas feita por huma Deputação do mesmo Cabido composta dos Rem.ºs Mestre Escola Sebastião da Cunha de Azevedo Coutinho, e Souza, e o Conego prebendado João Joaquim de Andrade. Eis a peça com as addicções feitas por hum Escriptor contemporaneo, do qual a copiamos.

A 2

„ Serenissimo Senhor! Ouvio Deos os arden-
 „ tes vottos do Povo Portuguez (isto he do Co-
 „ nego d'Elvas, e outros Conegos) e trouxe a
 „ V. A. em triumpho a dirigir o leme da Monar-
 „ chia, que hoje tão gloriozamente rege para
 „ confusão da impiedade, e do rebelde espirito
 „ do Seculo, (*e bem confundida anda a impiedade*
 „ *com a rebeldia*) A virtude collocada (*quando o*
 „ *está*) no Throno, penetra com seos irresistiveis
 „ raios todos os corações (*naõ ha duvida*) e ou-
 „ mais tarde, ou mais cedo (*quanto mais cedo*
 „ *melhor*) submettê ao suave jugo da rectidão das
 „ Leis (*que suavidade!*) ainda mesmo os inquietos
 „ inimigos da boa ordem (*falto do Cabido*)
 „ quando refulge efficáz justiça (*ella refulgirá*) e
 „ bem applicado premio (*isso he o que se deseja*).

Assim exulta Portugal de vêr em V. A. hum modello dos Principes (*e sem segundo*) formado na escola do mundo, admirado das Nações, e Monarchas da Europa (*erro geografico; o Reverendo Conego quiz dizer—da Affrica—*) e destinado a entrar na brilhante cathégoria, (*não haja medo*) dos mais abalisados dos que a historia faz menção pelo disvello, e sabedoria que V. A. desenvolve em constituir a ventura dos Portuguezes (*isto he dos Conegos d'Elvas, e mais sucia.*)

„ Seó regresso feliz de V. A. á Patria espalhou o jubilo em toda a Monarchia, extremo foi por certo o do Cabido da Sé d'Elvas (*unica verdade que ha nesta felicitação*), que nos escolheo (*a escolha não podia ser melhor*) para a insigne honra de virmos por elle, e em seo nome beijar a Augusta mão de V. A. por tão fausto motivo, e penetrado da mais viva emoção por este gratissimo, e tão suspirado acontecimento (*que tantos suspiros tristes tem cauzado.*)

nos incumbe exprimir aos Reaes Pés de V. A. o seo profundo respeito, amor, e fidelidade indelevel á Augusta Pessoa de V. A. e seo vivo desejo de dar novas graças ao todo Poderoso vindo em breve consolidados seus Augustos Direitos (*aqui he que torce a porca o rabo*) com o voto geral (*dos Conegos*) e as antigas leis patrias imperiozamente reclamão (*he mentira.*)

Tal he a sedicioza felicitação do Cabido da Sé d'Elvas, e seguramos a nossos leitores que outras muitas, que temos visto, de semelhantes Corporações, de Camaras, e Tribunaes são da mesma estófa. Addiremos pois as reflexões que relativamente faz o escriptor de quem á copiamos. Ellas seguem.

A' vista desta felicitação sediciosa e quem não havia de esperar do Regente hum exemplar castigo aos atrevidos rebeldes, que ousavão *tentar* o Lugar Tenente d'El-Rei com a usurpação dos direitos de seu Legitimo Soberano? Que significa este "vivo dezejo de dar novas graças ao todo poderoso vindo em breve consolidados os *augustos direitos* do Senhor D. Miguel, como o voto geral e as Leis patrias imperiosamente reclamão, senão o temerario e sacrilego conselho de faltar S. A. aos juramentos de fidelidade, que tinha prestado a Seu Augusto Irmão, usurpar-lhe o Throno, destruir a Carta, e declarar-se Rei absoluto? Quem authorisou dous Conegos d'Elvas a expressar o voto geral da Nação Portuguesa? O que elles expressão he o voto geral dos rebeldes; mas este infame voto, deveria elle ser ouvido, e acceito com agrado pelo Lugar Tenente do Legitimo Soberano? ou por outras palavras—haveria alguem que se atrevesse a expressar similhante voto se elle não tivesse sido

B

pedido, e senão estivesse certo de que elle havia de ser bem acceito? Esta scena pública foi primeiro ensaiada no Palacio por detraz da cortina—*Cardez vous d'en douter*. A mesma resposta do Regente assim o demonstra, dando abeijar áquelle par de rebeldes a mesma mão, que tantas vezes tem assignado o desterro de subditos fieis, e enchovalhado a cara, e os cabellos brancos dos veteranos da honra e lealdade Portugueza—*ó tempora, ó mores!*

Temos visto todos estes escandalos, e indignidades: agora resta-nos ver hum manifesto ás Potencias da Europa, annunciando-lhe que o Senhor Infante se vira na imperiosa necessidade de dissolver as Cortes, de apoderar-se do Throno de seu Irmão de excluir d'elle a Rainha sua Sobrinha e Esposa, de proscrever a Carta, e todas as instituições liberaes, e de se fazer acclamar Rei absoluto, por ser essa a vontade constante, e decidida da Nação Portugueza *nemine discrepante!*

Que S. A. sempre resistira a esta violencia, e tanto estava disposto á obediencia, e á fidelidade ao legitimo Soberano, que todos os actos de sua authoridade, ainda aquelles mesmos que mais caracterisavão a rebeldia, e a desobediencia erão exercidos em nome de S. M., como hum testemunho de respeito e submissão; mas que não podendo resistir ao clamor universal, S. A. se vira obrigado a ceder á violencia, e acceitar sem o ter pedido nem dezejado, o glorioso titulo de Rei absoluto; e como a salvação dos Estados he a Suprema Lei das Nações, S. A. não hesitára em destruir a Carta e usurpar a authoridade Soberana para salvar a Nação Portugueza—que depois desta gloriosa época tudo entrára na or-

dem=que a Nação livre d'hum systema oppressor, que garantia a cada hum os seus direitos, e liberdades, e a todos a pública segurança, já marchava progressivamente a huma prosperidade infalivel—que o credito público tão prejudicial ao Commercio já está de todo arruinado—que o mesmo Commercio tão prejudicial aos Estados Catholicos, quando mais não seja senão pelo contagioso contacto com as nações heresges, já se acha inteiramente estagnado—que o Banco de Lisboa está reduzido a nada, porque não convém que n'huma Monarchia absoluta nenhum estabelecimento público ou particular tenha mais credito do que o thescuro real; e se este he pobre e caloteiro, convem que todos sigão o seu exemplo=que a liberdade da Imprensa está proscripta como o maior flagello contra o fanatismo politico e religioso—que a pública administração da justiça tambem o está, porque he contra a gravidade da mesma justiça o sevandear-se em publico e contra os direitos, e prerogativas dos Magistrados o darem satisfações a ninguém de suas sentenças, e decisões e que sendo elles os senhores da honra, vida, e fazenda podem dispôr de tudo isto como entenderem, e for seu gosto—que a representação Nacional está proscripta, porque não convém que esta representação exista senão na pessoa d'hum Rei absoluto, que he o Senhor Legitimo, e natural de seus Póvos, podendo dispor de todos juntos, e de cada individuo em particular como hum pastor póde dispôr dos seus cabritos, e como hum jardineiro póde dispôr das suas abobras e das suas couves—que S. A. se deixou convencer de rasões tão justas, e que se vira forçado a condescender com a vontade d'huma Nação inteira,

que o acclama seu Rei legitimo e Senhor absoluto; e que em fim, sendo estas rasões tão plauzíveis, fundadas nas sagradas escripturas, nos costumes patrios, abençoadas por sua Augusta Mai, adoptadas por seu Augusto Tio Fernando VII, que em virtude dellas gloriosamente reina em paz, e tem feito a felicidade das Espanhas: S. A. em nome d'ElRei as adopta para felicidade de seus Póvos.

Não garantimos que estas sejam, taes quaes, as proprias expressões do manifesto, pelo qual o Senhor Infante se pertenda justificar para com os Soberanos da Europa, quando lhes participar o seu feliz accesso ao poder absoluto; mas sejam ellas quaes fõrem não poderá imaginar-se uncção apostolica, nem chicana desembargatoria, que lhe mude o sentido, nem torne ambiguas as bem caracterisadas intenções do Senhor Infante D. Miguel. A resposta de sua Alteza agradecendo as expressões da rebeldia de hum testemunho authentic, que nada pôde desmentir, nem tornar equivoco. S. A. agradece ao Cabido as demonstrações dos sentimentos que lhe acabão de expressar os dous Conegos deputados: e quaes são estas demonstrações de sentimentos?—O " vivo desejo do mesmo Cabido de dar novas graças ao todo Poderoso, vendo em breve consolidados os augustos direitos de S. A. como o voto geral, e antigas leis patrias reclamão. "—E quaes são estes direitos augustos a que alludem os Conegos? São a aprovação da rebeldia contra os inauferíveis direitos de Pedro IV., e o complemento da usurpação da Corôa, que S. M. conditionalmente abdicou em sua Augusta Filha a Senhora D. Maria II. Dem-lhe as voltas que quizerem, o Senhor Infante D. Miguel, destruin-

do a Carta, e desconhecendo a legitima authoridade d'ElRei, seu Augusto Irmão, em quanto durar a minoridade da Rainha, e a legitima Sorania da mesma Senhora quando estiverem preenchidas as condições com que o Senhor D. Pedro abdicou a Corôa de Portugal, nunca poderá reinar sobre os Portuguezes senão como rebelde tirano, e usurpador.

Não podemos com tudo accomodar-nos com quanto nestas reflexões diz o preclaro Escripitor de quem as copiamos, pois attribuiremos sempre a effeitos da coacção em que foi constituido o Senhor Infante pelos differentes caminhos e modos, que já dissemos em outro numero, todos seus procedimentos, sendo estes porisso actos de homens exclusivos porisso de toda a imputação.

Sim alguns máos Ecclesiasticos tem chegado ao ponto de pregar milagres feitos pelo Senhor Infante D. Miguel; hum destes foi o Prior da Freguezia de Santos, em Lisboa, e contaremos hum milagre publicado por aquelle Prior com escandaloso abuso da credulidade, e sinceridade do Povo.

Copiaremos pois do mesmo preclaro Escripitor a narração do milagre attribuido ao Senhor Infante D. Miguel.

Em qualidade de milagroso, já o Senhor Infante, foi beatificado pelo ~~Prior~~ Prior de Santos, que converteo algumas de suas ovelhas á crença nos milagre de S. A. attestando hum facto de santidade, que para maior edificação dos escolhidos, e maior confusão dos reprovados athe Deos quiz occultar aos hereges, que se achavão presentes, deixando só a huma pequena parte da equipagem da Fragata Perola (senão he que foi sómente á facunda imaginação do Prior de Santos) a graça superabundante de os presenciar.

Todos sabem hoje, e ninguem duvida que a Fragata Perola, conduzindo S. A. a Lisboa, fôra assaltada no Oceano; *ventique turbo irruit in lacum: navigium complebatur aqua, et periclitabantur*, como diz o Evangelho acontecerá aos Apostolos, e ao divino Mestre no lago de Tyberiadé. O Senhor Infante não dormia então como o Cordeiro de Deos *qui tollit peccata mundi*; mas manso e imperturbavel, como elle, subio acima da tolda, e com semblante angelico encarando as ondas, bastou hum agradavel sorriso de S. A. para, em menos de hum segundo, o mar ficar quieto, e macio como se fôra de azeite, e desvanecer-se huma tempestade ainda mais medonha do que aquella descripta por Virgillio, na qual o piloto Palinuro foi arremçado ás ondas *demersus Palinurus in undas*. Admirada, e atterorisada a Tripulação, perguntavão huns aos outros, quem he este que commanda os ventos, e as aguas, e elles obedecem?—*illi vero territi admirati sunt alius ad alium aientes: quisnam est iste, qui etiam ventis et aquæ imperat et obediunt ei?* A esquadra Ingleza, estando á vista, não vio nada disto; mas nisso mesmo he que consiste o milagre; e basta que o diga o Prior de Santos, e o confirme o Trombeta, para confundir a credulidade dos impios e infundir a convicção nos corações dos verdadeiros crentes, que he o que importa.

Entretanto, a Europa, e quasi toda a Nação Portugueza trata de embusteiros quem préga taes milagres, e de estúpidos quem nelles crê. Mas isto só prova em todo o mundo a ignorancia do presente seculo, e a perda daquella fé robusta, que tanto illustrou seus felizes habitantes, nos seculos de luzes que o tem precedido. Lon-

ge de nós o pensamento de lançar alguma sombra de ridiculo sobre cousas tão sérias e tão graves; porém a Europa menos escrupolosa do que nós a este respeito, não pode suster o riso, quando ouve fallar de taes milagres, ao mesmo tempo que crê n'outros portentos do Senhor Infante, que a nosso ver não são menos sobre naturaes. Por exemplo; nós não vemos maior prodigio em fazer acalmar hum tempestade com hum sorriso, do que com o mesmo sorriso levantar outra tempestade, ainda mais procellosa. Que fez S. A. a bordo da Fragata Perola? O milagre de fazer acalmar o mar agitado, e restituir a paz ao reino das pescadas. E que fez S. A. quando desembarcou em Portugal? O Reino he verdade que se achava algum tanto agitado, e he tambem verdade que para restituir-lhe a calma, e o socego não erão precisos milagres, nem portentos; justiça, honra, dignidade, e fiel desempenho de sagrados juramentos, sagradas promessas, e de sagrados deveres, era tudo quanto se precisava para dar a paz ao reino, e fazer a felicidade dos Portuguezes. Mas todo o grande mal procede da decidida vocação do Senhor Infante para os milagres, e a virtude habitual de os fazer, transvertendo a ordem natural das cousas. O certo he que, apenas chegado, olhando com agradavel sorriso para todo o Reino, o milagroso da Perola excitou em todo elle hum tormenta senão mais furiosa, ao menos semelhante á que virão os primeiros descobridores da India á vista do Cabo da Boa-Esperança; e os Portuguezes experimentão mais funestos males do que prognosticou Adamastor a Vasco da Gama. O Senhor Infante he hoje o Cabo tormentorio da Nação Portugueza; e em quanto ella não tiver montado

este Cabo, e o perder de vista, sempre será agitada por continuas e funestas tempestades.

E não haverá rasão bastante para perguntar agora, como perguntávão os Apostolos huns aos outros—; Quem he este que commanda aos fieis Portuguezes de se revoltarem contra o seu legitimo e generoso Rei—e elles se revoltarão—? quem he este que commanda aos Póvos livres de abandonarem seus direitos, sua dignidade e seus interesses para submetter-se ao ignominioso e pesado jugo do poder arbitrario d'hum tirano feroz—e elles obedecem?—Tudo isto he milagroso sem duvida; porque excede todas as forças da natureza; e oxalá que S. A. possuisse o dom de milagres a tal ponto, que podesse ressuscitar os mortos, e fazer esquecer os milagres que tem feito.

He a que pôde chegar o descaramento! Os perversos inimigos da hem entendida liberdade outorgada pela Carta Constitucional com que o Senhor D. ~~Pedro~~ felicitou os Portuguezes, não se contentarão dando em expectaculo a todo o Mundo hum Principe que induziraõ a perjurar; hum Principe que compeliaraõ a usurpar o Throno de Seo Augusto Irmão; querem ainda fazello irrisorio aos olhos de todos attribuindo-lhe milagres, que não existiraõ.

Concluiremos pois este artigo no presente numero, pois nos outros continuaremos com o que nos occorrer, transcrevendo hum artigo de hum opusculo, do qual o extrahimos, assim como outros com que temos enriquecido nossas reflexões.

„ *Jesuitas, e Absolutistas*, não ha remedio; volvei atrás no vosso caminho; pois huma grossa torrente de opiniaõ publica vos não permite, que leveis ávante esse vosso errado systema.

Os Goticos governos, que no Occidente da Europa succederaõ ao Imperio Romano, viveraõ já o que tinhaõ de viver. A natureza não prescreve lemites só á vida dos individuos, mas tambem á duração dos governos.

Se as republicas legislativas da Grecia foraõ engolidas pelas conquistas de Roma, Roma foi engolida pela invasão dos Barbaros do Norte, que plantaraõ no meio dia essas instituições do absolutismo, que tem durado athe hoje. Por tanto aconselhar aos Reis, que resistão á torrente da opiniaõ he aconselhar-lhes apenas hum systema paliativo, he demorar a luta, e retardar o exito. Seguir porém o systema do Imperador do Brasil he evitar a revolução pelo meio das reformas, e a subversão applicando os remedios adequados.

Quem são por tanto os verdadeiros amigos da ordem, os verdadeiros deffensores do *principio Monarchico*, e do esplendor das dinastias? São por ventura os que pertendem estabelecer o puro absolutismo, ou a sujeição absoluta do poder politico ao poder sacerdotal? Não certamente.... Os verdadeiros amigos da Monarchia são aquelles que não provocão as convulsões, recusando as reformas necessarias, e que zellão a gloria dos Soberanos indicando-lhes os meios de sempre serem justos, para sempre serem amados dos Póvos.

A esses exaltados Apostolos do absolutismo a melhor resposta que se pôde dar he a que deo Milton a Salmazio, escriptor allugado pelos Stuarths para fazer a apologia do poder absoluto. „ Se os Reis absolutos (lhe dizia elle) conhecessem bem os seus verdadeiros interesses, achariaõ, que couza nenhuma lhes he mais nociva do que essas adulações, e porisso, ah! Salmazio, a ninguém deviaõ elles aborrecer mais do que a ti

C

mesmo; pois em quanto exageras o absolutismo fazes sentir aos Povos o pezo de humã servidaõ, de que elles talvez não cogitavão. „ São tão eloquentes as palavras latinas de Milton, que aqui as transcrevemos, e as recomendamos aos Jesuiticos como texto digno de reflexão.

” *Magnam á Regibus inisse te gratiam def-*
 ” *fensione hac, putas, Salmazi, cum illi, si*
 ” *bona sua, remque suam ex veritate potius*
 ” *quam ex adulationibus yellent estimare nemi-*
 ” *nem te pejus odisse, neminem a se longius*
 ” *abigere, atque arcere debeant. Dum enim*
 ” *regiam potestatem in immensum extollas, ad-*
 ” *mones eadem operam omnes fere populos*
 ” *servitutis suæ nec opinatæ, eoque vehe-*
 ” *mentius impelles ut veterum illud quo se*
 ” *ese liberos somniabant repente excutiant:*

He o que se lê no Tom. 2.º pag. 266 da obra *Defensio populi Anglicani*, edicção de 1738.

Chegando a nosso poder o presente escripto dirigido ao—Publico—pelo Sr. Eleuterio da Silva Loppes Varella, o fizemos imprimir neste nosso N.º para no seguinte dizermos quatro palavras relativamente, que não ofenderão certamente o Sr. Eleuterio.

A O PUBLICO.

No Periodico—A Bandorra=N.º 18, que se publicou em 17 do corrente, a paginas seiscentas e sessenta e huma e seguinte, depois de huma exacta descripção das festas que se fizerão nesta Cidade,

no Fausto Dia 12 do corrente Anniversario dos annos de S. M. Imperial, acha-se escripto o seguinte— " Na noute deste Fausto Dia illuminarão suas casas espontaneamente / muitos Cidadãos, e no Theatro União se representou a peça—~~Milippe Augusto~~—e foi precedida por hum Elogio Dramatico. No annuncio deste Elogio se occultou o nome do A., dizendo-se apenas que o Author era pouco versado naquellas cousas, mas que se o Publico não só o desculpasse, porém ainda em cima mostrasse satisfação, continuaria a fazer Elogios.... Consta-nos que o referido Elogio tinha excellentes versos apanhados de certa obra, que fizera ao Sublime Objecto hum Illustre Cidadão, que está auzente e que se estivera presente, podia dizer como Virgilio.

Hos ego versiculos feci, tullit alter honores.

Rematando com o engraçado dizer— " Nós escrevemos isto por ~~tradicção~~ " — Quem fez aquelle annuncio ao Publico, foi o ~~Empresario~~ do Theatro, e como, por minha desgraça, eu he que o sou, segue-se que eu enganei ao Publico, e a verdade apparece no artigo de que trata a Bandurra; por isso declaro, que o meu annuncio he verdadeiro, e falso o que diz a Bandurra; por quanto, o ~~Author~~ daquelle Elogio, não he o illustre Cidadão, que está auzente, está nesta Cidade, afirmo que não he velho, mas principia a ser calvo; tem a honra de ser conhecido daquelle Redactor, e athe passa a maior parte do tempo em habitação muito perto á delle; não quer declarar o seu nome (bem contra minha vontade) com medo que lhe chamem—~~Poeta~~—.

c 2

O illustre Cidadão, que está ausente, e que poderia dizer como *Virgilio*—*Hos ego versiculos feci, tullit alter honores.*—a mim proprio me tem asseverado algumas pessoas, que he o Excellentissimo ex-Presidente desta Provincia, *Pedro Joze da Costa Barros*, quando eu sei, com toda a certeza, que aquelle Elogio, não tem hum só verso do Excellentissimo Sr. *Barros*.

Quando no Periodico—*Amigo do Homem*—andou hum *historeta* de *Praça de Almeida*, em que inerepavão o Redactor da *Bandurra*, de ter alli praticado certo facto, elle se defendeo com toda a inergia, e fez calar os seus calumniadores, promettendo premios a quem provasse o que tinham avançado a dizer; achei graça nisto, e o mesmo repito agora; dou os mesinos premios, ou maiores, a quem provar que aquelle Elogio tem hum só verso do Excellentissimo Sr. *Pedro Joze da Costa Barros*; por isso (seja-me permittido o grosseiro desafogo á palavra—*apanhados*, e ao tal verso de *Virgilio*) digo a todos os que transmitirão a tal noticia áquelle Redactor—mentem—mentem—mentem—e tornão a mentir quando o tornarem a dizer.

Custa-me a soffrer que se ponha, em papeis publicos, hum homem por mentiroso, sem terem hum certeza do que dizem, como agora se me fez na *Bandurra*; e neste lugar, podia pôr quatro versos, (já se sabe em Portuguez, porque o Author não pesca nada do Latim, nem tem conhecimento com aquelle tal Sr. *Virgilio*) que me deu o tal calvo Author do Elogio, e pôr lhe por baixo—Escrevo isto por tradição—já se sabe para dar a pedrada e esconder a mão, mas não o faço por não querer escandalisar, e por ser para mim hum pessoa de todo o respeito o Redactor da *Bandurra*.

Dei ao Publico a precisa satisfação de não ter mentido no meu aviso, e declaro que aquelle Elogio foi feito em Setembro de 1826, sobio á scena em Outubro do mesmo anno, repetio-se em Outubro de 1827 e em 12 do corrente foi representado com humma pequena mudança nos ultimos versos, precisos para a execução da scena final. O seu Author, he o mesmo do outro Elogio que se representou em 28 de Julho de 1827. anniversario da adherencia desta Cidade á Causa do Brasil, e que breve vai sobir á scena; he tambem o Author do Drama que se representou em 18 de Agosto de 1822, com o titulo—O Pasquim do Pulleirinho—e do arranjo das duas comedias—O Enredo Domestico—e a segundo parte do—Ministro Recto—a primeira representada em Janeiro de 1826, e a segunda em Julho do mesmo anno, e em Junho do corrente; elle me tem promettido fazer mais alguns Elogios para os dias de Grande-Galla; tudo quanto fôr composição, ou arranjo dramatico, daquelle meu amigo, o heide declarar nas noticias dos expetaculos, mesmo com a declaração—composição do calvo—afim de que os sugeitos que participarão ao Redactor da Bandurra, que os versos do Elogio, erão do illustre Cidadão que está auzente, estejam com olho bem alerta para depois decedirem se os versos são de Cidadão presente, ou Cidadão auzente.

Maranhão 18 de Outubro de 1828.

Eleutherio da Silva Lopes Varella.

EDITAL.

O Doutor Narcizo Joze de Almeida Guatimosim, Ouvidor Geral, Corregedor, e Provedor da Comarca do Maranhão, Super-intendente da Decima dos predios Urbanos da Freguezia de N. S. da Victoria desta Cidade, com alçada no Civel, e Crime &c.

Faço saber aos que o presente Edital virem, que me acho á bocca do Cofre com o Escrivão e Thesoureiro da mesma Decima para receber a do anno de 1827, e restos dos annos atrasados, que algumas pessoas esquecidas deste indispensavel dever, o não tem feito, tendo-se-lhe pedido muitas vezes: E por tanto, todas aquellas pessoas que dentro de 30 dias não vierem pagar a sobredita Decima de suas casas, serão irremissivelmente penhoradas, e correrá a execução seus termos, sem que já-~~is~~ fique por se cobrar, de hum anno para o outro. Quanto ás pessoas rebeldes que o não tem feito dos outros annos, como já se lhes tem pedido, immediatamente se proceda a penhora ás suas revelias the final embolço, sem que haja de se lhes esperar nem huma hora: E para que chegue á noticia de todos, e não possam allegar ignorancia, mandei lavrar o presente por mim assignado, e Sellado, que será publicado, e afixado na fôrma, e lugar do estillo.

Dado, e passado, nesta sobredita Cidade do Maranhão em 25 dias do mez de Outubro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Chisto de 1828. E eu Antonio Joaquim de Al-

681

A BANDURRA.

N.º 20. *722*

NOVEMBRO 15 DE 1828.



INDICE DAS MATERIAS.

	pag.		pag.
Reflexões.	685	<i>LISBOA.</i>	
Bondade absoluta das Leys.	688	Estado Maior General.	707
Bondade relativa das Leys.	689	Bando.	714
Objectos da Bondade relativa das Leis	691	Officio da Camara do Porto ao General em Chefe do	
usque.	703	Exercito	715
<i>MARANHAO.</i>		REAL GABINETE	716
Artigos d'Officio.	704	Avisos.	721

MARANHAO,

TYPOGRAPHIA NACIONAL.
1828.

182
A BANDURRA
257

*Legum denique ideo servi sumus, ut
liberi esse possimus:*

Cicero pro Cluentio.



O Decreto e Instrucções para as Eleições dos Senadores, Deputados, e Membros dos Conselhos Provinciaes, em hum folheto de 25 paginas, se vende em casa do Redactor deste Periodico, a 200 rs. cada exemplar.

A Bandurra N.º 21 sahirá á luz no dia 30 do corrente Novembro.

ERRATA.

Na pag. 693, na linh. 7.ª, em lugar das palavras=as fruiçãos=deve ler-se=as fricções.

AVISO.

Avisa Antonio Domingues de Azevedo, que no dia 28 do corrente pertende fazer em sua Caza na Praya-Grande Leilão de algumas fazendas, e Quinquilharias, Trastes de Caza, e Escravos ladinos, sendo alguns officiaes.

A BANDURRA.

N.º 20.

NOVEMBRO 15 DE 1828.

REFLEXÕES.

A Pag. 72 e seguintes de nosso n.º 2, e de pag. 103 por diante de nosso n.º 3 fallamos com largueza, e franqueza sobre Elleições. Lembra-mos a todos os honrados Brasileiros desta Pro-vincia que suas consciencias, guiadas por hum verdadeiro amor da sua Patria, e pelo conheci-mento de pessoas benemeritas, devião ser os au-thores que determinassem seus votos; a primeira qualidade dos que tem de ser elleitos deve ser huma reconhecida probidade, e depois as luzes, e conhecimentos proprios, e concernentes aos fins a que são mandados os Elleitos.

Nós recomendamos a nossos Leitores o que disseimos sobre objecto de tão alta monta em nos-sos numeros 2, 3, e 4, e agora perguntaremos,

Qual ha-de ser a tarefa desses Cidadãos, que devem ser elleitos para Deputados?

Fazer as Leys pelas quaes deve ser gover-nado o Imperio do Brasil.

E que he Ley?

Ley he o Direito escripto, ou o preceito, que obriga o Cidadão a conformar com elle suas

A 2

acções. He o que lêmos, e colligimos do que diz *Heinecio* 1.º, §§ 91, 92, e 107.

Mas a Legislação deve ter suas regras, assim como as tem todas as outras sciencias, a fim de que pela applicação destas regras se evitem os erros, que na Legislação são os mais crueis flagellos dos Povos.

A geometria, a pintura, a escultura, a architectura tem principios certos, seguros, e determinados, fora dos quaes senão póde mais achar exacta verdade: Huma perfeição arbitraria não he feita para o espirito do homem. Cada sciencia deve ter regras, e a medida que estas regras tem sido aperfeiçoadas, os conhecimentos humanos tem appressado sua marcha para o ponto da perfeição. A sciencia das Leys será pois exceptuada de hum principio tão constante, e tão universal? He o que diz, e o que pergunta *Filangieri* no Cap. 3.º do Livro 1.º da sua obra immortal *Scienza de la legislazione*.

Deve pois a vossa escolha para Deputados, oh Maranhenses, depois da primeira circumstancia, a probidade, recahir em Cidadãos que, tendo conhecimento dos preceitos, e regras certas, e seguras que são applicaveis para huma boa, e util construcção do melhor e mais proveitoso edeficio que se está erigindo no Imperio do Brasil, a sua Legislação, possam evitar, ou ao menos cometer os menos erros possiveis em huma sciencia, de que depende toda a ordem social, e em que cada erro póde ser mais perigoso, e prejudicial, que as mais terriveis calamidades fisicas.

A que multidão de males se não subtrahirão os homens, se em huma materia de interesse tão transcendente podessem conceber alguma desconfiança de si proprios.!

Elles applicarião então toda a circumspecção, de que fossem capazes para obter a maior perfeição possível em cousa de tanto melindro.

Nada he pois mais facil, diz o citado ~~Pi-~~ Flangieri, que cometer hum erro em legislação; mas nada ha mais fatal aos povos, e de que a correcção não seja da mais urgente necessidade. A perda de huma Provincia, e todos os máos successos de huma guerra são desgraças muitas vezes de pouca duração; hum só instante de prosperidade, huma victoria de hum dia pódem reparar perdas de muitos annos; mas hum erro de legislação he huma fonte inexgotavel de hum seculo de males, e sua influencia destructiva estende-se atbe aos seculos futuros.

Escolhei pois, oh Cidadãos, para Representantes desta Provincia na Augusta Assembléa Legislativa Deputados, que não só pelo assiduo, e profundo estudo do systema de Legislação actual, e pela applicação delle, e administração da Justiça estejam ao completo alcance de seus deffeitos, dos meios de emenda, e das necessidades dos povos, que procurão a ellas os remedios que o Direito lhes outorga.

Escolhei Deputados que conheção exactamente que o novo Systema de Legislação regulamentar, a que são chamados, e que lhes incumbe, não póde ser perfeito sem que vá em harmonia com as bases do Codigo fundamental do Imperio, e sem que neste novo systema se tome na mais alta, e escrupulosa consideração que as Leys são compriensivas não só de bondade absoluta, mas essencialmente de bondade relativa.

Como porem destes dois caracteres, que se devem verificar nas Leys, se derivão todas as regras geraes da sciencia da Legislação as dis-

B

tinguiremos, e desenvolveremos tanto quanto nos for possível, servindo-nos de guia o eximio Author, de que temos fallado.

BONDADE ABSOLUTA DAS LEYS.

Chama-se bondade absoluta das Leys as relações, que ellas têm com os principios da moral, que são communs a todos os homens, e proprios a todos os Governos, e a todos os climas.

As Leys, ou Direito da natureza encerra e comprehende todos estes principios geraes e immutaveis do justo e do injusto em todos os casos. O homem não ignora as Leys de sua especie, ellas são a expressão immutavel do principio de rasão universal, deste senso moral do coração que o Author da natureza gravou em todos os homens, e que a todos falla a mesma linguagem, e impõe as mesmas leys e preceitos. O Selvagem sabe, como o Filosofo, que o animal morto na caça he só propriedade daquelle que o matou. O Selvagem sabe, como o Filosofo, que só a necessidade absoluta de deffesa natural he que póde dar-lhe algum direito sobre a vida de outro homem. Eis aqui o principio da moral, o direito da natureza, e o primeiro principio das Leys, e as relações das Leys, com este primeiro principio estabelece a sua bondade absoluta.

Quanto teriaõ sido os homens felices se todos os Legisladores tivessem seguido constantemente esta guia certa, e segura! porem desgraçadamente para o genero humano, della tem divergido ainda aquelles mesmos, que ao menos em apparencia tem tido mais philosophia, e humanidade.

He verdade que o homem, quando vem ao mundo, traz apenas consigo hum germen de virtude, e jámais se dirá que elle nasce virtuoso. Elle só chega a este estado sublime, depois de se ter estudado a si proprio; depois de ter conhecido seus deveres; depois de ter contrahido o habito de os desempenhar. A sciencia, que leva o homem a este alto gráu de perfeição, chama-se moral; ou antes a regra das acções, ou ainda melhor a arte da virtude.

Naõ he porém nas relações das Leys com estes differentes grãos ou estado moral do homem que consiste a bondade absoluta das Leys; he sim nas relações com esse germen, com esses principios de moral universal, que, como já dicemos, são communs a todos os homens, a todos os Governos, a todos os climas.

Cidadaõs Maranhenses, já vedes quaes devem ser os homens que vos representarão dignamente; já vedes quaes devem ser suas luzes, e conhecimentos; em fim já vedes quem devem ser vossos Deputados.

Naõ devem porem limitar-se tão sómente seus conhecimentos ao que deixamos dito; elles devem tambem saber que na construcção das Leys para serem perfeitas deve entrar em consideração sua bondade relativa. He o que segue:

BONDAD E RELATIVA DAS LEYS.

Nas obras da arte a imperfeição das partes faz a imperfeição do todo, e he deste modo que a diversidade de caracteres, e do genio dos homens, sua inconstancia, e a inquietação de seu espirito se communicão ao Corpo politico.

Os differentes governos tem differentes prin-

cípios de acção; os costumes de hum seculo não são pela maior parte os do seculo antecedente, nem serão talvez os do seculo subsequente; varião os interesres dos povos com as gerações, e póde tornar-se perigoso aquillo mesmo, que era util em differentes circumstancias.

Huma questão pois nasce naturalmente destes principios, e o mesmo sabio Author a propõe.

Devem pois as Leys seguir a inconstancia dos Corpos politicos? A historia dos governos, principalmente desses governos antigos, que tanto florescerão, resolvem a questão.

Tomemos por exemplo Sparta, e Athenas, e seus Legisladores Licurgo, e Solon.

O primeiro, Licurgo, proscree de Sparta as riquezas, faz desaparecer o ouro, e a prata, prohibe o commercio; dirige a ordem das successões, esforça-se para estabelecer a igualdade das condições, destroe a propriedade, o luxo he banido, e os Cidadãos não podem entregar-se mais que a exercicios corporaes, de que se siga augmento de forças fisicas, e a arte da guerra.

Com huma Legislação sobre estes principios o Governo de Sparta subsiste por mais de seis seculos, e faz a admiração do universo por este longo espaço de tempo.

O segundo, Solon, legisla ao mesmo tempo para outros povos, vizinhos do primeiro, mas de hum modo de pensar absolutamente differente. As Leys, que promulga, protegem o commercio, vivificão as artes, animão a agricultura, promovem o trabalho, e fazem que de todas as partes venhão riquezas, e talentos; e vendo que a esterilidade do terreno se oppõe a seus esforços, elle vence estas difficuldades pela industria; deu

outras providencias legislativas, e todas em opposição ás de Licurgo, pelas quaes se regia hum povo apenas distante algumas legoas. Com esta Legislação Athenas foi rica, feliz, e poderosa.

Como pois succedeo isto com legislações diametralmente oppostas? A resposta he facil. Sparta não podia ter outras Leys, que as de Licurgo; e Athenas não lhe convinhão outras que as de Solon; os effeitos forão identicos, apezar da differença das causas, porque cada huma destas legislações era conforme ao estado do povo que as recebia, e esta conformidade, esta *relação das Leys com o estado da Nação que as recebe*, he o que se chama *bondade relativa*.

Mas esta bondade relativa das Leys tem diferentes objectos, que devem ser conhecidos aos que forem escolhidos para Deputados; e vem a ser,

1.º Objecto da bondade relativa das Leys—
A natureza do Governo—

2.º O principio que faz obrar o Cidadão em os diferentes Governos.

3.º O genio, e o character dos Póvos para os quaes se legisla.

4.º O clima.

5.º A fertilidade, ou esterilidade do terreno.

6.º A situação local, e a extensão do Paiz.

7.º A Religião do Estado.

8.º O Estado, ou a madurez de hum Povo.

1.º *Objecto da bondade relativa das Leys.*

Natureza do Governo.

Prescinderemos das formas de Governo puramente constituidas; queremos dizer da Monarchia, da Aristocracia, e da Democracia, pois que

felizmente para o Brasil, elle não he regido por algum destes Governos considerado em separado; mas sim por hum Governo Monarchico Constitucional.

Este Governo Monarchico Constitucional he o unico, que convem a este vasto Imperio, e he muito facil mostrar seus elementos fundamentaes, que são em excesso simples, e se reduzem a quatro: convem a saber: Realza: Huma Camara Alta: Huma Camara de Representantes: e hum Ministerio responsavel.

Se cada huma destas grandes mollas concorre devidamente para o jogo da maquina Constitucional, desta forma de Governo derivarão naturalmente todas as instituições secundarias, que são da sua essencia.

Para estabelecer a segurança da inviolabilidade do Poder Monarchico, e a responsabilidade do Ministerio, he de necessidade absoluta que o Poder Monarchico seja exactamente separado da acção ministerial; que a Camara dos Senadores seja assaz privilegiada, e estabelecida de sorte que o principio aristocratico se não confunda com o principio democratico; que a Camara dos Representantes tenha adhesão ao paiz por via de propriedade, que goze do poder que deve dar-lhe, e ser o resultado de huma popularidade legitima; mas que de huma parte se evite quanto for possivel a usurpação de huma preponderancia perigosa; e que da outra a restricção da elegibilidade a appresente inaccessible á demagogia, ou facções populares; que o Ministerio sahindo, quando for possivel sahir, da maioria das Camaras, que são o Orgão natural da opinião pública, seja no maior rigor responsavel á Nação, com o qual elle deve marchar;

que nunca as Camaras (dos Senadores, e Deputados) sejam subordinadas ao Ministerio; dado isto assim, se obterá, não o bello ideal, mas o bom verdadeiro, e effectivo do Governo Monarchico Constitucional.

Desta divisão organica seguir-se-ha que ficando o Poder Soberano inacessivel as fruições, e compressões, que os outros Poderes devem reciproca, e necessariamente produzir huns sobre os outros, exercera sobre elles toda a salutar prerogativa de os fazer sobrestar, quando perderem e se desviarem da direcção propria a leva-los ao desempenho de seus deveres; ou esta prerogativa se exercite dissolvendo as Camaras que se desviarem, ou ultrapassarem o circulo de suas attribuições, ou em mudando hum Ministerio, que marcha e dirige suas operações em sentido contrario á opinião publica.

Ora he claro, que todos estes differentes processos que emanão da natureza do Governo devem ter leys, que os regulem, e estas, para serem boas, devem corresponder á natureza do Governo e sempre em harmonia com sua organisação; esta correspondencia, e esta harmonia he que estabelecem a bondade relativa das Leys com o seu primeiro objecto=*Natureza do Governo.*=

2.º OBJECTO DA BONDADÉ RELATIVA DAS LEYS.

O principio que faz obrar o Cidadão em os differentes Governos.

Para maior clareza, e não se confundir, natureza do Governo, com o principio do governo, faremos huma distincção.

Natureza do Governo he aquillo que faz, que o Governo seja tal qual he.

Principio do Governo he aquillo que o faz obrar. Aquella he sua estrutura, e organisação particular; e este consiste nas paixões humanas que o põe em movimento. He a distincção que faz *Montesquieu no Cap. 1.º do Liv. 3.º*

São tres os Governos conhecidos, a saber: Monarchia, Aristocracia, e Democracia. Não fallaremos do Despotismo, ao qual não conhecemos forma constitutiva alem da vontade, e caprichos do Despota.

O mesmo Montesquieu estabelece a—Honra—como principio da Monarchia. Huma virtude austera; huma virtude pela qual o Cidadão renuncie seus mais caros interesses, e faça o sacrificio de si mesmo, he o principio da Democracia: destas virtudes no gráu em que as praticarão os Catões, os Brutos, e os Regulos, apenas hoje ouvimos fallar. Em huma virtude porrem, sem a austeridade democratica, faz o citado Montesquieu consistir o principio do Governo Aristocratico. Lembramos que aqui não fallamos das virtudes theologicas, porém sim das civicas.

Ora, o Governo-Monarchico-Representativo, qual o deste Imperio do Brasil, em sua organisação participa das formas daquelles Governos, e por isso em tal Governo o principio motor das acções do Cidadão he a virtude e a honra.

Segue-se pois que as Leys devem hir de accordo com este principio motôr, honra, e virtude; e existindo nellas relações com taes principios, se verificará a bondade relativa das Leys com este segundo objecto, que he o que se queria demonstrar.

3.º OBJECTO DA RELAÇÃO DAS LEYS.

O genio e o character dos Póvos.

Em dois pontos de vista deve ser tomado o genio, e character dos Póvos; ou relativamente a este espirito geral que em todas as idades anima a maior parte das nações; ou o character proprio de hum Povo em particular, para o qual se legisla.

De qualquer modo que se antolhe este objecto, elle tem huma grande influencia no Systema Legislativo.

A inconstancia he a partilha sem duvida da especie humana, o que se manifesta athe no espirito dominante das Nações, nas diversas épocas de sua existencia. O tempo produz no character moral, e politico dos Póvos as mesmas mudanças que em seu fisico. São verdades de experiencia diaria, e que devem ter lugar na consideração dos Legisladores.

Quanto ao character particular do Povo, para que nossos Deputados tem de legislar, elle he bem conhecido. O Brasileiro he valoroso; sem recorrermos aos factos heroicos do seculo 17 temos para provar esta verdade factos recentes. O Brasileiro he magnanimo, hospitaleiro, e dotado de virtudes civicas, e moraes; tem huma tendencia marcada para a liberdade; não se póde ainda dizer que seja inventor; mas, dado o exemplo, he facil, e habil para imitar, e mesmo aperfeiçoar.

Devem pois os Deputados, que forem ellegidos, ser conhecedores destas qualidades, que formão o character do Povo Brasileiro, para armonisarem as disposições das Lays, que vão fazer

c

com estas mesmas qualidades, e he deste modo que as Leys terão bondade relativa com este 3.º objecto.

A.º OBJECTO DA BONDAD E RELATIVA DAS LEYS.

O Clima.

Não foi aquelle que mereceo ser chamado o Legislador do genero humano, o grande Montesquieu o, primeiro que tractou da influencia dos climas no character dos Povos, e da relação que devem ter as Leys com a natureza do clima. Muitos outros tratarão, seculos antes, desta materia.

Hipocrates foi o primeiro em sua obra do Ar—, das agoas, e dos lugares. Polibio, Charadin, explicado e sustentado pelo Abbade Dubos, e Fontenelle; Bodin, conhecendo a influencia do clima no character dos Povos, dizia que os Povos do Norte devião ser governados pela força e pelas armas; os do Sul pela Religião, respeito, e temor da Divindade; e os outros pela justiça, e imperio da razão.

Deixando pois o muito que Montesquieu diz sobre este objecto, admittiremos a idéa geral que nos dá a este respeito no Cap. 1.º do Liv. 14 do Espirito das Leys. Se he verdade que o character do Espirito e as paixões do coração sejam extremamente differentes em os diversos climas, as leys devem ser relativas á differença destas paixões, e á differença destes characteres.

Não he hypothese esta influencia, he realidade, e por isso as Leys serão boas relativamente a este objecto se forem feitas tomando-se em

consideração a influencia do clima, o que deve tambem entrar nos conhecimentos dos Srs. Deputados.

5.º *OBJECTO DA BONDADÉ RELATIVA DAS LEYS.*

A fertilidade do terreno.

Seguiremos Filangieri; pois què nada sabemos dizer melhor do que elle disse a este respeito.

As terras, consideradas relativamente á sua fertilidade, ou á sua esterilidade, são divisíveis em tres classes. 1.ª As terras de que a producção não exige grandes esforços de trabalho; 2.ª Aquellas que produzem sómente á proporção da industria do cultivador. 3.ª Aquellas de que a esterilidade he invencivel, que resistem a toda a sorte de trabalho, e que em vão são banhadas pelo suor do lavrador. He debaixo destes differentes aspectos, que o legislador deve considerar a territorio de sua Nação.

No primeiro caso as Leys devem ser formadas de sorte que animem as artes, e as manufacturas; pois que attendida a fertilidade do terreno sobejáráo braços para a excitar, e recolher fructos produzidos como espontaneos.

No segundo caso he claro que a natureza do terreno exige hum grande numero de cultivadores attenta sua esterilidade, e se as Leis não prevenirem este mal animando a agricultura e deixarem huma applicação indiscreta para as artes, e manufacturas, este aumento de artistas, e manufactureiros roubará os braços que devem tirar o possivel partido de huma terra menos grata, e que só produz em proporção dos braços que a trabalhão.

No terceiro caso; isto quando a terra por sua esterilidade se nega absolutamente a compensar os trabalhos do homem, devem as leis dar direcção á actividade do Cidadão para a Industria, e o Commercio.

Não deve pois a natureza do terreno ser huma couza indifferente, quando se tracta de fazer, e dar leis a huma Nação, e só caminhando as Leis a par desta circumstancia he que serão boas relativamente a este objecto.

6.º OBJECTO DA BONDAD E RELATIVA DAS LEYS.

Situação local, e extensão do Paiz.

Sendo certo que a extensão, e situação do paiz influe necessariamente sobre o genero de industria do povo, que o habita; devem, estas conzas influir tambem sobre o systema de legislação que lhe he conveniente.

Supponha-se que huma Nação he situada ás margens do mar, com bons portos, e boas communicações interiores. Que esta Nação he circundada de outras sem manufacturas, e sem artes e porisso compelidas a valer-se dos productos de sua industria. Eis-aqui circumstancias que devem animar esta Nação a ser manufactureira e commerciante.

O Imperio do Brasil por sua situação, extensão, e fertilidade e riquezas naturaes abraça, e comprehende tudo aquillo com que a natureza favoreceo em detalhe os outros povos do mundo; não póde com tudo negar-se o atrazo de industria, e falta de meios actualmente para o desenvolvimento destas riquezas naturaes, e he porisso que as Leys, para terem bondade relativa a este

objecto, sejam feitas de modo que possam prosperar estas vistas da natureza, o que não deve ser estranho aos constructores das Leys.

7.º OBJECTO DA BONDADE RELATIVA DAS LEYS.

Religião do Estado.

A Religião do Brasil he huma Religião divina; seos preceitos conformes em tudo aos preceitos da moral mais pura, fortificação os laços da sociedade, e sustentaõ a ordem publica. Quando felizmente as Nações tem huma tão sublime Religião, não ha mais que fazer da parte da Legislação que defendella da incredulidade, e da Superstição; conservalla em sua pureza, pois esta pôde ser alterada não só pelos seos inimigos, mais ainda por ministros de poucas luzes.

Devem pois os legisladores estarem possuidos destas verdades, isto he da sublimade, e verdade da Religião do Estado para conhecerem que só tem a fazer leys de protecção, para a garantir de insultos, e leys de correcção para evitar os abusos, e fazendo assim as Leys, estas terãõ a devida bondade relativa com a Religião do Estado.

8.º OBJECTO DA BONDADE RELATIVA DAS LEYS.

Estado de civilisação, ou madureza de hum Povo.

Filangieri nos diz que todos os Póvos tem sua infancia; sua idade de vigôr, e seu estado de madureza.

A ligeireza das primeiras idades das Nações he transcendente a suas instituições; mas logo

que huma especie de exaltação annuncia sua mocidade, então as Nações, apparecem em todo o seu vigor. He neste estado que as Nações se dão á industria que as enriquece, ou as perde; ás conquistas que as engrandecem, ou as destroem. Eis chega a época da madureza das Nações.

As Leys devem hir de accordo com esta gradação de estados athe ao de madureza, e he quando a Nação chega a este ponto que se deve dar estabilidade á Legislação, refundindo aquella athe alli promulgada.

Todas estas differenças devem ser familiares aos constructores das Leys, isto he aos Deputados que devem ser nomeados para a Assembléa Legislativa.

Mas o Brasil está-se governando na maioria de sua legislação por huma que adoptou pela Carta de Ley de 20 de Outubro de 1823, feita para hum paiz de outras producções, para hum paiz de outro clima, e de outra extensaõ. Huma legislação que para aquelle mesmo paiz para que foi feita, está recamada de defeitos, e de vicios, que deraõ motivo a huma multidão de Leys subsequentes de que resulta hum verdadeiro cháos.

Devem ser pois tambem familiares aos legisladores os defeitos, os vicios, as imperfeições, e as perfeições; em fim o bem e o mal da Legislação que existe para desprezarem o máo, e a proveitarem o bom.

A confusão originada pela multiplicidade das Leys tem sido huma molestia endemica de todas as legislações.

Tacito, fallando em seos Annaes das Leys das 12 Taboas disse=Que aquelle monumento

respeitavel, regra do Direito, e fonte da Justiça tinha desaparecido em fim pelo numero, e variedade de novas leys, que no fim de cinco seculos se tornarão hum mal mais insuportavel, que os vicios dos Cidadãos.

Vogou por seculos, e ainda, em parte voga a legislação Romana ou como assento de legislação subsequente, ou por si mesma.

Mas esta legislação foi creáda por hum povo livre, e depois escravo; ella foi depois recolhida por Jurisconsultos mal intencionados, e perversos, em tempo de hum Principe, que graves Escrip-tores chamão estúpido, forão confundidas estas Leys com huma multidão immensa de Leys particulares, e contradictorias a disposições geraes; confundidas com decizoes de Tribunaes que as illudem; misturadas de tantos uzos, e costumes barbaros, que por sua introduccão, nos paizes a que chegarão as aguias de Roma, geráráo nelles a estúpida ferocidade da anarchia feudal.

Desgraçadamente muitas destas Leys tão defeituosos serviraõ de base a essa compilação denominada=Ordenações do Reino=que no Imperio do Brasil se adoptou, e que ainda em grande parte nos rege. He hum Codigo de privilegios, e de sangue, que na verdade parece hir de encontro com a legislação propria a hum grande, e riquissimo Paiz, e que tem hum Governo tão differente daquelle, para quem se fez aquelle Codigo.

Nós o respeitamos, pois que sendo adoptado pela citada Ley de 20 de Outubro de 1823, ficou sendo Legislação do Imperio; mas não podemos subtrahir-nos a estas reflexões. Ellas não dizem em substancia mais do que diz o Jurisconsulto Mello Freire na Historia do Direito civil §. 92=Que o Codigo Philipino (são as Or-

denações do Reino) contêm muitos defeitos, e máculas; que nella não se observa a antiga magestade da jurisprudencia patria, e que não duvidava julgá-lo como superfluo, e inutil. Transcreveremos suas palavras.

- ” *Plures igitur Philipinus Codex navos continet:*
 ” *neque ubique pristinam Patriæ Jurisprudentiæ*
 ” *magestatem observat; itaque parum abest quin*
 ” *eum pro supervacaneo, ac pene inutili habeámus.*

O que confirma o mesmo sabio Jurisconsulto em a notta ao sobredito §. 92 quando diz; *Philipus longius, latiusque produxit, et venerandam illius faciem tot repetitis de novo vulneribus deformavit.*

Mais como podia esta compilação ser boa sendo feita debaixo da influencia Jesuitica. He o que se vê na Carta de Ley de 25 de Janeiro de 1775—ibi—*Os nocivos maquinadores da intempestiva, e superflua Compilação publicada no anno de 1603.* He além disto aquella Compilação recamada de antinomias, como se observa no L.^o 1.^o tit. 9 § 13, e tit. 40 no principio, que pugna com o L.^o 2.^o tit. 1.^o §. 7.^o; o Livro 2.^o tit. 1. §. 5.^o com o §. 6.^o; o tit. 1.^o §. 13 com o tit. 8.^o; o §. 5.^o com o tit. 9 §. 3.; o Livro 3.^o tit. pr. com o Regimento do Desembargo do Paço. §. 13; e outros muitos.

Não podemos tambem deixar de dizer que as Estravagantes publicadas depois daquella compilação tem chegado a hum estado tal de multiplicidade, que não póde deixar de ser prejudicial á boa administração da justiça.

He claro que aquelles, a quem incumbe a construcção do Edificio legislativo, não devem ser

estrangeiros nesse paiz coberto de intrincados laberinthos, para que não succeda ficarem perdidos em outros, quando pertendem fugir daquelles.

Já vedes pois, oh Maranhenses, sobre que homens deve recahir vossa escolha para Deputados, pois que elles vão ser os vossos legisladores.

Mas não sendo as Eleições directas, se vê que a elleição dos Deputados depende dos Eleitores, e estes das Eleições das Assembléas Parochiaes.

He pois nestas primeiras eleições que deve haver o mais escrupuloso cuidado, porque dellas depende primordialmente o bom acerto da escolha. Devem ser escolhidos para Eleitores homens de reconhecida, e illibada probidade, que estejam nas circumstancias da Ley, que pelo seu estado, situação, e transacções na vida civil possam estar ao alcance dos merecimentos daquelles, que são dignos de serem ellegidos para Deputados.

Os Sñrs. ~~Presidentes das Mezas Eleitoraes,~~ de accôrdo com os Sñrs. ~~Reverendos Parochos~~ devem ser muito vigilantes sobre as circumstancias dos votantes; ter em vista as Instrucções que baixaraõ com o Decreto de 26 de Março de 1824, e a Constituição do Imperio nos artigos relativos, principalmente nas excepções para a votação; bem como os numeros 1.º e 5.º do §. 7.º das Instrucções. No 1.º se excluem os Menores de 25 annos; e no 5.º os que não tiverem cem mil réis de renda liquida, o que vai de accordo com os artigos 91, e 92 da Constituição do Imperio. Os comprehendidos no §. 1.º do art. 7.º isto he os menores de 25 annos, e os do §. 5.º são perigosos; por serem de facil convenção, e mais aptos para suborno, aquelles em rasaõ da volubildade que resulta da pouca idade, e os

D

outros por falta de meios. Feitas pois justas, e legaes exclusões, se diminuirá a massa dos votantes a despeito da Ley.

M A R A N H A Õ.

ARTIGOS D'OFFICIO.

Tendo chegado as fontes d'esta Cidade a hum estado bem improprio, daquelle que hum objecto de tanta importancia merece a beneficio do publico, por isso, em quanto não he possivel darem-se mais proficuas providencias a similhante respeito, o Presidente da Provincia ordena que o Tenente Engenheiro ~~Joze Joaquim Rodrigues Lopes~~, tome a seu cargo vigiar sobre o asseio das fontes d'esta Cidade, fazendo que os aqueductos, daquellas que os tem, se achem sempre perfeitamente limpos; que aquellas, que forem protegidas de arvoredos, como a fonte das pedras, se conserve este no melhor estado possivel, e que os lugares do serviço publico das mesmas fontes se achem sempre francos, e com todo o dezenxovalho, não consentindo, especialmente de dia, que alguem se banhe indecentemente em taes lugares. Alem disto, logo que venha no conhecimento que pelas visinhanças das nascentes se abrem poços, que as possam sangrar, com detrimento da utilidade publica, dará immediatamente parte ao Governo para tomar em consideração taõ importante objecto. Ficão dadas as precisas ordens ao ~~Commandante dos Calcetas~~, para pôr á disposição deste serviço os que se fizerem necessarios.

Palacio do Governo do Maranhão, em 31 de Outubro de 1828. ~~Pinto~~, Presidente.

Tendo consideração á utilidade publica com aquella efficacia que lhe he devida, mui principalmente da parte das authoridades que pelo seu cargo devem ser as primeiras guardas da Ley em beneficio dos povos, e tendo vindo no conhecimento da falta de desempenho, e pontual execuçaõ, que ~~Manoel~~ ~~Joze~~ de ~~Medeiros~~ tem tido a respeito das condiçoẽs de hum terreno, que lhe foi concedido no lugar desta Cidade chamado o Igarapé do Padre ~~Roque~~, onde havia de longos tempos huma Fonte de que o Povo plenamente se servia, e cujo terreno o dito Medeiros mandou cercar comprehendendo as aguas, sem respeito á importancia do objecto, deitando apenas para a rua huma mui diminuta quantidade d'agua, com detrimento do bem publico, tendo-se passado mais de tres annos sem satisfazer as precisas clauzulas com desprezo das Leys do Imperio, e da correspondencia á concessaõ a elle feita, a qual seja explicita, ou implicitamente, sobre as mesmas Leys, só póde ser fundada mui especialmente quando diz respeito aos usos publicos como he o das aguas, objecto da maior necessidade; tendo visto, que o mesmo Medeiros tem feito arranjos subterraneos de modo que poderá sangrar, e extraviar a mesma agua, deixando para o Publico taõ sómente a que quizer a seu arbitrio, quando pelo contrario aquelle individuo deveria taõ sómente gozar das sobras; tendo em fim visto que dirigio a cerca em toda a extensaõ absorvendo o terreno athe ao alinhamento da rua, deitando essa pouca agua que lhe parece para o espaço da mesma rua, tudo em despeito do primeiro, e mais principal objecto em semelhante assumpto, qual he a utilidade publica: á vista pois de tudo o que fica expellido com-

binado com a informação da Câmara desta Cidade, incluindo a do Engenheiro, que assistio á ultima vistoria, o Presidente ordena 1.º Que a Câmara desta Cidade ouvindo ao Official Engenheiro, que foi á vistoria, faça immediatamente, marcar hum sufficiente rescalto ou reintrante no dito terreno para que aqueda da agua e mais externos da Fonte, fiquem sem cativar o espaço da rua. 2.º Que além da pequena Pia, ou Bacia, da queda d'agua deverá haver hum tanque de cada lado; a saber hum para beber o gado, e outro para lavagem. 3.º Que a condução subterranea das aguas deverá ser de módo, que o tal Medeiros as não possa sangrar, ou destrahir á sua vontade, para o que se tem predisposto astuciosamente por meio de aqueductos cheios de pedra; cujo nivellamento se não pôde sondar: aquelle encanamento deve ser de modo que se possa facilmente observar, e limpar, e que o dito Medeiros, e quem lhe succeder, possa taõ sómente receber o resto das aguas que ficarem do Publico, pois sendo de longo tempo similhante agua do uzo geral, não se pôde de fórma alguma dar a qualquer particular: a Câmara fará além disto as propostas que julgar mais convenientes. A Câmara deve ficar na intelligencia que este objecto he assaz claro; que se tem illudido escandalosamente por muito tempo; que a Augusta Representação Nacional, pelas sabias Leys novamente publicadas, bem tem manifestado á Nação, que tanto tem em vistas a escrupuloza execução da Ley como a elliminação d'essa chicana, filha da odioza trapassa. A Câmara deve ficar na intelligencia que huma vez não satisfeitas pontualmente as indispensaveis condições, nos tratos de similhante natureza, as suas concessões devem

ser porisso julgadas infalivelmente nullas, como solicitou o mesmo Medeiros, a respeito de hum d'esses terrenos que alli pedio, e que estava dado a outro. A Camara deve considerar que aquelle homem accuza a mesma Camara dizendo que por ella lhe não ter fexado o lugar he que não tem cumprido da sua parte. Entre tanto a População mais necessitada d'aquelle contorno tem estado sentindo huma pezada falta pela dificuldade, e escacez d'agua, o que já não admite mais delonga. A Camara deverá proceder sem perda de tempo á devida execuçaõ, e no caso de ommissão ou repugnancia do tal Medeiros, me dara immediatamente parte para fazer vingar o que justamente he de direito, em hnm objecto de tanta e tão recommendavel consideração: assim o cumpra.

Palacio do Governo do Maranhão em 6 de Novembro de 1828.

Pinto, Presidente.

L I S B O A.

ESTADO MAIOR GENERAL.

Illustrissimo e Excellentissimo Sñr.==

A's 5 horas da manhã do dia de hoje recebi huma participação vocal da parte do Consul de Sua Santidade no Porto, de que os rebeldes tinham deixado a posição de Santo Ovidio em a noute passada, e retirado para o Porto começando a mover-se ás 10 horas, e estando no Porto ás 2—Em consequencia fiz marchar a Guarda

avanzada para os Carvalhos, sustida pelo Regimento N.º 8 de Infantaria, e por mais alguma Cavallaria além daquellea que constitua a mesma Guarda avanzada; e logo que esta força occupe a posição de Santo Ovidio, immediatamente marchar com toda a Divisão do meu commando á qual já está junta a Brigada de 4 e 7, a occupar todas as posições da margem esquerda do Douro em frente do Porto.—Não só pelo que deixo dito, mas pelo objecto do Officio junto por cópia do Sñr. General Visconde do Pezo da Regoa, que recebi esta noute. V. Ex.ª com a Divisão do seu Commando deve avançar sobre a mesma margem esquerda do Douro, ficando na minha direita, e em communicação comigo, occupando a sua direita Carvoeiro, e alli ordenar todas as disposições para que immediatamente que receber participação minha, de que, em razão das posições que occupar a Divisão da Vanguarda, V. Ex.ª possa e deva passar o Douro com a 3.ª Divisão do seu Commando, effectuar a passagem, e ir cooperar com a 4.ª Divisão do Commando do Sñr. Visconde do Pezo da Regoa, pela estrada que vai de Valongo sobre o Porto, ao mesmo tempo, que eu farei os esforços possiveis para passar aquelle rio em Quebrantoës, ou Avintes, com parte das minhas forças, para cujo fim V. Ex.ª ordenará ás embarcações de que se servir para a sua passagem, que ellas fiquem guardadas, e dispostas a descer o rio pela margem esquerda áquelle sitio para a dita passagem. —Previno a V. Ex.ª que este Officio he remetido por cópia ao Sñr. General Commandante da 4.ª Divisão Visconde do Pezo da Rega, com quem V. Ex.ª se entenderá afim de proteger a sua passagem quando a verificar.—Estas idéas

verificadas em tempo, e com a regularidade necessária nos darão a posse do Porto, mais promptamente, sem maior effusão de sangue, e tornaremos util e effectiva a força da 4.ª Divisão. Deos Guarde a V. Ex.ª Quartel General em Grijó, 3 de Julho 1828.=(Assiguado) *Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Povoa*, Marechal de Campo Commandante da Divisão da Vanguarda do Exercito.=Ilm.º e Exm.º Sñr. Visconde de S. João da Pesqueira.=Está conforme.=Brão de Beduido, Major Quartel-Mestre General da Divisão.

Está conforme. Quartel General no Paço d'Ajuda, em 6 de Julho de 1828.—*Marquez de Tan-eos*, Adjudante General.

Illustrissimo e Excellentissimo Sñr.—

Accuso recebido o Officio de V. Ex.ª de 30 do mez passado, datado em Oliveira d'Azemeis communicando-me os felizes resultados das operações da Divisão da Vanguarda do Exercito, que tem a honra de ser Commandada por V. Ex.ª, por cujo motivo felicito a V. Ex.ª, por esta occasião. Não será estranha a V. Ex.ª a falta de meios, e desorganização em que estava a Provincia de Tras-os-Montes quando apenas tinha fiel, e obediente a Sua Magestade El-Rey o Senhor D. Miguel, o Regimento de Infantaria N.º 12, e que depois dos maiores trabalhos, e desvelos que me tem sido preciso empregar, bem como os Sñrs. Generaes das Provincias do Minho e Porto, he que podemos conseguir o resultado da acção contra o inimigo em Penafiel no dia 10, e a organização desta pequena Divi-

são denominada a 4.^a do Exercito, achando me com ella hoje reunida em marcha para Priecinunda para ameaçar o Porto como me fôr possível, em attenção ás pequenas forças que tenho para facilitar as operações de V. Ex.^a sobre o inimigo; porém não posso de maneira alguma adiantar-me das alturas de Valongo, porque estando as Tropas Constitucionaes concentradas na Cidade do Porto, com a ponte levantada, podem facilmente destacar toda a sua Cavallaria, e huma grande força sobre mim para destroçar-me. Permitta-me V. Ex.^a que eu lhe lembre, que depois de assentes as Baterias em Villa Nova, e guardada a esquerda do Douro, seria muito conveniente que passassem para este lado em Avintes, ou em outra qualquer parte, huma ou duas Divisões, para carregarmos o Porto, porque estou persuadido que naquellas circumstancias he esta operação, que melhor convem á quem do Douro. — Deos Guarde a V. Ex.^a Quartel General em o Torão, 2 de Julho de 1828. — Illm.^o e Exm.^o Sñr. Alvaro Xavier das Povoas. — Visconde do Pezo da Regoa, Tenente General Commandante da 4.^a Divisão. — Está conforme. — Barão de Beduido, Major Quartel Mestre General da Divisão. — Está conforme. — Quartel General no Paço d'Ajuda, em 6 de Julho de 1828. — Marquez de Tancos, Ajudante General.

Illustrissimo e Excellentissimo Sñr. —

Depois da minha correspondencia do 1.^o de Julho do corrente, tenho a participar a V. Ex.^a, para o levar á Presença d'El-Rey o Senhor D.

Miguel 1, o seguinte. No dia 2 do corrente marchou a Divisão da vanguarda, seguida pela 3.^a Divisão, de Oliveira de Azemeis, até Souto Redondo, porque alli se devia separar a 3.^a Divisão, para fazer pela nossa direita hum movimento sobre o flanco esquerdo dos rebeldes, que se suppunhão occupando Grijó, e ao mesmo tempo marchava, vindo de Aveiro por Ovar o Regimento de Cavallaria N.º 8, que tinha ordem de marchar de Ovar para a Villa da Feira, afim de flanquear a direita dos rebeldes em Grijó. — Em Souto Redondo fizeram alto as Divisões da vanguarda, e 3.^a até se reconhecer se os rebeldes occupavão ou não ainda Grijó, e logo que foi reconhecido que tinham largado aquella posição, e occupado a posição de Santo Ovidio, mais forte que a de Grijó, porém que podia igualmente ser flanqueada pela direita, e pela esquerda, fui com a Divisão da vanguarda occupar a posição de Grijó, e roguei ao Visconde de S. João da Pesqueira, que occupasse na minha direita huma posição na estrada, que vai de Terreiro ou Ferreiro para os Carvalhos, ficando assim á minha direita, e podendo marchar pelo flanco esquerdo da posição dos rebeldes em Santo Ovidio, e ordenei ao Tenente Coronel Guedes, Commandante de Cavallaria N.º 8, que em vez de marchar de Ovar pela Villa da Feira sobre o flanco direito dos rebeldes em Grijó, marchasse de Ovar pela estrada que vai ao Porto, e ameaçasse o flanco direito delles, que tinham occupado a posição de Santo Ovidio. Na manhã do dia de hoje, quando marchava a reconhecer a posição de Santo Ovidio, tive hum participação vocal do Consul de Sua Santidade no Porto, Guerner, que me dizia que

E

durante a noite tinham os rebeldes, das dez horas até ás duas, retirado da posição de Santo Ovidio para o Porto todas as suas forças, e tinham evacuado o Porto pelas estradas, que se dirigem a Guimarães, e a Braga, e tinham desfeito a Ponte. Immediatamente dirigí ao Visconde de S. João da Pesqueira o Officio por cópia A, com o Officio da cópia B, que durante a noite tinha recebido do Visconde do Pezo da Regoa por me parecer não só util, mas necessario, que a 3.^a Divisão fizesse este movimento. Marchei com a Divisão da vanguarda, que já se achava reforçada com a Brigada de 4 e 7, e durante a marcha fui certificado pela vanguarda do que vocalmente me tinha mandado dizer o Consul de Sua Santidade; fiz empregar todos os barcos da margem esquerda do Douro em Villa Nova, e fiz passar logo toda a guarda avançada da Divisão, Batalhão de Caçadores 8, e trinta cavallos, e sahirem fóra do Porto na direcção das duas estradas, e logo a 1.^a Brigada de Infantaria, e a meia Brigada de Artilheria do commando do Capitão Guerreiro; e durante esse mesmo tempo em que mais barcos se apresentáram, fiz passar a 2.^a Brigada de Infantaria, e a Brigada de 4 e 7, de maneira que aquella sahio igualmente para a estrada que vai a Braga, e á Brigada de Infantaria 4 e 7 ordenei, que occupasse o Quartel de Santo Ovidio, e fizesse a guarnição da Cidade, mandando logo Guardas para todos os Estabelecimentos, e fiz passar tambem a Cavallaria da 2.^a Brigada para patulharem na Cidade, porque os prezos da Casa Pia tinham arrombado as portas, e se tinham evadido, e alguns pegado em armas, dizião, em nosso favor. Logo immediatamente passei eu

com o meu Quartel-Mestre General, e Ajudantes d'Ordens pois tinha logo no principio do embarque da Guarda avançada feito passar o Ajudante General e fui verificar a boa ordem em que tudo estava, devido muito á Brigada de Cavallaria do commando do Conde de S. Lourenço. Finalmente ás 6 horas da tarde tinha passado tambem a Brigada de Artilheria, bagagens, e a 1.^a Brigada de Cavallaria: vindo por tanto a ficar na Cidade a Brigada de Artilheria, a Brigada de Infanteria numeros 4 e 7, e as duas Brigadas de Cavallaria, menos a força destas que foi para a frente em reconhecimento dos rebeldes. Por tanto occupa a Divisão da vanguarda a Cidade do Porto, e todas as estradas que dirigem a Guimarães, Braga, e Vallongo a huma legoa de distancia.

He necessario que eu diga a V. Ex. que durante a minha presença no embarque recebi hum Officio do Juiz de Fôra dos Orfãos e do Illustrissimo Senado da Camara, cujos originaes remetto; porem nenhum se me appresentou senão depois, que entrei no Quartel que me destináram, e nessa occasião os intimei em Nome d'ElRei o Senhor D. Miguel I, e instei para me ajudarem em tudo quanto he do Real Serviço do mesmo Augusto Senhor.

Tem-se appresentado durante o embarque e depois d'elle Officiaes de Corpos de linha, e de Milicias, Officiaes Inferiores e Soldados, que exceedem o numero de 200, e ámanhã se espera maior numero. Junto á margem direita do Rio deixárão 2 peças de 3 com suas munições competentes, tudo em estado de se fazer uso, e no Quartel de Santo Ovidio 6 peças de 3, de 4, e de 6, todas encravadas; no Trem, no sitio do

E 2

Ouro, de que amanhã se vai tomar conta, me dizem deixarão tudo.

Dizem, e eu creio, que todos os que de Inglaterra se reunirão aos rebeldes, embarcarão hoje no barco de vapor e sairão a barra com os membros do Governo, e só Stubbs hia commandando a Tropa, que marchou para o Minho; outros querem que tambem elle embarcasse.

Mando este expresso com estas noticias, e logo que tenha outras amanhã farei expedir outro. Deos guarde a V. Ex. Quartel General no Porto, 3 de Julho de 1828—Illustrissimo e Excellentissimo Sr. *Conde de Barbacena, Franeisco=Alvaro Xavier da Fonseca Coutinho e Povoas*, Marechal de Campo Commandante da Divisão da Vanguarda do Exercite.

(Por noticias de 4 consta, que os rebeldes seguirão as estradas de Braga e Barcellos, e alguma força a de Vallongo.)

Quartel General da Divisão da Vanguarda do Exercito. Porto. 3 de Julho de 1828.

BANDO.

I.º O Senhor General Commandante da Divisão da Vanguarda do Exercito de Operações faz saber aos habitantes do Porto em Nome de Sua Magestade o Senhor D. Miguel I, que dará protecção a todos, e não permittirá vinganças contra o partido supplantado: porque deste momento em diante todos se devem considerar pertencer á mesma Familia Portugueza; na certeza de que a Ley vai punir os que favorecerão

a rebeldia, mas só a Ley, e os seus executores, e jámais outra alguma pessoa, que não tenha missão, nem commissão 2.º As tropas da Divisão do seu commando são fieis a Sua Magestade o Senhor D. Miguel I, são subordinadas, e são bravas, e valorosas no campo da batalha. — Tropas taes não se devem manchar com similitude das Tropas dos Rebeldes; estes não respeitavão os direitos dos habitantes; estas Tropas porem vem segurar os seus direitos, he por isso que o Sr. General espera não ter queixas contra aquelles que mettêrão em fuga os Rebeldes, que tudo espoliárão, que tudo saqueárão. He portando-se obedientes, e protegendo os bons sem perseguirem os máos, e deixando o seu castigo aos executores da Ley, que farão igualmente hum distincto serviço a Sua Magestade. 3.º O Sr. General faz publico a todos os Soldados que se fôrão appresentar ás differentes Tropas do seu commando, e como taes devem ser consideradas, e se achão dispersas nesta Cidade, se appresentem no Quartel General nesta Cidade do Porto, para serem considerados como appresentados. = *Joze de Azeredo Pinto*, Ajudante General da Divisão.

Está conforme o original. Quartel General no Paço da Ajuda, em 6 de Julho de 1828. = *Marquez de Tancos*, Ajudante General.

Illustrissimo e Excellentissimo Sr.

A Illustrissima Camara da Cidade do Porto gostosa e sinceramente se appressa a gosar da mui distincta honra de dirigir-se a V. Ex. por

este modo, em quanto o não pôde fazer pessoalmente. a offerecer a V. Ex., bem como a todo o brioso e fiel Exercito Portuguez, em seu nome, e no de todos os habitantes desta Cidade, que ella representa, todos os bons Officios e Serviços, que se achão ao seu alcance, para que todos os honrados e verdadeiros Portuguezes, que por ventura de Portugal, e particularmente desta Cidade, estão nella entrando, possam ser recebidos com aquelle acolhimento, e dignidade que merecem; pelo que roga a V. Ex. esta mesma Illustrissima Camara se digne expedir-lhe as suas ordens sobre o modo como deve ser aquartellado o mesmo Exercito, e sobre tudo o mais que quizer determinar-lhe.

Deos Guarde a V. Ex. Porto em Camara extraordinaria de 3 de Julho de 1828.

Illustrissimo e Excellentissimo Sr. General em Chefe do Exercito da Realeza.

O Juiz de Fóra d'Orfãos pelo Civil Joze de Serpa Faria de Pina Almeida.—D. Antonio de Amorim da Gama Lobo.—João Monteiro de Carvalho.—João Felix de Brito e Souza.

Está conforme o original. Quartel General no Paço d'Ajuda, em 6 de Julho de 1828.—Marquez de Tancos, Ajudante General.

REAL GABINETE.

" Sendo a Instrucção Publica o mais importante ramo da administração de hum Estado, pois que por ella se habilitão os vassallos a cumprir seus deveres para com Deos, para com o Soberano, e para com a Sociedade, tornando-se

assim uteis ao mesmo Estado, e a si proprios; E considerando, que só por meio de acertadas, energicas, e não interrompidas providencias pôde este mesmo ramo sahir do máo estado em que se acha nestes Reinos, e seus Dominios e chegar ao ponto de perfeição que Desejo: Attendendo outro sim a que para tão grave objecto se tratar com a continuada, e profunda meditação, que se necessita, convém que se contemple em separado de outros quaesquer negocios: Sou Servido Ordenar, que tanto as Escólas menores, como a Universidade de Coimbra, fiquem d'ora em diante sujeitas á direcção, e inspecção da pessoa, que Eu Houver por bem Nomear, e que com o Titulo de Reformador Geral dos Estudos do Reino, e seus Dominios, Me proponha, e faça executar as providencias, que Eu Julgar util adoptar sobre este assumpto, recebendo immediatamente de Mim as Ordens, a este respeito. O Duque do Cadaval, Ministro Assistente ao Despacho do Meu Gabinete, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio de Nossa Senhora das Necessidades, aos nove de Agosto de 1828—*Com a Rubrica de SUA Magestade.*

" Bispo de ~~Vizeu~~, do Meu Conselho de Estado, Amigo, Eu El-Rei vos envio muito saudar como áquelle que Amo. Tomando em consideração vosso distincto merecimento, character, e sabedoria, Hei por bem Nomear-vos ~~Reformador Geral dos Estudos do Reino, e seus Dominios~~: o que Me pareceo communicar-vos para vossa intelligencia, e execução. Escripta no Pala-

cio de N. Senhora das Necessidades, aos nove de Agosto de 1828. "—*REI.*—*Para o Bispo de Vizeu.*

Querendo separar do Exercito sómente aquelles Officiaes que por pertencerem ao partido revolucionario, que acaba de ser anniquillado, são indignos de fazerem parte dos Corpos leaes; Sou Servido Mandar Crear hum Conselho Militar, composto de hum Presidente, quatro Vogaes e hum Auditor, no qual possam justificar-se todos os Officiaes, que desde o dia oito de Março ultimo tem passado ao Exercito; Authorisando o mesmo Conselho para pedir os esclarecimentos necessarios ás Authoridades, e Estações competentes, e Consultar-Me sobre cada hum dos referidos Officiaes, que pela sua conducta estiverem no caso de entrarem outra vez na effectividade do Exercito, de ficarem sem exercicio, ou de serem demitidos. O Conde do Ryo Pardo, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocio da Guerra, o tenha assim entendido, e faça executar. Palacio de Nossa Senhora das Necessidades, em 11 de Agosto de 1828.—*Com a Rubrica de SUA Magestade.*

El-Rey Nosso Senhor, como Commandante em Chefe do Exercito, Houve por bem Nomear para Membros do Conselho Militar creado por Decreto de 11 do corrente mez:

Presidente.

Tenente-General, Marquez de Sabugosa.

Vogaes.

Marechal de Campo graduado, Gabriel Antonio Franco de Castro.

Brigadeiro graduado, Henrique Pinto de Mesquita.

Tenente-Coronel aggregado ao Regimento de Artilheria N.º 1, Pedro Joze de Santa Barbara.

Major do Regimento de Cavallaria N.º 7, Barão de Beduido.

Auditor.

Desembargador, João Gaudencio Torres.

>***=***< § >***=***<

Quando em o N.º antecedente inserimos por nossa devoção o Escripto do Sñr. Eleutherio da Silva Loppes Yarella, em que se queixava daquelle

Eleutherio
da Silva
Loppes
Yarella

Hos ego versiculos feci, tullit alter honores que escrevemos em o N.º 18, e prometemos dizer alguma couza sobre isso, pensariaõ muitos de nossos Leitores que nos propomos dirigir ataques ao Sñr. Eleutherio; enganão se; pois só desejamos convencello de que não deve ser tão melindroso, principalmente por huma couza escripta em hypothese, e que fica sem effeito á vista de sua declaração. Dissemos pois que nos tinhaõ dito, (que he o que quer dizer aquella palavrinha, de zanga para o Sñr. Eleutherio, =tradicção=) que o dito Sñr. se aproveitára de bons versos alheios para o Elogio recitado no Theatro no dia 12 de Outubro. Se o Sñr. Eleutherio, ou o figurado Calvo, de que tracta o escripto dirigido ao publico, não sabiaõ fazer melhores versos, acreditamos que fizeraõ bem em aproveitar os alheios; se eraõ bons, se continhaõ bons conceitos, abonão a probidade, e bons desejos de quem os aproveitou.

Que poderão por isso dizer ao Sr. Eleuterio? Que, bem como a industriosa Abelha apro-

F

veita o succo das flores para formar o saboroso favo, o Sr. Eleutherio ou o seu calvo aproveitou bons versos alheios para organizar seu Elogio do Dia 12. Isto lhe faz honra, e ao Calvo; pois por humia parte mostra o conhecimento da mesquinhez das forças proprias para fazer versos; e que he bein raro, pois nossa vaidade nos faz parecer sempre maiores do que somos; e pela outra mostra os ardentes desejos do Sñr. Eleuterio, ou do Calvo em proporcionar quanto estava ao seu alcance os elogios com a Sublimidade do Objecto.

Huma verdade diremos ao Sñr. Eleuterio, e vem a ser, que para escrevermos esta Bandurra, pozemos em contribuição Tacito, Polibio, Charadin Samuel Petit, o Abbade Dubos, Bodin, Filangieri, Montesquieu, Mello Freire, B. Carneiro, e outros, que por nome não percaõ; sem que se nos dê que digaõ de nós o que Voltaire disse de Freron.

*Au peu d'esprit que le bonhomme avait,
L'esprit d'autrui par complement servait,*

*.....
Il compilait, compilait, compilait.*

O que pretendemos he dar boas doutrinas; e he no que nos temos esforçado athe agora, e esforcaremos para o futuro.

Façamos pois Sñr. Eleuterio consistir o nosso ponto de honra em couzas de maior solidez; e he na verdade melindre de mais offender se hum homem que não he Poeta, de se lhe dizer que aproveitou bons versos de outro; seo amor proprio deve muito lisongear se da boa escolha que fez. Agradecemos-lhe a convicção e boa fé, que mostra a respeito de nossa verdade, e inocencia

sobre a historieta da Praça de Almeida; ella tem sido amplamente demonstrada, e provada athe por argumentos feitos pelos nossos detractores, que não pôdem deixar de estarem convencidos do contrario do que tem pregoado; mas aquella imputação he em extremo infamante, e tem tanta comparação com o aproveitamento dos versos alheios, se he certo, como hum ovo com hum espeto.

A Deos Sñr. Eleuterio; diga ao Calvo, que sem sabermos para que, V. m. introduzio no seu manifesto, que esta haja por sua; pois assentamos que tudo fica em casa, e que não he preciso justificar a identidade de pessoa; diga-lhe mais que ha gentes que, não tendo cabellos, são taõ industrias, e arranão-se tambem que nunca tem a calva á mostra; e outras que tendo cabellos ou poucos ou muitos estão sempre com a calva á mostra.

Boas enchentes de Theatro lhe deseja seo creádo e amigo; pois não tem rasão de o deixar de ser. O Redactor.

AVISOS.

Manoel Raymundo da Costa, morador no districto da Villa de Monção desta Commarca, e mais interessados no Casal do falecido seu Pay Leandro da Costa, tem para venderem huma datta de terra de lavrar em mattas com boas madeiras, e já demarcadas com tres legas de comprido, e huma de largo na paragem denominada Santa Anna, no rio Pindaré assima da parte esquerda huma legoa ao centro, quem as quizer comprar dirija-se a Valerio Corrêa Lopes, nesta Cidade, que se acha authorizado pelos mesmos, para as vender por preço muito comodo.

Pertende-se vender huma Quitanda sita na

rua do Desterro nas Casas de Joze dos Reis e Britto: quem a quizer comprar dirija-se á mesma Casa que achará com quem trate ajuste.

Os herdeiros do Casal do finado Capitão Antonio d'Araujo Cantanhede, pertendem vender o Predio N.º 3 na rua de Nazareth, para satisfação de dividas do mesmo casal: quem o pertender compar pode-se dirigir-se a casa: dos referidos herdeiros no largo da Sé N.º 4. Maranhão, 10 de Novembro de 1828.

Na Loja de molhados de Figueiredo & Cunha, na Rua do Giz Caza N.º 19 proxima á do Sr. João Antonio da Silva, vende-se Carne Seca propria para Escravos, chegada proxima-mente da Parnahiba, ao preço comodo de 2000 rs. por arroba.

Vende-se humo legoa de terras, sitas na margem do Ryo Munim, bem em sima, que fôrão do fallecido Capitão Pedro Miguel Lamaig-mier, conservão ainda muitas mattas, e são boas para plantações d'Algodão, Canas, e Mandioca; quem as pertender pôde dirigir-se ao Negociante João Gualberto da Costa.

Vende-se humo Legoa de terra, em matta de roçar e boas, ao centro do Codó, quem as pertender dirija-se a Negociante João Gualberto da Costa.

A Joze Antonio da Silva, morador no Codó, fugio á dois annos humo Escrava por nome Carlota crioula, de estatura baixa, grossa, retinta, com hum signal de hum golpe na garganta; consta que tem andado pelo Pindaré, ou Cajapió em companhia de huma Irmã que tem fôr-ra chamada Jezuina; quem d'ella souber ou a pôder appresentar a seu Sñr., ou a João Gualberto da Costa, Negociante nesta Cidade, terá boas alviças.

723/754

A BANDURRA.

N.º 21.

NOVEMBRO 30 DE 1828.



INDICE DAS MATERIAS.

pag.

pag.

Artigos d'Officio.	725	tenciarios de S. M.	
Decretos.	727	I. contra a usurpa-	
		ção da Corôa de Por-	
		tugal.	739
		Londres: Artigo ex-	
		trabido	748
		MARANHAÕ.	
		Edital.	750
		Ryo de Janeiro	751
		Reflexão do Reda-	
		ctor	751

MARANHAÕ,
 TYPOGRAPHIA NACIONAL.
 1828.

*Legum denique ideo servi sumus, ut
liberi esse possimus:*

Cicero pro Cluentio.



A V I S O S .

Quem tiver para vender hum escravo, que
saiba alguma conza de cosinhar, póde dirigir-se
a João Jeronymo Esteves Norte que lhe dirá
com quem hade ajustar.

O Decreto e Instrucções para as Eleições
dos Senadores, Deputados, e Membros dos Con-
selhos Provinciaes, em hum folheto de 25 pa-
ginas, se vende em casa do Redactor deste Pe-
riodico, a 200 rs. cada exemplar.

Na Loja de Joaquim Ramos Villar na Praia-
Grande; e na Botica de Daniel Joaquim Ribeí-
ro no Largo do Carmo, se achão á venda Fo-
lhinhas de porta do anno proximo futuro de
1829, as quaes são sem duvida as mais bem
calculadas, e interessantes, pois denotão diaria-
mente as horas de—maré—tudo na maior exa-
ctidão! e pelo commodo preço de rs. 240.

Na Loja de Domingos Antonio de Oliveira,
na Praya-grande, e na Botica de Manoel Duar-
te Godinho, no largo do Carmo se achão fo-
lhinhas de Algibeira para o anno de 1829 a 480 rs.
muito certas.

A Bandurra N.º 22 sahirá no dia 15 de
Dezembro.

A BANDURRA.

N.º 21.

NOVEMBRO 30 DE 1828.



ARTIGOS DE OFFICIO.

SENDO frequentes as queixas que todos os dias sóbem a Presença de S. M. o Imperador, pedindo providencias para serem restituídas ao uso publico muitas possessões, servidões, caminhos, e roeios dos Conselhos, que pessoas particulares tem usurpado; e tendo semelhantes pertenções o seu prompto e legal remedio na Ord. L. 1.º tit. 66, §. 11.º, nem sendo possivel que o Poder Executivo ponha outro deferimento em taes requerimentos: Ha por bem o Mesmo Augusto Senhor recommendar a todas as Camaras do Imperio a prompta e fiel observancia da citada Ordenação; e espera do zelo e confiança que lhe merecem as mesmas Camaras, que no exacto cumprimento da Ley, se haverão com tanto acerto, justiça, e imparcialidade, que as servidões caminhos, e logradouros dos Conselhos serão immediatamente restituídos ao uso e commodidades publicas; sem que ao mesmo passo o direito de propriedade particular dos Cidadãos seja por fórma alguma violado: o que póde muito bem

A 2

conciliar-se e conseguir-se sempre que a dita Ley fôr entendida e guardada no sentido litteral, como cumpre que o sejam todas as Leys. E assim o Manda pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio, participar ao Vice-Presidente da Provincia do Maranhão para o fazer constar ás respectivas Camaras, empregando todos os meios ao seu alcance para que esta providencia produza os effeitos que se pertendem.

Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Julho de 1828.

Joze Clemente Pereira.

Cumpra-se e registe-se Palacio do Governo em 13 de Outubro de 1828.

Pinto, Presidente.

Registada a folhas cento e quatro do livro terceiro de Provizões e Avisos.

Maranhão Secretaria do Governo em 13 de Novembro de 1828.

João Rufino Marques, Official-maior

* — * — * — *

Manda Sua Magestade o Imperador pelo Conselho Supremo Militar, remetter ao Presidente da Provincia do Maranhão, para sua intelligencia, e execução, os Exemplares incluzos dos Decretos de quatorze de Julho do presente anno, concedendo vantagens aos que voluntariamente se alistarem para o Serviço, nos differentes Corpos de 1.^a Linha do Exercito.

Rio de Janeiro em 24 de Julho de 1828.

Antonio Rafael da Cunha Cabral.

=====

DECRETOS.

Sendo conveniente prehencher o Batalhão de Caçadores de 1.^a Linha N.^o 11, com Libertos, que concorrão espontaneamente a sustentar a reputação, que este Corpo tem adquirido: Hey por bem, ordenar que aos que nelles se alistarem voluntariamente com a obrigação de servirem quatro annos, se cumprão imprescriptivamente as condições seguintes:

1.^o No acto de jurar Bandeiras se dará a cada hum delles, huma cantella assignada pelo Official encarregado do allistamento, que será confirmada pelo Presidente da respectiva Provincia, em a qual, individuando-se a sua filiação, naturalidade, idade, dia do mez, e anno, em que assentar praça, e aquelle em que termina o seu engajamento, se declare expressamente, que neste mesmo dia expira a obrigação que contrahio, sem dependencia de novas ordens, e por a simples appresentação da cautella, e o Commandante que então fôr do Batalhão, lhe fará expedir a sua escusa, na certeza de incorrer em o Meu Imperial Desagrado, e na pena de desobediencia, se assim litteralmente o não cumprir: Graça esta que nunca se poderá entender a respeito dos que não forem voluntarios, porque estes serão infalivelmente obrigados a servir o prazo marcado pelas Leys.

2.^o Se, depois de haver completado estes quatro annos sem notta, quizerem continuar no serviço o requererão ao Commandante do Batalhão; e neste caso perceberão, além do quantitativo do seu soldo, a gratificação diaria, que Eu Houve

B

por bem Conceder pelo Decreto de vinte sete de Janeiro de mil oitocentos e vinte cinco, que ampliou o de treze de Mayo de mil oitocentos e oito.

3.º Usaráo do primeiro dos distinctivos prescriptos em o referido Decreto de vinte sete de Janeiro mil oitocentos e vinte cinco.

4.º Achando-se estabelecido pelo Alvará de vinte nove de Agosto de mil oito centos e oito, que deu nova fôrma aos Corpos da 1.ª Linha da Provincia de S. Paulo, que todas as tomadas, que fossem por elles feitas aos inimigos da Coroa, em Corpo ou por Destacamentos, lhes houvessem de pertencer: Hey por bem fazer extensiva esta Mercê ao referido Batalhão N.º 11; ordenando que, servindo em campanha, tudo o que tumar, lhe ficará pertencendo; e pelas armas troféos, e mais artigos receberá as compensações estabelecidas, ha mais de meio seculo naquella Provincia, e que Eu Houve por bem Approvar pela Minha Imperial Resolução de trinta de Julho de mil oitocentos e vinte sete, tomada sobre a Consulta do Conselho Supremo Militar de trinta de Mayo do mesmo anno: as quaes logo lhe serão pagas na Thesouraria competente.

O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e o faça executar com os Despachos necessarios.

Paço em 14 de Julho de 1828, setimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de SUA Magestade Imperial.

Joaquim de Oliveira Alvares.

Cumpra-se, registre-se, e mande-se imprimir.
Rio de Janeiro 21 de Julho de 1828.

Oliveira Pinto. Sampayo. Couto. Lecór.



Fazendo-se indispensavel, na época actual, hum mais activo recrutamento para occorrer a falta que sofrem os Corpos de 1.^a Linha do Exercito, já pelo fallecimento de humas praças, já pela demissão de outras incapazes de servir, e até mesmo para preencher o vasio, que devem deixar nas fileiras as que estão a ponto de completarem o tempo do seu engajamento, considerando porem, que o brio, zelo, e lealdade dos Meus Subditos tornão desnecessarias medidas de rigor, e que preferiráõ antes correr voluntarios ao serviço da Patria, que reclama a presença e braços dos que estão nas circumstancias de servirem na 1.^a Linha: Hei por bem, querendo ter contemplação, com os que se appresentarem voluntarios, de ordenar o seguinte.

1.^o O prazo de quatro annos será o tempo imprescriptivel do seu serviço, ficando livre a escolha da Arma, em que pertenderem servir.

2.^o A Authoridade Militar, perante a qual sentarem praça, lhes passará hum Cautella, na qual, além da idade, naturalidade, e filiação, se fará expressa menção, assim do dia, e anno do assento de praça, como daquelle em que ella termina. Esta Cautella elles appresentaráõ ao Presidente da Provincia, onde se fizer o allistamento, para elle a confirmar, entregando-lhes logo para seu titulo.

3.^o Fiudo o estabelecido prazo de quatro annos, não tendo notta em seus assentos, terão immediatamente baixa, dando-lhes o Commandante do Corpo, em que servirem, a competente escuza: e os que estando servindo nos Corpos de 2.^a Linha se alistarem nesta conformidade, igualmen-

te concluído o marcado praso, não serão mais obrigados ao serviço da mesma 2.^a Linha.

4.^o Quando porém preferirão continuar a servir na 1.^a Linha, terão sobre o seu respectivo soldo a gratificação diaria de quarenta reis, concedida pelo Decreto de vinte sete de Janeiro de mil oitocentos e vinte cinco, e o uso do primeiro dos distinctivos designados na mesmo Decreto.

5.^o A disposição do Artigo decimo do Alvará de vinte nove de Agosto de mil oitocentos e oito, sobre tomadias ao inimigo, e convenientes compensações pelas armas, e troféos, lhe será em tudo igualmente extensiva, servindo em campanha.

6.^o E finalmente findo o estabelecido praso, e occorrendo motivos porque tenham de dirigir á Minha Imperial Presença alguma Súplica, obterão em igualdade de circumstancias com qualquer outro toda a preferencia, Reservando Me, além disto, o fazer-lhes outras Mercês, e Graças, segundo se fizerem merecedores os que mais se distinguirem.

O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido, e o faça executar com os despachos necessarios.

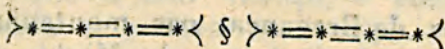
Paço em 14 de Julho de 1828, setimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de SUA Magestade Imperial.

Joaquim de Oliveira Alvares.

Cumpra-se, e registe-se, e mande se imprimir. Rio de Janeiro 21 de Julho de 1828.

Oliveira Pinto. Sampaio. Muniz Barreto. Couto.



PORTUGAL.

DOCUMENTOS OFFICIAES.

Manifesto do Governador e Capitão General da Ilha da Madeira.

Se as desgraças da Nação Portugueza não fossem tão geralmente sabidas, eu deveria offerecer á Ilha da Madeira, a todos os Portuguezes, e a todas as Nações da Terra um extensissimo quadro de horrores, no qual se lerião em medonhos caracteres mil justificados motivos do nobre projecto, que ha muito tempo concebi, e que agora acabo de pôr em pratica. Bastão-me, porém, mui poucos factos dos muitos que em curto espaço de tempo offerece a nossa historia.

Um REY Legitimo, o Magnanimo Senhor D. PEDRO IV, subindo ao Throno Augusto de Seus Maiores, e reconhecendo as necessidades do Paiz, que o vira nascer, espontaneamente lhe Offereceo um Monumento de Sua Alta Sabedoria, a CARTA CONSTITUCIONAL da Monarchia Portugueza: e se o Monarcha não tivesse outros titulos para se fazer amar de seus povos, bastaria tão nobre oferta, acceite, e jurada com e enthusiasmo, de que não ha memoria nos Fastos das Nações.

Foi então que homens *degenerados e indignos* do Nome Portuguez, a quem afrontava o esplendor da verdade, e o futuro e risonho quadro da ventura da sua Patria, ousarão *rebellar-se contra o seu Rey, e contra a Carta*. A Fidelidade, e o Valor Portuguez lhes reprimio a audacia; e

nos campos de Bragança, nas montanhas de Coruche, e nos desfiladeiros do Minho correo em cheros seu *perfido sangue*, levantando-se assim um hercico Monumento á Gloria do Monarcha, e á honra dos subditos. Ah! se não excede os limites da modestia, quanto me não lisongeia a parte que me coube em tam nobres trabalhos! Que agradaveis me não são as recordações dos perigos, que corri por uma Causa tam bella! Foi vencida a rebellião; e o *monstro*, não podendo encara o esplendor das Armas Portuguezas, recorreo á perfidia, sonhou republicas, e perturbou os ultimos dias do Governo da Augusta Princeza, que Regia o Reyno, e que fôra testemunha do amor, e da fidelidade Portugueza para com o seu Rey. Sobresaltou-se de novo o coração dos Portuguezes honrados, e fieis; houve quem então desejasse a vinda do S. Senhor Infante D. Miguel para na conformidade da Carta Constitucional Reger a Monarchia em Nome de Seu Augusto Irmão o Senhor D. PEDRO IV., para soterrar por uma vez a Hydra da *Rebeldia*, e pára se commecarem a recolher as vantagens da Carta, até que o Anjo Celestial dos Portuguezes, a querida e mimosa Filha do Grande PEDRO IV, tocasse a idade em que como Rainha fizesse a ventura da Nação de quem já faz as delicias.

Mallogradas esperanças! Ministros corrompidos, lisongeando as paxões do Joven Principe, usurpando-lhe o Sceptro, e deixando-lhe a Corôa conseguirão fazer-lhe esquecer seus tremendos deveres, e juramentos. Rodeado pelos inimigos da sua Gloria, e da ventura da Nação, o Serenissimo Senhor Infante em todos os actos do Governo commecçou de apparecer como fautor da

rebeldia, que já sem reboço, e completamente desmascarada se achava em campo. As Cortes foram dissolvidas sem ao menos um leve pretexto. A Legitimidade do Grande Rey o Senhor D PEDRO IV, já não foi sómente posta em duvida, mas appareceu combatida por Escriptos *venaes, corrompidos, e assalariados por um Ministerio perfido.* A anarchia fundou o seu imperio. O Valoroso Exercito Portuguez foi privado de seus extremados campeões, d'aquelles que em uma guerra de sete annos salvarão a Corôa Luzitana da usurpação estrangeira e á custa de seu sangue illustrarão para sempre as Armas Portuguezas. Deo-se-lhe, em lugar de Militares aguerridos, homens *marcados com o ferrete da rebellião e de quem só poderia esperar-se a fraqueza, e a cobardia:* deslocarão-se todos os depositarios do Poder para serem substituidos por *homens imbecis, e sem nome.* A deportação foi ainda um pequeno mal; as masmorras, e os carcereos os mais immundos, e mal-sãos, encherão-se de Portuguezes honrados, em quanto a escoria da Nação pelas ruas da Côrte, das Cidades, e das Villas do Reino, brindou o Regente com o titulo de *Rey Absoluto!!* E com o mais sacrilego arrojo votou—môrras—a seu Legitimo Rey o Senhor D. PEDRO IV... .. Costumado a encarar os perigos, e a morte nos campos da Honra em defeza do meu Rey, da minha Patria, e de suas Liberdades, sinto pela primeira vez apartar-se-me o coração, e gelar-se-me o sangue nas veias pelo horror de tão funereo quadro! Oh! não he possível que um Principe Portuguez fosse levado sem manifesta coacção a apoiar, e promover tantas desgraças sobre uma Nação Fiel, que nelle respeita o sangue de seus Monarchas.

Ainda os males da Patria não tinham tocado o ultimo grão de exacerbação; ainda as Camaras das Cidade e Villas do Reyno, por medo ou por corrupção; não tinham formalmente arrancado o Sceptro das mãos de seu Legitimo Rey o Senhor D. PEDRO IV.; quando eu projectei salvar da perdição, e da rebeldia esta Ilha formosa, cujos destinos, e governo me tinham sido confiados. Esperançado na Honra dos Habitantes da Madeira, na sua Fidelidade para com o Monarcha Legitimo, e no seu affecto ás Instituições Constitucionaes; contando com a firmeza de character, com a honra e com os exforços dos Ministros desta bella Provincia; facil me foi conceber, que poderia conserva-la em paz, e salva do labéo da traição, e da rebeldia, athe que o mal-fadado Portugal tocasse o ultimo degráo da sua desgraça e me fosse então forçoso declarar meus projectos. Forão perfeitamente coroadas minhas esperanças; forão sempre aqui baldados os exforços de alguns poucos Portuguezes degenerados; e se não fosse o mal entendido favor e protecção, que alguns Ministros da Santa Religião que professamos, por erro de entendimento, ou de vontade derão a estes poucos desgraçados e obscuros demagogos, a Ilha da Madeira teria sido o unico solo Portuguez, onde não tivessem germinado as sementes da rebellião.

Tal era minha nobre resolução, que mui respeitosamente levei em tempo competente ao Soberano Conhecimento do Grande Rey o Senhor D. PEDRO IV. Tal era o projecto que acabo de realisar agora que a oppressão em Portugal chegou a ponto de até se vedar a fuga aos homens honrados, que não querem manchar-se tomando parte na rebellião; e agora que o Exer-

eito Portuguez, já cansado de tantos horrores e desgraças, acaba de declarar-se o restaurador do socego da Nação, o defensor dos Direitos de seu Legítimo Monarcha o Senhor D. PEDRO IV. e o modello e assombro da Fidelidade.

Possão meus justificados esforços coadjuvar a heroica empreza do Exercito Portuguez. Possa a Fidelidade da Ilha da Madeira accender-lhe ainda mais, se he possível, nos honrados peitos o fogo da Lealdade ao Rey, e á Carta! Possa em breve o desditoso Portugal, já livre dos horrores da guerra civil, estender de novo pacificos braços á Madeira, a esta Flór do Oceano, modello da Fidelidade. Posta finalmente esta minha Franca exposição agradar ao Monarcha, que adoramos, excitar, e desenvolver a simpatia de seus Ministros Plenipotenciarios na Europa, e dos grandes e Poderosos Alliados da Nação Portugueza, que por certo não consentirão, que murche em flór tão nobre esforço a favor do Salutar Principio da Legitimidade, a favor do Magnanimo Rey o Senhor D. PEDRO IV, a favor das Liberdades, que Elle generosamente Outorgou aos Portuguezes—Palacio do Governo na Cidade do Funchal, Ilha da Madeira 22 de Junho de 1828.

JOZE LUCIO TRAVASSOS VALDEZ,
Governador e Capitão General

—————

*Proclamação do Governador e Capitão General
da Ilha da Madeira.*

Soldados Madeirenses, Camaradas! Vossa par-

particular situação vos tem privado de mostrar vosso valor nos campos de Marte, mas em peitos Portuguezes, em peitos como os vossos aonde mora a Honra e a Fidelidade, de que tenho sobrejas provas, existe necessariamente o valor.

Soldados! He chegada a occasião. Nosso Legitimo Rey o Senhor D. Pedro IV, atrainçadado, e indignamente privado da Corôa de Portugal, que lhe pertence pelo Direito, pela Fidelidade de seus Subditos, e pelo Consenso Universal das Nações, Exige de nós o desempenho de nossos sagrados deveres. Guardemos para o Grande Pedro IV. esta formosa Ilha, esta preciosa pedra da Corôa Luzitana. Lembremo-nos de nossos juramentos. Defendamos a Patria de uma usurpação. Sustentemos as Liberdades Generosamente Outorgadas pelo nosso Legitimo Monarcha. Vençamos para Gloria Sua e nossa, ou morramos junto das Suas Bandeiras.

Camaradas! Tenho sempre combatido pelo Rey Legitimo, pela Patria, e pela Liberdade, e os meus esforços não tem sido baldados. A victoria nos será fiel quando vamos defender os mesmos Sagrados Objectos. Tão nobre resolução he dictada pela Honra, e pelo dever. Tão nobre resolução está já adoptada pelo valoroso Exercito em Portugal.

Soldados do Regimento d'Artilheria N.º 2 progredi na honrada conducta, que constantemente haveis sustentado nesta Provincia, que vos contempla como verdadeiros irmãos. Nossos interesses são communs; nada receamos. Hade o Mundo aplaudir nossa heroica empresa. A Fidelidade he a estrada da Gloria. Camaradas! Subordinação aos vossos Chefes: confiança no vosso General, que saberá apreciar, e premiar vossas virtudes.

Viva o Senhor D. Pedro IV. nosso Legitimo Monarcha.

Viva a Rainha a Senhora D. Maria II.ª

Viva a Carta Constitucional da Monarchia Portuguesa.

Palacio do Governo na Cidade do Funchal
Ilha da Madeira 22 de Junho de 1828.

JOZE LUCIO TRAVASSOS VALDEZ.

Governador e Capitão General.

Circular do Visconde de Itabayana, Enviado Extraordinario e Ministro Plenipotenciario do Imperador do Brasil, e Rey de Portugal, &c.

Park Crescent 2 de Julho de 1828.

SENHOR.

Uma facção prejura e rebelde acaba de revocar em duvida, em Lisboa, a Autoridade legitima de S. M. El-Rey D. Pedro IV. que solememente foi reconhecida por todas as Potencias da Europa, bem como pela Nação Portuguesa logo desde a morte de S. M. El-Rey D. João VI. E como esta facção vai agora colmar seu perjurio e rebellião, fazendo pronunciar por uma parte de seus complices, reunidos em associação publica sob o simulado titulo dos antigos tres Estados de Portugal, o descachimento e perda dos Direitos hereditarios de S. M. El Rey D. Pedro IV. á Coróa d'quelle Reyno, os Plenipotenciarios de S. M. o Imperador do Brasil, na Europa (eu e meu honrado collega o Marquez de Resende) julgarão do seu dever dar toda a publicidade aos

c 2

actos que estabelecem e demonstrão a existencia real dos supraditos Direitos heriditarios, antes e depois de se assignar o Tratado de 29 de Abril de 1825, pelo qual S. M. El Rey D. João VI. renunciou á Corôa do Brasil em favor de seu filho primogenito (S. M. Imperador D. Pedro.)

São estes actos os abaixo mencionados: 1.º o Decreto de 9 de Janeiro de 1817, pelo qual S. M. El Rey D. João VI. conferiu a seu filho primogenito (o Principe do Brasil D. Pedro) o titulo de Principe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil, e Algarves juntamente com o Duque de Bragança.

2.º A Ley e Edito perpetuo, que El Rey promulgou em Lisboa, no mesmo dia da ratificação do Tractado de 29 de Agosto de 1825, declarando formalmente que reconhecia seu filho primogenito D. Pedro tanto na qualidade de Imperador do Brasil como de Principe Real de Portugal.

3.º Uma nota official, em que a S. M. Britanica foi pedida a garantia desta successão em favor de S. M. o Imperador do Brasil, em 7 de Dezembro de 1825, pelo honrado Marquez de Palmella, em nome e por ordem de S. M. El Rey D. João VI.

Em consequencia de todos estes actos he que o defunto Rey não concedeu jámais ao Senhor Infante D. Miguel o titulo de Principe Real que exclusivamente pertencia ao filho primogenito, herdeiro presumptivo da Corôa de Portugal.

E pois que todas estas peças consagrão, do modo mais evidente e irrefragavel, os Direitos heriditarios de S. M. El Rey D. Pedro IV, e desmascaraõ aos olhos do mundo toda a perfidia da facção, que ousou arrostar com o dogma da le-

gitimidade em Lisboa, terei a honra de vos pedir, como com effeito o faço, queirais levar ao conhecimento do vosso governo os documentos juntos, afim de que elle possa apreciar seu valor, e sentir todo o horror que deve inspirar-lhe uma rebeldia tão criminosa como inesperada.

Com este signal de complacencia, vós juntareis novos titulos ao meu vivo reconhecimento, e á minha alta consideração.

D. Vossa Excellencia,
&c. &c. &c.

A Sua Excellencia

M.....

(assignado)

VISCONDE D'ITABAYANA.

Protesto dos Plenipotenciarios de S. M. o Imperador do Brasil contra a usurpação que acaba de lhe ser feita da Coróá de Portugal.

Quando em 24 de Mayo vltimo dirigimos á Nação Portugueza um protesto contra:

- 1.º Toda e qualquer violação dos direitos hereditarios de S. M. Imperiale de sua Augusta Filha.
- 2.º A abolição das instituições outorgadas livremente por este Monarcha, e legalmente estabelecidas, em Portugal;
- 3.º A convocação illegal e insidiosa dos antigos estados d'aquelle Reyno, que tinham cessado de existir pelo effeito de huma diuturnissima prescripção, e em consequencia das precitadas instituições;

Nos conservavamos ainda a lisongeira esperanza de que o horrivel attentado, cujo preludio eraõ aquelles actos, não se chegaria a complê-

tar: folgavamos ainda de acreditar que a attitude ameaçadora, que haviaõ tomado os Ministros das Côrtes estrangeiras residentes em Lisboa, bem como os esforços de parte do bravo Exercito Portuguez, poderiaõ sustar os tramas da facção perjura e rebelde, e impedir o completamento de uma usurpação, que deveria ser fecunda em desgraças, e que atacava o principio sagrado da legitimidade na Europa.

Todos os corações generosos, que abborecem a traição e o perjuro, tinham concebido as mesmas esperanças; mas, nem as severas admoestações e conselhos das Potencias mais interessadas na felicidade de Portugal, nem a nobre resistencia que oppôzeraõ n'aquelle Reyno os amigos da legitimidade, e todos os que appreciaõ a Religião do juramento não podéraõ pôr freio ao furor de uma facção, que irrevocavelmente estava decidida a consummar o crime da usurpação, que tinha premeditado.

Por meio de assoadas populares, destituições violentas, inumeraveis prisões, odiosas proscricções, seducções e tramas occultas, bem como por toda a sorte de meios odiosos e reprovados, esta facção se abriu o caminho que a devia levar ao criminoso fim, que se tinha proposto; e foi tão rápida sua marcha, que a obra da usurpação não tardou a completar-se, com escandalo de todas as Potencias da Europa, que anticipadamente a tinham fulminado com anathema formal.

A 23 de Junho ultimo forão vistos instalar-se em Lisboa os pretendidos Tres Estados do Reyno, que de facto nada mais erão que uma congregação de cúmplices d'aquella execravel facção; e já preparado tudo de longa data para esta escandalosa cerimonia, começou-se por propor

imediatamente: " *Se a Corôa de Portugal de-
veria pela morte de S. M. El-Rey D. João VI,
passar a seu filho primogenio, o Imperador do Bra-
sil e Principe Real de Portugal, ou a seu filho
segundo, o Infante D. Miguel.* "

Apoz esta proposição, foi recitada uma mise-
ravel e insidiosa arenga em favor dos direitos de
S. A. á successão da Corôa, e contra os do
Imperador, nosso Augusto Amo, a quem ousarão
representar como um Principe estrangeiro, e pri-
vado de seu direito do primogenitura pelo facto
de sua elevação ao Throno do Brasil antes da
morte de seu Pay.

N'este tribunal de injustiça e usurpação, nin-
guem levantou a voz em favor da causa da le-
gitimidade, que he a de S. M. o Imperador do
Brasil e Rey de Portugal. Ao Procurador da
Corôa competia de direito esta honrosa defesa;
mas nem sequer foi elle convidado a preencher
tão digna funcção; o que prova que se não a-
chava entre o numero dos cúmplices.

Era pois tão completa a unanimidade entre os
conjurados que se decorarão do titulo incompe-
tente de Tres Estados, que elles poderiam em
permanente sessão decidir a questão proposta;
mas para mais impor á Nação Portugueza, bem
como a todas as nações dos dous Mundos, pre-
ferirão fazêllo depois de alguns dias de illusoria
deliberação: e a 28 de Junho, effectivamente ap-
resentarão ao Chefe do Governo illegitimo es-
tabelecido em Lisboa, o resultado de seu odioso
trama, isto é, sens criminosos e unanimes votos
em favor da usurpação, que erão chamados a
sanccionar; e que, desgraçadamente, se comple-
tou em Lisboa no 1.º de Julho ultimo; cuja me-
moría será para sempre deploravel nos annaes de

Portugal, pelas desastrosas consequências a que não pôde deixar de arrastar este funesto acontecimento.

Enganados em nossa esperança, nós nos achamos hoje na imperiosa e dura necessidade de patentear aos olhos das Nações dos dous hemisphérios toda a perfidia dos mencionados actos, bem como a falsidade dos argumentos produzidos contra os direitos incontestaveis e reconhecidos de nosso Augusto Amo, o Imperador do Brasil e Principe Real de Portugal, á Corôa d'aquelle Reino no momento da morte de El-Rey sen Pay.

Nós sabemos (e todos os publicistas o dizem) que pela extincção da linha directa e legitima de uma dynastia reinante, ou quando nas linhas collatteraes se appresentaõ á successão da Corôa vacante muitos pertendentes, cujos direitos pessoais são duvidosos, pertence ás authoridades superiores do Estado decidir esta importante questão nacional; e a propria historia de Portugal nos fornece dous exemplos d'esse caso, um pela morte do Rey D. Fernando; o outro no momento em que a Nação Portugueza, sacudindo o jugo intoleravel da Hespanha, elevou ao Throno a Augusta Casa de Bragança.

Mas como tal questão não pôde ter logar quando a successão d'uma Corôa se opera pelo direito de primogenitura, (e tal he o caso da de Portugal relativamente a S. M. o Imperador do Brasil, filho primogenito de S. M. El-Rey D. João VI., o qual de mais a mais foi reconhecido, já por seu proprio Pay, já portodas as Potencias da Europa, na qualidade de Principe Real de Portugal, antes e depois da partilha, que foi feita por um solemne Tratado, da Corôa Portugueza entre S. S. ditas M. M.) os direitos hereditarios

de nosso Augusto Amo não podiaõ ser revocados em duvida, na occasião do fallecimento d'El Rey seu Pay; e com effeito o não forão.

Ainda antes que no Ryo de Janeiro soubesse da triste nova que lhe abria esta preciosa successão, S. M. I. havia sido aclamado Rey em Portugal, e immediatamente reconhecido, n'esta qualidade, por todos os Soberanos e Governos da Europa.

Esta acclamação e reconhecimento espontaneos e formaes appresentão um titulo tão irrefragavel e solemne da legitimidade dos direitos hereditarios de S. M. o Imperador do Brasil á Corôa de Portugal, que poderíamos limitar-nos a oppô-la á facção usurpadora, que ousou arrostar com a opinião unanime das Potencias da Europa, e da maioria da Nação Portugueza.

Mas não nos limitaremos a esta allegação. Faremos mais; combateremos os dous argumentos de que se valeu esta facção perfida para atacar direitos tão incontestaveis.

1.º O que deduzem de uma ley antiga feita nas côrtes de Lamego, cujos proprios termos transcrevemos. " *Sit ita in sempiternum, quod prima filia regis recipiat maritum de Portugale, ut non veniat regnum ad extraneos, et si cubaverit cum principe extraneo non sit regina, quia nunquam volumus nostrum regnum ire fore Portugalibus, qui reges fecerunt sine adiutorio alieno, per suam fortitudinem.* "

Alterando o sentido d'esta ley (cuja existencia he alias mui duvidosa, mas que nós embora concederemos) a facção usurpadora suppõe que por sua elevação ao Throno do Brasil S. M. I. perdêra sua qualidade de Prncipe Portuguez, e se tornára, porisso, inhabil para succeder na Co-

p

rôa de Portugal, depois da morte de seu Pay. A falsa applicação d'esta ley he evidente. Esta ley prohibe que as Rainhas de Portugal casem com Principes Estrangeiros de Nascença; mas ella não impede aos Principes Portuguezes o adquirir a Corôa de outro Estado, nem succeder á de Portugal depois de haver adquerido outra sobérانيا; e a mesma historia de Portugal d'isso nos fornece prova. O Rey D. Affonso III, que era Principe Portuguez, possuidor do condado de Bollonha, succedeu o seu Irmão, o Rey D. Sancho II, conservando todavia a Soberania de Bollonha. O Rey D. Affonso V cingio com a Corôa de Portugal a de Castella e Leão. E o Rey D. Manoel reuniu sobre sua cabeça as Corôas de Portugal, de Castella, de Leão, e Aragão.

E pois que esta ley não excluiu outrora o Conde de Bollonha, D. Affonso, da successão á Corôa de Portugal, ella não poderá também excluir agora a S. M. o Imperador do Brasil e Principe Real de Portugal d'esta mesma successão.

2.º O de uma ley posteriormente feita a 12 de Agosto 1642 pelo Rey D. João IV a rogo dos Tres Estados, em ratificação da de Lamego. Diz esta segunda ley, "Que o successor da Corôa deverá ser um Principe nascido em Portugal, e que nenhum Principe estrangeiro de nascença, por mui proximo parente que seja do Rey, jámais poderá succeder-lhe."

Ora, como esta exclusão respeita unicamente aos principes nascidos em paiz estrangeiro, he claro que ella não póde ser applicavel a S. M. que nasceu em Portugal. Demais, como nem uma nem outra d'estas leys prevenirão o caso da partilha da Corôa da Monarchia Portugueza por solemne accôrdo entre o Rey e seu legitimo

herdeiro e successor (o que pela primeira vez succedeu em Portugal entre S. M. El-Rey D. João VI e seu filho primogenito o PRINCIPE REAL D. PEDRO) estas leys, nós o repetimos, não poderiaõ ser applicadas ao caso de que se trata.

Ratificando o tractado de 22 de Agosto de 1825 pelo qual se operou esta partilha da Corôa, S. M. El-Rey D. João VI promulgou, em 15 de Novembro de 1825 uma Ley e Editto perpetuo, no qual reconhece seu filho primogenito, o IMPERADOR DO BRASIL na sua qualidade de PRINCIPE REAL DE PORTUGAL, e revoca expressamente todas as leys, usos, ordenações, e leys ou assentos em Côrtes, que podessem ser contrarios á disposição d'esta Ley.

Para um caso imprevisto e novo, necessariamente era mister ley nova.

E como a authoridade de S. M. El-Rey D. João VI, era tam plena e illimitada como a de seu augusto predecessor El-Rey D. João IV., a ley de 15 de Novembro de 1825 (publicada em consequencia de hum tratado, que he um pacto sagrado e inviolavel, e uma ley suprema entre todas as nacções civilisadas) veio a ser para o Brasil e Portugal uma ley fundamental, e a unica que devia regular (como com effeito o fez) a successão da Corôa de Portugal no momento que vagou o Throno.

Tendo assim posto em evidencia a illegalidade da decisão dos *pertendidos* Tres Estados do Reyno, bem como a falsidade dos argumentos por elles allegados a favor da usurpação, não nos resta senão cumprir um doloroso quanto honrado dever, o de PROTESTAR COMO PROTESTAMOS altamente á face do Universo, e contra a usurpação da Corôa de Portugal, que acaba de ser feita a

D 2

S. M. O IMPERADOR DO BRASIL E REY LEGITIMO DE PORTUGAL, BEM COMO A SUA SOBRE TODAS MUITO AMADA FILHA DONA MARIA DA GLORIA, E NOS CONFIAMOS ESTE SOLEMNE PROTESTO A' OMNIPOTENCIA DO SUPREMO ARBITRO DOS IMPERIOS, E A JUSTIÇA DE TODOS OS SOBERANOS DA EUROPA.

Feito em Londres em 8 d'Agosto de 1828.

(Assignado) MARQUEZ DE REZENDE.

VISCONDE DE ITABBYANA.

Portaria da Intendencia da Policia ordenando aos Juizes de Fóra que excluão das Eleiçoẽs de Procuradores das Villas e Cidades todos aquelles individuos, que não forem partidarios da rebeldia

Podendo acontecer, que por occasião das eleições dos procuradores das Camaras, convocados á Côrte dos Tres Estados do Reyno em conformidade do Decreto de 3 do corrente mez de Mayo, e instrucções, que com as Cartas convocatorias lhes forão dirigidas, pessoas mal intencionadas, facciosas, e inimigas das instituições e leys fundamentaes da Monarchia, premeditem subornar os eleitores para obterem votos com o particular fim de perturbar e transtornar o importante objecto de similhante convocação dos Tres Estados: campre que V. m. em observancia da ley, proceda immediatamente a devassa de suborno, que por occasião de taes e outras eleições a mesma ley tem decretado, devendo considerar e classificar como subornados os votos, que recahirem em individuos facciosos, e que pelos seus sentimentos, e opiniões, politicas se tenham pro-

nunciado inimigos dos verdadeiros principios de Legitimidade, e sectarios das novas instituições; porisso que taes individuos não podem fazer, e constituir a verdadeira representação Nacional.

Essa devassa deve andar em igual passo com o processo das eleições, de maneira que findas estas se encerre a devassa, e com a pronuncia se remetterá a esta Intendencia, ao mesmo tempo que á Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino se remetterem as procurações: o que tudo de ordem immediata de S. M. R. o Senhor Infante Regente muito lhe recomendo debaixo da mais restricta responsabilidade = Deos G. a V. m.

Lisboa 17 de Mayo de 1828. O Desembargador Ajudante.

José Bernardo Henrique de Faria.
Sr. Juiz de Fóra de Aviso.

Circular do Visconde de Nabayana ao Corpo Diplomático residente em Londres, notificando lhe o Protesto dos Plenipotenciarios Brasileiros na Europa contra a Usurpação da Coróa de Portugal.

Park Crescent, 14 de Agosto de 1828.

Os Plenipotenciarios de S. M. o Imperador do Brasil na Europa, acabão de preencher o mais penoso (e ao mesmo tempo, o mais honroso) dos seus deveres, aquelle de protestarem formalmente contra hum acto de rebeldia, perjurio, e traição, praticado contra o Seu Augusto Amo, em manifesta violação do principio tutelar da Legitimidade, sobre que se funda o veneravel Systema Monarchico da Europa.

Este acto he a usurpação da Corôa de Portugal, que he hum acontecimento tão notorio, quanto será funesto pelas desastrosas consequências que devem necessariamente resultar delle.

E o Prôtesto feito, he o que eu tenho a honra de transmitir á V. Ex.^a, pedindo ao mesmo tempo, que o leveis ao conhecimento de V. Augusta Côrte, que se dignará, sem duvida, de apreciar a justiça delle.

Por esta prova de condescendencia vós adquirireis, Sñr., novos titulos á áalta consideração com que eu tenho a honra de ser

De V. Ex.^a

O muito humilde e Obediente Servidor

(Assignado) VISCONDE DE ITABAYANA.
A' Sua Excelencia o Sr.....

— — — — — } — — — — — { — — — — —

Londres de Setembro de 1828.

A Fragata Brasileira denominada a Imperatriz de 40 pessas commandada pelo Vice-Almirante Manoel Antonio Parinha, chegou esta manhã de Gibraltar, donde se fez á vella em 5 do corrente mez de Setembro, conduzindo a seu bordo a Joven Rainha de Portugal, D. Maria da Gloria.

Sua Magestade Fidelissima, foi recebida com todas as demonstrações de respeito devido á sua alta Dignidade, e a Fragata foi salvada á sua entrada, pelas Náos surtas no porto, (ao que a Fragata correspondeo) e foi outra vez salvada depois de ter içado a Real Bandeira de Portugal, no tópe grande quando deo fundo. O Vis-

conde de Itabayana, o Marquez, e a Marqueza de Palmella, o General Valdez, ex-Governador da Ilha da Madeira, junto com os Chefes Militares, e Civis, serão immediatamente abordo da Fragata, tributar seo respeito á Augusta Pessoa de S. M. F., e com mais particularidade os primeiros para conferenciarem com o Marquez de Barbacena sobre negocios futuros. Parece que athe á sua chegada, a Rainha não estava muito certa, se seria recebida unicamente como Duqueza do porto, e porisso a bandeira Portuguesa não foi içada abordo da Fragata Imperatriz senão depois de hum salva Real dos Fortes, e Embarcações que annunciou seo reconhecimento, e recebimento como Rainha pelo Governo Britannico, pelo que se diz que S. M. F. tivera grande satisfação.

Despachou-se para Plimouth, hum Barco de Vapôr a nunciar estes successos a Lord Clinton, e a Sir-W. am. Fremantle, que alli existião, assim como para dar ordem aos Generaes Portuguezes ao desembarque.

S. M., ha-de desembarcar amanhã de tarde ou Sexta feira de manhã no Cáes, honde para esse fim se erigirão humas espaçozas escadas temporarias alcatifadas de veludo carmezim, e hirá acompanhada para terra pelos escaleres das Náos, onde a espera ao seo desembarque hum guarda de honra militar, e o Lord maior lhe dirigirá hum disurso congratulatorio, e se diz que este acto de cortejo ha-de ser seguido pela Nobreza, e Cidadãos distinctos da visinhança. O Povo do Campo se está juntando nesta Cidade em grande numero.

MARANHÃO.

EDITAL.

Faustino Joze Schultz, Cavalleiro da Ordem Militar de São Bento de Aviz, Capitão de Már e Guerra da Armada Nacional e Imperial, Intendente de Marinha da Provincia do Maranhão por S. M. I. a quem Deos Guarde &c.

Em cumprimento do que Detremina o Regulamento de 7 de Junho de 1811; faço saber a todos os Srs. Consules, Vice-Consules, Proprietarios Consignatarios, Capitães, e Mestres de Navios de qualquer Nação que sejam: que perdendo algum ferro do seu Navio, me darão parte, declarando o seu pezo, marca, e contra-marca, assim como a grossura, e comprimento da amarra que ficou preza ao dito ferro, afim de eu lhe dar licença por escripto para fazerem a rocega dos ferros perdidos, sem o que nenhum Commandante de Navio Nacional, e Estrangeiro o poderá fazer. Logo que se tiver rocegado, e suspendido o ferro que se declarou ter perdido, será conduzido ao lugar que por mim lhe fôr designado para se cotejar com os signaes que deu, e verificando-se que he o mesmo do seu Navio, lhe será entregue immediatamente: se porém o ferro achado não fôr de quem o rocegou, e sim pertencente á Fazenda N. e I., ou a algum particular, a pessoa que o tiver rocegado perceberá a gratificação que lhe corresponder em conformidade dos Artigos 14 15, e 16 do mesmo Regulamento.

Quando o Ordenança chegou com esta resposta, já a carta do nosso amigo, o Sr. Capitão João Rufino Marques, não existia, pois como não era documento official, nem precisava de o ser, a não conservamos. Conhecemos então que tínhamos commettido hum erro gravissimo em civilidade, ommittindo formalidades que devião acompanhar aquella cópia da Portaria que remettemos ao Sr. Redactor da Minerva, e para remediar-mos nossa falta, escrevemos ao Sr. Redactor da Minerva, dilucidando-lhe o caso, e pedindo-lhe nos dissesse se havia duvida, ou misterio para a inserção daquella Portaria no seu Periodico. O nosso Collega o Sr. Redactor da Minerva nos respondeo, dirigindo-nos huma carta muito civil, e he a que segue.

Illm.^o Sr. João Chrispim Alves Lima. *Red. Ba*

Não ha dâvida, nem misterio da minha parte na inserção da Portaria, cuja cópia V. S. me remetteo; será pois inserta; como potém=desejar S. Ex. que a Portaria seja inserta nos Periodicos d'esta Cidade—differe de—ordenar que o Sr. Director da Typographia a faça inserir nos ditos Periodicos==(como me disse o Ordenança) julgo que he desculpavel o desejo que tive de ver a ordem que foi a V. S. reinettida; todavia se ésta minha curiosidade chocou o melindre de V. S., queira disculpalla como filha da minha delicadeza.

Desejo lhe perfeita saude, e sou

De V. S.

Amigo Collega e servo obrigado.

S. C. 4 de Novembro de 1828

David Fonseca Pinto.

Transcrevemos esta carta porque ella mostra os motivos, porque o Sr. Redactor da Minerva pareceo duvidar da inserção da Portaria em sua folha.

E 2

Pareceo-lhe certamente ficar menoscabada a qualidade de Jornalista, não lhe sendo remettida aquella Portaria diplomatica, em linha recta, pelo Illm.^o Secretario da Provincia.

Pareceo-lhe certamente que se nos dava alguma preferencia periodiquineira, mandando-se-nos a Portaria para ser inserida em hum e outro Periodico; se esta foi a persuasão do Sr. Redactor da Minerva, nós de boa vontade lhe cedemos essa preferencia, sem que por isso padeça nosso amor proprio. Declaramos pois que para inserirmos em nossa mesquinha folha, quaesquer escriptos officiaes, não precisamos, nem pertendemos remessas feitas com formalidades diplomaticas; basta que se nos faça conhecer por qualquer modo, forma, via ou maneira que seja, a vontade do Governo. Fazemos esta exposição para desviar qualquer idéa impropria que possa ser suscitada pela variedade, que se lê na Minerva N.^o 39.

Nós conhecemos o distincto merecimento da judiciosa Minerva; nós conhecemos que vale mais lêr o seo frontespicio, do que todas as frioleiras de nossas longas Bandurras, e por isso temos toda a prevenção, contra a tentação de primazia na ordem periodiqueira, acreditando que aquella remessa das Portarias se nos fez como Director da Typographia. A Bandurra se lisonjeará muito de seguir á longe a sabia Minerva, e jámais lançará sobre ella vistas de superioridade; a Bandurra se dirá sempre a si mesma, olhando para a Minerva, o que dizia Estacio.

" *Nec tu divinam Œneida tenta*
" *Sed longe sequere, et vestigia semper adora.*

João Crispim Alves de Lima
Amen.

Se alguma pessoa sonegar ferros achados, ou depois de os suspender não cumprir o que se acha Determinado pelo dito Regulamento, ficará sujeita a condemnação da oitava parte do valor dos referidos ferros, a favor do Denunciante, e os mesmos ferros, e quaesquer outros objectos ficarão pertencendo á Fazenda Nacional e Imperial. Se porém os ditos ferros sonegados fôrem de particulares, que delles hajão feito a devida declaração, ser-lhes-hão entregues, e pagará o sonegador á Fazenda Nacional, e Imperial humia quarta parte da sua avaliação, e ao Denunciante a condemnação da oitava parte do seu valor.

Intendencia da Mariuha do Maranhão 20 de Novembro de 1828. *Faustino Joze Schultz.*

RIO DE JANEIRO.

Sendo presente a Sua Magestade o Imperador o Officio do Vice-Presidente da Provincia do Maranhão, de 31 de Julho do anno passado, em que representa a necessidade de augmentar o fundo das Loterias, que lhe fôraõ concedidas para conservação do Theatro da Capital, athe á somma de 320 contos de réis, pelos motivos que allega: Manda o Mesmo Augusto Senhor, pela Secretaria d'Estado dos Negocios do Imperio, participar ao Vice-Presidente, para sua intelligencia, que Ha por bem não alterar coisa alguma no que se acha determinado a respeito de Loterias na referida Provincia.

Palacio do Rio de Janeiro em 14 de Julho de 1828. = *Joze Clemente Pereira.* *Da vid Fonseca Pinto*

Em o numero 39 da Minerva de Quinta-feira 20 do cadente mez Novembro, folha politica, litteraria, e commercial, achamos huma = Va-

riedade—logo áfrente, e como a dita variedade he muito embrulhada, e póde fazer muito variar a quem a ler sobre o seu verdadeiro objecto, o além disso cheira a principio de huma destas intrigas pequeninas, de que ja temos abundancia, vamos desembulhar a tal variedade, principalmente nas palavras=*apezar pois que aquella Portaria nos não fosse remettida, transcreve-la hé mos da Bandurra &c.*=para que o Publico não abrace a Nuvem por Juno. He pois o caso:

Pelo Official-mayor da Secretaria do Governo da Provincia o Sr. Capitão João Rufino Marques, nos foi remettida em os primeiros dias deste mez huma Portaria do Illustrissimo e Excelentissimo Sr. Presidente da Provincia, relativa á conservação, limpeza, e asseio das fontes desta Cidade, e nos dizia o dito Official-mayor em huma pequena carta familiar, e de amizade, pois a temos=que S. Ex. dezejava que aquella Portaria fosse inserida nos Periodicos desta Cidade. Suppomos que isto nos foi assim ordenado em rasão de Director da Typographia Nacional e Imperial desta Cidade.

A amizade que consagramos ao nosso bom Collega o Sr. Redactor da Minerva, e que da nossa parte he sincera, nos induzio a dispensar-mo-nos de formalidades; e extrahindo huma copia fiel da Portaria, lha enviamos pela Ordenança da Typographia, com hum recado vocal, que se limitava a dizer-lhe que S. Ex. o Sr. Presidente mandava aquella Portaria para ser inserida nos Periodicos desta Cidade; entregou-se aquella copia ao Sr. Redactor da Minerva, questionou o Ordenança sobre quem, como, porque modo, via, e maneira nos tinha sido dirigida aquella Portaria a nós, e não a elle, e que dezejava ver a carta que nos foi dirigida,

A BANDURRA.

N.º 22.

DEZEMBRO 15 DE 1828.



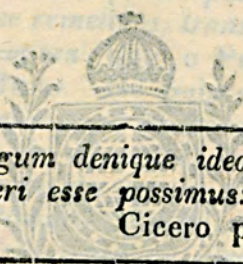
INDICE DAS MATERIAS.

	pag.		pag.
Convenção preliminar da paz com Buenos- Aires.....	757	sobre o desembar- que da Rainha de Portugal em Fal- mouth	774
ESPANHA.		Falla que á Mesma fizerão o Lord Ma- yor, e Corporação de Falmouth.....	776
Hospitalidade das Authoridades Espa- nholas para com as Tropas Portugue- zas	767	Resposta de S. M..	777
Extracto do Courier		Avisos.....	Idem

MARANHAÕ,
TYPOGRAPHIA NACIONAL.
1828.

A BANDA

DEZEMBRO 15 DE 1828



*Legum denique ideo servi sumus, ut
liberi esse possimus:*
Cicero pro Cluentio.

INDICE DAS MATERIAS

Convenção preliminar	757
da paz com Buenos	
Aires.....	
ESPAHHA	
Hospitalidade das	
autoridades Espa-	
holas para com as	
de Portugal	
de Richmond.....	
Resposta de S. M.	
Avisos.....	

sobre o desembar-
que da Rainha de
Portugal em Pa-
monia.....
Falla que a Ma-
jor e Corporação
de Richmond.....
Resposta de S. M.
Avisos.....

TYPOGRAPHIA NACIONAL
1828

de haverem trocado os seus Plenos Poderes respectivos, que serão achados em boa e devida forma, convierão nos Artigos seguintes:

ARTIGO I.

SUA Magestade o Imperador do Brasil Declara a Província de Monte-Video, chamada hoje Cisplatina, separada do territorio do Imperio do Brasil, para que possa constituir-se em Estado livre, e independente de toda, e qualquer Nação, de baixo da fórma de Governo, que julgar mais conveniente a seus interesses, necessidades, e recursos.

ARTIGO II.

O GOVERNO DA REPUBLICA DAS PROVINCIAS UNIDAS DO RIO DA PRATA, Concorde em declarar pela sua parte a Independencia da Província de Monte-Video, chamada hoje Cisplatina, e em que se constitua em Estado livre, e independente, na fórma declarada no artigo antecedente.

ARTIGO III

Ambas as ALTAS PARTES CONTRATANTES Obrigão-Se a Defender a Independencia, e integridade da Província de Monte-Video, pelo tempo, e pelo modo, que se ajustar no Tratado definitivo de Paz.

ARTIGO IV

O Governo actual da Banda Oriental, imme-

B

diatamente que a presente Convenção fôr ratificada, convocará os Representantes da parte da sobredita Provincia, que lhe está actualmente sujeita: e o Governo actual da Praça de Monte-Video fará ao mesmo tempo huma convocação igual dos Cidadãos residentes dentro desta: regulando-se o numero dos Deputados, pelo que fôr correspondente ao dos Cidadãos da mesma Provincia; e a fôrma das eleições pelo Regulamento adoptado para a eleição dos seus Representantes na ultima Legislatura.

ARTIGO V.

A eleição dos Deputados correspondentes á população da Praça de Monte-Video, será feita precisamente *extra muros*, em lugar que fique fóra do alcance da artilheria da mesma Praça, sem nenhuma assistencia de força armada.

ARTIGO VI.

Reunidos os Representantes da Provincia, fóra da Praça de Monte-Video, e de qualquer outro lugar, que se achar occupado por Tropas, e que esteja ao menos dez legoas distante das mais vizinhas, estabelecerão hum Governo Provisorio, que deve governar toda a Provincia, até se installar o Governo permamente, que houver de ser creado pela Constituição. Os Governos actuaes de Monte-Video, e da Banda Oriental, cessarão immediatamente que aquelle se installar.

ARTIGO VII.

Os Mesmos Representantes se occuparão de-

pois em fórmãr a Constituição Política da Provincia de Monte-Video; e esta, antes de ser jurada, será examinada por Commissarios dos DOUS GOVERNOS CONTRACTANTES, para o unico fim de vêr se nella se contém artigo, ou artigos, que se opponhão á segurança dos seos respectivos Estados. Se acontecer este caso, será explicado publica, e cathegoricamente pelos mesmos Commissarios; e, na falta de commum accordo destes, será decidido pelos DOUS GOVERNOS CONTRACTANTES.

ARTIGO VIII.

Será permittido a todo, e qualquer habitante da Provincia de Monte-Video sahir do territorio desta; levando consigo os bens de sua propriedade, salvo o prejuizo de terceiro, até o tempo do juramento da Constituição, se não quizer sujeitar-se a ella, ou assim lhe convier.

ARTIGO IX.

Haverá absoluto, e perpetuo esquecimento de todas, e quaesquer opiniões politicas, ou factos, que os habitantes da Provincia de Monte-Video, e os do territorio do Imperio do Brasil, que tiver estado occupado por Tropas da Republica das Provincias Unidas, tiverem professado ou praticado, até a época da ratificação da presente Convenção.

ARTIGO X.

Sendo hum dever dos DOUS GOVERNOS CONTRACTANTES auxiliar, e proteger a Provincia de Monte-Video, até que ella se constitua

B 2

completamente, convém os mesmos Governos em que, se antes de jurada a Constituição da mesma Provincia, e cinco annos depois, a tranquillidade e segurança publica fór perturbada dentro della pela guerra civil, prestarão ao seo Governo legal o auxilio necessario, para o manter e sustentar. Passado o prazo expressado, cessará toda a protecção, que por este artigo se promette ao Governo legal da Provincia de Monte Video; e a mesma ficará considerada no estado de perfeita e absoluta independencia.

ARTIGO XI.

Ambas as ALTAS PARTES CONTRATANTES declaraõ muito explicita, e cathegoricamente, que, qualquer que possa vir a ser o uso da protecção, que, na conformidade do Artigo antecedente, se promette á Provincia de Monte Video, a mesma protecção se limitará, em todo o caso, a fazer restabelecer a ordem, e cessará immediatamente que esta fór restabelecida.

ARTIGO XII.

As Tropas da Provincia de Monte-Video, e as Tropas da Republica das Provincias Unidas, desoccuparão o Territorio Brasileiro, no preciso, e peremptorio termo de dois mezes, contados do dia, em que forem trocadas as ratificações da presente Convenção, passando as segundas para a margem direita do Ryo da Prata, ou do Uruguay; menos huma força de mil e quinhentos homens, ou maior, que o Governo da sobredita Republica, se o julgar conveniente, poderá conservar dentro do territorio da sobredita Provincia de

Monte-Video, no ponto que escolher, até que as Tropas de SUA Magestade o Imperador do Brasil desoccupem completamente a Praça de Monte-Video.

ARTIGO XIII.

As Tropas de SUA Magestade o Imperador do Brasil desoccuparão o territorio da Provincia de Monte-Video, incluída a Colonia do Sacramento, no preciso e peremptorio termo de dous mezes, contados do dia, em que se verificar a troca das ratificações da presente Convenção; retirando-se para as fronteiras do Imperio, ou embarcando: menos hum a força de mil e quinhentos homens, que o Governo do Mesmo Senhor poderá conservar na Provincia de Monte Video, até que se installe o Governo Provisorio da sobredita Provincia: com a expressa obrigação de retirar esta força dentro do preciso e peremptorio termo dos primeiros quatro mezes seguintes á installação do mesmo Governo Provisorio, o mais tardar; entregando, no acto da desoccupação, a expressada Praça de Monte-Video *in statu quo ante bellum* a Commissarios authorizados competentemente *ad hoc* pelo Governo legitimo da referida Provincia.

ARTIGO XIV.

Fica entendido, que tanto as Tropas de SUA Magestade o Imperador do Brasil, como as da Republica das Provincias Unidas, que, na conformidade dos dous Artigos antecedentes, ficão temporariamente no territorio da Provincia de Monte-Video, não poderão intervir

por fôrma alguma nos negocios politicos da mesma Provincia, seu Governo, Instituições &c. ellas serão consideradas como meramente passivas, e de observação; conservadas alli para proteger o Governo, e garantir as liberdades, e propriedades, publicas, e individuaes: e só poderão operar activamente, se o Governo legitimo da referida Provincia de Monte-Video requisitar o seu auxilio.

ARTIGO XV.

Logo que a troca das ratificações da presente Convenção se effectuar, haverá inteira cessação de hostilidades por már, e por terra: o bloqueio será levantado no termo de quarenta e oito horas, por parte da Esquadra Imperial: as hostilidades por terra cessarão immediatamente que a mesma Convenção, e suas ratificações fôrem notificadas aos Exercitos; e por már dentro de dous dias até Santa Maria; em oito até Santa Catharina; em quinze até Cabo Frio; em vinte e dous até Pernambuco; em quarenta até a Linha; em sessenta até a Costa de Leste; e em oitenta até os mares da Europa. Todas as tomadias, que se fizerem por már, ou por terra passado o tempo que fica aprazado, serão julgadas más prezas e reciprocamente indemnizadas.

ARTIGO XVI.

Todos os prisioneiros de huma e outra parte, que tiverem sido feitos durante a guerra, no már ou na terra, serão postos em liberdade, logo que a presente Convenção fôr ratificada, e as ratificações trocadas; com a unica condição de que não poderão sahir, sem que tenham segurado o

pagamente das dividas, que tiverem contrahido no Paiz aonde se acharem.

ARTIGO. XVII

Depois da troca das ratificações da presente Convenção as ALTAS PARTES CONTRACTANTES tratarão de nomear os seus respectivos Plenipotenciarios, para se ajustar e concluir o Tratado definitivo de Paz, que deve celebrar-se entre o Imperio do Brasil, e a Republica das Provincias Unidas.

ARTIGO XVIII.

Se, o que não he de esperar, as ALTAS PARTES CONTRACTANTES não chegarem a ajustar-se no sobredito Tratado definitivo de Paz, por questões, que possam suscitar-se em que não concordem, apesar da Mediação de SUA MAGESTADE BRITANICA, não poderão renovar-se as hostilidades entre o Imperio, e a Republica, antes de serem passados os cinco annos estipulados no Artigo X., e mesmo depois de passado este prazo, as hostilidades não poderão romper-se sem previa notificação feita reciprocamente seis mezes antes, com conhecimento da Potencia mediadora.

ARTIGO XIX.

A troca das Ratificações da presente Convenção será feita na Praça de Monte-Video dentro do tempo de setenta dias, ou antes se fôr possível, contados do dia da sua assignatura.

Em testemunho do que nós os abaixo assig-

nados, Plenipotenciarios de SUA Magestade O IMPERADOR DO BRASIL, e do Governo da Republica das Provincias Unidas, em virtude dos nossos Plenos Poderes, assignámos a presente Convenção, e lhe fizemos pôr o Sello de nossas Armas.

Feita na Cidade do Ryo de Janeiro aos vinte e sete do mez de Agosto do Anno do Nascimento de Nosso Senhor JEZUS CHRISTO de mil oitocentos e vinte oito.

- (L. S.) *Marquez do Aracaty.*
- (L. S.) *José Clemente Pereira.*
- (L. S.) *Joaquim d'Oliveira Alveres.*
- (L. S.) *Juan Ramon Balcarce.*
- (L. S.) *Thomas Guido.*

ARTIGO ADDICIONAL.

Ambas as ALTAS PARTES CONTRATANTES se compromettem a empregar os meios ao seo alcance, afim de que a navegação do Ryo da Prata, e de todos os outros que nelle vão sahir, seja conservada livre para uso dos Subditos de huma e outra Nação, por tempo de quinze annos, pela fórmula que se ajustar no Tratado definitivo de Paz.

O presente Artigo Additional terá a mesma força, e vigor como se fosse inserido palavra por palavra na Convenção Preliminar da data de hoje.

Feito na Cidade do Ryo de Janeiro aos vinte e sete do mez de Agosto do anno do Nascimento de Nosso Senhor JEZUS CHRISTO de mil oitocentos e vinte oito.

- (L. S.) *Marquez do Aracaty.*
 (L. S.) *Joze Clemente Pereira.*
 (L. S.) *Joaquim d'Oliveira Alvares.*
 (L. S.) *Juan Ramon Balcarce.*
 (L. S.) *Thomas Guido.*

E Sendo-Nos presente a mesma Convenção, cujo theor fica acima inserido, e sendo bem visto, considerado, e examinado por Nós tudo o que nella se contém, Tendo Ouvido o Nosso Conselho de Estado, a Approvamos, Ratificamos, e Confirmamos, assim no todo, como em cada hum dos seos artigos e estipulações; e pela presente a Damos por firme e valiosa; Promettendo em Fé, e Palavra Imperial observa-la, e cumpri-la e Fazela observar, e cumprir por qualquer modo que possa ser. Em testemunho e firmeza do sobre-dito Fizemos passar a presente Carta por Nós assignada, passada com o Sello Grande das Armas do Imperio, e referendada pelo Nosso Ministro e Secretario de Estado abaixo assignado.

Dada no Palacio do Ryo de Janeiro aos trinta dias do mez de Agosto de mil oitocentos e vinte oito.

PEDRO IMPERADOR Com Guarda

Marquez do Aracaty.

ESPAÑHA.

As tropas Portuguezas deffensoras da Legitimidade, refugiadas na Galiza, e a hospitalidade das Authoridades Espanholas.

Os desastrosos acontecimentos do Porto, nos

c

ultimos dias de Junho proximo passado, são tão conhecidos, quanto lamentados por todos os homens de bem, que sabem apreciar o fiel desempenho dos sagrados deveres, que a honra e a lealdade impoem a todo o Cidadão para com o seu legitimo Rei, e para com a sua patria. Mas o que ainda não he assaz conhecido, e que he preciso que o seja cabalmente por todas as Nações cultas, e civilisadas, são os sofrimentos inauditos, que padecerão os leaes subditos de Pedro IV, quando depois de generosos, mas inuteis esforços, para sustentar os direitos, e a dignidade de S. M., se virão obrigados (para poupar o sangue Portuguez, e a devastação do paiz que os viu nascer,) a refugiar-se n'um Reino vizinho, onde com tanto maior razão se deviaõ julgar seguros, e protegidos pelas sagradas leis da hospitalidade, em virtude da causa que defendião, quanto lhes constava, e he constante a todo o mundo, que aquelle povo onde se acolhiaõ, se tinha, ainda não ha muito tempo, coberto de gloria, e ganhado honrosa fama combatendo pela mesma causa, que elles agora defendem; e o que mais he auxiliados por elles, e pelejando nas mesmas fileiras. Mas prescindindo desta circumstancia, alias mui atendivel, prescindindo mesmo dos laços de familia, que estreitamente ligão os Monarchas das duas Nações, e da uniformidade de costumes, de interesses, de religião, e ate de idioma, que entre ellas se observa: bastaria a simples noção dos deveres da hospitalidade, o simples instincto de humanidade, e a simples idea de civilisação, para o exercito, e refugiados Portuguezes serem recebidos no territorio d'Espanha, com todas as demonstrações de cordeal benevolencia, consideração, e respeito devido *au courage malheureux*.

Entre tanto elles receberão hum acolhimento tal em Hespanha, que melhor o encontrariaõ entre os Cafres, ou Mouros, se entre esses barbaros procurassem azilo, e invocassem as leys da hospitalidade.

Hum circumstancia, que torna mais agravante o escandaloso procedimento das Authoridades Hespanholas nesta conjunctura, he a barbaridade com que tratarão os subditos fieis de S. Magestade Fidelissima em Julho de 1828, depois de terem acolhido com excessiva bondade os infames, que se rebellarão contra a sua patria, e contra o seu Rey em 1826 e 1827; estes por serem vis, infames, prejuros, e scelerados, forão recebidos como amigos, tratados como irmãos, respeitados como heroes;—aquelles por serem probos cidadãos, subditos fieis, e honrados patriotas são recebidos como inimigos, tratados como rebeldes, e expulsados como malfeteiros. Reflectindo sobre estas duas épocas, e considerando estes dous rasgos de *limitrofe hospitalidade* póde dizer-se, sem receio de exaggeração, que, em ambas as mencionadas épocas, as Authoridades Hespanholas se tem comportado com escandalosa indecencia, e com aquella herdada ferocidade africana, que parece refinar-se na presente Era, seja concedendo, seja negando hospitalidade aos que são forçados a pedir-lha. Que he feito pois daquelle espirito cavalleiresco, daquelles façanhosos prodigios de generosidade castelhana, de que tanto fallão suas historias, seus poemas, e seus romances? Acabarão em D. Quixote, ou foi elle talvez o unico que o Ceo dotou d'acrisolado heroismo?

Fabuloso ou verdadeiro, provéra a Deos que os hespanhoes d'hoje imitassem as accções nobres

do heroe de la Mancha; porque aquelle arrogante, e destemido *Hidalgo* só cingia o broquel, e enristava a lança para desafrontar injuriadas *Damas*, *Principes* trahidos por seus desleaes vassallos, e a patria insultada por insolentes fanfarrões; mas os *caballeros* seus patricios, principalmente os raianos de Portugal, armão-se de sua feroz crueledade para ajudar as *bruxas*, e os *duendes* offensores—para proteger a rebeldia de vassallos infames e de *Principes* traidores, e para appedrejar os que bem servem e honrão a sua Patria. Com D. Quixote nas fronteiras de Hespanha, o Chaves e os seus *chaveiros* tiverão sido feitos em postas, ou pelo menos lançados no monturo dos ferros velhos;—e os honrados, e leaes combatentes pelos direitos do seu Rey, e pela gloria de seu paiz terião sido recebidos com urbanidade, respeito, e cortezia. Por tanto, em nossa humilde opinião, D. Quixote com toda a sua loucura, e com todas as extravagancias que descreve a famosa penna de seu illustre historiador, tinha mais saber, melhor politica, moral mais pura, e mais nobres, e ellegados sentimentos do que a maior parte dos individuos hoje constituidos em authoridade na Castella, nas Asturias, e na Galiza. E quem he a principal causa de tanta vileza, e de tantas iniquidades? O Partido Apostolico-jesuitico—fradesco, composto d'homens *prudentes*, *moderados*, *tementes a Deos*, *amigos do throno*, e *do altar*, segundo a fraze do Infante D. Miguel, que he quanto basta para os caracterizar d'impios, infames, rebeldes, perjuros, e insensatos.

O castigado e atravessado Coronel Pereira, *Canibal Apostolico*, foi o homem temente a Deos, e de-roto da legitimidade, que organisou o syste-

tema de persiguição contra o Exército fiel a S. M. Fidellissima, refugiado na Galiza. Não se póde descrever todas as *picardias* daquelle mavaldo apostolico inquizidor, desfarçado em coronel; porque nem mesmo a hiperbole castelhana offerece termos assaz significativos para expressa-las; mas o certo he que elle commetteo baixezas, e atrocidades, apenas dignas de *Berranxin* ou de qualquer outro de tantos celebrados salteadores, que tem produzido a fertil Hespanha em genios mal fazejos. Não duvidemos que esse infame *Pereira* que he o *caudillo* da camarilha apostolica, tenha obrado por ordem dos homens *tementes a Deos, e defensores dos thronos*, mas o que o torna mais infame, e abominavel he o diabolico zêlo com que elle desempenhou a commissão de iniquidade, de que foi encarregado, armando tantas siladas aos infelizes refugiados, que não lhes restava outro partido senão o de perder a honra e a vida, depois de terem sido roubados de quanto possuíão em dinheiro, ou em vestuario. O infame ~~canibal~~ *canibal* commeceu por despojalos de quanto ~~tinhão~~ *tinhão*, e depois de lhe roubar os cavallos, as espadas, o dinheiro, os vestidos, e até a propria camiza, pasou a exercer sobre elles toda a casta de infamias, e crueldades; e no meio dos tormentos da fome, da desnudez, e da desesperação, elle, por si, e seus satelites empregarão todos os meios de corrupção para debôchar os soldados, aconselhando-lhes de desertar a causa da legitimidade para allistar-se debaixo do Estandarte da rebeldia, e defender o usurpador. Chegou até a forjar huma amnistia em nome do Infante rebelde, para os que voltassem a Portugal, e não podendo conseguir senão a deserção de poucos soldados que. na escolha de dous ma-

les, perferirão o menor entregando-se antes á barbaridade de D. Miguel, do que prolongando os seus tormentos n'hum paiz inhospito, que só lhes offerecia hum tratamento mais barbaro, e hum destino mais cruel; e não obter podendo que os officiaes, desde os grãos mais superiores até aos mais infimos, e a maioria dos soldados transigissem contra a honra e lealdade que os caracterizão, recorreo a hum diabolico estratagemma, que os perdia a todos sem nenhum recurso, intimando-lhe, que no fim d'um mez, elles seriam expulsos do territorio Hespanhol; que era o mesmo que dizer-lhes seriam todos entregues á discrição do despota exterminador.

Tal tivéra sido a sorte da mais nobre porção do Exercito Portuguez=da unica que merece o nome de honrada, fiel, e briosa se a firmeza de character e incansavel actividade do commandante em Chefe (o Brigadeiro Pizarro) coadjuvado pelo intrepido e honrado Major Sá, e em geral por toda a Officialidade, não recorresse a todos os meios possiveis de salvar o pequeno numero de fieis (que em certo modo salvarão a honra da Nação), e rompendo por entre tantos perigos, que o ameaçavão, não fizesse vehementes representações á Corte de Madrid, expondo-lhe com firmeza e dignidade as injustiças, com que eram opprimidos os leaes subditos d'um Rey legitimo, sem outro nenhum crime, ou culpa senão a de permanecerem fieis a seus juramentos. Esta representação foi entregue a S. M. C. por via do Ministro competente, ao mesmo tempo que outras cópias fórão enviadas aos Embaixadores das Potencias na Côrte de Madrid, acompanhadas do relatorio de todas as vexações, que se exercião sobre os subditos fieis d'um Monar-

cha amigo e alliado dos Soberanos, que elles representavão, e de supplicas para que houvessem de interferir afim de melhorar a sua sorte. Outros officios fôrão dirigidos para o mesmo effeito a S. Ex.^a o Visconde de Itabayana, Ministro Plenipotenciario de S. M. o Imperador do Brasil e Rey de Portugal, junto a S. M. B.

O memorial dirigido a S. M. C. e as notas aos Embaixadores das potencias na Côrte de Madrid, se não produzirão a reparação das injustiças, a restituição dos roubos, a punição de Magistrados corruptos, nem hum tratamento mais humano da parte das authorides Hespanholas, produzirão ao menos huma prolongação de tempo, que apezar de ser huma prolongação de duro captiveiro, dava alguma esperança de proxima emigração para alguma terra mais hospitaleira, e mais a coberto das perseguições do despota usurpador. Quanto ás representações dirigidas aos Ministros Plenipotenciarios de S. M. o Imperador do Brasil e Rey de Portugal, ellas produzirão o effeito desejado, como era de esperar do zelo e actividade com que elles se empregão no serviço de S. M.; e interpozerão seus bons officios, empregado todos os meios de que podião dispor, para salvar os subditos fieis de seu Augusto Amo. Com este expediente, os honrados campões da fidelidade escaparão, como por milagre, a huma cilada ainda mais perfida e mais negra do que aquella, que armarão os barbaros habitantes da inhospita Moçambique aos Heroes Portuguezes descobridores da India. *Heu! fuge crudeles terras Fuge litus avarum.*

Temos relatado mui breve, e imperfeitamente huma pequena parte dos trabalhos, e martirios dos bravos soldados, e honrados Portuguezes,

que se virão forçados por estranhos, e inesperados acontecimentos a refugiar-se na Espanha; mas esta nossa relação; posto que veridica em quanto aos factos, não satisfaz, em quanto aos detalhes, a curiosidade de nossos leitores; e por tanto reservamos para outro lugar hum diario comprehendendo tudo o que se tem passado desde a retirada do Porto até a chegada aos portos de Inglaterra, ajuntando os documentos, ou correspondencia com as authoridades espanholas, que attestão ao mundo inteiro a sua barbaridade, e profligação. (1)

==< * > (*) < * > ==

EXTRACTO DO COURRIER.

RAINHA DE PORTUGAL

Falmouth 27 de Setembro de 1828.

As preparações, que se tinhão estado a fazer

(1) Quando fallamos das authoridades Hespanholas não comprehendemos em suas iniquidades, e actos deshumanos a nação Hespanhola tão innocente dos males que sofreraõ os emigrados. como o he a maioria da nação portugueza, e estamos bem persuadidos que todos os bons, e honrados hespanhoes presenciaraõ, com bastante magoa do seu coração, os máos tratamentos que se deraõ a seus hospedes, mas não lhes foi possivel remedia-los; porque elles mesmos senão forem deshumanos, crueis, em fim apostolicos, não são mais bem tratados pelo seu governo,

para a recepção, e desembarque de S. M. a Rainha de Portugal neste lugar, finalisarão-se esta manhã; e como o interesse, que excitou a sua chegada, foi muito grande, se reunirão muito cedo, e em grande numero muitas personagens para serem expectadoras de seo desembarque, o qual se havia annuciado ter lugar esta manhã.

A's 10 $\frac{1}{2}$ horas o fogo da *Imperatriz* deo aviso d'Ella ter deixado a Embarcação, e immediatamente romperão as salvas reaes da Náo de S. M. Britanica a *Astréa*, e das mais Corvetas surtas neste porto. Logo depois que a Real Partida se avistou de Terra, approximando-se a ella, cercada de hum grande numero de botes, e á proporção que se avisinhavão, as Embarcações no porto interior começarão a salvar, o que durou athe que S. M. tivesse quasi chegado á terra, onde ella foi recebida pelos Officiaes da Casa Real, Lord Clinton, e Sir William Fremantle, e os Embaixadores. Logo que Ella desembarcou, o Castello de Pendennis deo huma Salva Real.

Ao chegar S. M. ao fim das escadas (elevadas para o seu desembarque) vinte e quatro Meninas de idade igual á d'Ella, vestidas de branco, grinaldadas de flores, fazião o cortejo semeando ervas aromaticas entre as acclamações do povo tendo feito huma marcha de 50 jardas, passou para o Real Côxe para este fim preparado.

O brilhante quadro, que appresentou este sumptuoso desembarque, foi assaz interessante; pois que o concurso excedia a 10% pessoas.

Achando-se no Côxe S. M., se dirigio ao Palacio da Senhora Izabel Fox, magnificamente preparado para sua recepção, Logo depois o

D

Mayor, e Corporação de Falmouth, acompanhados de varios Senhores, dirigirão huma falla a S. M., congratulando-a pela sua feliz chegada á Inglaterra; e durante sua estada, hum grande numero de Senhoras se appresentarão a S. M., obtendo-a a graça de beijar-lhe a mão.

Depois de ter tomado deliciosos refrescos, S. M. visitou Grove Haill, a Casa de Campo do Illm.^o Sñr. G. C. Fox, e depois voltou.

A's 2 $\frac{1}{2}$ horas partio para Truro n'hum dos Reaes Côxes, seguida pela sua Commitiva, e os Embaixadores Portuguez, e Brasileiro, onde Ella pertende ficar o resto da noite, e depois seguir para Londres.

Cento e cincoenta respeitaveis Cidadãos offerecerão seos serviços como especiaes archeiros, e foraõ providos de lanças para acompanhala. Os Soldados do Castello de Pendennis, e os Marinheiros da Náo de S. M., *Astréa*, tambem estavam presentes; finalmente prestarão se todos os devidos respeitos á Legitima Soberana, de Portugal, e como tal Ella foi accollhida nas praias Britannicas.

Falla, que fizeram Lord. Mayor, e Corporação de Falmouth á Joven Raynha de Portugal no seo desembarque.

Nós leaes Vassallos de S. M. Jorge IV.^o, Rey do Reyno Unido da Grã-Bretanha, e Irlanda, o Mayor, Corporação, e Cidadãos de Falmouth, e suas visinhanças, com submissão nos appresentamos a V. M., congratulando-vos com sinceridade pela vossa feliz chegada aos dominios de nosso Soberano, assegurando a V. M. que fervorosamente rogamos ao Todo-Poderoso que

vos conceda saude, e felicidades; e que a amigavel aliança, que ha tantos annos tem existido entre o Reino de Portugal, e este Paiz, possa debaixo do bom governo de V. M. continuar por muito tempo, para honra e prosperidade de ambos os Reynos.

Resposta de S. M.

Que Ella agradecia ao Mayor, Corporação, e mais habitantes de Falmouth, pela sua honrosa recepção; e que observava com grande praser que os sentimentos dos leaes vassallos de S. M. Britanica para com Ella, inteiramente coincidiaõ com as provas de amizade, que o Augusto Soberano deste Reyno havia por bem dar-lhe á sua chegada em seos dominios.

A V I S O S.

Com o N.º 23 que he o que segue, e deve sahir no dia 31 do corrente, se ultima apresente Subscripção do Periodico *Bandurra*.

Deixamos pois de escrever para o respeitavel Publico ligados a subscripções, e épochas certas. Protestamos com tudo tomar a penna quando nos pareça preciso combater algum escripto, que possa prejudicar a segurança, socego, e bem publico:

Vamos em fim consagrar todo o nosso tempo ao desempenho de nossos deveres como Advogado, a bem de nossos Constituintes, de quem esperamos a continuação daquelle mesmo bom conceito, com que nos tem favorecido.

D 2

João José de Almeida Junior, contractador das aguas-ardentes faz sciente; que no dia 26 do corrente Dezembro, finalizaõ as licenças que concedeo por seis mezes, por isso todas as pessoas que quizerem continuar a vender pelo miudo caxaça, restillo, ou composta com erva doce, tirarão novas licenças athe 10 de Janeiro vindouro, desde quando pertendem fazer suas revistas. Maranhão 10 de Dezembro de 1828.

João José de Almeida Junior, tem para vender hum escravo crioulo official de Alfaiate, e com principios de Bolieiro, quem o quizer comprar dirija-se a sua casa para tratar do ajuste.

Vende-se no fim da Rua da Cruz huma morada de cazas urbana com hum terreno e seo Realengo misto, que pertencem ao Cirurgiaõ Manoel Candido Barboza: quem as pertender comprar, pode ir fallar com o dito annunciante seo dono.

Quem tiver para vender hum Moleque de 12 a 16 annos, que saiba alguma cousa de cozinhar, póde dirigir-se a João Jeronymo Esteves Norte que lhe dirá com quem hade ajustar.

A BANDURRA.

N.º 23.

DEZEMBRO 31 DE 1828.



INDICE DAS MATERIAS.

	pag.		pag.
LEGISLAÇÃO.		NECROLOGIA.	
Cartas de Ley.	781	Discripção da infausta morte do Sr. Conde d'Escragnolle.	802

MARANHAÕ,

TYPOGRAPHIA NACIONAL.

1829.

*Legum denique ideo servi sumus, ut
liberi esse possimus:*
Cicero pro Cluentio.

A BANDURRA.

N.º 23. **821**

DEZEMBRO 31 DE 1828.



RYO DE JANEIRO.

ARTIGOS D'OFFICIO.

CARTA DE LEY.

D. PEDRO por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Ley seguinte.

Art. 1.º Ficção extinctos os Tribunaes das Mezas do Desembargo do Paço, e da Consciencia e Ordens.

Art. 2.º Os negocios, que erão da competencia de ambos os Tribunaes extinctos, e que ficção subsistindo, serão expedidos pelas Authoridades, e maneira seguinte.

§. 1.º Aos Juizes de primeira instancia precedendo as necessarias informações, audiencia dos interessados, havendo-os, e conforme o disposto no Regimento dos Desembargadores do Paço, e mais Leys existentes com recurso para a Relação do Districto, compete

A 2

Conceder Cartas de legitimação a filhos illegítimos, e confirmar as adopções.

A insinuação de doações, que será pedida, e averbada no livro competente dentro de dois mezes depois da data da escriptura.

A subrogação de bens, que são inalienaveis.

Suprir o ~~consentimento~~ do marido para a mulher revogar em Juizo a alienação por elle feita, nos termos da Ordenação livro 4 titulo 48 §. 2.

Fazer tombos pertencentes a Corporações, ou a pessoas particulares.

Annular eleições de Irmandades feitas contra os Compromissos, e mandar renova-las.

Admittir caução de Opere demoliendo.

Conceder licença para uzo de armas, verificando-se os requisitos legais.

Conceder faculdade aos Escrivães, e Tabeliães para poder ter cada hum seo escrevente juramentado, que escreva nos casos em que as Leys o permittem.

§. 2. Aos Juizes Criminaes, que decretarem prizoẽs ou as executarem, fica pertencendo da mesma fórma admittir fianças para os réos se livrarem soltos.

Servirá de Escrivão destas fianças qualquer dos que servirem perante os mesmos Juizes, e se regulará pelo Regimento do Escrivão das fianças da Côrte na parte applicavel.

§. 3. Aos Juizes Criminaes pertence dispensar da residencia por legitimo impedimento, os réos, e accusadores, que perante elles litigarem.

§. 4. Aos Juizes dos Orfãos ficão pertencendo As Cartas de emancipação.

Suprimentos de idade.

Licenças a mulheres menores para venderem bens de raiz, consentindo os maridos.

Dar tutores em todos os casos marcados nas Leys.

Suprir o consentimento do Pay ou Tutor para casamento.

A entrega de bens de orfãos a sua May, Avós, Tios, &c.

A entrega de bens de ausentes a seos parentes mais chegados.

A entrega de bens de orfãos a seos maridos, quando cazarem sem licença dos mesmos Juizes.

A dispensa para os tutores obrigarem seos proprios bens á fiança das tutelas, para que fôrão nomeados, ainda que os bens estejam fóra do Districto, onde contrahirem obrigação.

§. 5. Aos Juizes dos Orfãos ficão tambem pertencendo as habilitações dos herdeiros dos bens dos defuntos, e ausentes, que dantes se fazião pelo Juizo da India, e Mina, com recurso ex-Officio para a Meza da Consciencia e Ordens.

§. 7. A's Resoluções Provinciaes compete Decidir os conflictos de jurisdição entre as Authoridades nos termos da Ley de 20 de Outubro de 1823.

Julgar as questões de jurisdição que houverem com os Prelados e outras Authoridades Ecclesiasticas, de que até agora conhecia o extinto Tribunal do Desembargo do Paço, ouvido o Procurador da Côroa, e Soberania Nacional, e observada a fórmula estabelecida para os recursos ao Juizo da Coroa no Decreto de dezeseite de Mayo de mil oitocentos e vinte hum, mandando observar pela Ley de vinte de Outubro de mil oitocentos e vinte trez.

Prorogar o tempo das Cartas de seguro e das fianças, havendo impedimento invencivel, que inhabilitasse os réos a se livrarem dentro delle.

B

Conhecer dos recursos dos Juizes de ausentes, que até agora se interpunhão para a Meza da Consciencia.

Prorogar por seis mezes o tempo do inventario havendo impedimento invencivel, pelo qual se não podesse fazer no termo da Ley.

§. 7. Aos Presidentes das Relações compete conceder licença para que advogue homem, que não he formado, nos lugares, onde houver falta de Bachareis Formados que exerção este Officio, precedendo para isso exame na sua presença.

§. 8. Ao Thesouro, e ás Juntas de Fazenda pertence:

Tomar contas aos Officiaes dos Juizes de auzentes.

Impor as pensões, que os Parochos devem pagar para a Capella Imperial.

§. 9. Ao Supremo Tribunal de Justiça pertence:

Conhecer dos recursos e mais objectos pertencentes ao Officio de Chancellor-Mór, em que intervinha á Meza do Desembargo do Paço, á excepção das glozas postas ás Cartas, Provisões, e Sentenças, que ficão abolidas.

Os papeis, que, o Chancellor-Mór não póde passar pela Chancellaria conforme a Ordenação, livro primeiro, titulo segundo, paragrafo vinte e hum, serão agora passados pelo Ministro mais antigo do Supremo Tribunal.

§. 10. Além dos objectos da economia municipal, que até agora se expedião pelo Tribunal do Desembargo do Paço, e das escusas aos Officiaes da Governança nos casos de impedimento legitimo, e permanente, que ficão a cargo das Camaras, pertencerá mais a estas, percedendo as informações necessarias, e dependendo da confir-

mação do Conselho do Governo da Provincia:
 - O aforamento dos bens do Conselho.

Conceder ou augmentar partidos de Medicos, Cirurgiões, Boticarios, e Contrastes pelos rendimentos do mesmo Conselho.

§. 11. Ao Governo compete expedir pelas Secretarias d'Estado, a que pertencer, e na conformidade das Leys o seguinte:

Cartas de Magistrados.

Cartas de apresentação da beneficos Ecclesiasticos sobre respostas dos Prelados na forma até aqui praticada.

Licença aos Desembargadores, e Juizes Territoriaes para sahirem das Relações, ou Districtos, além de trinta dias continuos, que a huns e outros poderá conceder o Presidente da Relação.

Licença ao Juiz de Orfãos para cazar com orfão da sua jurisdicção.

Alvarás, e Cartas dos Officios da nomeação do Imperador, devendo ser passadas as dos outros pelas mesmas Authoridades, que os hão de prover.

Licença para servir dous Officios, verificadas as circunstancias, em que as Leys o permittem.

Decidir todos os mais negocios, sobre que até agora erão consultados os Tribunaes extinctos, e que forem da competencia do mesmo Governo.

Confirmar os Compromissos de Irmandades, depois de approvados pelos Prelados na parte Religiosa.

§. 12. As Authoridades, para quem passam as concessões, de que se pagão novos Direitos, não as expedirão, sem constar, que ficão pagos na Estação competente.

Art. 3.º Os Membros dos dous Tribunaes ex-

inctos, que não forem empregados, serão aposentados no Tribunal Supremo de Justiça com o tratamento, honras, e prerogativas concedidas aos seus Membros, e conservando os ordenados que venção nos Tribunaes em que deixarem de servir.

Art. 4.º Os Officiaes dos mesmos Tribunaes extinctos vencerão seus ordenados por inteiro, em quanto não forem novamente empregados. Se os novos Offícios, em que forem empregados, tiverem menor ordenado, continuarão a vencer o atual.

Art. 5.º Ficão extinctas todas e quaesquer propinas, e as ordinarias.

Art. 6.º Os Livros, Autos, e papeis das Secretarias de ambos os Tribunaes passarão para a do Supremo Tribunal de Justiça; e ahi o Presidente mandará fazer a divisão dos mesmos, e remessa para as Estações competentes.

Art. 7.º Ficão abolidas todas as mais attribuições que tinham os Tribunaes extinctos, e que não vão especificadas na presente Ley, á excepção daquellas que já se achão prevenidas na Constituição, e mais Leys novissimas.

Ar. 8.º Ficão revogadas as Leys, Alvarás, Decretos, e mais Resoluções em contrario.

Mandamos por tanto a todos as Authoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Ley pertencer, que a cumprão, e fação, cumprir, e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Justiça a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio do Ryo de Janeiro aos vinte e dous dias do mez de Setembro de mil oitocentos e vinte oito, setimo da Independencia, e do Imperio. IMPERADOR *Com Guarda.*

José Clemente Pereira.

CARTA DE LEI.

D. Pedro por Graça de Deos, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós queremos a Lei seguinte:

CAPITULO 1.

Do Presidente e Ministros do Supremo Tribunal de Justiça.

Art. 1. O Supremo Tribunal de Justiça será composto de desessete Juizes Letrados, tirados das Relações por suas antiguidades, e serão condecorados com o Titulo do Conselho; usarão de Beca, e Capa; terão o tratamento de Excellencia, e o ordenado de quatro contos de reis sem outro algum emolumento, ou propina. E não poderão exercitar outro algum Emprego, salvo o de Membro do Poder Legislativo, nem accumular outro algum ordenado. Na primeira organização poderão ser empregados neste Tribunal os Ministros daquelles, que se houverem de abolir, sem que por isso deixem de continuar no exercicio destes Tribunaes, em quanto não fôrem extinctos.

Art. 2. O Imperador Elegerá o Presidente d'entre os Membros do Tribunal, que servirá pelo tempo de trez annos. No impedimento, ou falta do Presidente, fará suas vezes o mais antigo, e na concorrência de dous de igual antiguidade a sorte decidirá

Art. 3. O Presidente prestará nas Mãos do Imperador, e os outros Membros nas do Presi-

dente o seguinte juramento=Juro cumprir exactamente os deveres do meu Cargo.

Art. 4. Ao Presidente compete:

1.º Dirigir os trabalhos dentro do Tribunal, manter a ordem, e fazer executar este Regimento.

2.º Distribuir os processos.

3.º Fazer lançar em Livro proprio, e por elle rubricado, a Matricula de todos os Magistrados, que ora servem, ou de novo forem admitidos, e seguidamente o tempo de serviço, que forem vencendo, com declaração dos lugares e qualidades do serviço, notando se servirão bem ou mal, referindo-se em tudo a registos, ou documentos existentes na Secretaria. Todos os Magistrados para serem matriculados appresentarão ao Presidente por si, ou seus Procuradores, as Cartas dos Lugares, que actualmente servirem, e dos que forem servindo, para serem registadas, pena de se lhes não contar a antiguidade.

4.º Informar ao Governo dos Magistrados, que estiverem nas circumstancias de serem Membros do Tribunal, e dos oppositores aos outros Lugares de Magistratura.

5.º Informar ao Governo de pessoa idonea para Secretario do Tribunal, e nomear quem sirva interinamente na sua falta ou impedimento.

6.º Advertir os Officiaes do Tribunal, quando faltarem ao cumprimento de seus deveres, e multal-os, bem como ao Secretario, até á decima parte dos ordenados de seis mezes.

7.º Mandar colligir os documentos, e provas para se verificar a responsabilidade dos Empregados, de cujos delictos, e erros de Officio deve o Tribunal conhecer.

8.º Conceder a algum Membro licença para não hir ao Tribunal até oito dias em cada anno.

Por mais tempo só o Governo a poderá conceder.

9.º Expedir Portarias para a execução das Resoluções, e Sentenças do Tribunal, e mandar fazer as necessarias notificações, excepto no que estiver a cargo do Juiz da culpa.

10.º Determinar os dias de conferencia extraordinaria. Nos casos dos §§ 3.º 4.º 5.º e 6.º deve o Presidente ouvir primeiramente o Tribunal.

CAPITULO II.

Das funcções do Tribunal.

Art. 5. Ao Tribunal compete:

1.º Conceder ou denegar revistas nas Causas, e pela maneira, que esta Lei determina.

2.º Conhecer dos delictos, e erros de Officio, que commetterem os seus Ministros; os das Relações, os Empregados no Corpo Diplomatico, e os Presidentes das Provincias.

3.º Conhecer, e decidir sobre os conflictos de Jurisdição, e competencia das Relações das Provincias.

Art. 6. As revistas sómente serão concedidas nas Causas Civeis e Crimes, quando se verificar hum dos dous casos; manifesta nullidade, ou injustiça notoria nas Sentenças proferidas em todos os Juizos em ultima Instancia.

Art. 7.º As revistas não suspendem a execução das Sentenças, excepto nas Causas Crimes, quando he imposta a pena de morte, natural, degredo, ou galés; sendo os Réos recorrentes.

Art. 8. A parte, que quizer uzar do recurso da revista, fará disso manifestação por si ou por seu Procurador ao Escrivão que a reduzi-

rá a termo assignado pela Parte, ou seu Procurador, e duas testemunhas.

Art. 9. Esta manifestação será feita dentro de dez dias da publicação da Sentença, e logo intimada á parte contraria; salvo nas Causas Crimes, nas quaes poderá ser feita, não só em quanto durar a pena, mas ainda mesmo depois de executadas as Sentenças, quando os punidos quizerem mostrar sua innocencia, allegando, que lhes não foi possivel faze-lo antes.

Art. 10. Interposto o recurso da revista, as partes, no termo de quinze dias, arrasoarão por escripto sobre a nullidade, ou injustiça, que servir de fundamento ao dito recurso, sem novos documentos; e juntas as rasões aos autos, serão estes, ficando o traslado, remettidos ao Secretario do Tribunal Supremo, onde serão apresentados, na Corte, e Provincia do Rio de Janeiro, dentro de quatro mezes; de hum anno nas Provincias de Goyaz, Matto Grosso, Ceará, Piauhy, Maranhão, e Pará: e de oito mezes nas de mais Provincias, contados do dia da interposição do recurso.

Art. 11. Recebendo o Secretario os autos, os apresentará na primeira conferencia ao Tribunal, e se distribuirão a hum dos Magistrados, que será o Relator.

Art. 12. O Ministro, a quem fôr distribuída a revista, examinará os autos, e allegações das partes, e pondo no processo huma simples declaração de o ter visto, o passará ao Ministro, que immediatamente se lhe seguir, o qual procederá da mesma fôrma, e assim por diante até o numero de trez.

Art. 13. Quando o ultimo tiver visto o processo, o appresentará na Mesa no dia, que o

Presidente designar, e a portas abertas, illustrado o Tribunal pelos trez Juizes, que virão os autos, e debatida a questão por todos os Membros presentes, decidir-se-ha a pluralidade de votos, se se deve, ou não conceder a revista: o resultado se lançará nos autos com as razões, em que elle se fundou.

Art. 14. Em hum e outro caso, a decisão ficará constando no Tribunal, para o que será registada litteralmente em livro, para esse fim destinado, e se publicará pela Imprensa.

Art. 15. Denegada a revista serão remettidos os autos ex-Officio ao Juizo, onde forão sentenceados, e o recorrente condemnado nas custas. E se a sentença tiver imposto pena de morte se observará a Lei de onze de Setembro de mil oitocentos e vinte seis, antes da sua execução.

Art. 16. Concedida a revista, serão os autos remettidos ex-Officio á huma Relação, que o Tribunal designar, tendo em vista a commodidade das partes. Se a causa tiver sido julgada em Relação, ou em outro Corpo Collegial, será revista por tantos Juizes, quantos fórão os da Sentença recorrida, com tanto que não sejam da mesma Relação; e se fôr de Juizes singulares, serão os autos igualmente remettidos á huma Relação, e ahi julgados por trez Juizes. Em hum e outro caso as partes não serão novamente ouvidas.

Art. 17. Proferida a Sentença da revista, serão ex-Officio remettidos os autos pelo Presidente do Tribunal, revisor da Sentença, ao Juizo, em que se proferio a Sentença recorrida, fazendo officialmente ao Supremo Tribunal participação da remessa.

Art. 18. O Procurador da Corôa, e Sobera-

nia Nacional, póde intentar revista das Sentenças proferidas entre partes, tendo passado o prazo, que lhes he concedido para a intentarem; mas neste caso a Sentença da revista não aproveitará áquelles, que pelo silencio approvarão a decisão anterior.

Art. 19. O Tribunal Supremo de Justiça enviará todos os annos ao Governo huma relação das causas, que forão revistas, indicando os pontos sobre que a experiencia tiver mostrado vicio, insufficiencia de Legislação, as suas lacunas, e incoherencias, para o Governo propor ao Corpo Legislativo, a fim de se tomar a resolução, que for conveniente.

Art. 20. Quando o Tribunal conhecer dos delictos, e erros de Officio, cujo conhecimento lhe confere a Constituição, o Ministro, á quem tocar por destribuição, ordenará o processo, fazendo autuar pelo Secretario as peças instructivas; e procedendo ás diligencias necessarias, o apresentará á Mesa, aonde, por sorte se escolherão trez Ministros, os quaes, depois de instruidos do processo, e tendo ouvido o indiciado, o pronunciarão, ou não segundo a prova.

Art. 21. Podem porem as proprias partes offendidas apresentar as suas queixas contra os Presidentes das Provincias, e Ministros das Relações, aos Juizes Territoriaes, aos quaes competirá sómente neste caso verificar o facto, que faz o objecto da queixa; inquirir sobre elle as testemunhas, que lhes forem apresentadas; e facilitar ás mesmas partes todos os meios, que ellas exigirem, para bem a instruirem. Ainda que não haja parte offendida, compete ao Tribunal, á requisição do Procurador da Coroa, e Soberania Nacional, formar o processo, ou manda-lo preparar pelo Juiz Territorial do Crime.

Art. 22. Os ditos Juizes enviarão as referidas queixas, por cópia, aos querellados, que responderão dentro do termo de quinze dias, e dirigirão as suas respostas, aos mesmos Juizes; ou directamente ao Tribunal pelo primeiro correio, participando-o áquelles.

Art. 23. Findo o termo, os Juizes pelo primeiro correio, remetterão o processo informativo, que houverem organizado, na fórma do Art. 21 com a resposta dos querelados, ou sem ella, ao Supremo Tribunal, que procederá sem mais audiencia dos querelados, na fórma do Art. 20, e nos mais termos prescriptos por esta Lei.

Art. 24. São effeitos da pronuncia:

1.º Sujeição á accusação criminal.

2.º Suspensão do exercicio de todas as funcções publicas, e de metade do ordenado, que vencer, e inhabilidade para empregos até final sentença, e prizão, quando a accusação fôr de crimes, em que não tem lugar a fiança.

Art. 25. Depois da pronuncia feita pelo Supremo Tribunal de Justiça, ou por elle sustentada, dar-se ha vista do processo ao Promotor da Justiça, que será o mesmo da Relação da Corte, para este formar o Libello, derivado das provas autuadas. O Réo será logo notificado por ordem do Presidente do Tribunal para comparecer nelle por si ou seu Procurador, no caso do N.º 2.º do Art. 24, e produzir ahi a sua defesa dentro do praso, que lhe será marcado, com attenção ás circumstancias, que occorrem.

Art. 26. Comparecendo o Réo por si, ou seu Procurador, no termo, que lhe for assignado, e offerecido pelo Promotor o Libello accusatorio, se lhe dará vista para deduzir a sua defeza no termo de oito dias, que será prorogavel ao prudente arbitrio de Juiz de Feito. c 2

Art. 27. Findo este termo, e na primeira conferencia do Tribunal, presentes o Promotor a parte accusadora, o Réo, os seos Procuradores, Advogados, e Defensores, o mesmo Juiz do Feito, fazendo ler pelo Secretario o Libello, a contrariedade, e todas as mais peças do processo, procederá á inquirição das testemunhas, que se houverem de produzir, ás quaes poderá tambem o Promotor, e as partes fazer as perguntas, que lhes parecer.

Art. 28. Findas as inquirições, e perguntas, o mesmo Juiz, na conferencia seguinte do Tribunal, apresentará por escripto hum relatorio circumstanciado de todo o processo, que nunca poderá ser julgado por menos de seis Juizes livres, e ahi será lido, podendo ser contestado pelo Promotor, e pelas partes, ou seos Procuradores, quando for inexacto, ou não tiver a precisa clareza.

Art. 29. Em seguimento, a Sessão se tornará secreta, e se discutirá a materia, no fim do que, declarando os Ministros, que estão em estado de votar, continuará a Sessão em publico; proceder-ha á votação, não estando presentes o Accusador, o Réo, nem seos Procuradores, Advogados, e Defensores, nem tendo voto o Ministro, que formou o processo, nem os que intervieraõ na pronuncia. Em caso de empate quer sobre a condemnação, quer sobre o grão de pena, seguir-se-ha a parte mais favoravel ao Réo. Esta sentença poderá ser hum a só vez embargada.

Art. 30. O Promotor da Justiça intervirá sempre na accusação de todos os crimes, ainda havendo parte accusadora.

Art. 31. O interrogatorio das testemunhas, e todos os actos do processo, depois da pronuncia, serão publicos.

Art. 32. As pessoas que forem processadas neste Tribunal, poderão recusar dois Juizes, e o accusador hum sem motivarem a sua recusação.

Art. 33. Quando forem dois os Réos, cada hum recusará seu Juiz sendo mais de dois, concordarão entre si nos dois, que hão-de exercer este direito; e não concordando, a sorte decidirá. O mesmo se observará, quando houver mais de hum accusador, com a differença de que em lugar de dois será nomeado hum para exercer a recusação.

Art. 34. No caso de conflicto de Jurisdicção, ou questão de competencia das Relações Provinciaes, entre si ou com qualquer outra Authoridade, as Authoridades competidoras darão immediatamente ao Tribunal huma parte por escrito acompanhada dos necessarios documentos.

Art. 35. O Tribunal julgará qualquer destes casos pela fórma estabelecida para a concessão, ou denegação das revistas, ouvindo porém o Procurador da Côroa, e Soberania Nacional, e lançada a sentença, que explicitamente contenha a decisão, e seus fundamentos.

Art. 36. O Tribunal terá duas conferencias por semana, além, das extraordinarias, que o Presidente determinar; e para haver conferencia será necessario que se reuna mais de metade do numero dos Membros.

Art. 37. Os Ministros tomarão assento na Mesa á direita, e esquerda do Presidente, contando se por primeiro o que estiver á direita; e seguindo-se os mais até o ultimo da esquerda.

Art. 38. A distribuição será feita entre os Ministros sem outra consideração mais que a do numero dos processos. Para esta distribuição haverá trez Livros rubricados pelo Presidente,

hum para as revistas, outro para os registos das sentenças dos Réos, e o terceiro para o dos conflictos de Jurisdição, além dos mais que necessários fôrem. O Livro da distribuição das revistas será dividido em dous titulos, hum para as Civis, e outro para as Criminaes.

Art. 39. Os emolumentos dos papeis que se expedirem serão recolhidos a hum Cofre, de que se deduzirá a quantia necessaria para as despesas miudas, e o resto será recolhido ao Thesouro, e havendo falta, este a suprirá.

CAPITULO III.

Dos Empregados do Tribunal.

Art. 40. Para o expediente do Tribunal haverá hum Secretario, que será formado em Direito, podendo ser; hum Thesoureiro, que servirá de Porteiro; e dous Continuos com a denominação de primeiro e segundo.

Art. 41. O Secretario escreverá em todos os processos, e diligencias do Tribunal; vencendo unicamente o ordenado de dous contos de réis. Os emolumentos, que deveria receber, serão recolhidos ao Cofre do Tribunal.

Art. 42. Haverá hum Official de Secretaria com o ordenado de hum conto de réis; o qual servirá nos impedimentos repentinos do Secretario.

Art. 43. O Thesoureiro, que he tambem Porteiro, terá a seu cuidado a guarda, limpeza, e aceio da Casa do Tribunal; todos os utensilios; e tudo quanto ahi for arrecadado, terá o ordenado de oitocentos mil réis; não percebendo mais cousa alguma, nem como Thesoureiro, nem para as despesas do aceio da Casa.

Art. 44. Os continuos farão o serviço por semana, e hum no impedimento de outro, quando acontecer, ainda que não seja da sua semana. Aquelle, a quem tocar, estará sempre prompto junto ao Porteiro nos dias de Tribunal, para executar tudo o que lhes for ordenado á bem do serviço. Os Continuos servirão de Ajudantes do Porteiro nos impedimentos deste; e terão de ordenado quatrocentos mil réis.

Art. 45. Todas as despesas miudas do Tribunal, como são papel, pennas, tinta, arêa lacre, obrêa, nastro, ou fitilho, serão pagas pelo Cofre dos emolumentos, em Folha que formará o Thesoureiro todos os mezes, assignada pelo Presidente.

Art. 46. As entradas dos emolumentos para o Cofre serão lançadas em Livro de Receita proprio, e serão recenceadas de seis em seis mezes por hum dos Membros do Tribunal que por nomeação do mesmo servirá de Juiz das Despezas.

Art. 47. Ficão revogadas todas as Leis, Alvarás, Decretos, e Resoluções em contrario.

Mandamos por tanto a todas as Authoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão e fação cumprir, e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario d'Estado dos Negocios da Justiça a faça imprimir, e publicar, e correr. Dada no Palacio do Rio de Janeiro aos desoito de Setembro de mil oitocentos e vinte oito, setimo da Independencia e do Imperio.

IMPERADOR Com Guarda.

L. S.

Joze Clemente Pereira.

D. Pedro por Graça de Deos e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil: Fazemos saber a todos os nossos Subditos, que a Assembléa Geral Decretou, e Nós Queremos a Lei seguinte.

Art. 1.º Fica extinto o Tribunal da Bulla da Cruzada, e a distribuição, e venda desta.

Art. 2.º Os Livros e todos os papeis, que não forem processos relativos aos negocios da Administração do mesmo Tribunal, serão entregues e guardados no Thesouro Publico na Capital, e nas Repartições da Fazenda nas Provincias.

Art. 3.º Os processos findos, e pendentes serão remettidos ao Juizo dos Feitos da Fazenda, onde se guardarão os primeiros, e se continuará o processar os outros.

Art. 4.º As causas, que de novo se moverem por occasião da Bulla, arrecadação do seu rendimento, dividas, contractos, e quaesquer convenções, ou transacções feitas por sua causa, ou seja ex-officio por parte da Fazenda Publica, ou seja entre particulares, serão intentadas no Juizo dos Feitos da Fazenda em processo ordinario; excepto sómente o que for relativo á cobrança dos dinheiros recebidos pelos Thesoureiros, aos quaes se ajustará a conta breve e summariamente, á vista das Bullas, que tiverem recebido, e das que deixarem de entregar; procedendo-se contra elles pela quantia, que se liquidar.

Art. 5.º Todos os Empregados Vitalicios no Tribunal da Bulla, que não tiverem outro Emprego, continuarão a vencer os seus ordenados, em quanto o Governo os não empregar em qualquer serviço, para que forem aptos.

Art. 6.º O Governo mandará rever todas as contas da receita e despesa do Tribunal da Bulla, que se não tiverem prestado; e fará responsavel por seos bens a quem competir, no caso de achar que os dinheiros da Bulla não tem sido arrecadados, e despendidos em fôrma devida.

Art. 7.º Ficão revogadas todas as Leis, Regimentos, Alvarás, Decretos, e mais Resoluções em contrario.

Mandamos por tanto a todas as Authoridades, a quem o conhecimento, e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e fação cumprir, e guardar tão inteiramente como nella se contém. O Secretario de Estado dos Negocios da Justiça a faça imprimir, publicar, e correr. Dada no Palacio de Rio de Janeiro aos vinte de Setembro de mil oitocentos e vinte oito, setimo da Independencia, e do Imperio.

IMPERADOR Com Guarda.

José Clemente Pereira.

* ————— *

D E C R E T O .

Hei por bem Sanccionar, e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral e Legislativa: Far-se-hão as Eleições para a proxima Legislatura, e as que tiverem lugar, durante a mesma, pelas Instrucções de vinte seis de Março de mil oitocentos e vinte quatro, com as seguintes declarações:

1.ª Proceder-se-ha em cada Provincia ás Eleições primarias no mesmo dia em todas as Assembléas Parochiaes, depois ás secundarias, tambem n'outro determinado dia em todos os Collegios Eleitoraes, para o que, assim como para as apurações nas Camaras das Capitaes, o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do

D

Imperio na Provincia onde estiver a Corte, e os Presidentes das de mais Provincias em Conselho, tendo em Consideração as respectivas distancias, fixarão as devidas épochas e darão as providencias, que convierem, para que as Eleições se conclua legal e impreterivelmente dentro em seis mezes, contados do recebimento do Decreto da Convocação, sobpena de perdimento dos empregos, que tiverem, e inhabilidade perpetua para quaesquer outros, se a demora na expedição das Ordens for causa de se ellas não effectuarem no prefixo termo.

2.^a O Ministro dos Negocios do Imperio, e os Presidentes em Conselho, poderão estreitar os Districtos Eleitoraes já designados, multiplicando-os como mais convier.

3.^a Os Eleitores que faltarem sem causa que os impossibilite, julgada tal pelos Collegios Eleitoraes, serão multados na quantia de trinta a sessenta mil reis, a juizo dos mesmos Collegios, applicados para a despeza dos Estabelecimentos de Instrucção Publica do respectivo lugar.

4.^a As Mezas dos Collegios Eleitoraes, que não remetterem em tempo o resultado de seus trabalhos ás Camaras, ou Authoridades dos respectivos Districtos, serão multados pelo Governo na Provincia, onde estiver a Corte, e nas outras pelos Presidentes em Conselho, na quantia de trezentos a seiscentos mil reis, rateados entre seus Membros, applicados para as despezas dos Cursos Juridicos: na mesma pena incorrerão as Camaras das Cabeças dos Districtos, que não fizerem as competentes remessas para as Camaras das Capitaes; e estas quando não fizerem as apurações no tempo devido: as Authoridades das Cabeças dos Districtos, que incorrerem na pena deste Artigo, pagarão tanto como cada hum dos

Membros das Camaras, que fôr condemnado.

5.ª As Mezas dos Collegios Eleitoraes, o Governo, e os Presidentes em Conselho, remetterão as listas dos multados na fôrma dos Artigos precedentes, ás Camaras dos respectivos Districtos; cujos Procuradores farão a cobrança das multas perante as Authoridades Judiciarias do lugar.

6.ª As cópias, listas, e certidões, que receber o Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, em observancia do Capitulo quinto, paragrafo nono, Capitulo sexto, paragrafo sexto, Capitulo oitavo, parafos quinto, e setimo das Instrucções, serão pelo mesmo Ministro enviadas ás Camaras do Corpo Legislativo.

7.ª Todas as duvidas, e questões sobre a idoneidade dos elegiveis, ou suborno, relativos aos Senadores, ou Deputados, serão decididas pelos Collegios Eleitores, e estes remetterão o termo, que de tudo se deve lavrar, com as necessarias clarezas, ás respectivas Camaras Legislativas, para julgarem definitivamente.

8.ª Quando se nomear o Presidente, de que falla o Artigo setimo do Capitulo quarto das Instrucções, serão tambem nomeados, por escrutinio, os Secretarios, e Escrutadores, que hão-de servir em a nova Meza.

José Clemente Pereira, do Meu Conselho, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio, o tenha assim entendido e faça executar com os despachos necessarios.

Palacio do Rio de Janeiro em vinte nove de Julho de mil oitocentos e vinte oito, setimo da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de S UA Magestade IMPERIAL.

José Clemente Pereira.

D 2

NECROLOGIA. 220

Se ao homem de bem-formada razão, he permittido abismaar-se na dôr, e repassar-se de afflicção, he certamente quando elle, e a maior porção da Sociedade, tomão parte nos justos pezares motivados pela perda de hum objecto que parece difficil a reparar-se, e de que a conservação muito interessaria a hum povo, que em tal situação se mostra consternado. Longe que em tal caso o objecto da Filosofia seja suffocar em nós a natureza, obstando-lhe á manifestação de huma justa magoa, limita-se a regular, e moderar os transportes excessivos de paixões violentas, reunindo o coração do homem sabio, e prudente a sustentar a desgraça com grandeza d'alma, ella, a mais bem entendida philosophia, fulminaria a censura mais rigida sobre aquelle Cidadão que mostrasse huma fria indiferença na presença dos dezastres de seos Concidadãos.

Fugir desta censura, e manifestar nosso bem fundado sentimento e pesar, nos leva á publicação deste artigo, na convicção de não nos ser permittido ficar insensivel a hum acontecimento tão funesto como imprevisto, de hum lugubre espectáculo, que acaba de assombrar-nos, deste triumpho da morte que se uffana de erguer trofeos de nossos despojos, e que se aplaude, sacrifican-

do a seo curvado ferro os seres mais interessantes.

He o que vio esta Cidade no dia 17 do cadente Dezembro. Hum homem interessante, victima da enfermidade, e da morte; huma familia illustre, e desolada pela perda do seu chefe; huma ~~Consorte~~, ou antes huma heroína concentrando em si a dôr mais josta, e mais pungente para illudir ou ao menos minorar a de seos caros filhos, que a rodeavão, e nella fixavão os olhos lacrimosos como em seo unico azilo, consolação, e amparo; hum Povo na grande maioria de seos illustres, e benemeritos Cidadãos, como tocado de espanto, e de terror, olhavaõ pasmados huns para os outros, sem ouzarem proguntar-se o motivo de seo pasmo; sim he o que vio esta Cidade naquelle dia infausto em que a doença cortou os fios da interessante vida ao Sñr. Conde d'Escragnolle, Governador das Armas desta Provincia.

Daremos pois a nossos leitores huma breve noticia biographica do Sñr. Conde d'Escragnolle, e hum resumo de seos relevantes serviços.

Luiz Alexandre Maria de Robert., Conde d'Escragnolle, era segundo filho do Marquez d'Escragnolle, e nasceo no Castello do mesmo nome, na Provença, Reyno de França, em 25 de Dezembro de 1785.

Todos sabem que no anno de 1789, rebentou no Reyno de França aquella, sem pár, e sem segunda nos annaes do Mundo, revolução, que comoveo as quatro partes do Globo depois de levar ao cadafalço Luiz XVI em 21 de Janeiro de 1793.

A Illustre Familia do Sñr. Conde d'Escragnolle, gozava daquella honra, que faz a deviza da verdadeira nobreza; era fiél ao seo Sobera-

; era Realista. Ella foi obrigada a emmigrar aquelle mesmo anno de 1793, tendo o Sñr. Conde d'Escragnolle apenas 7 annos de idade, e depois de estar por espaço de alguns annos em Verona com a Familia Real de França, passou a Hespanha, e depois para Portugal, onde entrou no serviço de Sua Magestade Fedelissima, passando do Regimento commandado pelo Duque de Morte-már, onde se tinha alistado em huma Companhia de Caçadores Nobres, para voluntario da Armada Real Portugueza; acompanhou S. M. F. para o Brasil, e foi promovido a 2.º Tenente da mesma Armada em 27 de Junho de 1809. Passou para o Exercito em Tenente aggregado ao 2.º Regimento de Linha, da Côrte, em 19 de Junho de 1810; a Tenente effectivo da 3.ª Companhia do mesmo Regimento em 17 de Agosto do mesmo anno, a Capitão da 8.ª Companhia em 5 de Novembro daquelle mesmo anno de 1810. Cazou com a Illustre Snr.ª, que hoje tão justamente lamenta sua perda, no anno seguinte de 1811, e foi promovido a Major Graduado em 12 de Mayo de 1819, e aggregado em 14 de Dezembro de 1820.

De que acções dignas do benemerito, e bravo Cidadão que as praticou, fallamos do Sñr. Conde d'Escragnolle, não foi cheio este espaço de tempo que mediou desde o anno de 1810 athe ao de 1820? A hydra da rebelião ergueo a cabeça onzada em 1817 na Provincia de Pernambuco, e eis o Sñr. Conde d'Escragnolle mandado aquella Provincia a frente de huma das Divisões destinadas a restabelecer alli a boa ordem, o que felizmente se conseguiu.

Seos serviços já feitos athe esta epocha no Reyno então unido, tinhaõ sido elogiados pelo Conde de Linhares na fórma seguinte.

O abaixo assignado certefica que o Sñr. Conde d'Escragnoille, Capitão de Infantaria, no 2.º Regimento de Linha da Guarnição do Ryo de Janeiro servio desde o anno de 1808 com muita honra, e exaptidão em o Regimento de que eu sou Tenente Coronel, e tem constantemente merecido a estima, e amizade de seos chefes, offrecendo-se em todas as occasiões de risco, e particularmente por servir como voluntario em a Expedição destinada a obrar em o Súl da America. Passada no Ryo de Janeiro em 6 de Junho de 1816= assignado=Conde de Linhares, Tenente Coronel.

Para estes serviços feitos á Corôa Portugueza tinha o Sñr. Conde d'Escragnoille obtido licença de Luiz XVIII Rey de França por Carta passada em Mayo de 1816, que lhe conservou os direitos de Subdito Francez ainda mesmo empregado nos serviços de hum Corôa Estrangeira.

Todos sabem que em 11 de Janeiro de 1822 a Tropa Portugueza existente no Ryo Janeiro teve o indiscreto e ouzado projecto de forçar o Principe Regente, hoje Augusto Imperador do Brasil, a embarcar para o Reino de Portugal, e Algarves. Foi indispensavel desmantelar este projecto, e para esse fim se presentarão no Quartel do Marechal de Campo Joaquim d'Oliveira Alvares muitos Officiaes dezejezos de ter parte nesta gloria; hum d'elles foi o Sñr. Conde d'Escragnoille então Major aggregado ao 2.º Batalhão de Fuzileiros, o qual, na constancia do perigo que durou toda aquella noite e dia seguinte 12 de Janeiro, se mostrou vigilante, activo, bravo, intelligente, e imperturbavel; e determinando o dito Marechal de Campo a posição da Tropa

disponível, mereceo o Sr. Conde d'Escragnolle ser encarregado de fazer executar literalmente as ordens e providencias adoptadas sobre tal objecto e deo provas evidentes de ser credor de toda a confiança.

Dezajando S. M. o Imperador precipitar o embarque da Divisão Portuguesa, ordenou, para esse fim, hum reforço tirado dos 3 Batalhões de Fuzileiros, e do 4.º Regimento de Milicias da Côrte; e o Sñr. Conde d'Escragnolle, pela alta confiança que nelle tinha S. M. I., mereceo ser pelo Mesmo Augusto Senhor nomeado Commandante do Corpo de 1.ª Linha daquella Expedição, e em segundo de toda a Divisão que marchou ás ordens do Coronel Joze Joaquim de Lima e Silva.

O Sñr. Conde d'Escragnolle foi graduado em Tenente-Coronel do 4.º Batalhão de Caçadores da Côrte em 17 de Dezembro de 1822; aggregado ao mesmo contando a antiguidade de 24 de Fevereiro de 1823; effectivo e Commandante do mesmo Batalhão em 8 de Agosto do mesmo anno; Coronel graduado em 22 de Fevereiro de 1824.

Neste mesmo anno marchou o Sñr. Conde d'Escragnolle segunda vez para a Provincia de Pernambuco no Exercito cooperador da boa ordem, e na qualidade de Commandante da Divisão da direita. Seos serviços nesta expedição fôrão tão relevantes, que mereceo ser condecorado com a insignia de Official da Ordem Imperial do Cruzeiro (já era Cavalleiro da Ordem Militar de S. Bento d'Aviz, e da de S. Luiz em França, concedida por Luiz XVIII) e a medalha geral do Exereito conferida aos mais bravos.

Foi o Sr. Conde d'Escragnolle nomeado Inspector das Milicias da Provincia de Pernambuco por Portaria de 22 de Fevereiro de 1825; esta

Portaria he cheia das expressões mais proprias a lisongear hum Militar benemerito e honrado; e tendo passado a Coronel effectivo, se lhe conferio o commando do 1.º Batalhão de Estrangeiros.

O Sñr. Conde d'Escragnolle não aceitou de bom-grado este commando, e dirigindo-se ao Ministro d'Estado o Exm.º João Vieira de Carvalho, recebeu em resposta o que se lê no documento em data de 9 de Junho de 1825, em que lhe diz que muito se devia lizonjiar da nomeação para aquelle commando, por ser da particular escolha de S. M. o Imperador quando se duvidava quem seria hum Official digno e benemerito para o commando daquelle corpo de Estrangeiros. 9.6.

Foi em fim o Sr. Conde d'Escragnolle promovido a Coronel do Estado-Maior do Exercito do Imperio, e Governador das Armas desta Provincia do Maranhão por Patente de 19 de Junho de 1826. 19.6.

Os serviços feitos pelo Sr. Conde d'Escragnolle nesta Provincia são de publica notoriedade. A subordinação e o bom arranjo das Tropas, que guarnecem esta Capital, e outros pontos da Provincia, foi por elle levada ao possivel grau de perfeição, e elle conseguiu em resultado manter constantemente a boa ordem, e a tranquillidade publica e particular de todos os Cidadãos, fazendo igualmente respeitar, quanto convém, essa nobre classe Militar, de quem assaz depende a segurança do Estado.

Mas em fim perdeu esta Provincia huma Authoridade protectora, o Exercito hum digno Militar, o Imperio hum defensor intrepido, e S. M. o Imperador hum subdito fiel, victima de huma cruel enfermidade.

E

Como ~~escriptor~~ desejariamos fazer a ~~mon-~~
 phia medical da molestia que cortou os fios
 vida ao Sñr. Conde d'Escragnolle; molestia
commum nos paizes quentes, e ordinariamente
pouco observada pela maior parte dos Facultati-
vos, que os habitão. Poderiamos pois referir a
 nossos ~~Leitores factos~~ ~~historicos~~, que provassem
 sufficientemente a existencia de huma molestia,
 que não só torna o homem incapaz de sua li-
 berdade, mas quasi sempre o conduz a hum ine-
 vitavel aniquilamento, como succdeo ao Sr. Con-
 de d'Escragnolle, se outra fôsse a nossa tarefa.
 Sua molestia foi huma monomania, a qual desco-
 nheceraõ quasi todos os Medicos da antiguidade.
 O Doutor Pinnel foi o primeiro, que deo hum
 novo impulso as molestias mentaes. Depois d'es-
 te grande filozofõ outros muitos sabios tem fei-
 to vêr que a monomania se appresenta com sin-
 tomas caracteristicos differentes da melancolia e
hypicõdria, com que a confundião os antigos.

Hoje está decidido entre as nações mais cul-
 tas da Terra este importante ponto da Medecina
 legal, com que muito interessão os Medicos, os
 Magistrados, e a Sociedade inteira. As pessoas,
 que habitão os climas quentes, e que são natu-
 ralmente dotados de hum temperamento nervo-
 zo-sanguineo, que soffrem causas fisicas, ou mo-
 raes capazes de perturbar suas funcções intelec-
 tuaes são sujeitos á monomania.

As affecções moraes são sempre debilitantes,
 e oppressivas nos monomaniacos; o delirio nestes he
 sempre parcial quando depende de paixões exci-
 tantes e muito energicas. Huma fisionomia ani-
 mada, os olhos vivos e injectados, a lingua gros-
 sa, face mui córada, algumas vezes livida, e
 outras pallida, constipação de ventre, calor ali-

tozo em todo o corpo, e algumas vezes as extremidades frias, delirio sobre objectos de serviço, ordinariamente taciturno e preocupado, a versão para algumas pessoas, que lhe erão subordinadas, abatimento extremo, intervalos lucidos, convicção de que tiuha estado alienado e que morria, e no maior auge da molestia hum dezojo irresistivel para o suicidio: tal foi o estado, que appresentou o Sñr. Conde d'Escragnolle no dia 8 de Dezembro; não obstante ter-se observado alguma alteração em sua importante saude desde 29 de Novembro. Foi purgado em 30 de Novembro, vomitado em 4 de Dezembro, e foi neste dia que a molestia appresentou hum character mais serio. Huma subsequente serie de cousas referidas por pessoas indiscretas, e outras desprevenidas, exacerbárão o mal aponto de manifestar o enfermo accessos de alienação mental.

Desde esse momento pozerão-se em pratica todos os methodos fisicos e moraes, que a experiencia tem descoberto e sancionado. O assistente do Sr. Conde d'Escragnolle foi o Sr. James Hall; elle nada poupou para curar o seu doente; empregou todos os meios da doçura, e da persuasão; os banhos tepidos, os anti-spasmodicos, as ventosas sarjadas entre as espaldas, os revolsivos nas estreminidades: porem tudo foi insufficiente, e no dia 10 o doente tentou o suicidio. Redobrarão-se os cuidados, e os meios, que a prudencia e a experiencia medical aconselhavão não só ao seu assistente, como a outros muitos Facultativos. Applicarão-se dózes repetidas de sanguexugas em todos os lugares, em que apparecia alguma irritação sanguinea, ou nervosa; teve lugar a sangria geral, causticos volantes, emborcações d'agua fria na cabeça, pur-

tes drásticos, sedativos do sistema sanguineo. Em todas as sciencias, e muito principalmente Medicina, os factos são mais concludentes do que as theorias; e nós poderíamos transcrever muitos factos variados de *monomaniacos* homicidas, e suicidas, referidos pelos DD. Pinnel, Gall, Esquirol, Metzger, I. Frank, Michú, e outros, muitos que tem tratado de molestias mentaes, e medicina legal.

Todas as applicações feitas pelo habil Professor assistente, todos os esforços, e cuidados d'elle e de outros Professores serão inuteis; o terrivel mal resistio aos remedios mais heroicos da Medecina; e ás 8 horas da noite de 16 de Dezembro o Sr. Conde d'Escragnolle não existia.

Ella tinha recebido todos aquelles auxilios, com que a piedosa Mãe a Santa Igreja costuma confortar seus filhos naquella hora tremenda. Nas approximações d'ella foi animado pela intrepida e corajosa heroína sua Consorte, que devotamente lhe lia o Officio d'agonia, e que seu Marido christãmente resignado repetia.

Poucos momentos antes que a morte lhe tolhesse a falla chamou o Exm.^o Sr. Presidente da Provincia, e forão suas ultimas palavras, as que compõe a recommendação que segue—

" Quando V. Ex. for á Presença de S. M. I. diga-Lhe que morro innocente de todas as calumnias, que contra minha honra arguirão meus inimigos; que sempre fui fiel e grato á Sua Imperial Pessoa; e peça-Lhe que não desampare minha desgraçada familia. "

Desde que o Sr. Conde d'Escragnolle tentou contra a sua interessante vida se estabelecer huma guarda de cidadãos voluntarios, que vigiavão sobre a sua segurança, e sobre a

exacta applicação dos remedios e soccorros, que devião applicar-se-lhe na sua enfermidade, revesando-se para isso de dia e de noite de duas em duas horas. E quem erão estes cidadãos, que tomárão, com tanto affinco, a seu cargo a guarda do Sñr. Conde d'Escragnolle em tantos dias e noites, que durou sua molestia? Era a maioria dos eximios Magistrados da Relação d'esta Cidade; erão benemeritos Officiaes Militares, sem excepção dos de postos superiores; os mais ricos proprietarios, negociantes de grosso trato, e outros muitos cidadãos condecorados e distinctos, que rivalisavão entre si, e esperavão findar-se o quarto que huns fazião para terem preferencia no quarto, que seguia. Espiavão com todo o cuidado que o Sñr. Conde não fizesse novas tentativas contra sua vida, e depondo todo o melindre e delicadeza pessoal, procuravão o melhor commodo do enfermo tendo só em vista o que diz Terencio=

Homo sum, nihil humanum a me alienum puto.

Assim terminou seos dias aquelle bravo e honrado Militar o Sñr. Conde d'Escragnolle, que consumio os melhores e quasi todos os de sua vida, no serviço da Corôa Portugueza antes da feliz proclamação da Independencia, e depois no de S. M. o Imperador; sem que já mais divergisse da vereda, que lhe marcou a honra, e o interesse do paiz em que servia.

No dia seguinte 17 teve lugar a pompa fúnebre, com que fôraõ dados á terra os despojos mortaes do Sñr. Conde d'Escragnolle. Seo corpo vestido, e com todas as insignias, que o condecoravão, esteve no mesmo aposento, em que ha-

via perdido a vida, athe que foi collocado em huma rica eça na salla immediata. A varonil, e incomparavel constancia da Snr.^a Condessa d'Escraguolle, a conduzio por trez vezes junto do cadaver de seo caro Consorte, e alli, na mais frequente entercadencia de soluços afogados em lagrimas, lamentando sua amarga sorte pela perda de hum Marido, e a de seos desventurados filhos pela de hum Pay extremoso, ella arrancou do repassado peito as mais pungentes expressões, e os ultimos=adeos,=com que d'elle se despedio.

sh. 5. Pelas 5 horas da tarde, dispostos os Corpos Militares segundo a Ordem do dia que para esse fim precedera, dada pelo Sñr. Coronel Manoel de Souza Pinto de Magalhães, a quem foi interinamente confiado o commando das Armas da Provincia, foi conduzido o corpo do Sñr. Conde de Escraguolle, do athaúde em que estava collocado, para o côche, pelos Desembargadores da Relação os Illm.^{os} Snrs. Francisco Carneiro Pinto Vieira de Mello, Manoel Ignacio Cavalcanti de Lacerda, Francisco Gonçalves Martins, Joze Bonifacio d'Araujo Azambeja, Tenente Coronel Manoel Gomes da Silva Belfort Thesoureiro da Fazenda Nacional desta Provincia, e o Capitão-Mór Antonio José de Souza; e na porta da Igreja do Recolhimento desta Cidade foi igualmente recebido pelos Exm.^o Sñr. Presidente da Provincia Manoel da Costa Pinto, e os Illm.^{os} Snrs. Chefe d'Esquadra Filippe de Barros e Vasconcellos, o Chanceller Francisco de Paula Pereira Duarte, o Desembargador João Capistrano Rebello, o Capitão de Már e Guerra, e Intendente da Marinha Faustino José Schultz, e o Moço Fidalgo da Caza Imperial e Secretario desta Provincia Manoel Monteiro de Barros; e o fôraõ depositar em

humana riquissima e pompoza ega, collocada no meio da mesma Igreja. Todos estes actos, e as ceremonias religiosas que se seguirão, foraõ assistidos de hum grande numero de Cidadãos, que com pezado luto affluirão áquelle Templo, a desafogar sua saudade, e a prestar á memoria do Sñr. Conde d'Escragnolle os ultimos testemunhos de sua magoa, e de seo reconhecimento.

Maranhenses, permiti-nos que vos perguntemos se este affinco em prestar homenagens, e obsequios aos despojos mortaes de S. Ex.^a o Sr. Conde d'Escragnolle, quando já victima da morte não exercia hum authoridade, de que havia innumerados dependentes; se a affluencia de tanto Cidadão benemerito e distincto a fazer apparatoso seu enterramento; se a tristeza dos semblautes de todos os assistentes a elle; se as expressões sentidas de tanta gente boa: sim, o Maranhenses, nós vos perguntamos se esta he a partilha do homem parcial no exercicio do seo emprego, do concussionario, do despota, e daquelle, que abusa da authoridade, que lhe fôra confiada? Nós deixamos a resposta a quaesquer pessoas, que podessem ser desaffectedas, (pois o homem constituido em authoridade não póde agradar a todos) ao Sñr. Conde d'Escragnolle; ouzando affirmar com toda a grande maioria dos Cidadãos do Maranhão, pois que assaz demonstrarão sua opinião, que, morrendo S. Ex.^a o Sñr. Conde d'Escragnolle, morreo o verdadeiro homem de bem, o sabio o prudente pay de familias, o amigo sincero e prestavel, o subdito fiel e deuodado amante do Soberano e do Paiz, a que servia, e que perdendo-o, perdeu o Imperio e a Sociedade hum varão dotado de todas estas qualidades, e sua desolada familia perdeu tudo.

DOCUMENTOS.

Comprobatorios dos relevantes serviços do Sr. Conde d'EscragnoUe, e que igualmente mostram que sua demissão do governo das Armas d'esta Provincia foi por elle pedida a S. M. o Imperador.

Cópia da Attestação do Marechal Joaquim de Oliveira Alvares.

Joaquim de Oliveira Alvares, Marechal de Campo dos Exercitos do Brasil, do Conselho de Sua Magestade Imperial, Conselheiro de Guerra.

Attesto, que havendo-me eu apresentado em a noite de 11 de Janeiro do anno proximo passado no Quartel do Campo de Santa Anna, na conformidade das Ordens de S. M. Imperial, e dezechos dos Officiaes da Tropa da 1.ª Linha desta Córte, tambem alli se appresentou o Tenente-Coronel Com-mandante interino do Batalhão de Caçadores N.º 4, então Sargento-mór Aggregado ao 2.º Batalhão de Fuzileiros, o Conde de EscragnoUe: o qual se mostrou constantemente naquella noite, e em o dia 12, isto he em todo o decurso do perigo vigilante, activo, bravo, intelligente, e imperturbavel; e isto muito particularmente na occasião, em que se annunciou que parte da Divisão Portugueza, marchava perseguindo huma pessa de 6, escoltada por cem praças do Regimento de Artilheria, e por hum esquadrão de Cavallaria, que eu mandára recolher ao Quartel a requerimento do Tenente-Coro-

nel Francisco de Paula de Vasconcellos. Havendo eu então ordenado a posição da Tropa disponível, foi o Tenente-Coronel, Conde d'Escagnolle encarregado de fazer executar litteralmente as ordens, e de vigiar incessantemente que ninguem dellas se desviasse; E deo provas não iquivocas de ser credor de toda a confiança que eu nelle tinha.

Attesto igualmente que Havendo S. M. Imperial, para precipitar o embarque da Divisão Portugueza, ordenando hum reforço tirado dos trez Batalhões de Fuzileiros, e do 4.º Regimento de Milicias, Houve O mesmo Augusto Senhor por bem confiar ao Conde d'Escagnolle o Commando do Corpo da 1.ª Linha encarregando-o ainda do Commando em segundo de toda a Divisão que marchou ás ordens do Coronel José Joaquim de Lima e Silva. São tambem validos o modo porque este Official se então comportou; e os elogios que mereceo, e lhe fôrão conferidos por S. M. Imperial.

O que sendo necessario, attesto, e certefico de haivo do Juramento de meos grãos.

Ryo de Janeiro 1.º de Fevereiro de 1823.

Joaquim d'Oliveira Alvares.

Officio de Vicente Paulo d'Oliveira Nillo Bôos
Ajudante General, em que remette a Portaria
pela qual o nomeia Inspector das Milicias.

Illm.º e Exm.º Sñr.

Tenho a honra de remetter a V. Ex.ª a Portaria inclusa, pela qual foi S. Ex.ª o Sñr. General, servido de nomear a V. Ex.ª Inspector interino de Milicias, como tambem remetto nesta oc-

F

casão por ordem do mesmo Exm.^o Sñr. os Requerimentos juntos de varios Officiaes para que V. Ex.^a denovo haja de informar, procedendo ás necessarias averiguações sobre a pertença dos mesmos afim de que deste modo os possa V. E.^a deferir, como for de justiça.

Deos Guarde a V. Ex.^a Palacio do Governo de Pernambuco 22 de Fevereiro de 1825.

Illm.^o e Exm.^o Sñr. Conde d'Escragnolle
Coronel Commandante do 4.^o Batalhaõ de Caçadores da Corte, e Inspector das Milicias.

Vicente Paulo d'Oliveira Nillo Bôos,
Ajudante General.

PORTARIA.

E Tendo hido em serviço á Corte o Coronel Salvador José Maciel, que se achava encarregado de inspeccionar, e reorganizar os Corpos de Milicias, desta Provincia, e convindo em bem do serviço, e em execução das Ordens de S. M. I., que aquella Commissão seja confiada a hum Official, que tenha os requisitos necessarios para desempenhar este lugar. Nomeio para servir interinamente o Cargo de Inspector de Milicias ao Sñr. Coronel Conde d'Escragnolle, que pela sua reconhecida prudencia, saber, e mais distinctas qualidades desempenhará tal emprego com o mais loçavel zello; continuando no Commando do 4.^o Batalhaõ, e não ficando por este encargo desligado da Commissão Militar da qual he Vogal, em conformidade das Imperiaes Determinações. Palacio do Governo de Pernambuco 22 de Fevereiro de 1825.

Lima.



*Attestação do Major Commandante do 4.º
Batalhão da Córte.*

Thomaz Antonio da Silveira, Cavalleiro da Ordem de Christo Major do 4.º Batalhão de Caçadores da Córte.

Attesto que por Decreto de 11 de Março de 1825, passou para Coronel effectivo, e Commandante do 1.º Batalhão de Estrangeiros o Coronel Graduado, Conde d'Escragnolle que no actual Livro de Registo tem assento do theór seguinte.

Coronel Graduado, Conde d'Escragnolle, idade ao assentar praça 15 annos, natural de Castello d'Escragnolle sentou praça de Cadete voluntario, e jurou Bandeiras no Corpo de Marinha em 2 de Outubro de 1801. Passou a Tenente por Decreto de 24 de Março de 1808, a Capitão por Decreto de 12 de Outubro de 1810, a Sargento-Mór por Decreto de 4 de Novembro de 1818, Tenente Coronel Graduado por Decreto de 27 de Novembro de 1822, aggregado por Decreto de 16 de Abril de 1823, effectivo por Decreto de 4 de Agosto do dito anno, a Coronel Graduado por Decreto de 25 de Janeiro de 1824.

E para constar mandei passar a presente que assignei e fiz sellar com o Sello do Batalhão. Pernambuco 16 de Mayo de 1825.

Thomaz Antonio d'Oliveira, Tenente Coronel.



Carta de João Vieira de Carvalho.

Illustrissimo e Excellentissimo Sr.

Para responder as suas Cartas, e para lhe descanecer idéas menos favoraveis que tem concebido sobre o Commando do Corpo Estrangeiro, faço esta, assegurando a V. Ex.^a que não só muito lhe he lizongeira a nomeação, por ser de escolha de S. M. o Imperador quando se hesitava na escolha de Official benemerito para tal fim, mas he temporario, por esperar eu, que brevemente chegará da Europa hum Official que se mandou vir com o destino de Commandar esse Corpo. Além do que digo a V. Ex.^a que me parece bastante, tem V. Ex.^a a prova em se não nomear Commandante para o 4.^o, pois que hé V. Ex.^a quem o hade vir Commandar. Julgo ter titulos para que V. Ex.^a confie em mim.

Amigo Camarada e Venerador

Rio 9 de Junho de 1825.

João Vieira de Carvalho.

Officio ao Ministro d'Estado, Representação ao Imperador, e Aviso que concedeo a demissão.

N.^o 11. *Illm.^o e Exm.^o Sr. Em quanto me persuadi que os meos serviços podião ser de alguma utilidade a Sua Magestade Imperial nesta Provincia, nenhum sacrificio me foi pesado para o desempenho de tão justo fim, Porém occorrendo*

circumstancias que me privaõ da maior parte dos meios de cumprir com os meos deveres, rogo a V. Ex.^a se digne levar a Augusta Presença de Sua Magestade Imperial, a Carta incluza na qual peço ao Mesmo Augusto Senhor Se Digne Conceder a minha Dimissão.

Deos Guarde a V. Ex.^a S. Luiz do Maranhão em 14 de Janeiro de 1828.

Illm.^o e Exm.^o Sr. Conde de Lages

Conde de Escragnolle
Governador das Armas.

REPRESENTAÇÃO.

SENHOR.

O Conde d'Escragnolle, Coronel do Estado Maior do Exercito, e Governador das Armas da Provincia do Maranhão, teve a honra de se empregar perto de vinte e sete annos no serviço de V. M. Imperial, neste longo decurso de tempo sempre mereceo o conceito dos seus superiores, e ultimamente a mui lisongeira confiança de V. M. Imperial que se dignou confiar ao Supplicante o Governo das Armas desta Provincia, em circumstancias tão criticas como melindrosas. O Supplicante mostra pellos factos que não desmereceo a escolha, que V. M. Imperial d'elle se dignou faser para occupar o seo Cargo; pois que achando á sua chegada o governo em hum estado de coacção, e de terror, fez pelas boas medidas que tomou, desapparecer toda a desconfiança, restabelecendo a subordinação na tropa e com ella a segurança das

27^a
Pedra
do Bon

Authoridades, e obediencia dos Povos. Porém Senhor, por circumstancias as mais imperiosas, e motivos mui plausiveis, que tanto interessão o Serviço de V. M. Imperial como a honra do Supplicante que as pretende levar aos Pés do Trono de V. M. Imperial; o Supplicante vê-se obrigado a pedir com todo o respeito, e accatamento a V. M. Imperial haja por bem dispensallo do Governo das Armas de que se acha encarregado, prometendo-lhe a honra de hir dar conta a V. M. Imperial da quella Commissão.

data ?

E. R. M.



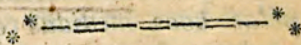
AVISO.

Havendo Sua Magestade o Imperador, por Decreto de 9 de Abril antecedente, concedido a V. m. demissão do Emprego de Governador das Armas da Provincia do Maranhão, tenho de o comunicar a V. m. para seo conhecimento, governo, e devida execução.

Deos Guarde a V. m. Palacio do Rio de Janeiro em 2 de Maio de 1828.

Bento Barrozo Pereira.

Sr. Conde de Escagnolle.



AVISOS.

Este he o ultimo N.º da *Bandurra*; deixamos pois de Escrever para o respeitavel Publico ligados a subscripções, e épochas certas. Protestamos com tudo tomar a penna quando nos pareça preciso combater algum escripto, que possa prejudicar a segurança, socego, e bem publico:

Vamos em fim consagrar todo o nosso tempo ao desempenho de nossos deveres como Advogado, a bem de nossos Constituintes, de quem esperamos a continuação daquelle mesmo bom conceito, com que nos tem favorecido.

Quem quizer comprar Collecções deste Periodico, ou alguns Numeros para completar collecções, póde procurar em Casa do Redactor, onde se vendem a 100 rs. cada N.º

Vendem-se humas casas no Largo do Palacio, que fôrão do Cirurgião-mór Sebastião José Vieira: quem as pertender comprar, póde dirigir-se a João Jeronimo Esteves Norte.

fin